

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

HEITOR VICTOR DA SILVA BRINHOSA

**ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL: CICLOS PERIÓDICOS DA
INDÚSTRIA MODERNA, CLASSES SOCIAIS E MOEDA**

Florianópolis, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

HEITOR VICTOR DA SILVA BRINHOSA

**ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL: CICLOS PERIÓDICOS DA
INDÚSTRIA MODERNA, CLASSES SOCIAIS E MOEDA**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Martins

Florianópolis, 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao aluno Heitor Victor da Silva Brinhosa na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Antônio Martins

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued

AGRADECIMENTOS

Certa vez Clarice Lispector disse: “cada vez mais eu escrevo com menos palavras. Meu livro melhor acontecerá quando eu de todo não escrever”.

Foi Hegel quem declarou a possibilidade real de transformação do intelecto humano e, constituição da ciência pela superação da linguagem. Foi Marx e Engels quem esclareceram a *verdade* da filosofia, como práxis e a essência da sociedade burguesa como taxa. Foi Ricardo, quem mostrará as taxas decrescentes de emprego face à acumulação de capital. Foi Keynes quem apreendeu o nexo dos preços macroeconômicos, com a moeda como padrão de valor. Foi Marini quem situava o desenvolvimento do capital fixo, como elemento da época imperialista e foi Darcy, quem dizia que a exploração do Brasil gestou, o povo brasileiro, peculiar.

“*Não existe nada mais subversivo que um subdesenvolvido erudito*” dizia um poeta. Aos meus professores, que me permitiram atingir dignidade intelectual, ao Professor Idaletto, a quem lhe devo a compreensão da ciência como síntese histórica e possibilidade real de libertação, ao Professor Lauro Mattei, quem me permitiu compreender a existência macroeconômica a partir do caráter endógeno da moeda e da demanda efetiva, ao Professor Nildo Ouriques que permitiu mergulhar na minha própria realidade com o estudo da dependência, ao professor Jaylson que me apresentou a matemática como ciência, ao Professor João Arthur que permitiu o aprofundamento do estudo da matemática, ao Professor Pedro pela insistência em debater o que é a história e, ao Professor José Antônio Martins que explorava a dialética e os ciclos periódicos, me permitindo elucidar a moeda.

À toda minha família, especialmente a minha mãe quem protegeu minha personalidade durante cada dia e me permitiu ter saúde, lucidez, percepção e amadurecimento em todos os momentos necessários. Aos meus amigos e amigas, que jamais permitiram que eu desistisse de qualquer objetivo e que me concederam sábios momentos. Ao legado de determinação e convicção profunda de Ayrton Senna e Marco Pantani. Aos estudantes que souberam amadurecer intelectualmente diante da atual estrutura universitária. À Universidade Federal que por todas suas contradições e problemática estrutural me concedeu a base real do meu desenvolvimento intelectual. Aos meus avós que nunca desistiram do Brasil, pois. E, ao Brasil, das utopias a serem realizadas, que jamais se entregou as vontades da sua classe dominante e dos desvarios em geral.

“Eles pensam que a maré vai, mas nunca volta, até agora eles estavam comandando meu destino e eu fui recuando, recolhendo fúrias, hoje sou onda solta e tão forte quanto eles me imaginam fraco, quando eles virem invertida a correnteza quero saber se eles resistem à surpresa, quero ver como eles reagem a ressaca”

Maria Bethânia

“Sábios em vão tentarão decifrar, o eco de antigas palavras, fragmento de cartas, poemas mentiras, retratos vestígios de antigas civilizações”.

Chico Buarque

RESUMO

BRINHOSA, H, V, S. **Estabilização da economia mundial: ciclos periódicos da indústria moderna, classes sociais e moeda.** Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

O presente estudo tem como tema central a estabilização da economia mundial, considerada como possibilidade real através das políticas de intervenções estatais. Essa estabilização de fato ocorre como possibilidade de gestão da crise parcial engendrada pelos ciclos periódicos. Essa concepção decorre de um longo debate na teoria econômica sobre os preços, o ajustamento macroeconômico, sobre a determinação causal da poupança, sobre a acumulação de capital, sobre a taxa de juros e sobre a moeda. Por trás dessa concepção há uma limitação central a ser explorada pelo trabalho, a de entender a realidade material da moeda e como se expressa monetariamente na política do banco central e nas taxas cambiais da acumulação global. Essa concepção deve ser investigada profundamente nos desdobramentos reais da acumulação global, a exemplo da industrialização brasileira que apresenta os elementos materiais necessários para aprofundar essa investigação e, ainda reproduz as concepções que objetivam na moeda, uma existência monetária. Os ciclos periódicos engendrados na história indagam a própria existência das classes sociais, da hierarquia global que se aprofunda no século XXI.

Palavras-chave: Estabilização da economia mundial; ciclos periódicos; moeda.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	6
1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Tema e problema	8
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	11
1.2.3 Justificativa	11
2 METODOLOGIA	12
3 CONSCIÊNCIA E SER	16
4 A ORIGEM DO CAPITAL	31
4.1 O fetiche da mercadoria	37
4.2 A função do valor e o valor da função	41
4.3 O dinheiro e suas funções, a transformação do dinheiro em capital, a moeda	43
4.4 A origem da mais-valia	47
5 A REPRODUÇÃO GLOBAL CAPITALISTA	56
5.1 Desenvolvimento histórico da indústria moderna	56
5.2 A Reprodução Ampliada	75
5.3 Os preços	80
5.3.1 Em torno da demanda efetiva	98
5.4 Existência do trabalho abstrato	102
5.5 Crítica do Valor ao Preço	107
5.6 A função do emprego	124
5.7 Superprodução de capitais e Heterodoxia: a crise em crise	131
5.8 O novo enunciado do princípio da demanda efetiva	140
5.9 Acumulação desigual e combinada	144
5.10 O ciclo do capital Fictício	149
5.11 A política econômica como transição	157
5.12 Debate sobre a taxa de juros	160
5.13 Lei geral da teoria econômica	165
5.14 Hayek: crítico de Keynes?	168
5.15 A Tese da Estabilidade global	169
6 CICLOS E CRISES PERIÓDICAS, IMPERIALISMO E ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL	178
6.1 Os antecedentes do século XX	178
6.1.1 A crise de 1870	193

6.2 Século XX: Qual século XXI?	196
7 O ATUAL CICLO PERIÓDICO	238
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
REFERÊNCIAS	245

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e problema

A atual geração de economistas, que se depara com o ciclo periódico de dezembro de 2007, têm a sua frente o verdadeiro laboratório dos seus estudos presentes e futuros e a possibilidade real de transcender visões cristalizadas de importantes economistas. A essa geração é permitido um amadurecimento intelectual, a partir de um período de 18 meses de queda da produtividade do trabalho, caracterizado por alguns analistas como a pior crise desde 1929, é preciso entender que esse ciclo atual não produziu uma crise geral como a de 1929. A crise periódica possibilita desestruturar as determinações apriorísticas que se objetivam nas análises, principalmente na teoria econômica que recorrentemente produz análises a partir de determinada escola de pensamento.

Os economistas buscam possíveis soluções a partir da sua própria consciência da realidade, mas jamais resolvem historicamente o porquê que essa consciência existe. As perguntas que Keynes fez na década de 1930 (Keynes, 1985) em função da grande depressão são antes de tudo questões eminentemente humanas e se era possível sair da crise, se possibilitou na teoria a manutenção do nível de investimento com o *quase-boom!*. Hoje alguns elementos se repetem: se é possível sair da crise, se é possível evitar a crise e se é possível construir uma sociedade diversa da capitalista. Só esclareceremos o porquê dessas perguntas quando esclarecermos seu sentido real, historicamente.

A teoria econômica logrou avançar mesmo após a crítica da economia política, ao despir o sentido dos ciclos periódicos da indústria moderna colocando a possibilidade real de gestão da crise capitalista e estabilização da economia mundial com John Maynard Keynes, o que só poderá de fato ser questionado no fim desse ciclo, com as taxas de juros zero Fenômenos mistificadores para uns, mas efetivamente uma possibilidade real da reprodução social coisificada como reprodução capitalista, porque se alcançou a objetivação das relações reais pela estatística na sociedade capitalista, é dizer, a possibilidade de projetar a dinâmica capitalista e seus desdobramentos. A consciência de que a gestão dos ciclos periódicos da indústria moderna é uma possibilidade de manutenção das condições

atuais é limitada pela própria forma de apreensão do real, o que teremos que decompor e esclarecer.

A gestão dos ciclos periódicos da indústria moderna é uma possibilidade que o próprio homem engendrou ao constituir-se como sociedade capitalista, mas não só: criou a possibilidade de intervir no presente construindo o futuro e ainda a possibilidade de evitar objetivações de tendências futuras, ou mais conhecido como evitabilidade das crises a partir da política econômica, na verdade das crises gerais. Os Bancos Centrais na atualidade expressam esse processo na medida em que utilizam de parâmetros para se apropriar da realidade como *o custo unitário do trabalho e o índice de preço de produção*.

Esse processo e sua complexidade causa inquietude em determinadas paixões, mas evidente que a atual geração que amadurece diante de uma crise periódica com irradiações globais deve procurar situar as análises a partir da própria dinâmica real, a despeito das escolas de pensamento econômico.

O saber especializado realizou avanços importantes diante da existência da indústria moderna, principalmente com a formalização utilizada nos Bancos Centrais, de forma que há uma possibilidade de uma nova síntese. Se na época da crítica da economia política os imperativos da mistificação do lucro colocavam a economia política como apologética após Ricardo apresentar a dicotômica entre lucros e salários no capítulo *Sobre a maquinaria*, a teoria econômica avançou ao despir os ciclos periódicos da indústria moderna e hoje com a objetivação do real na estatística, há uma possibilidade real de uma nova síntese, quando explicitarmos o processo histórico real, seus desdobramentos reais e cognitivos, essa terá seu real sentido histórico.

A constituição da base materialista da nossa existência é o caráter terreno dessa síntese e a essencialidade do século XXI, a estabilização da economia mundial só terá seu sentido *esclarecido* quando se expressar na territorialidade de uma universalidade singularizada, onde as conexões entre o departamento I e IV, entre o departamento I e a moeda ente a moeda e suas funções – revelarão o significado do processo histórico real.

Os desdobramentos da estabilização da economia mundial como possibilidade monetária em relação à crise parcial e a síntese dos ciclos periódicos na acumulação global desigual e combinada são a problemática essencial do século XXI que engendra a dinâmica dos preços macroeconômicos, do nível de demanda

efetiva, das classes sociais, da sua existência histórica e do estado como institucionalidade histórica diante da libertação real expressa na ciência.

1. 2 Objetivos

Este escrito se realiza pela importância de transcender a elaboração do conhecimento pelas determinações apriorísticas da cognição, a exemplo de Keynes na *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*, de Kalecki em *A teoria da dinâmica econômica* perpassando a análise da teoria econômica, embora essas de fato se desenvolvam por não se desprenderem da história, ou perderiam qualquer sentido real, mas não apreendem a realidade pela sua dinâmica essencial. O desenvolvimento tecnológico da ciência é a síntese histórica necessária para apreender a mundanidade real no seu movimento histórico e então esclareceremos a análise econômica despreendida de qualquer subjetividade fragmentada a partir dos ciclos periódicos da indústria moderna, da acumulação global desigual e combinada e da constituição do dólar como moeda mundial.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste escrito é construir a síntese possibilitada pela transformação humana a partir do trabalho, atividade sensível humana - *práxis* - expressa na filosofia, na ciência e na materialização do cérebro humano realizado nas estatísticas dos bancos centrais. Faz-se necessário em função da dinâmica dos ciclos periódicos da indústria moderna a partir da produção global capitalista na sua fase imperialista. A indústria moderna realizando a separação entre processo cognitivo e *práxis* criou as condições de um avanço substancial na apreensão da realidade como, portanto, do seu esclarecimento e fará surgir uma peculiar análise econômica, política e histórica articulado com os movimentos dos elementos reais. Os ciclos econômicos serão apreendidos como *práxis*, as determinações contrárias do saber especializado frente à reprodução capitalista real serão limitadas pela fragmentação que o caracteriza, o princípio da demanda efetiva será investigado a partir da função de crédito da moeda.

1.2.2 Objetivos Específicos

A reprodução global capitalista independente de nossa consciência humana permite esclarecer o processo real da dinâmica de uma economia capitalista de forma a constituir uma separação entre apreensão do real pelo pensamento e determinações apriorísticas da cognição, constituindo de fato a análise econômica:

- Analisar como a teoria econômica logrou avançar mesmo sob a égide do saber especializado a partir de escolas determinadas, e sua cisão com as formas objetivadas da estatística e da contabilidade, o que não permitiu o esclarecimento da moeda mundial, o dólar;
- Demonstrar como os ciclos periódicos da indústria moderna na sua determinação mais singular expressam a totalidade concreta e suas manifestações específicas, criando as condições de constituição de uma análise econômica;
- Debater como o desenvolvimento do capital fixo pelo departamento I cria uma realidade econômica imperialista na fusão entre capital e estado, desenvolvendo-se uma acumulação desigual e combinada, de onde se estabelece as possibilidades reais da estabilização da economia mundial.

1.2.3 Justificativa

Deveria ser notória a compreensão da *práxis* se a determinação dos ciclos periódicos da indústria moderna, a produtividade do trabalho, apresentasse empiricamente o duplo caráter do trabalho. Por não ser notória faz-se necessário elucidar os elementos econômicos reais e sua conexão global, como síntese da acumulação desigual e combinada, em comparação com a síntese desenvolvida pelas *teorias econômicas* que se distanciam da existência material da moeda mundial, o dólar, o que promove instabilidades dentro da própria teoria econômica.

2 METODOLOGIA

A compreensão da existência apresentava-se mistificada, mas essa era a pura expressão de longo processo necessário ao conhecimento dos homens em si; mistificado, pois não carregavam em si seu caráter determinadamente histórico, Sócrates encarnou a verdade em todos os homens separadamente, os iluministas a colocaram como fruto do razão, Hegel a apresentava como manifestação do ser no espírito. Hegel não se alucinava ao defrontar-se individualmente com o processo histórico, é diverso do *escrínio da intuição divina interior* e, necessariamente a práxis teria em si todas as determinações e ainda que aparentemente ao acaso o idealismo continha em si a cisão entre cognição e práxis.

“Analisar uma representação, como ordinariamente se processava, não era outra coisa que suprasumir a forma de seu Ser-bem-conhecido. Decompor uma representação em seus elementos originários é retroceder a seus momentos que, pelo menos, não tenham a forma da representação já encontrada, mas constituam a propriedade imediata do Si. De certo, essa análise só vem a dar em *pensamentos*, que por sua vez são determinações conhecidas, fixas e tranquilas. Mas é um momento essencial esse *separado*, que é também inefetivo; uma vez que o concreto, só porque se divide e se faz inefetivo, é que se move. A atividade do dividir é a força e o trabalho do *entendimento*, a força maior e mais maravilhosa, ou melhor: a potência absoluta” (HEGEL, 2008, p. 43)

Tal cisão existente nesse idealismo, embora a manifestação do ser não fosse determinada por uma época, mas pela história como processo, foi superada em Feuerbach e realizada em Marx e Engels, esclarecendo a realização da práxis e sua cisão real com a cognição:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também, da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é *de modo nenhum* o processo da gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econômica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população produzindo em determinadas condições e também certos tipos de famílias, de comunidades ou Estados. O valor de troca nunca poderia existir de outro modo senão como relação *unilateral*, abstrata de um todo vivo e concreto já dado (MARX, 1982, p.14)

O procedimento necessário para realizar determinadas conexões científicas na época burguesa em que o conhecimento se especializa em inúmeras áreas pressupõe inconscientemente a necessidade apriorística de criar conexões e aplicá-las na realidade algo conservador em relação a época caracterizada pela consciência dialética da filosofia que resultou na caracterização da ciência apreendida primeiramente pelo marxismo, a qual se apropriava da realidade pela sua forma de reprodução. A época burguesa ofereceu algo que não se confunde com a verdade enquanto processo histórico, mas que tenta se afirmar como verdade independente do processo histórico:

O objetivo deste título é contrastar a natureza de meus argumentos e conclusões com os da teoria *clássica*, na qual me formei, que domina o pensamento econômico, tanto prático quanto teórico, dos meios acadêmicos e dirigentes desta geração, tal como vem acontecendo nos últimos cem anos. Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio (KEYNES, 1985, p.15)

Essa mesma época suplanta essas determinações a priori e cria uma cisão a partir das objetivações estatísticas realizando a máxima de Engels a partir de Hegel: *tudo que existe é digno de perecer*. Tal cisão expressa então o caráter determinadamente histórico do processo cognitivo e, esclarece seu caráter conservador diante da manifestação do ser na história como matéria embora a época burguesa tente se afirmar como eternidade na terra.

O fabuloso desse é que a afirmação da época burguesa teria que seguir sua própria personalidade, é dizer, se afirmar no outro de forma estranhada coisificando o problema da sua dinâmica como uma estruturação apriorística. Sua dinâmica é realizada pela valorização do valor. A época burguesa então cria as condições de se afirmar e qualifica a valorização do valor como uma estruturação apriorística dos revolucionários, sua consciência cindida ainda não permite encontrar nessa contradição os elementos que a revolucionam, a práxis. O desenvolvimento da sociedade burguesa e da base material que lhe constitui, a indústria moderna, aprofundam essa cisão potencializando seu aspecto unilateral: “a física experimental moderna desenvolveu métodos para romper o núcleo do átomo, para transformar os átomos de um elemento em átomos de outro, e para extrair do núcleo as partículas elementares pesadas de que é constituído” (EINSTEIN; INFELD, 2008, p.213).

A gestão da moeda global exprime a sua máxima: dividir é encontrar. O desenvolvimento da matéria, forma de manifestação do ser se potencializou de tal maneira que desvinculou a valorização do valor – o grande dilema existencial da teoria econômica – do processo cognitivo, o *Federal Reserve* (Banco Central dos Estados Unidos) realiza esse processo na gestão da moeda mundial, a partir do índice de preços de produção, que expressam os elementos dos ciclos periódicos da indústria moderna por instrumentos computacionais. A valorização do valor deixa de ser na sociedade burguesa algo apriorístico e se efetiva como *práxis* realizada, a gestão da moeda mundial necessariamente passa pela apreensão do real não como nexos apriorísticos, mas como intervenção e apreensão de sua reprodução, pois sua endogeneidade deve ter um parâmetro mantenedor da taxa de acumulação e do sistema de crédito: a *práxis* está separada do sujeito.

A gestão monetária realiza a economia como ciência, pois apreende a economia mundial pelo seu elemento singular, o valor se valorizando, realiza a *práxis* e faz da atuação dos economistas uma relação historicamente determinada na sociedade burguesa relacionando necessariamente suas análises a dois elementos centrais: a superprodução de capitais e pela renovação do capital fixo.

Antes eram as determinações apriorísticas da sociedade burguesa que pareciam governar a racionalidade até que o pensamento que daí surge se cindiu e a materialização coisificada na indústria moderna realizou-se como *práxis*. A problemática da valorização do valor deixou de ter uma qualificação no pensamento e a decomposição dos elementos materiais característicos da indústria moderna se expressa na estatística, sendo que a computação realizou o nexos desses elementos num todo que determinará os avanços da aplicação tecnológica da ciência. Questões que eram colocadas como derivadas do marxismo aparecem agora como propriedade do *Federal Reserve* independente das paixões humanas.

A indústria moderna que decompõe os elementos materiais para se reproduzir com a descoberta de Einstein expõe o esclarecimento sobre a singularidade da sociedade burguesa a produção e reprodução de relações especificamente capitalistas, toda a problemática que envolvia a valorização do valor se concretiza agora na origem do valor como elemento necessariamente humano e histórico. A tautologia de que o capital produz seu lucro sendo que o capital é valor se

valorizando ou valor materializado como forma fixa de capital, esclarece a origem do valor como eminentemente humana, mas aí se põe uma contradição entre a máquina e o homem entre capital e trabalho: A valorização do valor como realização da práxis é historicamente a exaltação da sociedade de classes como problemática existencial. Esse processo deve ser situado historicamente como apropriação real das transformações materiais conexas.

Na mesma medida em que se amplia, com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, a magnitude e a duração da vida do capital fixo aplicado, prolonga-se por muitos anos, digamos 10 anos em média, para cada investimento particular, a vida da indústria e do capital industrial. Se o desenvolvimento do capital fixo, por um lado, prolonga essa vida, por outro, a encurta, por meio da revolução constante dos meios de produção, sempre intensificada com o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Daí a mutação dos meios de produção e a necessidade de sua constante substituição em virtude do desgaste moral, antes de se esgotarem fisicamente [...] desde já está claro que, em virtude desse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por sua parte fixa, forma-se uma base material das crises periódicas em que os negócios passam por fases sucessivas de depressão, animação média, auge, crise [...] Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos e forma assim, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menor amplitude, nova base material para o próximo ciclo de rotações. (MARX, 2003, p.209).

Toda a apropriação do real provém da própria história e de como se efetiva o desenvolvimento real na humanidade.

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1982, p.25).

Enfim, partimos do materialismo histórico nas suas determinações reais, para adentrar a consciência sobre o econômico na história, como forma de compreender as suas determinações singulares diante do modo capitalista de produção. Estabeleceremos essa consciência com a conexão dos ciclos periódicos da indústria moderna como forma de se apropriar do processo real em sua totalidade concreta.

3 CONSCIÊNCIA E SER

O *nascer* é o ato do ser inconsciente produzindo, pois a consciência como processo real não-imediato, ora. A consciência se transmutou do ato reprodutivo ao movimento do nexa embrionário, desse se fez o movimento histórico: o presente reproduziu o passado com a constituição de um ser, transformando-o. Esse ser diante da humanidade pecadora aparece como dilacerado diante da base terrena da *certeza pensante* que se move em si separada da sua essência. Em si, seu *nascer* contém seu dilema real, em que a *certeza pensante* está diluída “não sabeis há muito que no instante mesmo de meu nascimento pronunciara a natureza a sentença de minha morte?” (SÓCRATES, 1972, p.172).

O ser ao nascer expressa sua constituição interna desde o momento do nexa embrionário até sua forma corpórea constituída em que aparece ao mundo do qual não tem uma consciência apriorística, é dessa forma corpórea que se constitui seu pleno desenvolvimento e crescimento, suas faculdades na sua condição humana. A infância é traçada pelo desenvolvimento da linguagem, de todos os sentidos da percepção e pelo brincar se transmutando na fase posterior onde a responsabilidade para com seu futuro em determinar sua própria reprodução com independência em relação aos pais, ou seja, trabalhar para si o qual entra em conflito com o brincar.

Em toda a infância o ser exerce seu desenvolvimento pelo brincar, a forma social em que pode potencializar suas faculdades para adentrar a percepção da realidade objetiva, nesse processo a reprodução orgânica é inseparável da reprodução objetiva e subjetiva:

Mas esses objetos são *objetos* do seu carecimento, *objetos* essenciais, indispensáveis para a atuação e confirmação de suas *forças essenciais*. Que o homem é um ser *corpóreo*, dotado de forças naturais, vivo, efetivo, objetivo, sensível significa que ele tem *objetos efetivos*, *sensíveis* como objeto de seu ser, de sua manifestação de vida, ou que ele pode somente *manifestar* sua vida em objetos sensíveis efetivos. É idêntico: *ser* objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido, ou ser objeto mesmo, natureza, sentido para um terceiro. A *fome* é uma *carência* natural; ela necessita, por conseguinte de uma *natureza* fora de si, de um *objeto* fora de si, para se satisfazer, para se saciar. A fome é a carência confessada de meu corpo por um *objeto* existente fora dele, indispensável à sua integração e externalização essencial" (MARX, 2008, p.127).

Esse objeto externo se apresenta como a forma imediata de realização como ser humano. O que marca a infância é o estado presente contínuo de desenvolvimento. A superação da infância onde aparece a responsabilidade com o

futuro se apresenta como forma necessária do desenvolvimento humano, corpóreo, etc., nessa fase a responsabilidade com o futuro percorre momentos singulares onde as contradições da realidade objetiva aparecem embora nos seus fragmentos: emprego, salário, moradia, em quem votar, etc., Esses momentos em que a realidade objetiva deixa de ser mera certeza imediata percorrem a percepção e de onde se cria a possibilidade da superação da consciência de si como indivíduo.

O que marca a transição à fase adulta é necessariamente esse vínculo com o futuro expresso pelos fragmentos da realidade objetiva que imprimem uma interiorização dessa realidade objetiva. Esses fragmentos que eram antes a realidade objetiva agora são a realidade objetiva no ser. Sem entender a realidade objetiva se faz parte dela, se relaciona não com algo exterior, mas a sente e a possui na sua necessidade de reprodução e de vínculo com sua independência. Tal processo exerce no indivíduo alguns esclarecimentos do por que desses elementos fragmentados e o coloca diante da indagação filosófica *o que é?* Inicia-se a constituição desse como intelectual.

Interiorizando a realidade objetiva, o indivíduo deixa sua condição passiva cognitiva e realiza sem consciência o desenvolvimento cognitivo em busca de determinados esclarecimentos. A importância da escrita se deve a recuperação que permite o indivíduo fazer de tudo que ele passou antes de existir nessa realidade, os esclarecimentos perpassam essa forma histórica e o impelem a estudar, a ler. Ao ler pode registrar suas percepções e aprofundá-las, pois o processo terá uma base diferente do início do em que não havia registro, a escrita funciona então como forma de potencializar a memória, e de construir uma consciência própria do existente ainda que com influências determinadas. Os fragmentos da realidade objetiva são percebidos, como parte intrínseca da existência, e se interiorizam não apenas nas suas formas objetivas, mas pelo processo político que o faz entender-se indivíduo desse processo. Quando são interiorizados como processo político essa busca do esclarecimento se potencializa não se reduzindo a resolver a sua reprodução imediata; a leitura marca esse processo e, o constitui, se torna a base de transformação, antes era o esclarecimento necessário para a reprodução imediata, agora o esclarecimento se faz necessário para entender-se como realidade objetiva, embora pensasse que a interiorização política não prescindia a consciência¹. A

¹ Kosik pressupõe que a pseudoconcreticidade será superada pelo pensamento dialético na verdade sem tal indivíduo se questionar politicamente não pode se compreender plenamente, o caminho que

interiorização da realidade objetiva pelo processo político causa uma indagação que resulta na busca de uma pretensa verdade que desenvolve as determinações apriorísticas que se ramificam no pensamento².

A busca pela verdade marcou a história da humanidade e esse processo marca a linha geral dos filósofos: em Sócrates a verdade era manifestada pela indagação e produto individual, em Hegel era manifestação do ser como espírito universal, Feuerbach diluía no real criticando a alienação religiosa, Marx e Engels afirmavam ser a *práxis* a verdade que a filosofia buscava.

Sócrates é marcado pelo julgamento de si em vida e pela tragédia do estado dos deuses que marca esse fato histórico.

Não sei, Atenienses, que influência exerceram meus acusadores em vosso espírito; a mim próprio, quase me fizeram esquecer quem sou, tal a força de persuasão de sua eloqüência. Verdade, porém, a bem dizer, não proferiram nenhuma. Uma, sobretudo, me assombrou das muitas aleivosias que assacaram: a recomendação de cautela para não vos deixardes embair pelo orador formidável que sou. Com efeito, não corarem de me haver eu de desmentir prontamente com os fatos, aos mostrar-me um orador nada formidável, eis o que me pareceu o maior de seus descaramentos, salvo se essa gente chama formidável a quem diz a verdade; se é o que entendem, eu cá admitiria que, em contraste com eles, sou um orador. Seja como for, repito-o, verdade eles não proferiram nenhuma ou quase nenhuma; de mim, porém, vós ides ouvir a verdade inteira. (SÓCRATES, 1972, p.11).

O trabalho realizado por Sócrates que transcendia sua individualidade se apresentava pelo estado dos deuses como necessidade política. Sócrates sabiamente considerava a existência dialética dos deuses no estado, mas o estado pensava sempre na lógica:

Insensatos chamava Sócrates aos que em tudo isso não vêem providência divina e tudo sujeitam à inteligência humana. Por igualmente insensatos, porém, havia os que consultam os oráculos sobre coisas que os deuses nos deram a faculdade de saber por nós próprios. Como se lhes perguntássemos a quem confiar nosso carro, a cocheiro hábil ou inapto. A quem entregar nosso navio, a bom ou mau piloto. Ou sobre coisas que podemos saber por meio do cálculo, da medida ou da balança. Reputava impiedade consultar os deuses sobre coisas tais: aprendamos o que nos conferiram os deuses a faculdade de aprender, dizia, e deles procuremos saber o que nos é velado. Porque eles o revelam aos que distinguem com seus favores. (SÓCRATES, 1972, p.40).

Sócrates percebe o desenvolvimento da consciência através da faculdade de aprender e as acusações de corrupção da juventude estabelece os limites da forma

Kosik apresenta é o caminho em que o indivíduo apenas elucidará alguns elementos fragmentados da realidade social. Hegel diferentemente pressupõe o desenvolvimento da consciência-de-si como relação consigo mesmo, nesse aspecto dilui esse desenvolvimento em abstração ao desconsiderar o aspecto político do desenvolvimento da consciência.

política das instituições para com a consciência em movimento, sobre isso Sócrates não poderia tornar-se um igual, mero produto da forma política ao invés de realizar sua verdade.

Para esses mesmos, acrescento o seguinte: talvez imagineis, senhores, que me perdi por falta de discursos com que vos poderia convencer, se na minha opinião se devesse tudo fazer e dizer para escapar à justiça. Engano! Perdi-me por falta, não de discursos, mas de atrevimento e descaro, por me recusar a proferir o que mais gostais de ouvir, lamentos e gemidos, fazendo e dizendo uma multidão de coisas que declaro indignas de mim, tais como costumais ouvir dos outros. Ora, se antes achei que o perigo não justificava nenhuma indignidade, tampouco me pesa agora da maneira por que me defendi; ao contrário, muito mais folgo em morrer após a defesa que fiz, do que folgaria em viver após fazê-la daquele outro modo. Quer no tribunal, quer na guerra, não devo eu, não deve ninguém lançar mão de todo e qualquer recurso para escapar à morte. Com efeito, é evidente quê, nas batalhas, muitas vezes se pode escapar à morte arrojando as armas e suplicando piedade aos perseguidores; em cada perigo, tem muitos outros meios de escapar à morte quem ousar tudo fazer e dizer. Não se tenha por difícil escapar à morte, porque muito mais difícil é escapar à maldade; ela corre mais ligeira que a morte. Neste momento, fomos apanhados, eu, que sou um velho vagaroso, pela mais lenta das duas, e os meus acusadores, ágeis e velozes, pela mais ligeira, a malvadez. Agora, vamos partir; eu, condenado por vós à morte; eles, condenados pela verdade a seu pecado e a seu crime. [...] Sobre o futuro, porém, desejo fazervos um vaticínio, meus condenadores; com efeito, eis-me chegado àquele momento em que os homens vaticinam melhor, quando estão para morrer. Eu vos afianço, homens que me mandais matar, que o castigo vos alcançará logo após a minha morte e será, por Zeus, muito mais duro que a pena capital que me impusestes. Vós o fizestes supondo que vos livraríeis de dar boas contas de vossa vida; mas o resultado será inteiramente oposto, eu vo-lo asseguro [...] Se imaginais que, matando homens, evitais que alguém vos repreenda a má vida, estais enganados, essa não é uma forma de libertação, nem é inteiramente eficaz, nem honrosa; esta outra, sim, é a mais honrosa e mais fácil; em vez de tapar a boca dos outros, preparar-se para ser o melhor possível. Com este vaticínio, despeço-me de vós que me condenastes. (SÓCRATES, 1972, p.31).

O desenvolvimento da consciência e da verdade é estabelecido por Platão pela conexão no próprio processo de gênese:

Mas os conhecimentos matemáticos não constituem, no platonismo, o ápice da ciência. São ainda uma forma de inteligibilidade primeira, marcada por compromissos com o plano sensível [...] Esta só se alcança quando, além das entidades matemáticas, chega-se à evidência puramente intelectual (*nôesis*) das idéias. Não se trata mais de vários 3, mas da essência mesma da “trindade”, que confere sentido àqueles seus reflexos matemáticos; não se trata mais de triângulos [...] mas da “triangulidade” que neles se efetiva, sem se esgotar em nenhum deles. (PLATÃO, 1996, p.25).

Hegel quem buscava elevar a filosofia à categoria de ciência e superar o amor ao saber pelo saber efetivo percebe na própria atividade do trabalho o desenvolvimento da consciência como verdade.

² Ver prefácio da edição inglesa da *Teoria Geral*.

O trabalho, ao contrário, é desejo refreado, um desvanecer contido, ou seja, o trabalho forma. A relação negativa para com o objeto torna-se a forma do mesmo e algo permanente, porque justamente o objeto tem independência para o trabalhador. Esse meio-termo negativo ou agir formativo é, ao mesmo tempo, a singularidade, ou o puro ser-para-si da consciência, que agora no trabalho se transfere para fora de si no elemento do permanecer; a consciência trabalhadora, portanto, chega assim à intuição do ser independente, como [intuição] de si mesma. (HEGEL, 2008, p.133).

A crítica de Hegel a filosofia especulativa inicia o processo em que a consciência supera as determinações apriorísticas da cognição na apreensão e reprodução do real pelo pensamento como expressão da libertação real.

Essa natureza do método científico - por um lado, ser inseparável do conteúdo, e, por outro lado, determinar seu ritmo próprio por si mesmo - tem sua apresentação propriamente dita na filosofia especulativa, como já foi lembrado. O que foi dito aqui exprime certamente o conceito, mas não tem mais valor que uma asserção antecipada. Sua verdade não se situa nessa exposição, parcialmente narrativa. Por isso mesmo, não pode ser refutada pela asserção contrária: "de que não é assim, mas dessa ou daquela maneira"; nem trazendo à lembrança e narrando representações costumeiras como verdades bem conhecidas e estabelecidas; nem apresentando e asseverando algo novo, tirado do escrínio da intuição divina interior. Frente ao desconhecido, a primeira reação do saber costuma ser um acolhimento desses; para salvaguardar sua liberdade e perspicácia, e a própria autoridade frente à autoridade estranha (pois o que se apreende pela primeira vez parece ter essa forma); mas também para evitar essa aparência ou espécie de vergonha que reside no fato de aprender alguma coisa. Do mesmo modo, no caso de acolhimento favorável do desconhecido, a reação da mesma espécie consiste no que foram, em outra esfera, o discurso e a ação ultra-revolucionários. (HEGEL, 2008, p.53).

O *escrínio da intuição* encontraria, no saber absoluto, seus limites ao se deparar com a consciência real da consciência-de-si como superação da linguagem, a partir daqui se aprofunda substancialmente a constituição da consciência histórica:

Inversamente, a cada momento abstrato da ciência corresponde em geral uma figura do espírito que-se-manifesta. Como o espírito aí-essente não é mais rico que a ciência, assim também não é mais pobre em seu conteúdo. Conhecer os conceitos puros da ciência, nessa forma de figuras da consciência, constitui o lado de sua realidade segundo o qual sua essência - o conceito - que nela está posto em sua *simples* mediação como *pensar*, dissocia um do outro os momentos dessa mediação, e se apresenta segundo a oposição interna. A ciência contém, nela mesma, essa necessidade de extrusar-se [própria] da forma do puro conceito; e [contém] a passagem do conceito à *consciência*. Pois o espírito que se sabe a si mesmo, precisamente porque apreende o seu conceito, é a igualdade imediata consigo mesmo, a qual em sua diferença é a *certeza do imediato*, ou a *consciência sensível*, - o começo donde nós partimos. Esse desprender-se da forma de seu Si é a suprema liberdade e segurança de seu saber de si. (HEGEL, 2008, p.219).

O absoluto em Hegel assume a existência do espírito consciente de si mesmo não espírito alienado na divindade. Feuerbach embora permita com a unidade Deus-Homem criar a consciência sobre a práxis.

A essência da teologia é a essência do homem, transcendente, projectada para fora do homem; a essência da lógica de Hegel é o pensamento transcendente, o pensamento do homem posto fora do homem. (FEUERBACH, 1842, p.4)

A religião cristã uniu o nome do homem e o nome de Deus sob um só nome, o de Deus-Homem – elevou, pois, o nome do Homem a atributo do Ser supremo: segundo a verdade, a nova filosofia fez deste atributo a substância, e do predicado o sujeito – a nova filosofia é a ideia realizada – a verdade do Cristianismo. Mas precisamente porque contém em si a essência do Cristianismo, abandona o nome do Cristianismo. O Cristianismo exprimiu a verdade unicamente em contradição com a verdade. A verdade sem contradição, pura, liberta de todas as falsificações é uma nova verdade – uma acção nova e autónoma da humanidade. (FEUERBACH, 1842, p.20)

É apropriado por Marx e Engels em 1845 nas teses sobre Feuerbach, no caso específico, na quarta tese. Feuerbach ao evidenciar a unidade Deus-Homem³ permitiu a consciência encontrar o movimento real independente da Fenomenologia do espírito e, criticá-la no seu fundamento.

Feuerbach parte do fato da auto-alienação religiosa, da duplicação do mundo num mundo religioso, imaginado, e num mundo real. Seu trabalho consiste em dissolver o mundo religioso em seu fundamento mundano. Ele ignora que, após a realização desse trabalho, o principal resta ainda por fazer. Sobretudo o fato de que o fundamento mundano se destaca de si mesmo e constrói para si um reino autónomo nas nuvens é, precisamente, algo que só pode ser esclarecido a partir do auto-esfacelamento e do contradizer-a-si-mesmo desse fundamento mundano. Ele mesmo tem, portanto, de ser primeiramente entendido em sua contradição e, em seguida, por meio da eliminação da contradição, ser revolucionado na prática. (MARX; ENGELS, 2009, p.538).

Apesar disso Marx absorve a crítica inexata de Feuerbach a Hegel, na primeira tese, o que não modifica a síntese, mas caracteriza erroneamente a *Fenomenologia*. Uma coisa é ser abstrata outra é ser idealista, ao tratar da totalidade concreta pelo movimento do espírito como manifestação do ser, Hegel pode ser caracterizado por idealista, mas de forma alguma como uma abstração, pois a atividade sensível é para o espírito unidade, é consciência-de-si consigo mesmo.

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora – o de Feuerbach incluído – é que o objeto, a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma de *objeto* ou da *contemplação*; mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*, não subjetivamente. Daí decorreu que o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, foi desenvolvido pelo idealismo – mas apenas de modo abstrato, pois naturalmente o idealismo não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis; mas ele não apreende a própria atividade humana como

³ Essa unidade se apresenta na filosofia alemã em função da consideração sobre a religião como a expressão máxima da alienação. Drummond faz uma crítica fundamental a esse processo em a rosa do povo ao expressar a poesia como a superação da alienação por permitir o homem se relacionar consigo mesmo. Por isso a poesia engrandece seus leitores.

atividade *objetiva* [...] Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”. (MARX; ENGELS, 2009, p.537).

Hegel apresentou o espírito como objetivação, condição de superação do instinto animal do homem de forma que desenvolve o que Adam Smith denomina de trabalho comandado, sem compreender a existência do valor, aí reside a dificuldade de Marx em caracterizar essa crítica direcionada a Hegel, pois essa síntese só pode ser realizada pela atividade humana sensível.

Na substância universal, porém, o indivíduo não só tem essa *forma* da *subsistência* de seu agir em geral, mas também *seu conteúdo*. O que ele faz, é o gênio universal, o etos de todos. Esse conteúdo, enquanto se singulariza completamente, está em sua efetividade encerrada nos necessidades, é tanto satisfação das necessidades alheias quanto das próprias; e o indivíduo só obtém a satisfação de suas necessidades mediante o trabalho dos outros. Assim como o singular, em seu trabalho *singular*, já realiza *inconscientemente* um trabalho *universal*, assim também realiza agora o [trabalho] universal como seu objeto *consciente*: torna-se sua obra o todo *como todo*, pelo qual se sacrifica, e por isso mesmo dele se recebe de volta. Nada há aqui que não seja recíproco, nada em que a independência do indivíduo não se atribua sua significação *positiva* - a de ser para si - na dissolução de seu ser-para-si e na *negação* de si mesmo. Essa unidade do ser para outro - ou do fazer-se coisa - com o ser-para-si, essa substância universal fala sua *linguagem universal* nos costumes e nas leis de seu povo. (HEGEL, 1992, p.223).

A síntese, na segunda, na quarta tese e na oitava tese, não é afetada por essa caracterização inexata de Marx em relação a Hegel, apenas apresenta-se como elemento superado coisificado em Hegel, o que não descaracteriza, de fato, a síntese. Esses abalos da interpretação elucidam o caminho em que a síntese percorre até ser constituída pelo pensamento e, seria errôneo percorrer os labirintos desse caminho para desvendar o processo, porque de fato seria apenas a inconsciência desse processo agindo por si. A síntese resolve essa problemática ao consolidar a unidade entre o real como atividade sensível e o pensamento, a décima tese e a décima primeira tese são a consciência desse processo perante a história da humanidade.

A segunda tese revela como a unidade entre o real como atividade sensível e o pensamento é inseparável do movimento das classes sociais, o que supera a tese de que a ciência é abstração ou que realizar ciência é desconsiderar as classes. Esses elementos da atividade sensível humana serão então conforme a quarta tese o motor da investigação e o nexos necessário para caracterizar a décima tese e a

décima primeira tese. Os *Grundrisse* se apresentam nesse processo de investigação que será diluído na exposição de *O capital*⁴.

O *contradizer-a-si mesmo do fundamento mundano* apresenta-se com síntese no pensamento e pressuposto histórico da eliminação da contradição entre o *fundamento mundano* e o *mundo religioso*:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2011, p.54).

O concreto aparece no pensamento enquanto ele existe e pressupõe sua constituição como processo real:

O capital, de acordo com sua existência material, havia se subdividido nesse três elementos; por outro lado, o *processo de trabalho* era sua unidade movente (ou a interação mútua desses elementos em um processo), a unidade estática, o produto. Nessa forma, os elementos materiais – material de trabalho, meios de trabalho e trabalho vivo – aparecem somente como os momentos fundamentais do próprio processo de trabalho, do qual o capital se apropria. Mas esse aspecto material – ou sua determinação como valor de uso e processo real – dissociou-se totalmente de sua determinação formal”. (MARX, 2011, p.579).

O processo de trabalho se apresenta fora dele pela existência formal de seus próprios elementos, que são apropriados pelo capital e antes de se efetivar na produção são partes quantitativas do capital; o processo se transmuta quando os próprios elementos se relacionam como capital, qualitativamente, circulante e fixo.

Agora, entretanto, na diferença entre capital circulante (matéria-prima e produto) e *capital fixo* (meios de trabalho), a diferença elementos como valores de uso é posta simultaneamente como diferença do capital como capital, em sua determinação formal. A inter-relação dos fatores, que era só quantitativa, aparece agora como diferença qualitativa do próprio capital e como determinante de seu movimento total. (MARX, 2011, p.580).

Sobre essa forma fixa em que a existência como capital se realiza se transmuta qualitativamente pela necessidade imanente do capital de valorizar a si mesmo e reproduzir a burguesia. Nesse processo em que primeiramente se apresenta o capital na sua existência material, ocorre no meio de trabalho ao se constituir num autômato, a superação da mediação da produção pelo trabalho manual.

⁴ Esse processo apresenta a inexistência de caracterizar Marx a partir da juventude e da maturidade a própria constituição intelectual humana é um processo em que ele precisa se alienar e superar o estranhamento.

Assimilando ao processo de produção do capital, o meio de trabalho passa por diversas metamorfoses⁵, das quais a última é a *máquina* ou, melhor dizendo, um *sistema automático da maquinaria* (sistema da maquinaria; o *automático* é apenas a sua forma mais adequada, mais aperfeiçoada, e somente o que transforma a própria maquinaria em um sistema), posto em movimento por um autômato, por uma força motriz que se movimento por si mesma; tal autômato consistindo em numerosos órgãos mecânicos e intelectuais, de modo que os próprios trabalhadores são definidos como membros conscientes dele. Na máquina e mais ainda na maquina[ria] como um sistema automático, o meio de trabalho é transformado quanto ao seu valor de uso, i.e., quanto à sua existência material, em uma existência adequada ao capital fixo e ao capital como um todo, e a forma em que foi assimilado como meio de trabalho imediato ao processo de produção do capital foi abolida em uma forma posta pelo próprio capital e a ele correspondente. Em nenhuma sentido a máquina aparece como meio de trabalho do trabalhador individual. A sua *differentia specifica* não é de forma alguma, como no meio de trabalho, a de mediar a atividade do trabalhador sobre o objeto; ao contrário, esta atividade é posta de tal modo que tão somente medeia o trabalho da máquina, a sua ação sobre a matéria-prima – supervisionando-a e mantendo-a livre de falhas. Não é como no instrumento, que o trabalhador anima como um órgão com a sua própria habilidade e atividade e, cujo manejo, em consequência, dependia de sua virtuosidade. (MARX, 2011, p.580).

A transmutação qualitativa do capital fixo subjuga a mediação anteriormente realizada no processo de trabalho, seu movimento é agora produzido pela ciência que se constitui nesse processo e caracteriza seu fundamento.

A ciência, que força os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina [...] O processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido de processo dominado pelo trabalho como unidade que o governa [...] cuja unidade .. citar .. (MARX, 2011, p.581).

E então a ciência se constitui historicamente como produto da maquinaria como capital, o qual se apropria da ciência, subjuga a seu movimento, enquanto esse fundamento dilacera a existência do capital, por isso o capital é a forma em que a maquinaria se apresenta no modo de produção capitalista, a forma adequada para o capital se valorizar embora em si a existência do capital não está presa às formas materiais. O trabalho objetivado se apresenta como forma material dominante do processo de produção diante do trabalho vivo, mero meio para valorizar o capital e potencializar o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que o domina e ao mesmo tempo se apropria de todo o saber criado, ao criar pelo movimento do próprio capital:

⁵ Essas são apresentadas apenas em *O capital*, capítulos XI, XII e XIII. A teoria econômica não percorre esse processo apenas considera a tecnologia como elemento pra se desenvolver a

A acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas do cérebro social, é desse modo absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece conseqüentemente como qualidade do capital, mais precisamente do *capital fixo*, na medida em que ele ingressa como meio de produção propriamente dito no processo de produção. A maquinaria aparece, portanto, como a forma mais adequada do *capital fixo*, e o *capital fixo*, na medida em que o capital é considerado na relação consigo mesmo, como a *forma mais adequada do capital de modo geral*. Por outro lado, na medida em que o capital fixo está preso à sua existência como valor de uso determinado, ele não corresponde ao conceito do capital, que, como valor, é indiferente a qualquer forma determinada do valor de uso e pode assumir ou se desfazer de qualquer uma delas como encarnação diferente. Sob esse aspecto, sob o aspecto da relação do capital para o exterior, o capital circulante aparece como a forma adequada do capital diante do capital fixo. (MARX, 2011, p.582).

E assim o capital se afirma *urbi et orbi* como modo de produção mais desenvolvido da história da humanidade e com pretensão de eternidade, pois ao constituir a ciência sob sua base parece notório ele ser o único e devido a se apropriar dela e a utilizar sob seus comandos, pois o capital fixo é a forma que se apresenta como mais adequada a ciência. A ciência se constitui efetivamente quando o capital fixo, a máquina produz máquinas⁶.

Portanto, o desenvolvimento pleno do capital só acontece – ou o capital só terá posto o modo de produção que lhe corresponde – quando o meio de trabalho é determinado como *capital fixo* não só formalmente, mas quando tiver sido abolido em sua forma imediata, e o *capital fixo* se defrontar com o trabalho como máquina no interior do processo de produção; quando o processo de produção em seu conjunto, entretanto, não aparece como processo subsumido à habilidade imediata do trabalhador, mas como aplicação tecnológica da ciência. (MARX, 2011, p.583).

O capital fixo, é a forma em que a maquinaria, se apresenta no modo capitalista de produção, mas em si não é capital fixo, mas indústria moderna que se apresenta como capital fixo. A indústria moderna caracteriza a constituição da *subsunção real* do trabalho ao capital e sua própria transição ao negar o trabalho vivo.

No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência a produção [...] novo fundamento desenvolvido [...] cérebro humano [...] tempo liberado. (MARX, 2011, p.587).

produtividade do trabalho, a exemplo de Schumpeter sobre a destruição criadora.

⁶ Por isso é o departamento I de uma economia que regula a produtividade do trabalho.

Objetivação da ciência pelo capital fixo, a ciência passa a ser produto da indústria moderna e pressuposto da sua existência enquanto capital fixo.

É na produção do *capital fixo* que o *capital se põe, em uma potência mais elevada que na produção de capital circulante, como fim em si mesmo e aparece efetivamente como capital*. Em consequência, sob esse aspecto, a dimensão que o capital fixo já possui e que sua produção ocupa na produção total é igualmente *critério do desenvolvimento* da riqueza fundada no modo de produção de capital. (MARX, 2011, p. 592).

Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como ele mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora. Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa em o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. O *roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia*, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. (MARX, 2011, p. 588).

A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas, etc. Elas são *órgãos do cérebro humano criados pela mão humana*; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio *força produtiva imediata* e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como *órgão imediatos da práxis social*; do processo de vida real. (MARX, 2011, p. 589).

A ciência determina o movimento da máquina que se transforma num déspota esclarecido que elimina o trabalho vivo da mediação e o constitui como mero acessório, necessário temporariamente. A ciência é um déspota esclarecido enquanto capital, mas a ciência não decorre sua existência do capital como modo de produção, mas como objetivação histórica do ser na matéria, a própria ciência é quem subjugua sua realização despótica.

Como essas formas – máquinas – que não são naturais se constituíram na história? Qual sua origem histórica? Se essa forma material não provém da natureza de onde surge? Os capítulos, V, XI, XII e XIII de *O capital*, expressam a diluição da investigação em forma de exposição do *contradizer-a-si mesmo do fundamento mundano*, diluição da investigação inicialmente feita nos Grundrisse que agora em *O capital* apresentam as *diversas metamorfoses sofridas* pelos meios de trabalho. O

questionamento acima apresentado aparece dessa forma na seção 1 do capítulo V de *O capital*:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. (MARX, 1996, p.297).

Os capítulos XI, XII e XIII situam a objetivação do ser na matéria e as transformações da produção, da existência, do intelecto e das condições de trabalho. A obra *O capital* expressa à compreensão profunda de como relações determinadamente históricas se objetivam na matéria e se apresentam quantitativamente, esse processo ainda produz a relação com as determinações apriorísticas da cognição para poder se apresentar como síntese. Nos Grundrisse essa consciência não está forjada de onde não pode ser expressar a deflação como expressão última do ciclo periódico do capital, da burguesia como classe histórica e do estado como instituição histórica.

A grande indústria rasgou o véu que ocultava aos homens seu próprio processo de produção social e que transformava os diversos ramos da produção, que se haviam naturalmente particularizado, em enigmas de uns para os outros e até mesmo para o iniciado em cada ramo. Seu princípio — dissolver cada processo de produção, em si e para si, e para começar sem nenhuma consideração para com a mão humana, em seus elementos constitutivos — produziu a bem moderna ciência da tecnologia. As coloridas

configurações, aparentemente desconexas e ossificadas, do processo de produção social se dissolveram em aplicações conscientemente planejadas e sistematicamente particularizadas, de acordo com o efeito útil tencionado das ciências naturais. A tecnologia descobriu igualmente as poucas formas básicas do movimento, em que necessariamente ocorre todo fazer produtivo do corpo humano, apesar da diversidade dos instrumentos utilizados, assim como a Mecânica não se deixa enganar pela maior complicação da maquinaria quanto à repetição constante das potências mecânicas simples. (MARX, 1996, p.114).

A indústria moderna ao decompor o existente se transforma qualitativamente, pois seu pressuposto necessário é a transformação dos materiais naturais que absorve a partir das revoluções tecnológicas, por isso sua conexão está com o futuro, mas seu próprio movimento real é quem constrói o futuro ao materializar, na forma de segunda natureza, os elementos transformados continuamente no processo produtivo. Ao se apropriar do existente cria o existente, a indústria moderna supera a leis naturais e imprimem-lhe as leis da história humana ao constituir a libertação real, a espécie humana em carne e osso se apresenta materializada nessa forma material que sob a época capitalista produz de um lado o tempo livre e de outro o consome como se fosse apenas máquina.

A indústria moderna nunca encara nem trata a forma existente de um processo de produção como definitiva. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, enquanto a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. Por meio da maquinaria, de processos químicos e de outros métodos, ela revoluciona de forma contínua, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de produção. Com isso, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e lança sem cessar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo da produção para outro. (MARX, 1996, p.114).

Mas tampouco há dúvida de que a forma capitalista de produção e as condições econômicas dos trabalhadores que lhe correspondem estão na contradição mais diametral com tais fermentos revolucionários e seu objetivo, a superação da antiga divisão do trabalho. O desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é, no entanto, o único caminho histórico de sua dissolução e estruturação de uma nova. *Ne sutor ultra crepidam!*, o *nec plus ultra* da sapiência artesanal tornou-se uma tremenda bobagem a partir do momento em que o relojoeiro Watt inventou a máquina a vapor, o barbeiro Arkwright, a máquina de fiar, o joalheiro Fulton, o navio a vapor. (MARX, 1996, p.116).

Propor à elevação da filosofia a condição de ciência para decifrar a verdade da história era a pretensiosa proposta assim assinalada por Hegel, no início da *Fenomenologia*, descrever isso se torna simples, a dificuldade reside em decifrar porque Hegel chegou nessa preposição que esclareceria o desenvolvimento da história e porque Hegel não concluiu essa labuta. O ser que se manifestava como

espírito constituiu no seu desenvolvimento a consciência-de-si e a consciência de se autodeterminar de forma que seu movimento era produto de si e, o esclarecimento da verdade relacionava-se nesse processo com a constituição da ciência como produto do espírito consciente-de-si. O espírito embora se apoderasse do mundo em seu movimento e o pudesse conhecê-lo pelo dividir, sua odisséia se caracteriza por sua imponentia real a despeito das formas reais da realidade social, que as suprassumia. Quando o espírito se depara com a práxis, Hegel cria uma consciência profunda sobre o fim do Estado na história ainda que se afaste da decomposição da matéria como esclarecimento do processo histórico real e efetivo. A decomposição da matéria objetivada pela indústria moderna fez as pretensões de Hegel ser realizadas quase na totalidade por Marx, mas esse fato traduz o porquê de Hegel não ter realizado essa grandiosa labuta. Com a consciência do hoje se pode esclarecer o caminho seguido por Hegel, mas como fruto da apropriação do mundo realizada pela espécie humana Hegel significa um enorme avanço na compreensão da história ainda mais quando tudo foi realizado pela relação do espírito consigo mesmo.

A decomposição realizada pela indústria moderna tanto das formas materiais como das formas sociais cria uma unidade ou também se estabelece a decomposição dos elementos constituintes do corpo humano que só conclui, com o genoma humano:

Ela envolve a colaboração entre grupos de pesquisa, mas, mais profundamente, a integração das abordagens disciplinares que eram originalmente vistas como separadas e distintas. Esta fusão de tecnologias, processos e dispositivos em um todo unificado irá criar novos caminhos e novas oportunidades para o avanço científico e tecnológico. (INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 2012)

O instituto⁷ Massachusetts de tecnologia (MIT) revelou essa unidade como *todo unificado*, tal unidade manifesta a transformação do intelecto humano, sendo a própria transformação da existência humana, ao possibilitar reproduzir o real pelo pensamento, a despeito de determinações apriorísticas da cognição que se reproduzem continuamente. Desconsiderando essa unidade o debate intelectual estaria no patamar das determinações apriorísticas eliminando a base material da transformação do intelecto humano, a unidade apresenta uma dificuldade profunda

⁷ Não se trata de afirmar Marx pela evidência do MIT, mas entender as objetivações da base material e, de reproduzir o real pelo pensamento. Por isso Kalecki realizou o entendimento da igualdade entre poupança e investimento pelos registros contábeis.

pra quem não se desprende dessa forma arcaica de se apropriar do real. Essa unidade permite estudar o processo histórico real por sua relação essencial de materialização do ser através da *atividade humana sensível*.

4 A ORIGEM DO CAPITAL

A mercadoria em odisséia antediluviana⁸ se dinamiza socialmente - na Grécia antiga, em Roma, no Brasil como forma diversa da produção indígena – se encontra com outras mercadorias e trocam de lugar entre si primeiro pelo movimento das próprias mercadorias e depois pela compra com a forma dinheiro. Seu movimento como *consciência-de-si* se desenvolve no pensamento, enquanto que os homens se satisfazem pelo seu consumo e, dão a impressão de eternizá-lo. Uma contradição da consciência-de-si da forma mercadoria é impor sua falta de consciência sobre sua própria odisséia. A cognição diante desse fenômeno profano o compreende *estranhadamente* e dilacera sua própria existência profana apenas na sua consciência.

A mercadoria é antes de tudo produto do trabalho humano ao transformar a natureza e a si, é um objeto externo aos homens em que realizam sua existência real e seu desenvolvimento com as formas materiais transformadas da natureza, o que dá significado real a existência humana. As mercadorias parecem hierarquizar sua dupla existência como valor-de-uso e valor-de-troca quando em contato na troca aparecem em plena existência de valor-de-troca, não dizem então, porque podem se igualar⁹ como mercadorias na troca, sendo diferentes valores-de-uso e logo se quantificam.

Que significa essa igualdade? Que algo comum, com a mesma grandeza, existe em duas coisas diferentes, em uma quarta de trigo e em n quintais de ferro. As duas coisas são, portanto, iguais a uma terceira, que, por sua vez, delas difere. Cada uma das duas, como valores-de-troca, é reduzível, necessariamente, a essa terceira. Evidencia-se isto com um simples exemplo geométrico. Para determinar e comparar a área de polígonos, decompomo-los em triângulos. O próprio triângulo pode converter-se, também, numa expressão inteiramente diversa de sua figura visível – a metade do produto da base pela altura. Do mesmo modo têm os valores-de-troca de ser reduzíveis a uma coisa comum, da qual representam uma quantidade maior ou menor. (MARX, 2008, p.59).

Se os valores-de-uso diferem então para se equipararem na troca têm de se desprender do caráter concreto do trabalho e se apresentarem apenas como trabalho humano abstrato: a substância comum. Essa abstração¹⁰ do caráter

⁸ O antediluviano se configura pela existência das relações do mundo das mercadorias embora como fetiche do capital. Por isso seu movimento como consciência-de-si é eterno, mas se transmuta em fetiche do capital e deixa a eternidade no passado.

⁹ A revolução marginalista pressupôs como o mundo das mercadorias que a equiparação era dada, diferentemente de Aristóteles.

¹⁰ Quanto a esse fato os críticos do conhecimento objetivo, utilizam apenas da abstração, que é uma característica interessante da espécie humana.

concreto do trabalho é realização pelo pensamento da apreensão real que decorre da própria decomposição realizada na produção.

Pondo de lado seu valor-de-uso abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso [...] Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. (MARX, 2008, p.60).

O valor-de-troca é então a forma dessa substância social comum: o valor que se objetiva nas mercadorias. A grandeza desse valor é medida pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção - a despeito de trabalhos inábeis ou da preguiça de Macunaíma - entendida como força social média de trabalho humano abstrato socialmente necessário e, sendo sua substância o trabalho, mas valor não é trabalho.

O estudo das mercadorias, “só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor” (MARX, 2008, p. 69), sem a forma concreta do trabalho, era necessário para evidenciar seu reconhecimento social como *consciência-de-si*, vejamos a mercadoria e o duplo caráter do trabalho materializado. O valor-de-uso expressa uma forma concreta de produzi-la como o produtor de casacos, que pressupõe um estágio do desenvolvimento da humanidade em que os produtos do trabalho se transformam em mercadorias, certa divisão social do trabalho (diferentes formações sociais e modos de produção¹¹). Esse objeto externo criado pelos homens explicita sua existência.

Antes de surgir um alfaiate, o ser humano costurou durante milênios, pressionado pela necessidade de vestir-se. Mas o casaco, o linho, ou qualquer componente da riqueza material que não seja dado pela natureza, tinha de originar-se de uma especial atividade produtiva, adequada a determinado fim e que adapta certos elementos da natureza às necessidades particulares do homem. (MARX, 2008, p.64).

O valor da mercadoria como trabalho humano abstrato socialmente necessário indaga a própria existência humana, pois se essa é realizada pelos valores-de-uso o que há por trás da relação entre valor-de-uso e valor com as variações da produtividade do trabalho¹². Antes teremos que investigar a forma do valor: o valor de troca.

¹¹ Para isso ver *O processo civilizatório* de Darcy Ribeiro e *Formações econômicas pré-capitalistas* de Marx.

¹² O esclarecimento está na queda da taxa geral de lucro pelo desenvolvimento da indústria moderna.

As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra. Partimos do valor-de-troca ou da relação de troca das mercadorias, para chegar ao valor aí escondido. Temos, agora, de voltar a essa forma de manifestação do valor. (MARX, 2008, p. 69).

Esclareceremos, então, a forma dinheiro do valor a partir da mais originária relação que o valor assume entre mercadorias percorrendo o processo histórico real embora esse apareça na cognição como resultado, assim estabeleceremos a gênese do dinheiro separado das inúmeras cognições que o cerca. Quando em sua odisséia antediluviana essa se defronta com outro exemplar de sua espécie, “cada mercadoria individual é considerada aqui exemplar média de sua espécie” (MARX, 2008, p.61), assumem a forma simples do valor “todo o segredo da forma do valor encerra-se nessa forma simples do valor. Na sua análise reside a verdadeira dificuldade” (MARX, 2008, p.70). Uma mercadoria expressa seu valor na outra, mas a outra só serve como veículo de valor da uma e, essa expressa seu valor relativamente na outra apenas, pois. Chamaremos a uma de X e a outra de Y. A mercadoria X por expressar seu valor relativamente na outra assume a forma relativa do valor, já a Y que entrega seu corpo para X expressar seu valor assumindo a forma de equivalente, cada uma com sua personalidade determinada. Essas personalidades são inseparáveis *pari passu* a existência como pólos excludentes da forma simples do valor. O caráter inseparável de suas personalidades na relação apresenta como o valor só pode se manifestar socialmente¹³, embora pouco saiba sobre esse fato profano, tampouco perguntam por que não podem expressar o valor por si mesmo?

A forma relativa do valor encerra outra façanha porque pra se quantificar tem de se reconhecer em outra mercadoria, mas como dois valores-de-usos distintos podem se reconhecer?¹⁴ Só o reconhecimento permite a quantificação¹⁵, então precisamos desvendar esse mistério para continuarmos a odisséia antediluviana das

¹³ Essa é a primeira evidência que as mercadorias tratam, embora sem consciência, da sua realidade em confronto direto com a forma invertida como se apresentam para expressarem seus valores, apenas a ciência pode elucidar a consciência da forma mercadoria diante do esclarecimento do processo histórico; veremos por fim como essa falta de consciência se dilui pela economia e principalmente como ela se apresenta como práxis realizada com a gênese do dinheiro.

¹⁴ Quem primeiro fez essa pergunta foi Aristóteles, embora os críticos de Marx com suas pretensões apriorísticas procurem dar ao valor sua existência de teoria e dar gentilmente a Marx a propriedade sobre o que chamam de teoria do valor-trabalho.

¹⁵ A quantificação foi o pressuposto da análise da utilidade como valor, veremos no próximo capítulo como da forma preço se desenvolveu essa concepção e seus desdobramentos.

mercadorias. Ao se relacionarem X e Y se reconhecem pela substância comum, o trabalho humano abstrato socialmente necessário cristalizado nas mercadorias, mas aqui aparece pela primeira vez como esse reconhecimento é a objetivação¹⁶ de uma relação social determinada e esse só se realiza pela redução a essa substância comum:

Só a expressão da equivalência de mercadorias distintas põe à mostra a condição específica do trabalho criador de valor, porque ela realmente reduz à substância comum, a trabalho humano, simplesmente, os trabalhos diferentes incorporados em mercadorias diferentes. (MARX, 2008, p.73).

X e Y embora com distintas personalidades, na verdade a forma relativa do valor e a forma de equivalente realizam o mistério de se reconhecer apesar de suas formas materiais *se entregam de corpo e se reconhecem em alma*, X ao expressar seu valor em Y apresenta-se como forma relativa do valor. O reconhecimento pressupõe a quantificação, independente das formas materiais X e Y, agora em relação, determinam a quantificação em que se trocam pelo tempo de trabalho humano abstrato socialmente necessário para reproduzi-las e realizam *a alma pelo corpo* “o linho reconhece no casaco, mesmo abotoado, a alma igual a sua através do valor” (MARX, 2008, p.74). Como X é apenas a forma relativa do valor, alterações na produtividade podem fazer variar esse valor sem o valor de X se alterar de fato, a mistificação da circulação das mercadorias começa a aparecer como uma problemática significativa, pois a busca por um padrão invariável do valor¹⁷ aparece como concepção a-histórica, até porque o valor para se expressar na forma de equivalente tem antes de se reconhecer nesse, é dizer, ser produto de trabalho humano. A forma de equivalente encerra desdobramentos significativos do processo histórico, aqui as relações materiais inclusive parecem estar desprovidas de uma “historicidade” como se fosse mera relação abstrata, como se mercadoria fosse em si uma abstração. A mercadoria Y como acima exposta se torna veículo material de expressão do valor da mercadoria X, por isso pode ser trocada pela mercadoria X se caracterizando como equivalente, mas em momento algum Y expressa seu próprio valor e, a expressão de X aparece como expressão de um valor-de-uso determinado. Então a forma equivalente faz do valor-de-uso forma de manifestação do seu contrário, o valor de X, faz do trabalho concreto forma de manifestação do

¹⁶ “Nenhum átomo de matéria se encerra no seu valor” (MARX, 2008, p. 69).

¹⁷ Ver o debate de Ricardo com Smith e a crítica de Keynes a fixação de um padrão único de valor ao considerar a reserva de valor da moeda.

trabalho abstrato e o trabalho social aparece como trabalho individual (MARX, 2008). Por essas propriedades da forma de equivalente, o valor aparece objetivado e contido individualmente em determinada mercadoria, mas essa é só a consciência-de-si das mercadorias, que fez nascer o *estranhamento* da consciência humana sobre o que é o valor.

Conforme Marx, Aristóteles apreendeu as duas últimas propriedades da forma de equivalente sobre a quantificação da troca embora não pudesse elucidá-la, veremos adiante porque Aristóteles não poderia descobrir o fundamento da quantificação e que o pressuposto dessa foi a descoberta da mais-valia e como essa elucidada a quantificação sendo esse resultado de uma sociedade onde os homens como proprietários de mercadorias são a relação social dominante e não a relação capitalista em que predomina a relação da classe trabalhadora consigo mesmo personificada pela classe capitalista “é apenas a relação [...] da mesma população trabalhadora” (MARX, 2008, p.724). A diferença de Marx para Aristóteles é que Marx pode indagar a origem das formas materiais não produzidas pela natureza.

A generalização da forma simples do valor realiza a forma total do valor onde em vez de X se expressar em Y, se expressa em todas as mercadorias. *Urbi et orbi*.

Desaparece a relação eventual de dois donos individuais de mercadorias. Evidencia-se que não é a troca que regula a magnitude do valor da mercadoria, mas, ao contrário, é a magnitude do valor da mercadoria que regula as relações de troca. (MARX, 2008, p.85).

Só aqui aparece a forma de equivalente particular, a forma total encerra uma problemática, pois sua expressão de valor não finda e se constitui numa série tão grande quanto às inúmeras mercadorias além de expressões desconexas. Ora, se a forma total é a expressão de X em todas as mercadorias, todas essas expressam seu valor em X, invertendo a equação tornamos X o equivalente de todas essas e, portanto, o equivalente geral “daí ser esta a forma que primeiro relaciona as mercadorias, como valores, umas com as outras, fazendo-as revelarem-se, reciprocamente, valores-de-troca” (MARX, 2008, p.88). Agora todas as mercadorias expressam seu valor em X e, por isso X torna-se equivalente geral e, não ao contrário conforme a forma acabada, agora que o equivalente geral se estabeleceu aquela problemática da desconexão da forma total do valor se encerra e a forma relativa do valor se realiza objetivamente e universalmente, dessa forma o equivalente geral se torna dinheiro, meio de expressar o valor das mercadorias que agora aparecem na forma preço, expressão monetária do valor, não é a toa que

antes de ser explorado o ouro já é dinheiro. “Como é possível que as terras de onde se extraíam metais em volume suficiente para revolucionar a economia europeia fossem cronicamente privadas de dinheiro?” (DONGHI, p.12).

No Brasil esse processo possui uma característica que adiante será elucidada, mas é indispensável a sua apresentação, inclusive para elucidar a crítica de Furtado ao padrão-ouro.

Pouco depois da transferência da corte, o ouro terá desaparecido da circulação, e a produção das minas brasileiras, aliás muito reduzida, não chegava nem a aparecer nela. Substituem-no a princípio os já referidos pesos espanhóis de prata; mesmo estes contudo começarão logo a escassear, e em seu lugar aparecerá uma moeda depreciada de cobre; e finalmente papel-moeda de valor instável e sempre em acelerado declínio. (PRADO, 1976, p.133)

Walras comprova a tese materialista de que a formalização dos fenômenos reais é realizável pelo fato de que as relações sociais aparecem objetivadas na matéria, nesse caso nas mercadorias. Como a objetivação aparece quantificada podem essas ser tratadas por equações, a dificuldade reside em fazer a mediação entre a manifestação do valor expressa no dinheiro como preço, sem esclarecer o desdobramento da oposição interna entre valor-de-uso e valor, na forma dinheiro. Se o valor se manifestava pela forma de equivalente e, só na relação de troca, Walras utiliza exatamente desse fenômeno sem consciência e, expressa o preço da mercadoria A em termos da B e só nessa relação, existe a forma preço.

O preço, expresso pela forma dinheiro, é a forma acabada em que aparece na circulação das mercadorias o desdobramento, da oposição interna entre valor-de-uso e valor, a dificuldade é compreender porque em épocas anteriores se trocavam mercadorias por mercadorias em que se formava um valor de troca e desse fenômeno compreender a gênese do dinheiro, diante dessa labuta. Walras simplesmente decreta que preço é valor de troca numa relação determinada: “Chamando-se, em geral, de *preços* as relações dos valores de troca, ou os valores de troca relativos” (WALRAS, 1996, p. 67). Assim caracterizada a formalização é realizável¹⁸, independente das relações historicamente determinadas.

A generalização desse processo, o equilíbrio geral, pressupõe a existência do dinheiro ao contrário da reprodução desse processo feita por Marx, em que a

¹⁸ Quando Walras iguala o valor-de-troca ao preço com a forma dinheiro já constituída, a problemática em torno da criação de valor pelo trabalho pode ser desconsiderada, já que a partir da forma dinheiro que o preço se apresenta independente de sua origem. Elimina assim a gênese do dinheiro do debate.

generalização significava o processo da gênese do dinheiro. A conclusão profunda desse processo é que Walras só pode realizar o movimento dos preços mercantis e, não o preço¹⁹ expresso na moeda como forma do capital.

4.1 O fetiche da mercadoria

Percorremos a odisséia antediluviana das mercadorias e encontramos como síntese, a forma dinheiro do valor, agora todas as mercadorias expressam seu valor no dinheiro como que por uma característica inata o dinheiro expressa o valor de todas as mercadorias. A forma simples do valor patenteada na relação entre a forma relativa do valor e a forma equivalente expressou determinadas propriedades dessa forma, senão vejamos: o valor-de-uso de Y se tornou a forma material pela qual o valor de X foi expresso, então o trabalho humano abstrato aparece como trabalho concreto e o trabalho social como individual e tudo se conclui na expressão: o valor aparece objetivado individualmente em determinada mercadoria. A relação de valor das mercadorias patenteou a relação delas mesmas, e a relação social entre os homens produtores de mercadorias se ocultou, essa ocultação das relações sociais humanas que aparecem como relação entre as mercadorias no mercado foi denominada por Karl Marx de fetiche das mercadorias:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquô os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo

¹⁹ *A posteriori* será apresentada a moeda e o significado dos preços.

são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1996, p.198).

A consciência-de-si das mercadorias, produto do seu fetiche, apresenta aos homens seu mundo mistificando as relações sociais determinadamente históricas dos próprios homens e, esses tornam o mundo delas sua consciência ao apreender *estranhadamente* à relação de valor e apenas nela “seu próprio movimento social possui para eles a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-las” (MARX, 1996, p.200). Apreender a história por sua própria forma de exposição, pelos fatos que se sucedem uns aos outros, é dar significado inverso à apreensão da realidade, pois ela mesma expõe sua história. A exposição parece então estar vinculada diretamente ao acontecimento, mas a possibilidade de apreensão desse deriva tão somente do processo de desenvolvimento acabado da produção humana, materializado na indústria moderna, assim a exposição é consequência da investigação e a história parece estar invertida no pensamento quando na verdade essa só se esclarece nesse processo, não por acaso Hegel seguia a forma de exposição da história.

Os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem. Por isso, o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieroglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o sentido do hieroglifo, descobrir o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores, assim como a língua, é seu produto social. A tardia descoberta científica, de que os produtos de trabalho, enquanto valores, são apenas expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção, faz época na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipa, de modo algum, a aparência objetiva das características sociais do trabalho. O que somente vale para esta forma particular de produção, a produção de mercadorias, a saber, o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste na sua igualdade como trabalho humano e assume a forma de caráter de valor dos produtos de trabalho, parece àqueles que estão presos às circunstâncias de produção mercantil, antes como depois dessa descoberta, tão definitivo quanto a decomposição científica do ar em seus elementos deixa perdurar a forma do ar, enquanto forma de corpo físico. (MARX, 1996, p. 200).

O caráter objetivo das mercadorias *alienado* em sua relação de valor, que aparece como objetivado individualmente²⁰ em determinada mercadoria transmuta-se no *estranhamento* da consciência humana como *desvairada*, a consciência se

²⁰ É sob essa relação real *estranhada* que Ricardo elabora sua crítica a Smith.

alienou, na inversão característica da forma de equivalente, mas essa inversão não é o valor, apenas sua objetivação. A consciência se *alienou* não como espírito, mas como cognição fragmentada do real, como nexos arbitrários do pensamento.

Quando enuncia esse momento de sua queda consciente e aí o resultado de sua experiência, a consciência-de-si mostra-se como a subversão íntima de si mesma, como o desvario da consciência para a qual sua essência é imediatamente inessência, sua efetividade imediatamente inefetividade. O desvario não pode entender-se como se, em geral, algo inessencial fosse tido por essencial, algo inefetivo por efetivo; como se o que fosse para alguém essencial ou efetivo não o fosse para outrem; e como se a consciência da efetividade e da inefetividade - ou da essencialidade e da inessentialidade - incidissem fora uma da outra. Se algo é de fato efetivo ou essencial para a consciência, em geral, mas não o é para mim, então, na consciência de seu nada, eu - já que sou a consciência em geral - tenho ao mesmo tempo a consciência de sua efetividade; ora, quando os dois [momentos] são fixados, isso forma uma unidade que é o desvario em geral. Contudo, nesse desvario, o que está desvairado para a consciência é apenas um *objeto*; não a consciência como tal, em si e para si mesma. Porém, no resultado da experiência que se revelou aqui, a consciência na sua lei está cônica *de si mesma*, como este Efetivo; e, ao mesmo tempo, tornou-se cônica de sua inefetividade, enquanto consciência-de-si, enquanto efetividade absoluta; porque essa mesma essencialidade, essa mesma efetividade se lhe *alienou*. Ou seja: os dois lados, segundo sua contradição, valem imediatamente como *sua essência* para essa consciência, - que portanto está desvairada no seu mais íntimo. (HEGEL, 1992, p.235).

Vimos anteriormente que as personalidades das mercadorias eram estritamente sociais e agora esclarecemos que essas personalidades não são intrínsecas e, o valor deixa sua inversão, fruto das propriedades da forma equivalente e se apresenta como relação social entre homens privados produzindo mercadorias e a propriedade sobre as mercadorias. A consciência-de-si²¹ das mercadorias subordinou a consciência humana em seu movimento, essa está *alienada*, todo resultado da cognição passa a ser produto do movimento das mercadorias, assim valor é teoria, valor é qualidade intrínseca da mercadoria, dinheiro é expressão do preço, na verdade meros produtos do estranhamento da consciência humana.

É mister uma produção de mercadorias totalmente desenvolvida antes que da experiência mesma nasça o reconhecimento científico, que os trabalhos privados, empreendidos de forma independente uns dos outros, mas universalmente interdependentes como membros naturalmente desenvolvidos da divisão social do trabalho, são o tempo todo reduzidos à sua medida socialmente proporcional porque, nas relações casuais e sempre oscilantes de troca dos seus produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade, quando a

²¹ O processo de estranhamento se apresentará em três momentos conforme a seção *Os preços* do próximo capítulo, a primeira forma em que a consciência-de-si se apresenta está ligada a quem efetiva a atividade.

alguém a casa cai sobre a cabeça. A determinação da grandeza de valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta supera a aparência da determinação meramente casual das grandezas de valor dos produtos de trabalho, mas de nenhum modo sua forma material. (MARX, 1996, p.200).

Consciente-de-si as mercadorias apresentam seu valor como contido individualmente, a consciência humana que se apropria desse processo a partir da forma de exposição da história e, não do processo de constituição da ciência que essa engendra, realiza o *estranhamento* de sua consciência, a partir de sua existência *alienada*. Então o real passa a ser produto da cognição, na verdade é a caracterização da subordinação do movimento da consciência-de-si das mercadorias, tal subordinação produz ao *estranhamento* da consciência humana os desdobramentos da consciência-de-si das mercadorias, enquanto isso a práxis realiza-se:

A reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. (MARX, 1996, p. 201).

Os economistas iludidos pelo fetichismo apresentaram sua cognição com os desdobramentos da consciência-de-si das mercadorias. A primeira forma dessa consciência realizada nos próprios produtores se desdobrará em mais três até a constituição do princípio da demanda efetiva pela forma preço e o desdobramento dessa forma preço em atributos monetários de uma economia monetária.

A exposição consciente da gênese do dinheiro elucidou a conexão entre o desenvolvimento *estranhado* da consciência humana e a forma preço, os seus desdobramentos, a partir da quantificação da relação de valor objetivada desenvolveu a conexão com a matemática; a constatação fragmentada desse processo leva a uma classificação determinada, acontece que a objetivação da relação de valor expressa a unidade da própria relação real com o preço expresso pela mercadoria dinheiro. Ao conectar o preço com o valor-de-troca sem estabelecer a gênese da mercadoria dinheiro, Walras permite o desdobramento da objetivação da relação de valor por sua quantificação independente da criação de valor, pela propriedade abstrata do trabalho. A consciência *estranhada* sobre o desdobramento da relação de valor em relação capitalista expressará em última instância a conexão dos preços com a valorização e da convergência dos preços no

ciclo econômico, a despeito da acumulação global de capital que só é esclarecida considerando o processo real de que a gênese do dinheiro é essencial.

Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio. As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, ouro e prata, tais como saem das entranhas da terra, são imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante. (MARX, 1996, p. 216).

4.2 A função do valor e o valor da função

A relação de valor ainda se apresenta como arbitrariedade cognitiva por ser apresentada por determinado pensador, a própria condição materialista nos impele a libertar a relação de valor de sua autoridade para evidenciar sua existência real como práxis. As formas cognitivas ainda se apresentam aos espectadores independentemente de sua expressão material e esta se confunde com as conexões arbitrárias de fragmentos da realidade com a conexão da reprodução da realidade, de forma que essa exposição parece meramente abstrata. A racionalização da realidade social pelas formas cognitivas de conceito, categoria, etc., apresentam-se como redução da existência humana a partir do momento que determinam aprioristicamente determinada realidade, pois a conexão apriorística que realizam pressupõe a existência dessa labuta racional, é evidente que o conceito, a categoria não se diluem numa existência abstrata, seu próprio nascer é fruto da realidade, mas apenas a partir de determinado fragmento, justamente a condição de sua manutenção real.

Apresentamos a profundidade da problemática envolvida diante da relação de valor, essa é apenas a consciência dessa, é dizer, o início da possibilidade de esclarecimento. A redução existencial pela cognição é um fato que impressiona o espectador da realidade social, pois justamente onde os homens se diferenciam dos animais que é na possibilidade de pensar socialmente é onde aparece à redução de

sua existência, por isso debatíamos o porquê de o homem pensar e sua base nos evidencia a forma que a redução da existência se objetiva diante da realidade social.

A relação de valor que se materializa e se objetiva quantitativamente encontra uma analogia na matemática com a derivada. A derivada é uma taxa de variação que se deduz a partir da tangente do ângulo do triângulo formado pela reta tangente aplicando-se limite a essa tangente. O cálculo dessa derivada não pressupõe sempre a resolução pela definição, mas podem-se utilizar determinados padrões que são conhecidos como regras de derivação. Então a aplicação do limite a tangente se objetiva nas regras de derivação, é dizer, o mesmo padrão da relação entre produtores de mercadorias que se objetiva nas mercadorias. Não podemos reduzir uma relação de valor à forma funcional, mas podemos apresentá-la por uma forma funcional, no caso de o valor ser igual ao preço a relação pode ser expressa por uma função constante onde a variável independente é o valor da mercadoria e a variável dependente seu equivalente, ou sua transmutação em dinheiro, podemos ainda apresentá-la no caso de existir a variação nominal do dinheiro como uma função $y = x + 1/z$ onde x representa a mercadoria e z o quantidade dinheiro que varia de valor inversamente a sua quantidade e y a forma preço.

É interessante observar como a existência de uma relação que se objetiva não está presa a determinada forma cognitiva e a matemática esclarece esse fenômeno. Mas a relação de valor não é uma forma funcional embora possa ser expressa por essa forma tão necessária para expressar a separação entre determinação apriorística e reprodução do real pelo pensamento. Então como poderíamos nos certificar de que embora a relação de valor não seja fruto da cognição, essa tenha existência real como transformação das mercadorias em valores?

Continuar pelo caminho argumentativo nos levaria às conclusões do próprio *estranhamento* da consciência humana, só há esclarecimento quando o valor da mercadoria aparecer como determinação dos preços, quando o valor se relaciona consigo mesmo na produção e não na sua existência de capital comercial e usurário. A estatística moderna resolveu essa problemática que se tornou a base da determinação da gestão da moeda mundial com o índice de preços de produção e o custo unitário do trabalho, veremos adiante o esclarecimento objetivado na existência da moeda mundial na relação consigo mesma, dolarizando o ouro e as reproduções da determinação apriorística da cognição.

4.3 O dinheiro e suas funções, a transformação do dinheiro em capital, a moeda

O processo de circulação das mercadorias se modifica com a existência do dinheiro, a própria gênese registra a função de medida de valor, por se tornar dinheiro, por todas as mercadorias expressarem seu valor na mercadoria dinheiro:

Exerce a função de medida universal dos valores e só por meio desta função o ouro, a mercadoria equivalente específica, se torna dinheiro [...] o dinheiro, como medida do valor, é a forma necessária de manifestar-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho. (MARX, 2008, p.121).

O estado ao estabelecer uma moeda, moeda fiduciária, a indexa em determinada proporção de acordo com o padrão monetário, no caso do ouro é um proporção de seu peso; essa indexação difere da função de medida de valor da moeda, apenas a pressupõe.

Medida de valor e estalão dos preços são duas funções inteiramente diversas desempenhadas pelo dinheiro. É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano; estalão dos preços, por ser um peso fixo de metal. (MARX, 2008, p. 125).

A moeda surge na circulação do dinheiro, o dinheiro como meio de circulação produz a moeda como forma do valor. A forma do valor, o valor-de-troca, ao se desdobrar na forma dinheiro cristalizada na mercadoria ouro, expressa esse valor pela função de medida de valor do dinheiro, condição da circulação das mercadorias, pois seu reconhecimento social está exteriorizado agora na mercadoria ouro como medida do trabalho socialmente necessário para reproduzi-las. A circulação baseada no ouro cria moedas *a posteriori* cunhadas pelo Estado, de forma que a cunhagem exige uma reserva em barras de ouro para funcionar como lastro. Assim existe ouro material (lastro) e ouro material-funcional (moeda). O estado fixa um lastro a partir da reserva de forma que tanto de ouro valha tanto em moeda, o estalão, a medida da moeda em ouro. Esse estalão que mede o valor das mercadorias, por isso a variação da quantidade de papel moeda em relação ao estalão produz variações de preços, desvalorizações. A fixação do estalão pelo Estado poderia ser arbitrária apenas se os preços fossem indexados no poder político.

Na circulação das moedas de ouro, embora essa seja determinada pela produção de ouro, ocorre um desgaste em que se modifica a relação entre a moeda e seu estalão, de forma que a moeda de ouro propriamente dita deixa de ser uma forma material, na circulação, que possa exercer a função de medida de valor:

Pois, na circulação, as moedas de ouro se desgastam, uma mais, a outra menos. O título de ouro e a substância de ouro, o conteúdo nominal e conteúdo real começam seu processo de dissociação. Moedas de ouro de mesma denominação assumem valor desigual, por terem pesos diferentes. O ouro como meio circulante diferencia-se do ouro como padrão dos preços e deixa com isso de ser também equivalente verdadeiro das mercadorias, cujos preços realiza. A história dessa desordem forma a história das moedas da Idade Média e dos tempos modernos até o século XVIII. A tendência naturalmente espontânea do processo de circulação de converter a essência áurea da moeda em aparência áurea ou a moeda num símbolo de seu conteúdo metálico oficial é reconhecida mesmo pelas leis mais modernas sobre o grau de perda metálica que torna uma peça de ouro incapaz de circular ou a desmonetiza. Se o próprio curso do dinheiro dissocia o conteúdo real do conteúdo nominal da moeda, sua existência metálica de sua existência funcional, ele já contém latentemente a possibilidade de substituir o dinheiro metálico em sua função de moeda por senhas de outro material ou por símbolos. (MARX, 1996, p.246).

Dissociando a existência metálica de sua existência funcional, o ouro na sua função monetária se dissocia do seu conteúdo real, de todo o valor objetivado no ouro como forma dinheiro e, então pode ser representado por qualquer forma desde que o Estado dê sua fé.

E, portanto, sua função monetária torna-se, de fato, totalmente independente de seu peso, isto é, de todo o valor. A existência do ouro como moeda dissocia-se radicalmente de sua substância de valor. Coisas relativamente sem valor, bilhetes de papel, podem portanto funcionar, em seu lugar, como moeda. Nas senhas metálicas de dinheiro, o caráter puramente simbólico ainda está em certa medida oculto. Na moeda papel revela-se plenamente. (MARX, 1996, p.247)

A função monetária passa a ser produto de si mesmo independente de determinada mercadoria, como fora exercida pelo ouro, por isso se exerce pelo papel moeda. Mas o papel moeda não sendo produto do trabalho pode exercer essa função? Se um padrão invariável de valor não pode existir em função de o próprio padrão ser produto do trabalho, qual a característica que faz com que o papel moeda possa exercer a função monetária?

A característica da função monetária, dissociação da existência funcional da metálica, existe a partir do ouro como estalão/padrão de forma que o papel moeda apresenta-se como forma desse padrão e o representa, o papel moeda não tem qualquer característica peculiar justamente aí que reside à característica para

exercer a função monetária como representante do ouro. A produção e circulação do ouro são exercidas por um mínimo necessário e o papel moeda segue seu curso em função desse mínimo.

A moeda papel é o signo de ouro ou signo de dinheiro. Sua relação com os valores mercantis consiste apenas em que estes estão expressos idealmente nas mesmas quantidades de ouro que são representadas simbólica e sensivelmente pelo papel. Somente na medida em que representa quantidades de ouro, que são também, como todas as quantidades de mercadorias, quantidades de valor, a moeda papel é signo de valor. (MARX, 1996, p.248).

O ouro como moeda ao exercer a função monetária se dissocia de sua aparente particularidade que é ser dinheiro na função de medida de valor, o papel moeda que realiza a função monetária obscurece a então particularidade do ouro, revelando o valor como uma relação determinadamente histórica e social. O fetiche do dinheiro se revela no papel moeda como uma negação da criação de valor pela propriedade abstrata do trabalho, já que esse não é produto do trabalho humano e, mesmo assim mede os valores das mercadorias, a existência monetária torna-se a única saída racional. A moeda que existe em unidade com a produção, se autonomiza pela função monetária e, na consciência dessa autonomização realiza-se monetariamente. Tudo que se valoriza é capital, tudo que é capital é monetário, lógico.

A gênese do dinheiro pelo desdobramento da forma do valor produziu a moeda como meio de circulação, a superação da relação de valor pela relação capitalista produz qual transformação na moeda?

O processo de circulação das mercadorias engendra o entesouramento como função do dinheiro ao separar a venda da própria compra pela existência do dinheiro; na circulação das mercadorias pode ocorrer então a venda e não a compra, o dinheiro que não circula “petrifica-se em tesouro” (MARX, 2008, p. 157). À separação da venda da compra se desenvolve a separação da compra e da realização através de uma obrigação de pagamento futuro:

Compra-a antes de pagá-la [...] o vendedor torna-se credor; o comprador, devedor. A metamorfose da mercadoria, ou o desenvolvimento da forma do valor, assume então novo aspecto, e, em consequência, o dinheiro adquire nova função. Ele se torna meio de pagamento. (MARX, 2008, p.162).

Enquanto prossegue o curso normal da circulação, essa função do dinheiro pode-se realizar perante as mercadorias como valores e, qualquer necessidade imediata de pagamento apresenta o nexos real dessa função:

A função do dinheiro como meio de pagamento envolve uma contradição direta. Enquanto os pagamentos se compensam, ele serve apenas idealmente de dinheiro de conta ou de medida dos valores. Quando têm de ser efetuados pagamentos reais, a função do dinheiro deixa de ser a de meio de circulação, de forma transitória e intermediária do intercâmbio das coisas materiais, para ser a de encarnar o trabalho social, a existência independente do valor-de-troca, a mercadoria absoluta. Esta contradição manifesta-se na fase especial das crises industriais e comerciais, chamada de crise de dinheiro. (MARX, 2008, p.164).

É a partir dessa função, que a quantidade do dinheiro cria capacidade de expansão e, parece ser uma expansão autônoma, sem uma base determinada, pelo desenvolvimento da função monetária pelo papel moeda.

O dinheiro de crédito decorre diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, circulando certificados das dívidas relativas às mercadorias vendidas, com o fim de transferir a outros o direito de exigir o pagamento delas. À medida que se amplia o sistema de crédito, desenvolve-se a função de meio de pagamento exercida pelo dinheiro. Através dessa função, ele adquire formas próprias de existência no domínio das grandes transações, ficando as moedas de ouro e prata geralmente relegadas para o comércio a retalho. (MARX, 2008, p.166).

A oposição interna, latente entre valor-de-uso e valor da mercadoria que se exterioriza na forma simples do valor e engendra o desenvolvimento da mercadoria dinheiro, torna-se uma oposição externa entre o dinheiro e as mercadorias. Essa oposição externa caracteriza a acumulação pré-capitalista e existe no capital comercial, o qual se amplia ao comprar por um preço determinada mercadoria e vendê-la a um preço superior, e pelo capital usurário, o qual se amplia pelo empréstimo de determinada quantidade de capital com juros.

O desenvolvimento dessa oposição externa, ao ampliar quantitativamente a acumulação de capital, engendra uma transformação qualitativa, por isso a constituição do modo capitalista de produção pode ser reproduzida pelo pensamento, a partir da dissolução efetuada pelas duas formas de acumulação pré-capitalista.

O sistema corporativo da Idade Média procurou impedir coercitivamente a transformação do mestre-artesão em capitalista, limitando a um máximo muito reduzido o número de trabalhadores que um mestre individual podia empregar. O possuidor de dinheiro ou de mercadorias só se transforma realmente em capitalista quando a soma mínima adiantada para a produção ultrapassa de muito o máximo medieval. Aqui, como nas ciências naturais, comprova-se a exatidão da lei descoberta por Hegel, em sua Lógica, de que modificações meramente quantitativas em certo ponto se transformam em diferenças qualitativas. (MARX, 1996, p. 422).

Ao expressar os valores das mercadorias, o dinheiro realiza na circulação a expansão do capital comercial pela diferença entre preço de compra e de venda, ou

pelas alterações do valor do dinheiro: se investigarmos a circulação encontraremos as variações do lucro comercial e suas origens e, não o lucro comercial propriamente dito.

Tampouco pode a modificação originar-se do segundo ato de circulação, a revenda da mercadoria, pois esse ato apenas retransforma a mercadoria da forma natural na forma dinheiro. A modificação precisa ocorrer, portanto, com a mercadoria comprada no primeiro ato $D - M$, mas não com o seu valor, pois são trocados equivalentes, a mercadoria é paga por seu valor. A modificação só pode originar-se, portanto, do seu valor de uso enquanto tal, isto é, do seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica — a capacidade de trabalho ou a força de trabalho. (MARX, 1996, p. 285).

Quando na fórmula geral do capital $D - M - D'$, M aparece como capital fixo e força de trabalho comprada, a produção capitalista tem existência na história.

4.4 A origem da mais-valia

A primeira forma em que a mais-valia aparece historicamente carrega um mistério, mas é um estágio necessário da sua própria compreensão, surge então como sendo: (i) produto do trabalho que excede o salário (SMITH, 1983; RICARDO, 1982) e, então a realização do trabalho produz valor superior à reprodução do trabalhador, (ii) produto do trabalho como propriedade do capitalista por aplicar seu capital para produzir determinada mercadoria, a propriedade aparece na sua forma física imediata (SMITH, 1983), e por fim (iii) o trabalhador se relaciona diretamente com os elementos materiais – que a natureza não produz - do processo de trabalho independentemente da propriedade que o capitalista o tem deles (SMITH, 1983; RICARDO, 1982). Verificamos esses elementos em Smith e Ricardo²², embora esses elementos apresentam a forma como a mais-valia apresenta-se na consciência²³, apenas a forma histórica em que se apresenta empiricamente aos homens, a partir daqui pode-se iniciar a investigação sobre essa forma histórica. A forma lucro (lucro industrial) se apresentava empiricamente no século XVIII aos homens, e esses tentavam decifrá-la. Um capital X ao se reproduzir aumentando a

²² No presente estudo não analisamos a obra de Sismondi por considerar os elementos principais existentes em Smith e Ricardo. Um estudo mais amplo sobre a origem da mais-valia não pode prescindir de Sismondi.

²³ Ver Prefácio de Engels ao livro II de *O capital*.

uma razão 2 ($x+2, x+4, \dots, x+n$) cristaliza todo esse aumento na forma dinheiro, a reprodução contínua desse processo expressa um determinado valor monetário que se expande, portanto sua própria determinação singular, mas não encerra em si o esclarecimento, pois a forma dinheiro é produto determinadamente histórico.

Smith deduz do valor da mercadoria, o salário, o lucro, e renda da terra sem realizar a separação da mais-valia com a forma lucro. Engels segue algumas passagens de Smith, para elucidar os componentes do valor da mercadoria, sem perceber a conexão que Smith apresenta como trabalho comandado, que explícita a forma de equivalente que desenvolve a consciência de si das mercadorias e se transmuta numa consciência estranhada por considerar a vivificação da forma mercadoria, apenas. Smith percebeu que a redução das mercadorias a trabalho humano abstrato e a transformação dessas em valores ocorreu anteriormente a produção capitalista:

É a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios — multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho — que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo. Cada trabalhador tem para vender uma grande quantidade do seu próprio trabalho, além daquela de que ele mesmo necessita; e pelo fato de todos os outros trabalhadores estarem exatamente na mesma situação, pode ele trocar grande parte de seus próprios bens por uma grande quantidade, ou — o que é a mesma coisa — pelo preço de grande quantidade de bens desses outros. Fornece-lhes em abundância aquilo de que carecem, e estes, por sua vez, com a mesma abundância, lhe fornecem aquilo de que ele necessita; assim é que em todas as camadas da sociedade se difunde uma abundância geral de bens. (SMITH, 1983, p. 45).

No estágio antigo e primitivo que precede ao acúmulo de patrimônio ou capital e à apropriação da terra, a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir os diversos objetos parece ser a única circunstância capaz de fornecer alguma norma ou padrão para trocar esses objetos uns pelos outros [...] Nessa situação [estágios mais primitivos da civilização], todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador; e a quantidade de trabalho normalmente empregada em adquirir ou produzir uma mercadoria é a única circunstância capaz de regular ou determinar a quantidade de trabalho que ela normalmente deve comprar, comandar ou pela qual deve ser trocada. (SMITH, 1983, p. 77).

Smith se deparava com a problemática de entender o porquê que valores-de-uso diferentes podem ser igualados na troca de mercadorias, inclusive utiliza a expressão *parece ser a única circunstância* para tal fenômeno ocorrer. Essa é uma das indagações mais lúcidas e Aristóteles foi quem primeiro parece ter feito. De fato essa percepção pressupõe a relação quantitativa entre as mercadorias enquanto valores e não esclarece o porquê de elas se igualarem na troca – sua conversão a

trabalho humano abstrato²⁴ - apenas que essa igualdade pode ser comensurável pela quantidade de trabalho. Smith percebia a primeira propriedade da forma de equivalente, de o valor-de-uso expressar seu contrário o valor, o que vai ser esclarecido a partir da concepção sobre a transição dos *estágios mais primitivos da civilização às sociedades desenvolvidas*, e na crítica de Ricardo. Notemos como Smith expõe anteriormente que todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador e, sua condição diante do momento histórico em que o capital se encontra acumulado e que os produtos do trabalho deixam de ser propriedade do trabalhador²⁵, de quem o faz.

No momento em que o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias-primas e subsistência a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais. Ao trocar-se o produto acabado por dinheiro ou por trabalho, ou por outros bens, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deverá resultar algo para pagar os lucros do empresário, pelo seu trabalho e pelo risco que ele assume ao empreender esse negócio. Nesse caso, o valor que os trabalhadores acrescentam aos materiais desdobra-se, pois, em duas partes ou componentes, sendo que a primeira paga os salários dos trabalhadores, e a outra, os lucros do empresário, por todo o capital e os salários que ele adianta no negócio. Com efeito, o empresário não poderia ter interesse algum em empenhar esses bens, se não esperasse da venda do trabalho de seus operários algo mais do que seria o suficiente para restituir-lhe o estoque, patrimônio ou capital investido; por outro lado, o empresário não poderia ter interesse algum em empregar um patrimônio maior, em lugar de um menor, caso seus lucros não tivessem alguma proporção com a extensão do patrimônio investido. (SMITH, 1983, p. 77).

Essa transmutação na práxis da propriedade privada mercantil para a propriedade privada burguesa expressa os três elementos do aparecimento histórico da mais-valia como cognição expostos acima, curioso como os elementos reais insistem em existir ainda que fragmentados pela cognição. O capital deixa as *mãos de pessoas particulares* na sua forma produtiva para se encontrar como *pessoas laboriosas* com a finalidade do lucro pela ação do trabalho²⁶ ao acrescentar valor que se desdobra em salário, lucro e renda da terra, ainda que o lucro esteja aqui relacionado com o risco de empregar determinada quantidade de capital se torna

²⁴ A redução a trabalho abstrato, de todas as mercadorias, se realiza na forma geral do valor. Todas as mercadorias se reconhecem como valores, são valores-mercadorias.

²⁵ Os elementos transformados pela constituição do capital são condição necessária para compreendermos sua reprodução social ainda que sem essas considerações se possa de fato realizar análises econômicas a partir das cristalizações da valorização do valor, o que veremos à frente com Keynes. Essa importância só faz sentido ao tratarmos a história da humanidade como um cosmo que se transforma continuamente.

mera repartição do valor acrescentado às matérias-primas. Esse valor é parcela do trabalho que excede o salário e se constitui em lucro, mas salário e lucro são aqui formas derivadas do valor do objeto produzido:

Existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo, que não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. Assim, o trabalho de um manufator geralmente acrescenta algo ao valor dos materiais com que trabalha: o de sua própria manutenção e o do lucro de seu patrão. Ao contrário, o trabalho de um criado doméstico não acrescenta valor algum a nada. Embora o manufator tenha seus salários adiantados pelo seu patrão, na realidade ele não custa nenhuma despesa ao patrão, já que o valor dos salários geralmente é repostado juntamente com um lucro, na forma de um maior valor do objeto no qual seu trabalho é aplicado. Ao contrário, a despesa de manutenção de um criado doméstico nunca é repostada. Uma pessoa enriquece empregando muitos operários, e empobrece mantendo muitos criados domésticos. (SMITH, 1983, p. 285).

Esse debate foi de certa forma, registrado por Engels, a partir de citações de Marx, e consideramos que não expressa às conexões de *A Riqueza das Nações* nem o processo de separação entre cognição e práxis. Existe uma ambiguidade explícita nas concepções de Smith de onde se deriva a crítica de David Ricardo. Smith não percebe que o trabalho comandado é a conversão a trabalho abstrato que as mercadorias realizam para se igualarem na troca, que só é possível porque são fruto não só de determinado trabalho útil, mas de trabalho humano comum a todos os trabalhos:

Pondo-se de lado o designio da atividade produtiva e, em conseqüência, o caráter útil do trabalho, resta-lhe apenas ser um dispêndio e força humana de trabalho. O trabalho do alfaiate e do tecelão, embora atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambos dispêndio humano produtivo de cérebro, músculos, nervos, etc., e, desse modo são ambos trabalho humano. (MARX, 2008, p. 66).

Então a constituição do capital aparece mistificada, pois o trabalho abstrato se realiza como conversão das mercadorias em valores sem considerar, a troca como aparência. Não pode conceber a separação da mais-valia diante da consideração que faz sobre a exploração como trabalho comandado.

Mas o trabalho do manufator fixa-se e realiza-se em um objeto específico ou mercadoria vendável, a qual perdura, no mínimo, algum tempo depois de encerrado o trabalho. É, por assim dizer, uma certa quantidade de trabalho estocado e acumulado para ser empregado, se necessário, em alguma outra ocasião. Este objeto ou, o que é a mesma coisa, o preço deste objeto, pode posteriormente, se necessário, movimentar uma quantidade de trabalho igual àquela que originalmente o produziu. (SMITH, 1983, p. 285).

²⁶ Smith não apresenta a existência da força de trabalho.

Smith expõe ainda como a recompensa natural do trabalho é o salário²⁷. A humanidade se depara com a problemática de se libertar das formas cognitivas historicamente desenvolvidas, enquanto esse processo não se realiza seus desdobramentos se diluem como consciência. Não confundamos a exposição sobre a origem da mais-valia como mera concordância com elementos reais de *A riqueza das nações*, a gênese da mais-valia foi esclarecida acima, tornar essa parte do escrito mera concordância argumentativa é desconsiderar o esclarecimento na *práxis*. A ciência permite elucidar a existência, constituição e a origem de determinados elementos reais de forma que a sua elucidação não pode ser diluída nas formas fragmentadas em que a cognição apresenta, mas antes é nessas formas em que surgem os elementos a serem investigados²⁸ e onde a matéria pode ser apreendida nas suas conexões mais íntimas, por isso foi apresentado os três elementos em que a mais-valia aparece historicamente, mas que não se constituíam na separação da mais-valia como elemento singular da produção capitalista²⁹.

A crítica de Ricardo a Smith é importantíssima, pois inicia a análise do capital-mercadoria na história do pensamento econômico, alguns anos antes da crise comercial de 1825, na Inglaterra, caracterizada pelo ciclo periódico da indústria moderna. O capital-mercadoria já se apresentava empiricamente aos economistas antes de a ciência poder decifrá-lo, nem por isso a cognição deixaria de sofrer as consequências de suas aventuras. Por trás dessa constatação há uma sutil diferença, que quando percebida se torna numa diferença substancial entre Smith e Ricardo. Ricardo ao analisar o capital-mercadoria e se preocupar com seus valores relativos³⁰ percebe a existência da variação do valor do trabalho (na verdade força de trabalho³¹), já que esse é determinado pelas mercadorias de primeira necessidade.

Igualmente, se o valor do trabalho diminuísse consideravelmente em relação a todas as outras coisas, e se descobríssemos que essa diminuição resultava de uma nova oferta abundante, estimulada pela grande facilidade com que eram produzidos o trigo e todos os outros gêneros de primeira

²⁷ Ver capítulo VIII do livro I.

²⁸ Um exemplo disso é a exposição de Hegel sobre o trabalho comandado na *Fenomenologia*.

²⁹ Veremos a *Posteriori* a importância da separação da mais-valia, quando o *Federal Reserve* se apropria da sua forma objetivada de reprodução contínua a partir da agregação do valor e relaciona com o nível geral de preços para precisar a cristalização de uma deflação de preços. O *Bureau of Labor Statistics* pela forma objetivada se apropria da produtividade do trabalho. Essas constatações realizam historicamente a separação da *práxis* e da cognição, mas ela prescinde uma base determinada que ainda não possuímos os pressupostos para elucidada - lá.

³⁰ Para entender o porquê dessa preocupação ver a seção II do capítulo I.

³¹ Ver prefácio de Engels ao livro II de *O capital*.

necessidade para o trabalhador, penso que seria correto afirmar que o valor do trigo e dos outros bens necessários diminuiu por causa da menor quantidade de trabalho necessária para produzi-los, e que essa maior facilidade para suprir o sustento do trabalhador ocasionou uma redução do valor do trabalho. (RICARDO, 1982, p. 47).

A expressão *valor do trabalho* é revolucionária. A despeito disso, Smith considera a existência do trabalho abstrato a partir da concepção de trabalho comandado que era a forma pela qual as mercadorias se reconheciam na troca como fruto de trabalho humano, mas essa era a relação de uma sociedade mercantil. Mas na sociedade capitalista o trabalhador se torna proprietário privado de sua única mercadoria à força de trabalho e a relação anterior se desvanece. A contradição entre o trabalhador e o capital não é percebida por Smith na produção, de onde surge a crítica de Ricardo e só aparece quando a forma lucro e a forma renda são deduções do valor da mercadoria produzida pelo trabalhador. Ricardo percebe essa problemática em Smith, é dizer, a falta de esclarecimento sobre a transição de uma sociedade mercantil para a sociedade capitalista e inclusive transcende essa problemática no debate em torno de um padrão invariável de valor³².

Como medida-padrão ele se refere algumas vezes ao trigo, outras ao trabalho; não à quantidade de trabalho empregada na produção de cada objeto, mas à quantidade que este pode comprar no mercado, como se ambas fossem expressões equivalentes e como se, em virtude de se haver tornado duas vezes mais eficiente o trabalho de um homem, podendo este produzir, portanto, o dobro da quantidade de uma mercadoria, devesse esse homem receber, em troca, o dobro da quantidade que antes recebia. Se isso fosse verdadeiro, se a remuneração do trabalhador fosse sempre proporcional ao que ele produz, a quantidade de trabalho empregada numa mercadoria e a quantidade de trabalho que essa mercadoria compraria seriam iguais e qualquer delas poderia medir com precisão a variação de outras coisas. Mas não são iguais. **A primeira é, sob muitas circunstâncias, um padrão invariável, que mostra corretamente as variações nas demais coisas.** A segunda é sujeita a tantas flutuações quanto as mercadorias que a ela sejam comparadas. Adam Smith, após haver mostrado habilmente a insuficiência de um meio variável, como o ouro e a prata, para a determinação do valor variável das outras coisas, acabou escolhendo uma medida não menos variável, ao eleger o trigo ou o trabalho. (RICARDO, 1982, p. 45, grifo meu).

Compreender as diferenças da sociedade capitalista para com a sociedade mercantil, a expressão do valor da força de trabalho na capital-mercadoria e o

³² Esse debate parece num primeiro momento estar distante na história, veremos adiante como a constituição do dólar como moeda mundial, a partir de 1971, liberta da materialidade do ouro conclui esse debate. O ouro que era considerado reserva de valor sem equivalente agora aparece dolarizado.

porquê de ser o trabalho uma medida variável de valor e não existir, portanto uma medida invariável³³, é entender o fundamento da moeda.

Não é correto, portanto, dizer, como Adam Smith, que, “como o trabalho muitas vezes poderá *comprar* maior quantidade e outras vezes menor quantidade de bens, o que varia é o valor deles e não o do trabalho que os adquire”, e que, “portanto, o trabalho, *não variando jamais de valor*, é o único e definitivo padrão real pelo qual o valor de todas as mercadorias pode ser comparado e estimado em todos os tempos e em todos os lugares”. Mas é correto dizer, como dissera anteriormente Adam Smith, “que a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir diferentes objetos parece ser a única circunstância capaz de oferecer alguma regra para trocá-los uns pelos outros”, ou, em outras palavras, que a quantidade comparativa de mercadorias que o trabalho produzirá é que determina o valor relativo delas, presente ou passado, e não as quantidades comparativas de mercadorias que são entregues ao trabalhador em troca de seu trabalho. (RICARDO, 1982, p.46).

Smith não percebe a diferença sutil entre trabalho simples e trabalho abstrato expresso na capital-mercadoria.

Que este é realmente o fundamento do valor de troca de todas as coisas, à exceção daquelas que não podem ser multiplicadas pela atividade humana, eis uma doutrina de extrema importância na Economia Política; pois de nenhuma outra fonte brotam tantos erros nem tanta diferença de opinião, nesta ciência, quanto das idéias confusas que estão associadas à palavra valor. (RICARDO, 1982, p. 25).

A cognição é incapaz de estabelecer os nexos da realidade objetiva, Ricardo depois de fazer uma consideração substancial sobre Adam Smith não percebe que o valor é uma relação que se cristaliza num objeto determinado, como a derivada na matemática se objetiva nas regras de derivação. Percebeu como na sociedade capitalista o lucro surge a partir da apropriação desse trabalho humano, encontrando a singularidade do modo de produção capitalista, o nexo do trabalho consigo mesmo expresso na cristalização do valor que se valoriza. Não percebe o processo de superação³⁴ da sociedade mercantil pelo capital por isso considera o trabalho comandado na produção capitalista, ao realizar esse trabalho, não pelo esclarecimento que a práxis o faz quando a forma lucro se apresenta historicamente, mas o fez pela forma como o real se apresentou na cognição e não pôde realizar a separação entre lucro e mais-valia. Smith não percebe o processo histórico determinado em que as contradições entre aumento geral da riqueza e o salário

³³ Após a ciência elucidar as relações essenciais da realidade social objetiva as dificuldades começam a se reproduzir, é interessante como o pensamento que desconsiderou as relações reais históricas se deparou justamente com a forma invariável do valor para desvendar os determinantes do investimento, sem considerar o valor, mas diante da forma preço, veremos como isso se conclui no próximo capítulo.

³⁴ Por isso a crítica de Ricardo a Smith. Vê esse processo como contínuo, lógico.

como produto do trabalho se defrontam com o salário e a propriedade do produto do trabalho do patrão, mas Smith as percebe, e só poderia ser assim, como historicamente determinadas.

Hegel como Smith apreende o trabalho abstrato como trabalho comandado e desconsidera as diferenças entre trabalho simples e abstrato no capital-mercadoria, embora considere a existência da universalidade:

Na substância universal, porém, o indivíduo não só tem essa *forma* da *subsistência* de seu agir em geral, mas também *seu conteúdo*. O que ele faz, é o gênio universal, o etos de todos. Esse conteúdo, enquanto se singulariza completamente, está em sua efetividade encerrada nos limites do agir de todos. O *trabalho* do indivíduo para [prover a] suas necessidades, é tanto satisfação das necessidades alheias quanto das próprias; e o indivíduo só obtém a satisfação de suas necessidades mediante o trabalho dos outros. Assim como o singular, em seu trabalho *singular*, já realiza *inconscientemente* um trabalho *universal*, assim também realiza agora o [trabalho] universal como seu objeto *consciente*: torna-se sua obra o *todo como todo*, pelo qual se sacrifica, e por isso mesmo dele se recebe de volta. (HEGEL, 1992, p. 223).

A reprodução do valor monetário em expansão reproduz continuamente o processo de produção e circulação³⁵ que na sua singularidade contém a relação entre trabalhador e máquina³⁶ a qual reproduz constantemente essa expansão do valor monetário. A singularidade da reprodução do valor monetário em expansão expressa à forma pela qual a espécie humana se reproduziu e se transformou historicamente e a partir dessa poderemos esclarecer o processo histórico real pela ação do homem sobre as formas materiais naturais. Mas essa só expressa sua existência quando o organismo humano encontra sua constituição e explícita seu elemento singular:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori*. (MARX, 2008, p. 28).

A história da humanidade percorreu caminhos longos para se decifrar, seu esclarecimento está na forma como se reproduz e essa forma só se torna apreensível quando se constituiu a universalidade humana na matéria, o que permite

³⁵ A circulação nada esclarece, pois os próprios elementos do processo de trabalho/produção são comprados na circulação pelo seu valor-de-troca, só a utilização deles fora da circulação pode evidenciar a criação de um valor novo.

o esclarecimento do processo histórico real. Na sociedade mercantil M-D-M embora o valor aparecesse como valor-de-troca ou em sua transmutação em dinheiro a renovação do processo era descontínua no tempo e no espaço, éramos incapazes de decifrar a origem do valor pela sua forma, pois se apresentava como resultado da circulação das mercadorias através das alterações de preços. Esse nascimento do valor acrescido na circulação é produto da própria forma de produção da sociedade especificamente mercantil, pois por se renovar de forma descontínua é incapaz de processar seu esclarecimento. Um trabalhador produtor de mercadorias a produz para vender, para obter dinheiro, para comprar e para depois consumi-la. Ele produziu uma mercadoria e trocou por outra, o processo se renovou ao produzir novamente a mercadoria para vender, mas esse processo não se conecta continuamente com o anterior e o valor que aparecia no dinheiro como preço parece surgir da circulação, pois na circulação simples o processo é interrompido para começar sem conexão, são processos desconexos. Por ser incompleto, o processo não expressa o que determina seu movimento e ainda é obscurecido pelas formas pré-capitalistas do capital comercial e usurário. Se naquele o processo é incompleto nesse o processo abstrai da produção e tudo parece derivar da circulação das mercadorias: desde o acréscimo do valor até a volatilidade de preços. Mas essa é apenas a forma aparente do processo.

O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 2008, p. 28).

³⁶ Historicamente as máquinas são produto da transformação da natureza pelo trabalho humano e transformação da própria existência humana.

5 A REPRODUÇÃO GLOBAL CAPITALISTA

5.1 Desenvolvimento histórico da indústria moderna

O ponto de partida da produção capitalista é caracterizado pelo processo de trabalho estar subordinado ao capital, é dizer, trabalhadores assalariados produzindo para determinado capital - mudança quantitativa. A existência da conexão, a cooperação, entre os trabalhadores no mesmo processo de produção caracteriza a existência do capital. Dentro desse aspecto quantitativo ocorrem modificações em função dos trabalhadores estarem agora produzindo qualitativamente em função do mínimo de eficiência exigido para a produção que encontra na circulação os capitais individuais dos capitalistas.

Mesmo não se alterando o modo de trabalho, o emprego simultâneo de um número relativamente grande de trabalhadores efetua uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho. Edifícios em que muitos trabalham, depósitos para matéria-prima etc., recipientes, instrumentos, aparelhos etc., que servem a muitos simultânea ou alternadamente, em suma, uma parte dos meios de produção é agora consumida em comum no processo de trabalho. Por um lado, o valor de troca de mercadorias e, portanto, também de meios de produção, não aumenta por uma exploração qualquer aumentada de seu valor de uso. Por outro lado, cresce a escala dos meios de produção utilizados em comum. Um quarto em que trabalham 20 tecelões com seus 20 teares deve ser mais espaçoso do que o quarto de 1 tecelão com 2 ajudantes. Mas a produção de uma oficina para 20 pessoas custa menos trabalho do que a produção de 10 oficinas para 2 pessoas cada uma, e assim o valor de meios de produção coletivos e concentrados massivamente não cresce em geral na proporção de seu volume e seu efeito útil. Meios de produção utilizados em comum cedem parte menor do seu valor ao produto individual, seja porque o valor global que transferem se reparte simultaneamente por uma massa maior de produtos, seja porque, comparados com meios de produção isolados, entram no processo de produção com um valor que, embora seja absolutamente maior, considerando sua escala de ação, é relativamente menor. Com isso diminui um componente do valor do capital constante, diminuindo também, portanto, na proporção de sua grandeza, o valor total da mercadoria. O efeito é o mesmo que se os meios de produção da mercadoria fossem produzidos mais baratos. Essa economia no emprego dos meios de produção decorre apenas de seu consumo coletivo no processo de trabalho de muitos. E eles adquirem esse caráter de condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho em contraste com os meios de produção dispersos e relativamente custosos de trabalhadores autônomos isolados ou pequenos patrões, mesmo quando os muitos apenas trabalham no mesmo local, sem colaborar entre si. Parte dos meios de trabalho adquire esse caráter social antes que o próprio processo de trabalho o adquira. (MARX, 1996, p.441).

Essa modificação altera o *quantum* de mais-valia produzida, em função, da economia no emprego do capital constante o que permite reproduzir a classe

trabalhadora em um tempo menor, se ampliando o poder material da burguesia. A mudança inicial, quantitativa, se transmuta em qualitativa na medida em que a utilização dos meios de produção em conjunto objetiva a força coletiva³⁷ como força produtiva nova, os assalariados agora se apresentam conectados nessa objetivação³⁸, a despeito da dominação de classe em que estão inseridos. É um processo em que o ser se manifesta como matéria, tendo em vista o caráter determinadamente histórico das forças produtivas, todo esse se apresenta entre classes, o ser se objetivando é o negativo das classes. Se objetiva a força coletiva como criação dos homens conectados na produção.

Do mesmo modo que a força de ataque de um esquadrão de cavalaria³⁹ ou a força de resistência de um regimento de infantaria difere essencialmente da soma das forças de ataque e resistência desenvolvidas individualmente por cada cavaleiro e infante, a soma mecânica das forças de trabalhadores individuais difere da potência social de forças que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando se trata de levantar uma carga, fazer girar uma manivela ou remover um obstáculo. O efeito do trabalho combinado não poderia neste caso ser produzido ao todo pelo trabalho individual ou apenas em períodos de tempo muito mais longos ou somente em ínfima escala. Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas. (MARX, 1996, p.442).

Tal força coletiva se apresenta com extrema peculiaridade na formação histórica do Brasil com a utilização dos índios na extração do pau Brasil. Darcy Ribeiro apresenta esse processo como *cunhadismo*, caracterizado que apresentava o nascedouro da formação social⁴⁰ e da formação do Brasileiro. A literatura de José de Alencar apresenta diante disso o Peri, um índio já domesticado pelos bandeirantes que representava a formação já no século XVII.

Essa força coletiva engendra uma diferença qualitativa com a produção individual, no momento em que espaço e tempo deixam de ser sequencias rígidas e a produção pode ser rapidamente feita em inúmeras quantidades que podem estar em estágios diferentes de produção.

A jornada de trabalho combinado de 144 horas, que ataca o objeto de trabalho espacialmente de vários lados, porque o trabalhador combinado ou trabalhador coletivo possui olhos e mãos à frente e atrás e, até certo ponto,

³⁷ Adam Smith apresentava essa força coletiva na fábrica de alfinetes embora não tivesse feito o principal que é estabelecer a transmutação da objetivação da força coletiva, em indústria moderna.

³⁸ É dessa objetivação que se desenvolve a indústria moderna, por isso Marx utiliza no fim desse capítulo a expressão *germe*.

³⁹ “Napoleão é o espírito do mundo a cavalo” Hegel.

⁴⁰ Esse processo não pode ser reconstruído por uma pretensa existência de uma história brasileira.

o dom da ubiqüidade, faz avançar o produto global mais rapidamente do que 12 jornadas de trabalho de 12 horas de trabalhadores mais ou menos isolados, obrigados a atacar sua obra mais unilateralmente. Partes do produto em locações diferentes amadurecem ao mesmo tempo. (MARX, 1996, p.444).

A cooperação objetivada na força coletiva desenvolve a forma material mediadora da atividade produtiva humana com a natureza inerte da ação dos homens, a propriedade privada que se caracteriza pela objetivação do ser pelo trabalho, produz agora um fundamento qualitativamente diverso da individualidade humana. Apresenta-se uma mediação⁴¹ entre desenvolvimento da matéria e espécie humana que subordina e determina a mediação engendrada pelas classes:

Em comparação com uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas individuais, a jornada de trabalho combinada produz maiores quantidades de valor de uso, diminuindo por isso o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil. Se, conforme o caso, ela obtém essa força produtiva mais elevada por aumentar a potência das forças mecânicas do trabalho ou por estender sua escala espacial de ação, ou por estreitar o campo espacial de produção em relação à escala da produção, ou por mobilizar no momento crítico muito trabalho em pouco tempo, ou por provocar a emulação entre os indivíduos e excitar seus espíritos vitais, ou por imprimir às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade, ou por executar diversas operações ao mesmo tempo, ou por economizar os meios de produção mediante seu uso coletivo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, em todas as circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela decorre da própria cooperação. Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie. (MARX, 1996, p.445).

A individualidade se transmuta na mediação objetiva desenvolvida pela própria cooperação que se torna o pressuposto sob o qual se desenvolve a produção em geral. Essa mediação ao ser estabelecida esclarece que a produção, é em si produção da existência e da negação do próprio capitalista como classe que não produz a mediação materialmente, ainda que engendre o processo de subordinação real do trabalho ao capital. Na sua época revolucionária, a classe burguesa, cumpriu a função histórica de estabelecer a conexão inicial entre os trabalhadores no processo de trabalho e a partir desse estabelecimento deixou de

⁴¹ Essa mediação se apresenta no capítulo IV de A Fenomenologia com o desenvolvimento da consciência trabalhadora pelo escravo que desenvolve a consciência de ser ele mesmo na atividade com o objeto. "Mas a consciência escrava é consciência-de-si, e importa considerar agora o que é em si e para si mesma." (HEGEL, 1992, p.132).

produzir a mediação, embora na consciência e na disputa política global exerça papel fundamental nessa mediação.

Portanto, o número dos trabalhadores que cooperam ou a escala da cooperação depende de início da grandeza do capital que o capitalista individual pode despender na compra da força de trabalho, isto é, da medida em que cada capitalista dispõe dos meios de subsistência de muitos trabalhadores. E com o capital constante acontece o mesmo que com o capital variável. [...] O volume de valor e a massa material dos meios de trabalho utilizados em comum não crescem na verdade na mesma medida que o número de trabalhadores empregados, mas crescem consideravelmente. A concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de capitalistas individuais é, portanto, a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados, e a extensão da cooperação, ou a escala da produção, depende do grau dessa concentração. Inicialmente, certa grandeza mínima de capital individual pareceu ser necessária para que o número de trabalhadores simultaneamente explorados, portanto a massa de mais-valia produzida, fosse suficiente para libertar o próprio empregador do trabalho manual, para fazer do pequeno patrão um capitalista e estabelecer assim formalmente o capital como relação. Esse mínimo aparece agora como condição material para a transformação de muitos processos de trabalho individuais, dispersos e independentes entre si em um processo de trabalho social combinado [...] Com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção. As ordens do capitalista no campo de produção tornam-se agora tão indispensáveis quanto as ordens do general no campo de batalha. (MARX, 1996, p.446).

Essa mediação realizada pela força coletiva desenvolvida pela cooperação na produção como nexos entre trabalho morto e trabalho vivo é o capital, e o capitalista se apresenta necessariamente como ser consciente e mantenedor do *status quo*.

A direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. (MARX, 1996, p.447).

Por isso o uso da expressão despótica da direção capitalista, tanto para desenvolver a subordinação real do trabalho ao capital como engendrar uma estrutura política que enfrente seus limites históricos de classe.

Realizar a mediação pela força coletiva, não é parte da “práxis” capitalista que se concentra em valorizar seu capital, concentrá-lo e centralizá-lo. O nexos histórico dos assalariados estabelecidos formalmente pelas revoluções burguesas (Inglaterra, etc.) foi subjugado pela força coletiva, essa produz o poder material da burguesia ao ser apropriada pelo capital e aparecer como força produtiva intrínseca desse, nem por isso deixa de estabelecer materialmente a objetivação como transmutação do

poder político estabelecido como nexos primários em mediação realizada pela força coletiva:

A cooperação dos assalariados é mero efeito do capital, que os utiliza simultaneamente. A conexão de suas funções e sua unidade como corpo total produtivo situa-se fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos. A conexão de seus trabalhos se confronta idealmente portanto como plano, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela. (MARX, 1996, p.448).

Se a conexão se apresenta *estranhada* necessariamente cria uma consciência *estranhada* do processo real que a constitui. Essa *alienação* da práxis no capital e seu *estranhamento* são constantemente perturbados pela mediação objetivada ao potencializar suas contradições. Essas só aparecerão de fato com a constituição da subordinação real do trabalho ao capital, conforme o “método”.

O desenvolvimento da mediação realiza o desenvolvimento das forças produtivas sob o comando do capital e são incorporadas ao capital, esse processo em nenhum momento subjuga o fundamento material da mediação em que o capitalista deixa de participar, mas antes de tudo o desenvolve e potencializa suas contradições. A práxis, atividade sensível humana, expressada pelo desenvolvimento da matéria se aliena do sujeito e se estranha ao se apresentar como força produtiva do capital, sem que o capitalista produza a mediação entre objetivação do ser na matéria. As formas de consciência criada, a partir do elemento empírico dessa mediação eliminam as diversas metamorfoses que ocorrem no instrumento de trabalho e, dessa forma, a consciência sobre o processo histórico real.

O que caracteriza a cooperação é a objetivação que engendra ao criar uma força produtiva nova, a força coletiva, embora essa se apresente como força produtiva do capital, desenvolve qualitativamente a mediação entre ser e matéria como capacidade peculiar da espécie humana.

Do mesmo modo que a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, a própria cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraposição ao processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres. É a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital. Essa modificação se dá naturalmente. Seu pressuposto, ocupação simultânea de um número relativamente grande de assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Este coincide com a existência do próprio capital. Se o modo de produção

capitalista se apresenta, portanto, por um lado, como uma necessidade histórica para a transformação do processo de trabalho em um processo social, então, por outro lado, essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente. (MARX, 1996, p.450).

Se o pressuposto da cooperação era a conexão dos trabalhadores no processo de trabalho sob o comando do capital, na manufatura seu pressuposto é a decomposição do próprio processo de trabalho como objetivação da força coletiva.

A manufatura objetiva o trabalhador parcial e sua ferramenta e, sua transição é registrada na história pela fábrica de ferramentas que produz máquinas. A indústria moderna se caracteriza pela produção de máquinas com máquinas, subjugando a base manufatureira e também qualquer limite orgânico humano da produção material, elimina o trabalho manual e o movimento mecânico fundado no sistema muscular humano.

Hobsbawm embora sem a consciência sobre o corte histórico que representa a decomposição do trabalho do artesão apresenta uma descrição impecável.

Não foi Birmingham, uma cidade que em 1850 produzia muito mais que em 1750, mas basicamente à maneira antiga, que levou os observadores da época a falarem numa revolução industrial, e sim Manchester, uma cidade que produzia mais de uma maneira obviamente revolucionária. (HOBSBAWN, 2003, p. 33).

A verdadeira revolução industrial para o ferro e o carvão teve de esperar até que a era das estradas de ferro abrisse um mercado de massa, não só para bens de consumo como também para bens de capital. (HOBSBAWN, 2003, p. 45).

O período manufatureiro desenvolve a cooperação, potencializando-a ao decompor o processo de trabalho como objetivação da força coletiva. A manufatura, portanto, tem sua origem nessa objetivação: “essa divisão do trabalho é uma espécie particular da cooperação e algumas de suas vantagens decorrem da natureza geral e não dessa forma particular da cooperação” (MARX, 1996, p.455). A origem e constituição da manufatura são intrínsecas a decomposição da atividade produtiva do artesão, antes a sua existência era controlada por sua própria atividade, agora sua atividade se transmuta em operação parcial e sua consciência sobre o existente também se decompõe. O artesão independente não apenas se transmuta em assalariado, mas no assalariado, o qual aparece como elemento do processo de trabalho e não como a plenitude do processo de trabalho, sua existência se apresenta perante sua consciência, como exclusivamente produto de sua atividade imediata.

A origem da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é portanto dúplice. De um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. De outro lado, ela parte da cooperação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado a manufatura introduz, portanto, a divisão do trabalho em um processo de produção ou a desenvolve mais; por outro lado, ela combina ofícios anteriormente separados. Qualquer que seja seu ponto particular de partida, sua figura final é a mesma — um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos. (MARX, 1996, p.455).

O organismo produtivo que se constituiu no trabalhador coletivo, se desenvolve, se decompondo a atividade do trabalhador, seu corpo transmuta-se como especificidade necessária, como órgão, de sua atividade imediata. O corpo que era órgão da atividade do artesão, agora é órgão da atividade decomposta. Cria-se uma consciência limitada⁴² do processo real, a modificação e a apropriação do existente são estabelecidas pela capacidade orgânica da espécie humana, de suas mãos, etc., essa atividade combina-se com a materialização das ferramentas.

A análise do processo de produção em suas fases particulares coincide inteiramente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução continua artesanal e portanto dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. O ofício permanece a base. Essa estreita base técnica exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial percorrido pelo produto tem que poder ser realizado como trabalho parcial artesanal. Precisamente por continuar sendo a habilidade manual a base do processo de produção é que cada trabalhador é apropriado exclusivamente para uma função parcial e sua força de trabalho é transformada por toda vida em órgão dessa função parcial. (MARX, 1996, p.455).

Decompondo a atividade do artesão se desenvolve a mediação elementar da manufatura com a existência do trabalhador parcial e de sua ferramenta

Descendo agora aos pormenores, é desde logo claro que um trabalhador, o qual executa a sua vida inteira uma única operação simples, transforma todo o seu corpo em órgão automático unilateral dessa operação e portanto necessita para ela menos tempo que o artífice, que executa alternadamente toda uma série de operações. O trabalhador coletivo combinado, que constitui o mecanismo vivo da manufatura, compõe-se porém apenas de tais trabalhadores parciais unilaterais. (MARX, 1996, p.455).

⁴² Essa é fruto não da forma parcial do trabalho e, sim do desenvolvimento das forças produtivas que refletem o nível de apropriação do existente pela espécie humana. Só dessa forma poderemos entender porque o Artesão se entende como homem livre e artista e, em nenhum momento como uma forma histórica de produção.

A ferramenta - como ferramenta do trabalhador parcial desenvolvido - aparece como materialização desses órgãos automáticos unilaterais que se desenvolvem sob a base do trabalhador coletivo, não seguindo um curso linear histórico da transformação do instrumento de trabalho, existe um corte significativo nesse processo⁴³.

A produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador mas também da perfeição de suas ferramentas. Ferramentas da mesma espécie, como instrumentos cortantes, perfuradores, pilões, martelos etc., são utilizadas em diversos processos de trabalho, e o mesmo instrumento se presta para executar operações diferentes, no mesmo processo de trabalho. Mas tão logo as diversas operações de um processo de trabalho se dissociam e cada operação parcial adquire na mão do trabalhador parcial a forma mais adequada possível e portanto exclusiva, tornam-se necessárias modificações nas ferramentas anteriormente utilizadas para fins diferentes. O sentido de sua mudança de forma resulta da experiência das dificuldades específicas ocasionadas pela forma inalterada. A diferenciação dos instrumentos de trabalho, que atribui aos instrumentos da mesma espécie formas fixas particulares para cada emprego útil particular, e sua especialização, que faz com que cada um desses instrumentos particulares só atue com total plenitude na mão de trabalhadores parciais específicos, caracterizam a manufatura. Apenas em Birmingham são produzidas cerca de 500 variedades de martelos, cada um deles servindo não só a um processo particular de produção, mas um número de variedade frequentemente serve para operações diferentes do mesmo processo. O período manufatureiro simplifica, melhora e diversifica os instrumentos de trabalho, mediante sua adaptação às funções exclusivas particulares dos trabalhadores parciais. (MARX, 1996, 457).

Se, o trabalhador coletivo apresentava-se como pressuposto objetivo da manufatura, seu desenvolvimento pela decomposição da atividade do artesão engendrou a transmutação da mediação pressuposta e, com a constituição do trabalhador parcial e da materialização da ferramenta. Tal mediação materializada como elementar na manufatura reduz a atividade de transformação do existente à mera atividade parcial potencializando a produtividade e a capacidade humana de se humanizar e compreender seu processo histórico. Os trabalhadores parciais aprofundam a mediação do trabalhador coletivo ao materializar essa mediação sob a base da decomposição da atividade e desenvolvem a capacidade de sua espécie de se constituir pela transformação do existente em formas humanizadas se cria uma consciência limitada.

⁴³ Smith não percebeu esse corte histórico, Ricardo sem perceber esse corte histórico apresentava a maquinaria na sua forma acabada e poderia criticar Smith pelo fato de que o aumento da produtividade do trabalho não significaria a distribuição da riqueza. Esses são os primórdios da teoria da distribuição e de sua base material. Na citação 44 desse capítulo de *O capital* é apresentado esse corte histórico a partir da concepção de Adam Smith.

Composta ou simples, a execução continua artesanal e portanto dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. O ofício permanece a base. Essa estreita base técnica exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial percorrido pelo produto tem que poder ser realizado como trabalho parcial artesanal. Precisamente por continuar sendo a habilidade manual a base do processo de produção é que cada trabalhador é apropriado exclusivamente para uma função parcial e sua força de trabalho é transformada por toda vida em órgão dessa função parcial. (MARX, 1996, p.455).

Se o trabalhador coletivo com sua ferramenta se apresenta como mediação elementar da manufatura, essa se apresenta de duas formas: heterogênea e homogênea. A homogênea apresenta, objetivado esse trabalhador coletivo em determinado espaço em funções conexas e sobre esta base que se desenvolve o organismo de produção mediado pelo trabalhador coletivo objetivado, no trabalhador parcial e, materializado na ferramenta especializada de determinada função.

Com uma parte de suas muitas mãos armadas de instrumentos, o trabalhador coletivo, formado pela combinação de trabalhadores detalhistas, estira o arame, enquanto simultaneamente com outras mãos e outras ferramentas o estica, com outras o corta, o aponta etc. De uma sucessão no tempo, os diversos processos graduais transformam-se em uma justaposição no espaço. Daí o fornecimento de mais mercadorias prontas no mesmo período de tempo. Aquela simultaneidade decorre, na verdade, da forma cooperativa geral do processo global, mas a manufatura não apenas encontra, desde o início, as condições para a cooperação, senão que em parte as cria pela decomposição da atividade artesanal. Por outro lado, ela alcança essa organização social do processo de trabalho apenas soldando o mesmo trabalhador ao mesmo detalhe. (MARX, 1996, p.460).

Ao conectarem-se, as produções, essa mediação desenvolve seu elemento quantitativo como forma de desenvolver ao máximo a produtividade do trabalho e a fusão entre espaço e tempo.

A divisão manufatureira do trabalho simplifica e diversifica portanto não só os órgãos qualitativamente diferenciados do trabalhador coletivo social, mas também cria uma proporção matemática fixa para o volume quantitativo desses órgãos, isto é, para o número relativo de trabalhadores ou para a grandeza relativa dos grupos de trabalhadores em cada função particular. Ela desenvolve com a articulação qualitativa a regra quantitativa e a proporcionalidade do processo de trabalho social. (MARX, 1996, p.462).

A manufatura profunda, desenvolve e potencializa a mediação de apropriação e transformação de si da espécie humana, subordinando as classes a essa mediação, embora esteja intrinsecamente relacionada conforme a “definição” do ponto de partida da produção capitalista. Enquanto se desenvolve a *alienação* e o

estranhamento do processo real, se cria como fundamento a base da apropriação efetiva expressa pelo aumento da produtividade do trabalho.

A maquinaria específica do período manufatureiro permanece o próprio trabalhador coletivo, combinação de muitos trabalhadores parciais. As diferentes operações que são executadas alternadamente pelo produtor de uma mercadoria e que se entrelaçam no conjunto de seu processo de trabalho apresentam-lhe exigências diferentes. Numa ele tem de desenvolver mais força, em outra mais habilidade, numa terceira mais atenção mental etc., e o mesmo indivíduo não possui essas qualidades no mesmo grau. Depois da separação, autonomização e isolamento das diferentes operações, os trabalhadores são separados, classificados e agrupados segundo suas qualidades dominantes. Se suas peculiaridades naturais formam a base sobre a qual se monta a divisão do trabalho, a manufatura desenvolve, uma vez introduzida, forças de trabalho que por natureza só são aptas para funções específicas unilaterais. O trabalhador coletivo possui agora todas as propriedades produtivas no mesmo grau de virtuosidade e ao mesmo tempo as despense da maneira mais econômica, empregando todos os seus órgãos, individualizadas em trabalhadores ou grupos de trabalhadores determinados, exclusivamente para suas funções específicas. A unilateralidade e mesmo imperfeição do trabalhador parcial tornam-se sua perfeição como membro do trabalhador coletivo. O hábito de exercer uma função unilateral transforma-o em seu órgão natural e de atuação segura, enquanto a conexão do mecanismo global o obriga a operar com regularidade de um componente de máquina. (MARX, 1996, p.464).

O trabalhador coletivo objetivado, no trabalhador parcial e, materializado na ferramenta especializada de determinada atividade é resultado de um longo processo histórico em que se criam os pressupostos pra constituição da manufatura: (i) a separação do trabalhador dos meios de produção e (ii) o desenvolvimento da divisão social do trabalho como resultado da generalização das trocas. A divisão manufatureira do trabalho é então engendrada por esse trabalhador coletivo historicamente determinado pela concentração de trabalhadores no processo de trabalho subordinados *formalmente* ao capital:

Enquanto a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ou não mediada pelo intercâmbio de mercadorias, existe nas mais diferentes formações sócioeconômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista. (MARX, 1996, p.473).

A produção de açúcar no Brasil não desenvolveu a divisão manufatureira do trabalho, tampouco a produção de ouro que também não desenvolveu a forma dinheiro, mas já tinham em si a separação dos meios de produção e a propriedade desenvolvida.

Especificamente tal divisão se apresenta como existência do capital em detrimento do trabalhador que se desenvolve unilateralmente diante de sua atividade parcial ao superar a mediação objetiva do trabalhador coletivo e transmutá-la no organismo produtivo composto pelo desenvolvimento dessa mediação.

Ao produzir a unilateralidade do trabalhador com a expansão do capital e apropriação por esse das forças intelectuais que se desenvolvem sob esse processo transforma, qualitativamente o existente ao desenvolver as forças produtivas do trabalho e diferencia o trabalho intelectual do trabalho manual, a *deformação física e espiritual* do trabalhador coexiste com a liberdade de pensar para o capital se expandir. Sócrates apresentava a matemática como uma forma de conhecer a realidade e ao mesmo tempo era condenado pela burocracia do Estado dos deuses, Galileu enfrentava a Igreja católica e da Vinci o grande inventor de máquinas, etc. Com a separação do trabalho intelectual do trabalho manual se aprofunda a possibilidade de conhecer o real e o verdadeiro caráter do Estado e do Poder, por isso o século em que se constituiu a indústria moderna conheceu Hegel, Feuerbach, Ricardo, Engels, Marx, a comuna de Paris, a crise de 1870 e a transição do império mundial. Relacionar com “A manufatura não podia produzir máquinas, como o prelo moderno, o moderno tear a vapor e a máquinas de cardar moderna” (MARX, 2008, p.439) nem Ricardo, Engels, Marx, a comuna de Paris, a crise de 1870, as independências na América Latina, o fim da escravidão no Brasil e a transição do império mundial:

Os conhecimentos, a compreensão e a vontade, que o camponês ou artesão autônomo desenvolve mesmo que em pequena escala, como o selvagem exercita toda arte da guerra como astúcia pessoal, agora passam a ser exigidos apenas pela oficina em seu conjunto. As potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital. (MARX, 1996, p.475).

Assim, o período manufatureiro ao desenvolver a mediação, desenvolveu a produção de máquinas.

Esse produto da divisão manufatureira do trabalho produziu, por sua vez — máquinas. Elas superam a atividade artesanal como princípio regulador da

produção social. Assim, por um lado, é removido o motivo técnico da anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital. (MARX, 1996, p.482).

Produzindo máquinas, a fábrica de ferramentas constituía a máquina-ferramenta, transformando a mediação e a materializando nesse mecanismo:

Toda maquinaria desenvolvida constitui-se de três partes essencialmente distintas: a máquina-motriz, o mecanismo de transmissão, finalmente a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho [...] É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que se origina a revolução industrial no século XVIII. Ela constitui ainda todo dia o ponto de partida, sempre que artesanato ou manufatura passam à produção mecanizada. (MARX, 1996, p.8).

Ao mediar o processo de transformação do existente e da própria espécie humana se constitui uma *matéria* transformada pela espécie humana em que a sua barreira orgânica em termos de habilidade, destreza, concentração, não limita o movimento dessa e, então as formas materiais produzidas por essa são cada vez mais precisas e desprovidas do resultado da mão humana e dos intemperes do espírito humano.

A Jenny, pelo contrário, fia, de saída, com 12 a 18 fusos; o tear de confeccionar meias tricoteia com muitos milhares de agulhas de uma só vez etc. O número de ferramentas com que a máquina-ferramenta joga simultaneamente está, de antemão, emancipado da barreira orgânica que restringe a ferramenta manual de um trabalhador. (MARX, 1996, p.10).

Então a mediação materializada desenvolve-se transformando àquela ferramenta especializada de determinada atividade em unidade dessas ferramentas qualitativamente iguais na mediação primária e sob essa mediação se transmuta qualitativamente aprofundando a apropriação do existente como relação da máquina-ferramenta consigo mesmo ao existir como capital e aprofundar a apropriação do desenvolvimento da produtividade.

Por exemplo, na roda de fiar, o pé atua apenas como força motriz, enquanto a mão, que trabalha no fuso, puxa e retorce, executa a operação de fiar propriamente dita. Exatamente dessa última parte do instrumento artesanal a Revolução Industrial apodera-se primeiro e deixa para o homem, além do novo trabalho de vigiar com o olho a máquina e corrigir com a mão os erros dela, antes de tudo ainda o papel puramente mecânico de força motriz. (MARX, 1996, p.10).

Ao se desenvolver essa mediação o outro elemento da atividade produtora, a força motriz pode ser substituída em função de que os limites do movimento humano agora são os mecanismos mecânicos de transmissão de energia.

Quando o homem, em vez de atuar com a ferramenta sobre o objeto de trabalho, atua apenas como força motriz de uma máquina-ferramenta, torna-se casual a força motriz revestir-se de músculos humanos e o vento, a água, o vapor etc. podem tomar seu lugar. Isso naturalmente não exclui que tal mudança requeira com frequência grandes modificações técnicas no mecanismo originalmente construído apenas para a força motriz humana. (MARX, 1996, p.11).

Constitui-se a máquina ferramenta desprendida da atividade manual humana na transformação do existente e no movimento da *matéria*, o devir aprofunda a mediação da própria máquina consigo mesma ao desenvolver seu movimento e sua habilidade. Os homens nesse processo como espectadores ainda observam a máquina-ferramenta como objeto *estranhado*.

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força. Aí temos a máquina, mas apenas como elemento simples da produção mecanizada. (MARX, 1996, p.11).

Ao transformar a ferramenta do trabalhador parcial em máquina-ferramenta e superar os limites orgânicos da espécie humana na atividade sensível materializada na mediação máquina-motriz, a *matéria* dinamiza as contradições do existente e aprofunda a apropriação do existente como seu alimento e sua consequência qualitativa.

Só depois que as ferramentas se transformaram de ferramentas manuais em ferramentas de um aparelho mecânico, a máquina-motriz adquiriu forma autônoma, totalmente emancipada dos limites da força humana. Com isso, a máquina-ferramenta que examinamos até agora reduz-se a simples elemento da produção mecanizada. Uma máquina motriz podia agora mover, ao mesmo tempo, muitas máquinas de trabalho. Com o número das máquinas de trabalho movidas simultaneamente, cresce a máquina-motriz e a expansão do mecanismo de transmissão transforma-o num aparelho de grandes proporções. (MARX, 1996, p.13).

Unidade técnica das máquinas reaparece como cooperação e cooperação manufatureira baseada na divisão do trabalho

Como sistema articulado de máquinas de trabalho, que recebem seu movimento apenas de um autômato central através de uma maquinaria de transmissão, a produção mecanizada possui sua forma mais desenvolvida. No lugar da máquina individual surge aqui um monstro mecânico, cujo corpo enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros

gigantescos, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos. (MARX, 1996, 16).

Ao desenvolver a base técnica da indústria moderna a manufatura com sua base limitada pela mediação entre trabalhador parcial, limita sua expansão. O sistema de máquinas era incapaz de superar a si própria como objeto *estranhado* porque sua base limitava-se a manufatura e seu intelecto era produto dos limites orgânicos do conhecimento humano.

A grande indústria teve, portanto, de apoderar-se de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Só assim ela criou sua base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés. Com a crescente produção mecanizada das primeiras décadas do século XIX, a maquinaria se apoderou, pouco a pouco, da fabricação das máquinas-ferramentas. Só durante as últimas décadas, no entanto, a colossal construção de ferrovias e a navegação transatlântica a vapor deram à luz ciclópicas máquinas para a construção dos primeiros motores. (MARX, 1996, p.19).

A condição de produção essencial para a fabricação de máquinas por meio de máquinas era uma máquina-motriz capaz de desenvolver qualquer potência e no entanto ao mesmo tempo totalmente controlável. Ela já existia na máquina a vapor. Mas tratava-se também de produzir as formas rigorosamente geométricas necessárias às partes individuais da máquina, como linha, plano, círculo, cilindro, cone e esfera, de maneira mecanizada. Esse problema foi resolvido por Henry Maudslay na primeira década do século XIX, com a descoberta do *slide-rest*, que logo foi automatizado e, sob forma modificada, adaptado do torno para o qual havia sido destinado para outras máquinas de construção. Esse dispositivo mecânico, que não substitui nenhuma ferramenta particular mas a própria mão humana, produz uma forma determinada mediante aproximação, ajustamento e orientação do fio de instrumentos cortantes etc. contra ou sobre o material de trabalho, por exemplo, o ferro. (MARX, 1996, p.19).

Ao superar a mediação dos sistemas de máquinas preso na base técnica da manufatura a indústria moderna desenvolve o nexos consigo mesmo baseado na decomposição que exerce no existente ao mesmo tempo em que faz isso se apropriando desse como capital cria então uma potência ao desenvolver-se pela apropriação do conhecimento que cria a partir da práxis. Essa conexão consigo mesmo é o fundamento da ciência e também o fundamento da crítica a toda e qualquer teoria, argumento, axioma, hipótese, conexão interna, empirismo, abstração, fragmentação do real, etc. O organismo criado pela indústria moderna como exteriorização dos homens significa a transformação do intelecto humano e a possibilidade na história de se apropriar do existente pelo pensamento e, também como práxis.

A grande indústria rasgou o véu que ocultava aos homens seu próprio processo de produção social e que transformava os diversos ramos da

produção, que se haviam naturalmente particularizado, em enigmas de uns para os outros e até mesmo para o iniciado em cada ramo. Seu princípio — dissolver cada processo de produção, em si e para si, e para começar sem nenhuma consideração para com a mão humana, em seus elementos constitutivos — produziu a bem moderna ciência da tecnologia. As coloridas configurações, aparentemente desconexas e ossificadas, do processo de produção social se dissolveram em aplicações conscientemente planejadas e sistematicamente particularizadas, de acordo com o efeito útil tencionado das ciências naturais. A tecnologia descobriu igualmente as poucas formas básicas do movimento, em que necessariamente ocorre todo fazer produtivo do corpo humano, apesar da diversidade dos instrumentos utilizados, assim como a Mecânica não se deixa enganar pela maior complicação da maquinaria quanto à repetição constante das potências mecânicas simples. A indústria moderna nunca encara nem trata a forma existente de um processo de produção como definitiva. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, enquanto a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. Por meio da maquinaria, de processos químicos e de outros métodos, ela revoluciona de forma contínua, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de produção. Com isso, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e lança sem cessar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo da produção para outro. (MARX, 1996, p.114).

E então chegamos ao elemento fundamental: era o real que se apresentava no pensamento e produzia a investigação, ao realizar essa pela apropriação do existente através da humanização e reproduzindo pelo pensamento, nos apropriamos do processo real que constitui a indústria moderna pelo elemento peculiar que a espécie humana desenvolve se apropriando do existente ao transformá-lo, transformando a si e seu próprio intelecto. O peculiar é que a espécie humana não se limita a desenvolver o pensar, mas ao constituir a indústria moderna desenvolve a capacidade de reproduzir o real pelo pensamento, é dizer, cria consciência sobre a sua própria história porque se apropria humanamente da sua própria história, por isso a libertação se apresenta como consciência e práxis. Concluimos a exposição, pela apropriação de um longo processo intelectual que se apresenta, também, pela decomposição do existente, desde a filosofia grega até a filosofia alemã e a economia política Inglesa o que nos desvincula das determinações apriorísticas e nos permite esclarecer elementos sem a propriedade *a priori* de determinados pensadores, esse é o negativo do método. Esse longo processo finda com um elemento inusitado, a repetição da citação acima, justamente pelo fato que ao tomar consciência de uma problemática histórica apresentada por tais pensadores recorreremos à constituição do processo histórico e essa citação se apresenta agora como síntese e, antes, conforme a estrutura expositiva só podia ser compreendida como determinação apriorística da cognição.

A indústria moderna⁴⁴ ao desenvolver a ciência cria seu intelecto próprio e desse determina seu movimento que se apresenta como produtividade do capital. A compreensão do existente limitada pela relação entre sujeito e objeto só pode ver nesse processo um concretização de uma pretensa autonomia da matéria perante os homens, o que é uma desconsideração profunda sobre a existência da indústria moderna como especificidade da forma burguesa de produção; sobre isso podemos apenas sugerir que mesmo Hegel no idealismo ironizava essa limitação tão superficial, embora esse processo real seja crítico da *Fenomenologia*.

Sob essa forma em que se desenvolve a ciência, se desenvolve a produtividade do trabalho, apropriada como produtividade do capital e, se dinamiza os ciclos periódicos da acumulação de capital; as relações sociais determinadamente históricas se apresentam agora materializadas e quantificadas nos preços de mercado, na taxa de câmbio, nos preços de produção. O interessante é perceber que quanto mais se desenvolve o fundamento científico da indústria moderna, mas a burguesia se apresenta como classe progressista enquanto essa observa atentamente as consequências deflacionárias da expressão quantitativa dessas relações materializadas e desenvolve sua consciência de classe histórica e, de dominação de classe diante de um Estado constituído nos países imperialistas para o desenvolvimento do departamento I em seu território. A ciência como criação dos homens historicamente aprofunda a consciência desse processo em que o proletariado e as expressões dos povos se apresentam conscientemente pelo trabalho intelectual, pela arte, pela música⁴⁵, não existe nenhuma grande obra soba égide da teoria econômica, porque os movimentos da acumulação global só podem se compreendidos quando se liberta as formas históricas, de suas formas da própria época como naturais. Não existe acumulação global pelo investimento nem pelo trabalho concreto.

Em sua forma mistificada, a dialética foi moda alemã porque ela parecia tornar sublime o existente. Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o

⁴⁴ Ao apresentarmos o desdobramento real dessas mediações evitamos generalizações equivocadas sobre esse longo processo de transformação da base material como feito por Engels em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. O lado ativo desenvolvido pelo idealismo, conforme Marx se apresenta agora como processo real apropriado e reproduzido pelo pensamento, a mediação expressa por Hegel na Fenomenologia entre senhor e Escravo se apresenta como práxis. Os desdobramentos dessa mediação aparecem, também, nos textos de pós-doutorado do Professor Idaleto.

⁴⁵ O samba, a MPB e a tropicália expressaram importantes fases políticas.

entendimento da sua negação, da sua desapareção inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária. (MARX, 1996, p.141).

A expansão da economia mundial é expansão das contradições entre burguesia e proletariado, entre Estados, entre produtividade do trabalho, ciclo do capital fictício e realização da produção, entre demanda efetiva e convergência dos preços de produção, entre valorização da bolsa de valores e lucro extraordinário, entre construção civil e moradia, entre produção de alimentos e produção de *commodities*.

A *longa luta de libertação*, que Keynes se refere no prefácio à edição Inglesa de 13 de dezembro de 1935 da *Teoria Geral*, se situa no famoso item V do capítulo 24 dessa obra onde se apresenta a capacidade das idéias de se concretizarem, a peculiaridade reside em insistir no fundamento dessa *longa luta de libertação*, enquanto a indústria moderna transforma a condição intelectual dos homens e os liberta, pra usar uma expressão de Hegel, das *figuras da consciência*. Seria insensato cobrar dos intelectuais da consciência mais do que suas épocas e seu passado remoto podem oferecer, faz-se necessário compreendê-los conforme se apresentam historicamente através das *figuras de sua consciência*, decompondo-as e as apropriando como práxis, como reprodução do real pelo pensamento. As compreensões sobre a moeda expressam exatamente a expressão “escravos de algum economista defunto”, pois marca o debate da macroeconomia nos últimos cem anos, enquanto que o dólar se apresentará sem a *figura da consciência* e então poderemos esclarecer o significado desse item V.

Desenvolver o departamento I, produtor de capital fixo é tarefa histórica da burguesia como forma de consolidar seu poder material ao desenvolver a subordinação *real* do trabalho ao capital. As metamorfoses desenvolvidas nesse processo, que apresentam a produtividade do trabalho como produtividade do capital fazem com que a indústria moderna se apresente como capital fixo, produtora e produto da atividade de valorização. Ao se subordinar a produção capitalista a mediação essencial de transformação do existente e de si da espécie humana se apresenta pela mediação capital e a indústria moderna se apresenta no real como capital fixo.

Os ciclos periódicos engendrados pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho se apresentam então como valorização monetária, mas em si, são o devir

engendrado pela indústria moderna ao expandir a produtividade do trabalho pelo desenvolvimento das forças produtivas, objetivação da ciência. Os territórios que se situam as maiores produções industriais são justamente onde a burguesia desenvolveu uma base de reprodução ampliada pelo desenvolvimento do departamento I, os estados imperialistas são os estados produtores de capital fixo e exportadores de capital fixo.

Ao se apresentar como capital fixo por ser desenvolvida pela produção capitalista a indústria moderna reproduz sua forma *alienada* pelo ciclo periódico engendrado e o processo de *estranhamento* se reproduz sob o movimento desse ciclo. Reproduz-se então a relação entre sujeito e objeto pela determinação apriorística da cognição e se estabelece o nexos com as formas de pensamento anteriores à própria existência da indústria moderna. Ricardo ao tratar da maquinaria reproduz essa relação embora chegue em conclusões profundas como a concentração da riqueza pelo capital na forma de produto bruto em relação a diminuição do produto líquido; Smith ao se prender ao desenvolvimento da divisão manufatureira do trabalho chega a concluir a partir do *estranhamento* que se aprofundaria a distribuição de riqueza até as camadas mais baixas do povo. A forma em que a indústria moderna se apresenta historicamente se apresenta como limitação dos que se apropriam dela pela determinação apriorística embora na prática seja essencialmente revolucionário, só depois que se estabelece como determinante da produção capitalista se fará uma leitura crítica da sua existência *cognitiva*, por isso Smith que escrevera em 1776 e Ricardo em 1823⁴⁶ chegam a essa conclusões.

Hegel que escrevera a *Fenomenologia em* 1806 sem a compreensão da indústria moderna desenvolve justamente a superação da forma *alienada* sujeito e objeto. O *lado ativo* desenvolvido por Hegel embora no idealismo utiliza a práxis para esclarecer esse reconhecimento especulativo do objeto justamente numa espécie em que não desenvolve o pensar, mas compreende a *verdade*.

Quanto a essa alusão à experiência universal, que se nos permita antecipar uma consideração atinente à prática. Nesse sentido pode-se dizer aos que asseveram tal verdade e certeza da realidade dos objetos sensíveis, que devem ser reenviados à escola inferior da sabedoria, isto é, aos mistérios de Eleusis, de Ceres e de Baco, e aprender primeiro o segredo de comer o pão e de beber o vinho. De fato, o iniciado nesses mistérios não só chega à dúvida do ser das coisas sensíveis, mas até ao seu desespero. O iniciado,

⁴⁶ Ricardo publica o capítulo sobre a maquinaria apenas em 1823 na terceira edição de sua obra.

consoma, de uma parte, o aniquilamento dessas coisas, e, de outra, vê-las consumarem seu aniquilamento. Nem mesmo os animais estão excluídos dessa sabedoria, mas antes, se mostram iniciados no seu mais profundo; pois não ficam diante das coisas sensíveis como em si essentes, mas desesperando dessa realidade, e na plena certeza de seu nada, as agarram sem mais e as consomem. E a natureza toda celebra como eles esses mistérios revelados, que ensinam qual é a verdade das coisas sensíveis. (HEGEL, 1992, p.81).

Os capítulos situam a exposição da investigação sobre as formas materiais que não existem na natureza e que são criadas pelos homens na história. A expressão *diversas metamorfoses* utilizada nos *Grundrisse* se apresenta em *O capital* exposta no capítulo V, XI, XII e XIII. O capítulo V apresenta o início da investigação ao apresentar como a mais-valia se apresenta historicamente, conforme apresentado acima no capítulo II, onde as formas materiais desenvolvidas expressão a atividade sensível humana; os capítulos XI, XII e XIII apresentam o desdobramento histórico das metamorfoses sofrido pelo instrumental de trabalho até sua constituição em indústria moderna. Essa exposição estruturada dessa forma em *O capital* é a crítica feita pelo contradizer da base material a Hegel ao fundir a consciência com a prévia ideação desenvolvendo o saber absoluto, desprovido da transformação do intelecto realizado pela indústria moderna.

Ao se constituir historicamente, a ciência estabelece um processo de apropriação do existente e, também de apropriação e reconstituição da determinação apriorística da cognição nas ciências especializadas pela sociedade burguesa. Autores como Klein e Richta (1969) localizam esse processo como “uma crise da ciência” por esse processo suplantar os fundamentos da própria racionalidade, Kosik (1976) situa esse processo num fundamento mais amplo ao localizar a ciência se apropriando e reconstituindo a base material das ciências especializadas em conexão com a criação de uma unidade científica como fruto da realidade objetiva.

A universalidade humana exteriorizada em indústria moderna constitui a unidade histórica dos homens objetivamente e ao permitir reproduzir essa pelo pensamento cria a consciência sobre sua própria história. A divisão manufatureira do trabalho como criação da produção capitalista e seu desenvolvimento em indústria moderna como necessário para desenvolver a subordinação *real* do trabalho ao capital, desenvolve essa consciência como consciência do proletariado moderno e, o conhecimento objetivo da realidade como unidade universal apresenta-se como

processo de constituição da própria libertação em confronto direto com qualquer possibilidade de racionalizar o real. Se a indústria moderna é a forma material que desenvolve a libertação, ao desenvolver a ciência como fundamento, e o tempo livre como medida da riqueza e esclarece o real ao reproduzi-lo humanamente subordinado ao capital, os limites impostos pela reprodução capitalista apresentam-se como limites da própria racionalização do real, embora se crie a apropriação sobre esta base. A ciência como fruto desse processo aprofunda a libertação pelo pensamento como consciência não se diluindo em pretensa racionalização do real, pois sua própria base de reprodução é a indústria moderna subordinada ao capital.

Por isso que a teoria econômica desenvolve-se com o tempo, como forma de existir perante o desenvolvimento histórico – se transmuta de pensamento burguês apologético em saber especializado - ao mesmo tempo em que localiza elementos da racionalização do processo real da sociedade burguesa, por estar subordinada a produção de riqueza como produção de capital; sua existência é intrínseca a esse processo e, sua transmutação em apreensão da unidade objetiva seria seu negativo *pari passu* ao esclarecimento da história como consciência histórica. E, assim não pode existir teoria econômica que esclareça a origem do lucro embora esse esteja objetivado nos registros contábeis, mas podem existir economistas conscientes do ciclo periódico, pois os preços de produção se autonomizam e se cristalizam nos preços de mercado de onde se cria os índices de preços de produção. A teoria econômica diferenciada em escolas torna atual aquela expressão utilizada por Hegel para caracterizar a filosofia especulativa, qual seja, o *escrínio da intuição divina interior*.

5.2 A Reprodução Ampliada

As condições de acumulação pré-capitalistas só são superadas quando se encontram no mercado os elementos necessários a acumulação capitalista. A separação entre os trabalhadores e seus meios de produção é processada por essa acumulação pré-capitalista, esse é o seu papel histórico, é incapaz de reproduzir os elementos essenciais a acumulação capitalista ficando a cargo do próprio capital o trabalho de fazê-lo. Mas o capital se defronta antes de tudo com essa separação em sua forma material primitiva e só pode realizar a reprodução simples, até o ponto em que alarga o desenvolvimento do comércio com a generalização da produção de

mercadorias. Nem todas as mercadorias são iguais, seus valores-de-uso diferem entre si e diante disso todo o processo se modifica. A generalização da produção de mercadorias se realiza quando aquela separação anterior faz surgir no mercado uma mercadoria que tem no seu valor-de-uso a propriedade de criar mais valor que o necessário para se reproduzir, sob a base do assalariamento se potencializa aquele processo de transformação universal dos produtos do trabalho em mercadorias e se este não se concluíra a produção capitalista tratará de universalizá-lo como forma do capital.

Esse resultado torna-se inevitável quando a força de trabalho é vendida livremente como mercadoria pelo próprio trabalhador. Mas só a partir de então generaliza-se a produção de mercadorias que se torna forma típica de produção; só a partir de então todo o produto que se faz é destinado à venda, desde a sua origem e toda a riqueza produzida passa pela circulação. A produção de mercadorias só se impõe a toda a sociedade e desenvolve suas potencialidades ocultas quando o trabalho assalariado se torna sua base. Dizer que a interferência do trabalho assalariado vicia a produção de mercadorias é dizer que a produção de mercadorias, para manter-se pura, não deve desenvolver-se. Ela se desenvolve de acordo com as leis imanentes, convertendo-se em produção capitalista, e, na mesma extensão, as leis da propriedade inerentes à produção de mercadorias se transformam em leis da apropriação capitalista. (MARX, 2008, p.685).

Essa generalização então afeta todos os ramos de produção e o desenvolvimento de cada um de forma que a reprodução de todas as mercadorias será revolucionada. A revolução na reprodução da força de trabalho é historicamente um processo longo e condicionado pela relação de classe, a própria burguesia para existir enquanto classe dominante precisa controlar a reprodução da classe trabalhadora, por isso um longo debate sobre a renda da terra, a lei dos cereais e a questão das colônias pela economia política Inglesa. Se essa foi necessária para revolucionar as condições primitivas legadas pela acumulação pré-capitalista à revolução nos meios de produção se tornará condição *sine qua non* para potencializar a transmutação da propriedade privada mercantil em burguesa e superar a reprodução simples em reprodução ampliada. Antes se produzia e se reproduzia na mesma escala em função do nível de produto excedente, agora o aumento do produto excedente encontra no mercado o meio de produção necessário a sua ampliação.

Para acumular, é necessário transformar parte do produto excedente em capital. Mas, sem fazer milagres, só se pode transformar em capital coisas que são aplicáveis no processo de trabalho, isto é, meios de produção, e coisas das quais o trabalhador precisa para manter-se, isto é, meios de subsistência. Em conseqüência, parte do trabalho anual excedente tem de

ser transformado para produzir meios adicionais de produção e de subsistência acima da quantidade necessária para substituir o capital adiantado. Em suma, a mais-valia, só pode ser transformada em capital porque o produto excedente, do qual ela é o valor, já contém os elementos materiais de um novo capital. (MARX, 2008, p.678).

O capital na forma fixa no seu desenvolvimento real é o pressuposto material necessário para potencializar a acumulação de capital em escala ampliada - completando a transformação da mais-valia em capital, sua universalidade e todas as contradições que lhe são próprias:

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho atua também sobre o capital original, o capital que já se encontra engajado no processo de produção. Uma parte do capital constante em funcionamento consiste em instrumentais de trabalho, tais como maquinaria etc., que, só em períodos relativamente longos se consomem e, em consequência, se reproduzem ou são substituídos por novos exemplares da mesma espécie. Mas todo ano morre uma parte desse instrumental, ou chega ao fim sua função produtiva. Ela atinge, nesse ano, o momento de sua **reprodução periódica** ou de sua substituição por novos exemplares da mesma espécie. Se a produtividade do trabalho aumentou nos estabelecimentos que produzem esses instrumentos de trabalho - e ela se desenvolve continuamente, com o progresso ininterrupto da ciência e da técnica -, máquinas, ferramentas, aparelhos, etc. mais eficazes e, considerando sua eficiência, mais baratos substituem os velhos [...] constituem a ciência e a técnica uma potência para expandir o capital [...] O capital incorpora gratuitamente em sua nova forma o progresso social que se realizou sem qualquer interferência de sua forma antiga. (MARX, 2008, p.704).

A indústria têxtil na Inglaterra se concretizou historicamente com essas qualidades ainda na base manufatureira do trabalho manual até a sua transformação em indústria moderna a forma material que realiza a subordinação real do trabalhador ao capital e, realiza a reprodução ampliada. A despeito da reprodução simples onde o capital embora não sofra alteração de magnitude se transforma em mais-valia capitalizada e, não se transforma em capital adicional e se reproduz a separação entre capitalista proprietário dos meios de produção e o assalariado desprovido deles, na reprodução ampliada essa capitalização é condição necessária para a manutenção da acumulação em função da negação do trabalho vivo, com o desenvolvimento da forma fixa do capital. Não só a mais-valia se capitaliza como o capital variável, se torna relativamente menor ao capital constante, mas nem assim se elimina a concepção de que o salário é o rendimento do trabalho.

O mistério da reprodução capitalista em escala ampliada só será revelado quando do valor da mercadoria se destacar o preço de custo e o preço de produção e suas relações íntimas com a moeda e o preço em conexão com a valorização,

trataremos agora da sua dinâmica em torno da composição orgânica do capital em relação às classes sociais.

O objetivo da economia política segundo Ricardo era determinar as leis que regulam a distribuição do produto social entre as classes, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital e os trabalhadores. A humanidade percorreu um longo tempo para decifrar essas leis. A indústria moderna quando separa os elementos constituintes da socialização humana permite apreender seu elemento mais singular e então seu movimento se explicita nas leis que Ricardo procurava.

A produção capitalista como produção baseada na ciência onde o capital na forma produtiva exerce a função fundamental de valorizar o valor antigo criando um novo valor – pelas características singulares da mercadoria força de trabalho já expostas – a mais-valia, já tem na sua própria existência produtiva todas as leis da distribuição a circulação só exerce esse direito realizado no processo produtivo. A mais-valia se for toda consumida apenas permitirá a renovação do processo produtivo na mesma escala se não considerarmos os desgastes do mesmo. O imperativo é que a capitalização da mais-valia transforma o fundo dos capitalistas maior relativamente ao fundo dos trabalhadores pela compra de meios de produção com desenvolvimento superior, a taxa de lucro que se expressa na relação da mais-valia com o capital total decresce e esse processo necessariamente precisa continuar a taxas crescentes à queda da taxa de lucro para não cessar. Enquanto vai se consolidando de um lado imensos capitalistas e de outro uma imensa população trabalhadora. Esse processo se intensifica quando ele se relaciona as formas políticas derivadas e a manutenção dessas formas políticas, a própria governabilidade da classe dominante, então a reprodução ampliada antes de ser uma saída pra concorrência capitalista é intrinsecamente uma realização da burguesia em relação a sua existência histórica, pois não pode deixar a produção cessar diminuindo o nível de emprego⁴⁷, pelo fato de problematizar sua governabilidade nesse período determinado. Quando a moeda como síntese se expressar entenderemos esse processo no nível global.

Na teoria dos ciclos econômicos de Schumpeter a renovação do capital fixo é elemento essencial da dinâmica e toda a depressão precede um *boom* de inovações que vão cristalizar outro ciclo econômico, a cognição apreende um fenômeno

⁴⁷ O emprego é a forma de existência da classe trabalhadora, por isso Keynes desenvolveu a função de emprego a despeito das funções de oferta e demanda clássicas.

importante no âmbito da lógica dialética, mas a generalização é incapaz de perceber o nexos entre a expansão do capital industrial determinada pelo trabalho abstrato e sua forma fixa em relação a queda da taxa geral de lucro, a apreensão real do elemento singular da produção capitalista aparece simplesmente como sua forma monetária lucro e não se investiga o porque que tal *boom* se cristaliza em um novo ciclo. Schumpeter sabia dos limites históricos da produção capitalista, ele próprio se deparava com a problemática da cognição quando as formas políticas surgidas do movimento revolucionário assumiam posições curiosas em *A instabilidade do capitalismo* expõe a sua compreensão desse processo e no que desembocaria e, então se percebe a inteligência que carregava quando apresenta o modo de produção capitalista como histórico e seu desenvolvimento posterior independente da denominação. Nem sempre um intelectual que se constitui pela cognição impaciente carece de materialismo, a conclusão última de Schumpeter é perceber que os homens constroem as suas próprias relações enquanto matéria e isso independe das denominações que os próprios homens dão a ela.

Keynes na *Teoria Geral* apresenta a renovação do capital fixo como a tendência de curto prazo da eficiência marginal do capital caracterizada pelo aumento do preço de oferta do setor de bens de capital. Keynes apresenta o preço de oferta como um conceito agregado e dessa forma se caracteriza pelo produto esperado, que os empresários considerem vantajoso, necessário para oferecer determinado volume de emprego, no caso do setor de bens de capital o aumento do preço de oferta significa que a demanda por investimento agregada terá uma baixa do seu preço de oferta diminuindo segundo o preço de demanda agregada o produto que esperam receber do volume de emprego realizado. Keynes considera o investimento em capital como o direito ao fluxo de rendas futuras por isso a relação com o futuro é determinante na tendência de curto período da eficiência marginal do capital. A cognição de Keynes não percebe a relação estritamente produtiva dessa renda futura e como se relaciona diretamente no curto prazo com o nível de preços da moeda.

Kalecki entra profundamente nos determinantes do capital fixo mas os interpreta apenas na esfera do investimento a despeito da acumulação global de capital e do processo imperialista de internacionalização dos departamentos I das economias subordinadas. O desenvolvimento do grau de monopólio por Kalecki permitiu superar por um tempo a problemática em torno da agregação das funções

individuais de produção, pois permitia perceber a formação dos preços pelas indústrias. Acontece que o custo monetário da mercadoria difere do valor unitário da mercadoria onde se expressa a taxa de lucro, o grau de monopólio. A crítica do valor ao preço é fundamental para compreendermos como a materialização do ser expõe não só os limites da cognição, mas os imperativos da história, o estudo da forma preço descobriu conexões internas importantes como a expectativas e a temporalidade das decisões de investimento, ao passo que foi incapaz de compreender o mistério da estagnação da produção diante de uma verdadeira abundância de tecnologia e exército industrial de reserva.

Marx omite o comércio exterior em relação ao quantitativo de transformação da mais-valia em capital veremos com a indústria de meios de produção se diferencia internamente e se torna essencial na dinâmica da economia global e na relação entre as burguesias nacionais. A partir da constituição da reprodução da classe trabalhadora com sua respectiva forma política estatal e do desenvolvimento da indústria moderna, a universalidade⁴⁸ se transmuta em universalidade capitalista, o século XIX conheceu bem essa transmutação com o imperialismo inglês em praticamente todos os cantos do mundo.

5.3 Os preços

A mercadoria, diante do mercado apresenta-se como preço independentemente do processo que a fez, faz isso com tal naturalidade que suas determinações reais são de fato dilaceradas pelo preço: “Os preços representam o essencial da operação denominada troca” (MENGER, 1983, p.331).

Parece-me que *nossa ciência deve ser matemática, simplesmente porque lida com quantidades*. Onde quer que os objetos tratados sejam passíveis de ser *maior ou menor*, aí as leis e relações devem ser matemáticas por natureza. As leis usuais da oferta e da procura tratam inteiramente de quantidades de mercadoria procurada ou oferecida e

⁴⁸ A constituição da universalidade humana perante o território global não é fruto da época burguesa, a própria sociedade burguesa sem esse pressuposto não poderia se desenvolver e em termos cognitivos teria que produzir capital sem um mercado existente, sem a circulação dos produtos do trabalho como mercadoria. O império romano tinha na sua consciência a universalidade quando declarava *urbi et orbi*; a civilização Chinesa com o desenvolvimento das caravelas anterior a escola de Sagres percorria os mares do mundo; a Escola de Sagres permitiu o nexo entre ocidente e oriente dentro de todas essas sociedades a produção de mercadorias se tornara dominante, com essa se desenvolvia o dinheiro e os laços entre trabalhadores e seus meios de produção tinham todos os pressupostos da sua superação pela época burguesa. “Como mercadoria, é cidadão do mundo” (MARX, 2008, p.85).

expressam a maneira pela qual as quantidades variam em conexão com o preço. (JEVONS, 1983, p.30).

O preço, como forma independente das determinações da mercadoria, produziu na sua odisséia frente à objetividade mercadoria, diferentes formas diante da apreensão do preço como fenômeno real.

O preço aparece diante das trocas de mercadorias⁴⁹ e, surge na relação mais íntima dessas sem apresentar sua verdadeira essência. Os homens sabem bem de si e, se o preço não se apresenta verdadeiro dizem a ele quem é, e, de onde vem. Jevons clama pela transformação da economia numa ciência exata, pela capacidade de medição exata porque todos os sentimentos se sintetizam nos preços a partir das decisões da mente humana. Não obstante a apresentação da exatidão, a natureza humana surge como prazer e sofrimento e o problema da economia “o prazer e o sofrimento são indiscutivelmente o objeto último do cálculo da Economia” (JEVONS, 1983, p.47). O prazer e o sofrimento incluem todas as forças que nos conduzem à ação, o prelúdio da escolha. As necessidades humanas são apreendidas e, se sintetizam em utilidades, determinando o preço das mercadorias a partir das ações objetivadas na demanda. Depois de relacionar a cognição, com a reificação preço, conclui a determinação do valor como utilidade, pois não faz sentido algo ter preço se não me é útil, então o que está por trás das variações de preço são as variações de utilidade.

O preço apesar de não dizer nada de si, foi causa de um elevado esforço cognitivo para concluir que ele é resultado das necessidades/sentimentos humanas pouco importando sua origem real, como o fruto proibido, que carrega em si o pecado original.

Hesito em dizer que os homens terão um dia os meios de medir diretamente os sentimentos do coração humano. É difícil até mesmo conceber uma unidade de prazer ou de sofrimento; mas é o montante desses sentimentos que está nos induzindo a comprar e vender, tomar emprestado e emprestar, trabalhar e repousar, produzir e consumir; e *é a partir dos efeitos quantitativos dos sentimentos que devemos estimar seus montantes comparativos*. Não podemos conhecer ou medir mais a gravidade em sua essência do que podemos medir um sentimento; mas, assim como medimos a gravidade pelos seus efeitos sobre os movimentos de um pêndulo, também podemos estimar a igualdade ou desigualdade dos sentimentos pelas decisões da mente humana. A vontade é nosso pêndulo, e suas

⁴⁹ Interessante, como Jevons e Menger se importam em expor a ‘teoria da troca’ ou a ‘doutrina sobre a troca’ como pressuposto necessário da ‘origem do valor’ e da ‘Doutrina sobre os preços’. Jevons carrega todo o aprendizado da origem do valor e da ‘Teoria da troca’ pressupondo o Dinheiro e a própria troca como elementos essenciais da ‘Teoria do Capital’. Menger preocupado com os proveitos humanos preferiu deixar de lado uma Teoria do Capital, terminando o livro falando o que pensava ser Moeda, longe de apresentar suas determinações capitalistas.

oscilações são minuciosamente registradas nas listas de preços dos mercados. Não sei quando teremos um perfeito sistema de estatísticas, mas sua falta é o único obstáculo insuperável no caminho para transformar a Economia numa ciência exata. Na falta de estatísticas completas, a ciência não será menos matemática, apesar de ser muito menos útil, em termos comparativos, do que se fosse exata. Uma teoria correta é o primeiro passo em direção ao progresso, ao mostrar o que necessitamos e o que podemos realizar. (JEVONS, 1983, p.33).

A relação entre mercadorias, estabelecida nas trocas produz a forma preço, mas o preço por não dizer quem é continua como reificação, que se apresenta naturalmente como momento da satisfação das necessidades humanas como utilidade: “a utilidade, apesar de ser uma qualidade das coisas *não é uma qualidade inerente*. Define-se melhor como *uma circunstância das coisas* que surge da relação destas com as exigências dos homens” (JEVONS, 1983, p.50).

No capítulo V de, *A teoria da economia política*, Jevons se questiona sobre a definição de trabalho voltando àquela famosa passagem de Adam Smith, a qual apresentava o trabalho como o primeiro preço e na continuidade de seu raciocínio chega à tese de Hegel⁵⁰:

O trabalho é o esforço penoso a que nos submetemos para evitar sofrimentos de maior intensidade, ou para obter prazeres que deixam um saldo a nosso favor [...] Ao definir *trabalho* para os objetivos do economista, temos uma opção entre dois procedimentos. Em primeiro lugar, podemos, se assim o quisermos, incluir nele todo o *esforço do corpo ou da mente*. (JEVONS, 1983, p.109).

Jevons buscava se aproximar da compreensão do papel do trabalho, na realidade econômica e sua relação com a natureza humana:

Essa teoria está de acordo com os fatos; e sempre que houver alguma razão aparente para a crença de que o trabalho seja a causa do valor, obteremos uma explicação dessa razão. Verifica-se freqüentemente que o trabalho determina o valor, mas apenas de maneira indireta, ao variar o grau de utilidade da mercadoria por meio de um aumento ou imitação da oferta. (JEVONS, 1983, p.29).

Percebe a objetivação do tempo de trabalho nos preços, independente da relação social que origina. A preocupação de Jevons não se reduz a preocupação de Smith, Ricardo e Marx porque embora considere que “o trabalho é o começo do processo estudado pelos economistas, assim como o consumo é o fim e o propósito” (JEVONS, 1983, p.145), tinha dado ênfase na última seção do capítulo IV *a origem do valor* quando afirma:

⁵⁰ Hegel na *Fenomenologia* descrevia o conteúdo do corpo humano como nervos, músculos, etc. Marx no início de *O Capital* utiliza dessa expressão, para descrever o trabalho humano abstrato, como dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc. O próprio Marx lembra no posfácio da segunda edição inglesa que usava das expressões do Hegel, nessa parte as sua obra.

A presente teoria se baseia numa posição completamente diferente. Sustento que o valor é *essencialmente variável*, de modo que *seu valor deve ser determinado pelo valor do produto, e não o valor do produto pelo do trabalho*. Sustento que é impossível comparar *a priori* a capacidade produtiva de um operário de escavações, um carpinteiro, um ferreiro, um professor e um advogado. De acordo com isso, ver-se-á que nenhuma de minhas equações representa uma comparação entre o trabalho de um homem e o de outro. (JEVONS, 1983, p.144).

A análise baseada no consumo/escassez estruturou uma concepção onde o trabalho era medido pela quantidade de sofrimento relacionado de tal modo que a realização do trabalho levaria a um ponto de sofrimento, um ponto onde a realização do trabalho cessaria. A mediação deixa de ser a produção de riqueza pelo trabalho, passando a ser, a apropriação da riqueza por determinado trabalho realizado num tempo determinado, sem produzir sofrimento.

Essa é a consciência de Jevons, derivada da forma preço, como produto de uma relação estritamente mercantil, que só tomará a forma de esclarecimento quando os elementos da teoria do capital se apresentarem. Na teoria do capital Jevons pressupõe os elementos anteriormente expostos, como forma de explicação do capital e, não como o capital após surgir reproduz esses elementos, assim as teorias, da utilidade, da troca e do trabalho que deveriam ser apresentadas em sua unidade na teoria do capital, são apenas elementos que se relacionam com esse sem hierarquização econômica⁵¹.

A problemática da reprodução capitalista é tão essencial que Jevons conclui que a teoria consiste na aplicação do cálculo diferencial e a ciência econômica deve ser matemática porque lida com quantidades, sendo as leis e relações matemáticas. Quando trata dos problemas quantitativos, Jevons é extremamente revolucionário porque apreende a manifestação do ser como matéria na matemática pela forma objetivada, o preço, ainda que na sua existência capitalista.

Os preços, como *reificação* deslocada de sua verdadeira essência, percorrem um caminho totalmente diferente das ciências naturais que buscam as origens determinadas para enunciar leis, aqui a lei dos preços, produto das relações entre coisas não advém dessas e, é enunciada pelos homens como fruto de suas necessidades “seria mediante o exame do consumo médio de açúcar numa grande

⁵¹ O debate *a posteriori* entre Marshall, Keynes e Hicks esclarecerá o conteúdo por trás dessa estruturação equivocada da obra de Jevons, mas principalmente o papel fundamental e revolucionário da *Teoria Geral* que envolve a linguagem utilizada por Keynes.

população que poderíamos detectar uma variação contínua, relacionada à variação do preço por meio de uma lei constante” (JEVONS, 1983, p.35).

O preço, como autonomização das determinações reais das mercadorias, concluiu uma parte de sua odisséia na cognição pelo estabelecimento de que se apresentando como produto das relações entre coisas é determinado na sua *reificação*, como utilidade.

A utilidade como vivificação do mundo das coisas foi problematizada pela necessidade de compreender a origem das coisas e, então o valor não poderia ser determinado unicamente pela demanda nem ser o determinante originário dos preços⁵² “Possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las” (RICARDO, 1982, p.43).

Marshall procura dar continuidade a essa passagem de Ricardo, mas sua investigação decorre das variações do preço de oferta, e não soluciona a problemática em questão.

A teoria de Ricardo sobre o custo de produção em relação ao valor ocupa um lugar tão importante na história da Economia que qualquer incompreensão do seu verdadeiro caráter necessariamente será muito pernicioso [...] Afirma-se ali que ele sabia do papel essencial que desempenha a procura na determinação do valor, mas, considerando a ação dela menos obscura que a do custo de produção, nela tocou apenas ligeiramente, nas notas que escreveu para uso de seus amigos e seu próprio, pois nunca pretendeu fazer propriamente um tratado; e também que ele encarava o custo de produção dependente – não como Marx, mera quantidade de trabalho empregado na produção – da qualidade tanto quanto da quantidade desse trabalho, juntamente com a soma e capital acumulado para ajudar o trabalho, e a duração do tempo durante o qual tal auxílio foi invocado. (MARSHALL, 1985, p. 145).

O preço assumiu sua relação com o caráter determinadamente histórico se desdobrando das relações entre coisas, para a relação das coisas com o sujeito real, concluindo outra parte de sua odisséia na cognição, a partir da problematização mistificada, da determinação do futuro no presente, pela sua volatilidade de mercado no preço de oferta.

Marshall investigou a determinação do volume de produção relacionada às condições de mercado estabelecendo um equilíbrio estável entre oferta e procura a

⁵² Jevons e Menger estruturam suas obras equivocadamente de forma que a elucidação só será feita por Marshall e efetivamente por Keynes. Marshall mostra a venda da força de trabalho e, Keynes a oferta de determinado volume de emprego a um salário real inferior a desutilidade marginal do trabalho. Hicks não percebeu essa dificuldade na análise levando a não esclarecer o determinante da condição de máximo do excedente com a empresa em equilíbrio.

partir dos preços de oferta e preço de procura. O preço de oferta “são os preços que devem ser pagos a fim de provocar uma oferta suficiente dos necessários esforços e esperas para a produção da mercadoria” (MARSHALL, 1985, p.28). O preço de procura é “um preço ao qual determinada quantidade de mercadoria pode encontrar compradores num dia, numa semana ou num ano [...] o preço de procura para cada *bushel* ou jarda diminui a cada aumento da quantidade oferecida” (MARSHALL, 1985, p.30).

Embora seja estabelecido o preço de oferta para uma produção específica à expectativa em torno desse é condição de manutenção da oferta global. A decisão empresarial do investimento se baseia nesse preço de oferta em relação ao cálculo que estabelece das despesas de produção

As despesas de produção, quando determinada quantidade é produzida, constituem, assim, os preços de oferta das quantidades correspondentes dos seus fatores de produção. E a soma destes é o preço de oferta da dita quantidade da mercadoria. (MARSHALL, 1985, p. 28).

De forma que essas variam conforme as alterações nas quantidades produzidas e na determinação da forma como será combinado os fatores de produção

Ao calcular as despesas de produção de uma mercadoria, devemos ter em conta o fato de que as alterações nas quantidades produzidas serão provavelmente acompanhadas, mesmo quando não há invenção nova, por alterações nas quantidades proporcionais dos seus diversos fatores de produção [...] na medida dos seus conhecimentos e do seu espírito empresarial, os produtores em cada caso escolhem os fatores de produção mais apropriados ao seu objetivo. A soma dos preços de oferta desses fatores é, em regra, menor do que a soma de qualquer outro grupo de fatores que possam substituí-los. E sempre que parecer aos produtores não ser a combinação de fatores escolhida a mais adequada, eles, de ordinário, porão em serviço, em substituição ao anterior, o método menos dispendioso [...] Podemos, por comodidade de referência, designar esse princípio por *princípio de substituição*⁵³. (MARSHALL, 1985, p.29).

Marshall relaciona as variações do preço de oferta ao preço de procura como produtos das forças de equilíbrio, no capítulo XII volta a essa dinâmica e expressa como o preço de oferta converge com o aumento da quantidade produzida.

O preço assumiu sua relação com o caráter determinadamente histórico se desdobrando das relações entre coisas para a relação das coisas com o sujeito real,

⁵³ Em *Para uma releitura da Teoria Geral* Possas sustenta que o princípio da demanda efetiva se relaciona com a ocupação dos recursos e sua alocação e, não entre produção e realização. Essa concepção retoma o princípio da substituição de Marshall e embora exista no princípio da demanda efetiva ele se caracteriza tanto por essa como pela relação entre produção e realização, conforme o item II do capítulo XXI da Teoria Geral. O item I apresenta a tese de Possas no segundo parágrafo, mas na sequência expõe nossa tese inicial do equívoco de Possas.

concluindo outra parte de sua odisséia na cognição a partir da problematização mistificada, da determinação do futuro no presente pela sua volatilidade de mercado no preço de oferta.

Keynes desprende a existência do conceito de preço de oferta, de sua forma individual, como apresentado por Marshall, ao estabelecer sua relação com os preços macroeconômicos “o preço da oferta agregada da produção resultante de determinado volume de emprego é o produto esperado, que é exatamente suficiente para que os empresários considerem vantajoso oferecer o emprego em questão” (Keynes, 1985, p.29). Na segunda nota de rodapé, Keynes afirma que essa concepção não pode ser confundida, com o preço de oferta de uma unidade de produto e, na terceira nota afirma a dificuldade na definição do preço de oferta para um produtor individual⁵⁴. As dificuldades conceituais do preço de oferta embora criem um problema lógico na *Teoria Geral* não impedem a qualificação do que Keynes considerava ser o capítulo que faltava ser escrito na teoria econômica. Dado a estrutura produtiva o volume de emprego seria determinado pelo montante de receita esperada pelos empresários:

Os empresários, pois, esforçam-se por fixar o volume de emprego ao nível em que esperam maximizar a diferença entre a receita e o custo dos fatores. Seja Z o preço de oferta agregada da produção resultante do emprego de N homens e seja a relação entre Z e N , que chamaremos *função da oferta agregada*, representada por $Z = \varphi (N)$. Da mesma forma, seja D o produto que os empresários esperam receber do emprego de N homens, sendo a relação entre D e N , a que chamaremos *função da demanda agregada*, representada por $D = f (N)$. (KEYNES, 1985, p.30).

A teoria clássica, para quem a função de demanda agregada era ajustada pela função de oferta agregada na mesma proporção resultava que $f (N) = \varphi (N)$, de forma que qualquer mudança no preço de oferta agregada resultaria em alterações no preço de demanda agregada, existindo infinitos pontos de equilíbrio estável de demanda efetiva, o único limite a expansão do volume de emprego seria a fixação de um limite superior da desutilidade marginal do trabalho.

Se isso fosse verdade, a concorrência entre os empresários levaria sempre a um aumento do emprego, até o ponto em que a oferta agregada cessa de ser elástica, ou seja, um ponto a partir do qual um novo aumento no valor da demanda efetiva já não é acompanhado por um aumento da produção. Evidentemente, isto é o mesmo que o pleno emprego. No capítulo anterior, demos uma definição de pleno emprego baseada no comportamento da mão-de-obra. Outro critério, aliás equivalente, a que chegamos agora é o da situação em que o emprego agregado é inelástico diante de um aumento na

⁵⁴ Essa dificuldade, acertadamente apresentada por Keynes, será apresentada em relação à tendência de curto prazo da eficiência marginal do capital em comparação com a proposição de paralização da produção de bens de capital do capítulo XVII.

demanda efetiva relativamente ao nível de produto correspondente àquele nível de emprego. Assim, a lei de Say, segundo a qual o preço da demanda agregada da produção em conjunto é igual ao preço da sua oferta agregada para qualquer volume de produção, equivale à proposição de que não há obstáculo para o pleno emprego. Contudo, não sendo esta a verdadeira lei que relaciona a demanda agregada e as funções da oferta, falta ainda escrever um capítulo da teoria econômica, cuja importância é decisiva e sem o qual é inútil qualquer discussão a respeito do volume do emprego agregado. (KEYNES, 1985, p.30).

Se a lei que relaciona as funções de oferta agregada e de demanda agregada é diferente do ajustamento de igual quantidade da demanda agregada conforme as modificações da oferta agregada, surge a indagação sobre a forma como essas realmente se relacionam. Nem tudo que é produzido é consumido, o que não é consumido é poupado, eis a máxima. A fração do consumo potencial que vira poupança faz com que a renda real cresça a um nível maior que o consumo, de forma a ser compensado pelo nível de investimento. Keynes denominou essa decisão de consumir como propensão marginal a consumir, elemento endógeno do ajuste do volume do emprego. Com a variação da propensão a consumir, varia o volume de emprego e dada a propensão a consumir o volume de emprego depende do investimento⁵⁵ corrente.

As *grandes linhas* da teoria se apresentam em oito itens que expressam o processo de ajustamento macroeconômico e seus elementos⁵⁶ constitutivos. O primeiro item relaciona o montante da renda com o montante de emprego dada as condições produtivas, o segundo apresenta a propensão a consumir da comunidade como sendo o que se espera que ela gaste a partir de seu montante de renda, o terceiro a determinação do volume de emprego, pelos elementos da demanda efetiva: D_1 o consumo esperado, e D_2 os novos investimentos esperados, o quarto item se refere à relação entre a função de oferta agregada e a demanda efetiva que resulta em D_2 como o elemento essencial de ajustamento macroeconômico, o quinto item expressa a essência da Teoria Geral do emprego, o sexto item apresenta a produtividade do trabalho e as dificuldades relacionadas ao salário nominal constante, o item nº 7 expõe que só existe equilíbrio estável para a teoria clássica no pleno emprego. O oitavo item apresenta a verdadeira lei que relaciona a oferta

⁵⁵ As relações subjacentes à decisão de investimento serão *a posteriori* apresentadas conforme a estrutura expositiva.

⁵⁶ Keynes utiliza o vocábulo elementos como partes do sistema econômico no primeiro parágrafo do capítulo XVIII.

agregada com a demanda agregada o que resulta numa tendência de uma crescente lacuna entre Z (o preço de oferta agregada) e D_1 (consumo⁵⁷).

Quando o emprego aumenta, D_1 também aumenta, porém não tanto quanto D , visto que, quando nossa renda sobe, nosso consumo também sobe, embora menos. A chave do nosso problema prático encontra-se nesta lei psicológica. Disso decorre que, quanto maior for o nível de emprego, maior será a diferença entre o preço da oferta agregada (Z) da produção correspondente e a soma (D_1) que os empresários esperam recuperar com os gastos dos consumidores. Conseqüentemente, quando a propensão a consumir não varia, o emprego não pode aumentar, a não ser que isso aconteça ao mesmo tempo que D_2 cresça, de modo que preencha a crescente lacuna entre Z e D_1 . Diante disso, o sistema econômico pode encontrar um equilíbrio estável com N em um nível inferior ao pleno emprego, isto é, no nível dado pela interseção da função da procura agregada e da função da oferta agregada — excluídas as hipóteses especiais da teoria clássica, segundo as quais, quando o emprego aumenta, certa força intervém sempre, obrigando D_2 a subir o necessário para preencher a lacuna crescente entre Z e D_1 . (KEYNES, 1985, p.32).

Conforme os itens 3, 4, 5, e 8, a demanda efetiva realiza o ajustamento macroeconômico a partir da lacuna entre Z e D_1 através de D_2 - que é determinado *ex-ante* - embora o nível de equilíbrio do emprego seja determinado pela função de oferta agregada, pela propensão a consumir e pelo montante de investimento. Diferentemente da ortodoxia o processo de ajustamento macroeconômico se realiza a partir da demanda efetiva⁵⁸ de forma que possa existir um volume de emprego abaixo do pleno emprego, diferentemente do caso especial clássico. Portanto, a demanda efetiva se caracteriza pela determinação *ex-ante*⁵⁹ do investimento, do emprego, da produção e da renda, sob condição de incerteza. Keynes poderia então revelar, a determinação do volume de emprego:

Não é, portanto, a desutilidade marginal do trabalho, expressa em termos de salários reais, que determina o volume de emprego, exceto no caso em que a oferta de mão-de-obra disponível a certo salário real fixe um nível máximo de emprego. A propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e é este que, certamente, determina o nível de salários reais — não o inverso. Se a propensão a consumir e o montante de novos investimentos resultam em uma insuficiência da demanda efetiva, o nível real do emprego se reduzirá até ficar abaixo da oferta de mão-de-obra potencialmente disponível ao salário real em vigor, e o salário real de equilíbrio será superior à desutilidade marginal do nível de emprego de equilíbrio. (KEYNES, 1985, p.33).

⁵⁷ Há uma dificuldade em diferenciar a demanda efetiva e a demanda agregada em Keynes e, também os seus elementos. Esse D_1 se refere ao montante esperado de consumo, mas tanto a demanda agregada como a demanda efetiva têm o investimento e o consumo como seus componentes.

⁵⁸ Os críticos de Keynes incorreram no erro de entender o processo de ajustamento da Teoria Geral pela demanda agregada, p. ex., o fiscalismo keynesiano.

⁵⁹ Essa determinação tem implicações dinâmicas na precisão de caracterização do ciclo econômico.

Os clássicos segundo Keynes assumiam a existência de dois postulados básicos para determinação do mercado de trabalho: (i) “O salário é igual ao produto marginal do trabalho” e (ii) “A utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego” (KEYNES, 1985, p.18). Keynes desconsiderava o segundo postulado em função do desemprego involuntário e da oferta de emprego mesmo com níveis de desutilidade marginal do trabalho, dado o ajustamento *ex-ante*.

A caracterização do tempo econômico como elo entre o presente e o futuro, a partir da moeda e, entre o futuro e o presente a partir da eficiência marginal do capital apresenta como as variações esperadas do valor da moeda, se relacionam intrinsecamente com as variações da eficiência marginal do capital, e não com a taxa de juros, é dizer, *ex-ante* a reserva de valor da moeda é um gerador de instabilidade dinâmica. Expondo a preferência pela liquidez e desenvolvendo a concepção da precificação de ativos surge uma dificuldade na leitura da Teria Geral, pois até o capítulo XVIII, Keynes mede os valores em unidades de salários para determinar a quantidade de moeda em circulação e o nível da taxa de juros. Mas como caracterizar as variações esperadas do valor da moeda na eficiência marginal do capital medindo os valores em unidades de salários?

Determinando a moeda como padrão de valor, a taxa monetária de juros marcaria o limite da expansão do investimento sendo que a existência da moeda - caracterizada pela elasticidade de produção zero, de substituição mínima e prêmio de liquidez significativo diante de um custo de manutenção mínimo – realiza a rigidez dos salários nominais. Ao reescrever a teoria geral do emprego no capítulo XVIII são apresentados a partir da unidade de salários (embora se considere a rigidez dos salários nominais), as variáveis dependentes (emprego e renda nacional) e as variáveis independentes do sistema econômico:

A escala da eficiência marginal do capital depende, contudo, em parte, dos fatores dados e, em parte, do rendimento provável dos bens de capital de diferentes espécies, ao passo que a taxa de juros é parcialmente governada pelo estado da preferência pela liquidez (isto é, pela função de liquidez) e também pela quantidade de moeda medida em unidades de salários. Assim, podemos em alguns casos considerar variáveis independentes finais (1) os três fatores psicológicos fundamentais, a saber, a propensão psicológica a consumir, a atitude psicológica relativa à liquidez e a expectativa psicológica do rendimento futuro dos bens de capital; (2) a unidade de salários, tal como é determinada pelos acordos celebrados entre patrões e operários; e (3) a quantidade de moeda tal como é determinada pela ação do banco central, de maneira que, se tomarmos como dados os fatores antes especificados, estas variáveis determinam a renda (ou dividendo) nacional e o volume de emprego. Mas elas são, também, suscetíveis de análise ulterior

e não constituem os nossos últimos elementos mínimos independentes. (KEYNES, 1985, p.172).

No capítulo XIX o debate sobre a realização de uma política de preços flexível ou de uma política monetária flexível estabelece os limites da teoria do emprego ortodoxa na medida em que se verifica apenas as mudanças do salário nominal na demanda agregada, inclusive Keynes observa a possibilidade de aumento do volume de emprego dessa forma, mas não por muito tempo; as variações do salário nominal impactam o nível de demanda efetiva e, sua diminuição contínua faz diminuir o nível da taxa de juros pela quantidade de moeda medida em unidade de salários, e faz diminuir a eficiência marginal do capital, dado a comparação temporal entre curto e longo prazo. O ajuste macroeconômico ortodoxo se realizaria apenas por um estado autoritário, mas levaria a uma dificuldade profunda de governabilidade.

Não há, portanto, motivo para crer que uma política flexível de salários possa manter um estado permanente de pleno emprego, nem como pensar que uma política monetária de mercado aberto possa atingir, sozinha, este resultado. Tais meios não são suficientes para conferir ao sistema econômico a propriedade de se ajustar por si mesmo. (KEYNES, 1985, p. 184).

No capítulo XX Keynes mede os preços nominais e os salários nominais em termos de moeda para analisar a indústria em conjunto e, no capítulo XXI aprofunda esses elementos de forma que o livro V da Teoria Geral é escrito para esclarecer o tempo econômico a partir da moeda e da eficiência marginal do capital não por acaso esse o livro se denomina de *salários nominais e preços*.

A teoria dos preços de Keynes expressa em sentido mais amplo os *atributos monetários*, pelo fato de que Marshall considerava que o preço de oferta determinaria os preços de mercado, mas o preço de oferta agregado expressa os preços macroeconômicos na unidade de conta, de onde o capitalista cria a sua expectativa para com a decisão de investimento diante de um portfólio de ativos, portanto os preços macroeconômicos que determinam o preço de oferta agregado e o volume de emprego e a demanda efetiva determina o nível de preços.

Ocupando-se do que se chama teoria do valor, os economistas acostumaram-se a ensinar que os preços são regidos pelas condições da oferta e da procura; e, em particular, as variações no custo marginal e a elasticidade da oferta em períodos curtos têm, neste aspecto, desempenhado um papel preponderante. Porém, quando em um volume II ou, mais freqüentemente, em um tratado em separado, passam a abordar a teoria da moeda e dos preços, não mais ouvimos falar desses conceitos

familiares e simples de compreender, e passamos para um mundo onde os preços são governados pela quantidade de moeda, pela sua velocidade-renda, pela velocidade de circulação em relação ao volume de transações, pelo entesouramento, pela poupança forçada, pela inflação e pela deflação *et hoc genus omne*; nunca ou quase nunca se tenta ligar essas expressões mais vagas aos nossos antigos conceitos das elasticidades da oferta e da procura. Quando refletimos sobre as teorias que nos foram ensinadas e tentamos dar-lhes uma forma racional, nas análises mais simples, parece que a elasticidade da oferta deve ter chegado a zero e a procura parece ser proporcional à quantidade de moeda, ao passo que, nos estudos mais elaborados, nos achamos perdidos em um nevoeiro onde nada é claro e tudo é possível. A todos nós já ocorreu encontrarmo-nos algumas vezes de um lado da lua e outras vezes do lado oposto, sem sabermos que caminho os liga, restando-nos apenas os nossos passos e a nossa imaginação. (KEYNES, 1985, p. 203).

A demanda efetiva está expressa nos preços macroeconômicos de forma a determinar *ex-ante*, o volume de investimento, produção, emprego e renda. A demanda efetiva se caracteriza na psicologia através do espírito animal, existindo aqui uma diferença entre o caráter expectacional e psicologia dos empresários capitalistas, o *animal spirits*. Como a demanda efetiva se expressa nesses elementos e principalmente nos preços macroeconômicos “o aumento da demanda efetiva traduz-se, em parte, pelo aumento do emprego e, em parte, pela elevação do nível de preços” (KEYNES, 1985, p.205).

Keynes supera a concepção principalmente existente em Marshall de que existiria um processo de ajuste tendendo ao equilíbrio a partir dos *preços de oferta* e *preços de procura* estabelecendo a conexão entre demanda efetiva como valorização e nível preços, o que não poderia ter sido realizado por uma estrutura teórica, como a ortodoxa, que desconhece o princípio da demanda efetiva.

Toda a concepção sobre a macroeconomia se modifica a partir dessa síntese, pois existe então e se tem consciência com Keynes que há uma determinação mais profunda dos preços do que a determinação individual dos capitalistas, ou seja, o princípio da demanda efetiva estabelece a relação entre o ambiente macroeconômico e o ambiente microeconômico de forma que o capitalista individual elabora sua decisão de investimento a partir da leitura dos preços macroeconômicos materializados na moeda, não os determina embora influencie seus níveis a partir da concretização da decisão de investimento. Isso estabelece o caráter da revolução realizada por Keynes na teoria econômica que se aprofunda com a linguagem utilizada na estrutura da obra através do método do desprendimento do conceito.

Mas como caracterizar as variações esperadas do valor da moeda na eficiência marginal do capital medindo os valores em unidades de salários?

Para caracterizar as variações esperadas do valor da moeda na eficiência marginal do capital devem-se medir os preços a partir da moeda como padrão. Keynes ao considerar a taxa de juros como um dos componentes do investimento se indaga sobre a peculiaridade da taxa monetária de juros diante das outras taxas de juros dos bens duráveis. Keynes exemplifica com o cálculo da taxa de juros do trigo, cotado em moeda. Pode-se calcular a taxa de juros de cada bem em outros bens não necessariamente tendo a moeda como padrão.

Ora, os bens cujo preço normal de oferta é menor que o preço da demanda serão agora objeto de nova produção, e esses serão os bens que têm uma eficiência marginal maior (sobre a base do seu preço normal de oferta) que a taxa de juros (sendo ambas as quantidades medidas pelo mesmo padrão de valor, qualquer que este seja). À medida que aumenta o estoque de bens cuja eficiência marginal era, a princípio, pelo menos igual à taxa de juros, essa eficiência marginal tende a baixar (pelas razões suficientemente claras já apresentadas). Chega então o momento em que deixará de ser vantajoso continuar a produzi-los, *a menos que a taxa de juros caia "pari passu"*. Quando não houver mais bem algum cuja eficiência marginal alcance a taxa de juros, a produção de novos bens de capital será paralisada. (KEYNES, 1985, p. 160).

Na verdade essa peculiaridade da taxa monetária de juros se deve ao fato de a moeda ser o padrão de valor, a qual marca um limite ao volume de produção, mas de forma alguma é a moeda que causa essa limitação, pois não seria a extinção da moeda que eliminaria os problemas de uma economia monetária. A taxa de juros específica de cada bem durável medida em termos de si mesmo como padrão de valor estabelecem o problema de realização da produção. A taxa monetária de juros desses bens duráveis medidas em moeda como padrão de valor estabelece o limite para a expansão de novos investimentos.

Com esse esclarecimento, a crítica de que não existe em Keynes uma concepção microeconômica tanto deixa de existir como esclarece o desconhecimento por parte desses críticos do nexos que o princípio da demanda efetiva estabelece em relação a determinação *ex-ante* do investimento, da produção, do emprego e da renda e do nível de preços. Essa síntese delimita os limites da ortodoxia em estabelecer um nexos entre preços e moeda, o que a distancia do desenvolvimento do que se convencionou chamar de microfundações da macroeconomia, que existem apenas no princípio da demanda efetiva. Então fica

estabelecido a determinação dos preços pelo processo de valorização, pois antes de tudo o princípio da demanda efetiva expressa essa valorização agregada.

Talvez pudéssemos traçar uma linha divisória entre a teoria do equilíbrio estacionário e do equilíbrio móvel — querendo designar com o último a teoria de um sistema onde as variações de pontos de vista sobre o futuro podem influir sobre a situação presente —, *porque a importância da moeda decorre essencialmente do fato de consistir ela um elo entre o presente e o futuro*. Podemos considerar que a distribuição de recursos entre os diferentes usos será compatível com o equilíbrio sob a influência dos motivos econômicos normais, em um mundo no qual as nossas opiniões relativas ao futuro são estáveis e dignas de confiança a respeito de tudo — talvez com outra divisão, para separar uma economia imutável de outra sujeita a variar, mas na qual seria previsto desde o começo. Ou talvez pudéssemos passar desta propedêutica simplificada aos problemas do mundo real, no qual as nossas expectativas anteriores podem trazer-nos desapontamentos, e as nossas esperanças no futuro afetar nossos atos presentes. Só após termos realizado esta transição é que deveríamos introduzir em nossos cálculos as particularidades da moeda como um elo entre o presente e o futuro. Mas, embora a teoria do equilíbrio móvel deva necessariamente ser concebida em termos de uma economia monetária, permanece, mesmo assim, uma teoria do valor e da distribuição, e não uma “teoria da moeda” independente. A moeda, considerada em seus atributos mais significativos, é sobretudo um processo sutil de ligar o presente ao futuro, e sem ela nem sequer poderíamos iniciar o estudo dos efeitos das expectativas mutáveis sobre as atividades correntes. Não há meios para nos libertarmos da moeda, mesmo abolindo o ouro, a prata e os meios legais de pagamento. Enquanto subsistir algum bem durável, ele poderá possuir os atributos monetários e, conseqüentemente, dar origem aos problemas característicos de uma economia monetária. (KEYNES, 1985, p. 204).

Concluída a conexão da valorização pela demanda efetiva com o nível de preços podemos apresentar o nexos estrutural de exposição de Keynes no capítulo XVII. A desconsideração da moeda como padrão de valor no capítulo XVIII pressupunha a apresentação dos elementos que caracterizam os níveis de estabilidade dinâmica para conectar a reserva de valor, instabilidade dinâmica e preços, por isso a síntese do capítulo XXI se estrutura desde o XVII ao estabelecer a moeda como padrão de valor.

Após estabelecer as características da moeda como padrão de valor e dos atributos monetários independentemente da existência da moeda no capítulo XVII, mas do ouro, por exemplo, Keynes caracteriza-se como um economista do tempo econômico e do ciclo econômico. Estruturada a partir do princípio da demanda efetiva a *Teoria Geral* ao conectar os elementos reais do ciclo econômico realiza o nexos global dessa estrutura no capítulo XXI e, então o livro sexto pode ser escrito, dado que o ciclo econômico e a filosofia social pressupõem a compreensão global da instabilidade inerente a uma economia monetária.

O preço conclui sua odisséia na cognição antes de se tornar seu limite. Os preços no desdobramento da relação sujeito e objeto agora se desdobram na conexão com a valorização permitindo embora não diga quem é, a elaboração dos determinantes do investimento, mas não uma teoria da distribuição e uma Teoria Geral, o preço se transmuta em preços macroeconômicos materializados na moeda e na taxa de juros dos bens medidos em termos de si mesmos sintetizando a moeda como elo entre o presente e o futuro.

A *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda* se caracterizou no período posterior a crise de 1929, como uma obra revolucionária. Esse caráter deriva da elaboração do princípio da demanda efetiva como determinante *ex-ante* do investimento, do produto, da renda e do emprego. A consideração sobre uma suposta teoria da superprodução ainda é polêmica, pois a lacuna existente entre o preço de oferta agregada (Z) e o componente consumo D_1 para manutenção do nível de atividade deveria ser preenchida pelo investimento (D_2), de forma que a desproporcionalidade se constitui com condição determinante da demanda efetiva. A década de 1930, nos Estados Unidos, com a crise capitalista evidenciava a problemática da existência histórica da burguesia como classe dominante diante da queda da produtividade do trabalho de agosto de 1929 a março de 1933 próprias condições econômicas. Se antes era imperativo para a burguesia conquistar o poder político do estado para aprofundar as transformações do próprio processo produtivo, a conquista dessa condição impõe agora a reprodução produtiva como condição de manutenção do poder político, pois a base do poder político é a exploração da classe trabalhadora não proprietária dos meios de produção, que Keynes apresentou através da conexão da demanda efetiva com o nível de preços e da dificuldade do ajuste econômico por si mesmo. Aqui a luta de classes se impõe como imperativo prático e a classe burguesa diante da necessidade de se reproduzir e manter a governabilidade apresenta-se aos seus intelectuais⁶⁰ como classe

⁶⁰ O liberalismo por vezes aparece como crítica as ações do estado principalmente na impressão de papel moeda. Hayek escreve em “Desestatização do dinheiro” para evitar que a própria burguesia mantenha o nível de investimentos em capital fixo. Essa cisão necessariamente teria de existir quando o liberalismo pressupõe a propriedade individual e a liberdade ligada a ela e a troca como distribuição das coisas materiais, a burguesia não poderia deixar de entrar em choque com esse pensamento, pois ela própria transforma a propriedade privada individual em propriedade burguesa e a socializa nas sociedades anônimas, elevando a condição de liberdade à venda da força de trabalho e a produção de capital, enquanto a troca é mero fetiche da sociedade capitalista. Na página 156 expõe “Mas será necessário que se tenha uma maior compreensão dos efeitos superficialmente imperceptíveis da inflação, para que se possa conseguir a abolição dos poderes nocivos do governo

histórica. burguesia se encontra diante de sua verdadeira batalha histórica: preservar sua existência diante da negação do trabalho vivo pela indústria moderna cristalizado na superprodução de capitais. Keynes não tardou em perceber o caráter desse processo e sua *Teoria Geral* expressava então essa consciência da luta contra a superprodução capitalista nesse processo a prática burguesa acaba por se afastar de grande parte dos que alguns intelectuais pretendiam, a percepção e a sutileza intelectual de Keynes se constituíam justamente nesse acompanhamento das transformações reais – ainda que de forma fragmentada – e no afastamento de propostas intelectuais abstratas. A teoria do valor utilidade que cultivava épocas passadas encontrou sua despedida épica quando diante da superprodução capitalista a moeda aparecerá com a função de reserva de valor, sendo o ouro sua base. Os capitalistas diante de uma crise econômica demandam ouro⁶¹ e, só assim ele se torna útil quando é reserva objetiva de riqueza.

Os desvarios retornariam evidentemente como *certeza pensante*: produção e reprodução dos elementos reais autonomizados na cognição. A Existência da possibilidade de reprodução do real pelo pensamento não elimina as determinações apriorísticas, aí reside a importância da análise do ciclo periódico e da determinação da produtividade do trabalho pelo departamento I como forma de situar historicamente os elementos reais autonomizados.

Hicks efetivamente teve três contribuições a economia (i) reduziu a existência humana a condição de consumidor ao relacionar a utilidade por uma função ao construir a concepção ordinal da microeconomia, (ii) buscou eliminar o princípio da demanda efetiva ao construir o modelo IS-LL, é dizer, eliminou qualquer problema de realização da produção a despeito de todo debate desde Marshall e (iii) permitiu

sobre o controle da moeda. Há, portanto, uma imensa tarefa educacional à nossa frente antes de que possamos ter a esperança de nos libertarmos da mais grave ameaça à paz social e à contínua prosperidade, inerente às instituições monetárias atuais”. Hayek diante da cisão e consciente dela se põe contra as vontades da burguesia, na página 157 diz: “Será indispensável que o problema e a urgente necessidade de reforma venham a ser amplamente entendidos. A questão não é tal que, como poderá parecer de início ao leigo, seja apenas a preocupação de uma minoria formada por técnicos de um sistema financeiro que ele jamais compreendeu. Refere-se à única maneira pela qual podemos ainda ter esperanças de deter a contínua marcha de todos os governos em direção ao totalitarismo, que já parece inevitável a muitos observadores perspicazes. Gostaria de poder aconselhar que procedêssemos lentamente. Mas o tempo é escasso. O que é agora urgentemente necessário não é a construção de um novo sistema, mas a pronta remoção de todos os obstáculos legais que por dois mil anos bloquearam o caminho de uma evolução que sem dúvida fornecerá resultados benéficos que não podemos prever agora”.

⁶¹ Os movimentos do preço do ouro expressam de fato porque o valor como utilidade é fruto da cognição de uma época determinada; nada como uma superprodução de capitais como em dezembro

aprofundar a gestão da moeda com a formalização a partir dos preços de mercado, dado que o BCB utiliza uma curva IS que descreve a dinâmica do hiato do produto.

A lei dos rendimentos marginais decrescentes em Marshall se transmuta na tendência a baixa da taxa de juros de determinado bem medido em termos de si mesmo quando sua produção aumenta na *Teoria Geral* e por Hicks aparece como produto marginal, condição da curva de produção convexa. Os "retornos decrescentes" nascem da dificuldade de Ricardo em estabelecer o lucro médio a partir da lei do valor na sua teoria sobre a renda da terra, mas ele retorna de forma didática em Keynes⁶².

A teoria econômica percorreu um longo caminho, mais de um século, para se libertar dos obstáculos criados por Ricardo ao denominar os retornos decrescentes de terras com qualidades diferentes, sem explicitar o porquê que capitais que empregam quantidade diferente de trabalho vivo produzem lucro de igual magnitude; o fato é que a odisséia da forma preço vinculava-se com a expansão monetária da riqueza perante seus desdobramentos históricos:

Pode ser que em determinadas circunstâncias históricas os proprietários de riqueza tenham pensado que a posse de terra se caracterizava por um alto prêmio de liquidez, e, visto que a terra participava com a moeda da particularidade de ter, em princípio, elasticidades de produção e de substituição muito baixas, é concebível que tenha havido na história ocasiões em que o desejo de possuir terra haja desempenhado o mesmo papel que a moeda em tempos recentes, no sentido de manter a taxa de juros num nível demasiado alto. É difícil determinar esta influência quantitativamente, dada a falta de um preço futuro para a terra, medido em unidades de si mesma, que seja estritamente comparável à taxa de juros de uma dívida monetária. (KEYNES, 1985, p. 167).

O resultado dessa *longa luta de libertação* se concretiza com a consolidação dos atributos monetários que originam os *problemas característicos de uma economia monetária* aqui a razão se distancia dos *rendimentos marginais decrescentes*:

Se por *moeda* entendemos o padrão de valor, torna-se claro não ser, necessariamente, a taxa de juros monetária que causa a dificuldade. Para fugir às dificuldades não bastaria (como alguns acreditaram) decretar simplesmente que o trigo ou as casas sejam o padrão de valor em vez do

de 2007 para evidenciar o caráter objetivo do valor quando a demanda de ouro é exercida (se torna útil) por ele ser reserva de valor objetivamente determinada.

⁶² O pressuposto na Teoria Geral de rendimentos marginais decrescentes convive contraditoriamente com as taxas de juros específicas de cada bem. Se no primeiro há uma convergência teórica da quantidade produzida, no segundo a existência da convergência se dá pela relação entre preço no mercado futuro e preço no mercado a vista. Essa relação entre esses preços expressa a convergência dos preços de produção, mas sem a consciência necessária. Esse pressuposto não impede a formulação de Keynes sobre uma economia monetária, nem pode ser considerado que existem elementos neoclássicos no pensamento de Keynes, os capítulos 17 e 21 e 22 são didáticos.

ouro ou da libra esterlina. Pois agora vemos que a existência de um bem *qualquer* continuará a provocar as mesmas dificuldades caso a sua taxa de juros resista a baixar quando a sua produção aumenta. Pode acontecer, por exemplo, que o ouro continue a exercer uma influência dessa natureza num país que adotou um padrão inconversível. (KEYNES, 1985, p.161).

O *princípio da demanda efetiva* se estabelece a partir da existência do preço em conexão com a valorização e suas volatilidades temporais realizam a individualidade burguesa do capitalista – subjetiva e objetivamente - na reprodução de seu capital e das formas políticas derivadas. A individualidade burguesa se relaciona subjetivamente com os preços macroeconômicos ao relacionar sua estrutura industrial “portanto, todas as vezes que tiver de ser tomada uma decisão, ela o será levando em conta este equipamento e estes estoques, mas à luz das expectativas *atuais* a respeito dos custos e das vendas *futuras*” (KEYNES, 1985, p.44). A *prévia ideação* se transmuta em consciência do processo de valorização do capital individual e, se potencializa na precificação de ativos. Caracterizado, o princípio, pela determinação *ex-ante* do investimento, do produto, do emprego e da renda em nível agregado, pois a percepção do empresário capitalista em nível individual é uma determinação agregada, embora seja realizado no nível microeconômico e exista demanda efetiva em cada indústria determinada é antes de tudo uma relação agregada⁶³, com características particulares em função das diferentes moedas sendo que o valor da moeda e a taxa de câmbio expressam tais diferenças. O princípio da demanda efetivo preso à determinada forma de pensamento caracteriza uma forma histórica da individualidade burguesa e a racionalização do real como interesse geral, que se realiza na função do emprego ao relacionar o volume de emprego com o nível de demanda efetiva.

Quando o preço conectado a valorização se estabelece como *absoluto irracional e potência* a sua crítica se estabelece, a base real que superou a si mesmo, por isso é incapaz de atender as necessidades cognitivas de uma teoria da distribuição e de uma teoria geral⁶⁴, pois o elemento real que as estabelecem é a

⁶³ Essa relação irá ser elucidada quando surgir a acumulação desigual e combinada, veremos como a primeira tendência da eficiência marginal do capital se tornou uma generalização e, como são as especificidades históricas no caso da economia brasileira. Sem a compreensão das especificidades não podemos explicitar o sentido da *produtividade agregada* determinada pelo desenvolvimento do departamento I.

⁶⁴ Por isso divergimos do Professor Possas em relação a explicação dinâmica do ciclo econômico a partir do princípio da demanda efetiva.

produtividade social do trabalho cristalizada no capital fixo⁶⁵. A crítica do valor ao preço inicia na constituição do capital, quando os capitais comerciais e usurários realizam uma acumulação pré-capitalista potencializando sua função social e diluindo as antigas formas de produção ainda de forma lenta até estabelecer a base assalariada do seu movimento como capital em si e para si, por isso a conexão inicial da consciência econômica está no fetiche do dinheiro e expressada na tese de Walras de igualar preço com os valores de troca relativos desconsiderando a gênese do dinheiro a transformação da relação de valor em relação capitalista.

A individualidade burguesa agregada nos seus nexos primários com o preço e suas transmutações monetárias, preços macroeconômicos, constituiu uma base substancial para as determinações do investimento em capital fixo, as considerações sobre o investimento agregado foram mistificadas pelos limites característicos do preço na conexão com a valorização que embora realizado sua crítica se constituísse antes dessa realização. O preço conectado a valorização, embora herege necessariamente é criticado pelo “dogma” valor, mas como nada é determinado acima da história veremos como as próprias transmutações do valor dilaceram a existência desse dogma. A crítica do valor ao preço conectado a valorização não o desconsidera, mas o conecta com suas especificidades históricas constituindo uma síntese entre a acumulação global de capital e o princípio da demanda efetiva.

5.3.1 Em torno da demanda efetiva

Hicks elimina o problema de realização que Marshall apresentava a partir do preço de oferta e elimina a análise do fator trabalho no equilíbrio da empresa. É preciso então recuperar o debate entre Marshall e Jevons sobre o mercado de trabalho e debater com Hicks em *A demanda do fator trabalho pela Empresa e o equilíbrio*. O debate sobre o mercado de trabalho e a eliminação do problema de realização por Hicks no modelo IS-LM desconsideram o princípio da demanda efetiva.

⁶⁵ Por isso Kalecki desenvolveu a equação $p = \mu + np$ de onde deriva o grau de monopólio $m/1-n$ considerando a expressão monetária da forma produtiva do capital, onde se desenvolveu uma concepção dinâmica da acumulação mundial.

Hicks, no capítulo VI de *Valor e Capital* apresenta as condições de equilíbrio da empresa em três pontos específicos com excelência no nexo entre a elucidação matemática e o significado econômico. No primeiro ponto faz alusão a reta tangente traçada PK como sendo a hipotenusa necessária para formar o triângulo para calcular a inclinação onde a curva de produção, no equilíbrio, tenha a mesma inclinação que o coeficiente do preço do fator pelo preço do produto. Dessa forma pode apresentar no segundo ponto OK como o produto excedente ou nas suas palavras como “o valor de OK é o excedente da receita sobre os custos” (HICKS, 1984, p.72). Ainda em dois apresenta que para OK ser um máximo a curva de produção deve ser convexa, ou seja, o produto marginal deva ser decrescente. Aqui se estabelece uma dificuldade, pois a condição de máximo é expressa sem a diferença existente entre os fatores de produção, principalmente em relação a sua oferta no mercado. Após a exposição do ponto três poderemos retornar a essa dificuldade. O terceiro ponto diz que OK deve ser positivo. Se seguíssemos o caminho para elucidar a convexidade da curva poderíamos chegar à mesma dificuldade perante a diferença entre os fatores de produção, o correto nesse caso é entender como se dá a oferta dos fatores de produção, ou como a empresa pode demanda-los no mercado. Marshall em seu *Princípios* apresentou a diferença entre o mercado de trabalho e os demais mercados apontando o equívoco da generalização do entendimento de que o mercado de trabalho pode ser tratado como qualquer outro mercado.

Quando um trabalhador teme a fome, sua necessidade de dinheiro (a utilidade marginal deste para ele) é muito grande. Se de começo ele leva a pior na negociação e se emprega a salário baixo, a necessidade continuará grande, e ele continuará vendendo força de trabalho a baixo preço. Tanto mais porque, enquanto a vantagem da negociação, a respeito de mercadorias, tende naturalmente a ser dividida entre os dois lados, num mercado de trabalho é mais comum que esteja mais do lado dos compradores do que dos vendedores. Outra diferença entre o mercado de trabalho e o mercado de mercadorias surge do fato de que cada vendedor de trabalho tem só uma unidade ao seu dispor. Esses são dois fatos, entre muitos, nos quais encontraremos, à medida que avançarmos, a explicação de muito dessa objeção instintiva que as classes trabalhadores têm levantado contra o hábito de certos economistas, particularmente os pertencentes às classes empregadoras, de tratar do trabalho simplesmente como uma mercadoria e considerar o mercado de trabalho como qualquer outro mercado. Conquanto, de fato, as diferenças entre as duas espécies não sejam fundamentais do ponto de vista teórico, elas se revelam nitidamente, e são frequentemente, na prática, muito importantes” (MARSHALL, 1985, p.24)

Discordamos de Marshall quando expõe que as diferenças entre o mercado de trabalho e os outros mercados não sejam fundamentais teoricamente, a evolução que Hicks fez com a abordagem ordinal trouxe à superfície essa dificuldade. Nas notas II, X e XII do apêndice matemático Marshall expõe formalmente como a utilidade marginal do trabalho cresce a taxas decrescentes, ou sua derivada primeira é positiva e a segunda derivada negativa; a desutilidade marginal do trabalho tem as duas derivadas positivas o que nos leva a investigação dessa diferença importante.

A oferta de trabalho é regulada pela desutilidade marginal do trabalho, assim o trabalhador trabalharia até o ponto em que a realização do trabalho produza uma desutilidade superior à utilidade produzida pela mercadoria, da qual é fruto do trabalho. A oferta de trabalho aconteceria até o ponto em que o acréscimo de utilidade fosse igual ao acréscimo de desutilidade, matematicamente seria o ponto onde as derivadas das duas funções fossem iguais. Um acréscimo além desse ponto significaria um prazer negativo, mas em relação à demanda do fator trabalho o excedente só poderia existir quando esse ponto fosse excedido, pois se a desutilidade marginal do trabalho apenas se iguala com a utilidade marginal, todo o excedente se reverteria em salário. A demanda do fator trabalho pela empresa só pode acontecer a partir do momento em que o excedente seja criado para a própria empresa, Hicks expõe não só a convexidade da curva de produção, mas a realização do trabalho além do ponto em que o acréscimo da desutilidade se iguala com o acréscimo de utilidade. A característica fundamental do excedente é demandar o fator trabalho para além do ponto em que a desutilidade marginal do trabalho se iguale ao acréscimo de utilidade, pois essa fração se refere ao salário, portanto a realização do trabalho acontece em condições tais que a desutilidade marginal do trabalho excede o acréscimo da utilidade. Jevons percebeu essa dificuldade e embora não a apresentasse em todos seus aspectos sua preocupação era eminente diante da natureza humana.

Haverá, necessariamente, um ponto m tal que $qm = dm$, ou seja, tal que o prazer obtido é exatamente igual ao trabalho suportado. Ora, se passarmos um mínimo além desse ponto, produzir-se-á um saldo de sofrimento: haverá um motivo sempre decrescente em favor do trabalho, e um motivo sempre crescente contra ele. Portanto, o trabalhador parará evidentemente no ponto m . Seria incoerente com a natureza humana o homem que trabalhasse quando o sofrimento do trabalho excede o desejo de posse, incluindo todos os motivos para a atividade. (JEVONS, 1983, 112).

Keynes se mostrou um grande discípulo⁶⁶ de Marshall, apesar de suas críticas a esse, elucidou a verdadeira problemática envolvida no mercado de trabalho e vinculou as questões microeconômicas com as questões macroeconômicas a partir do princípio da demanda efetiva. O que expressa um rompimento com os dois postulados clássicos da determinação do volume de emprego.

Contudo, esta assimetria reflete simplesmente o fato de que, enquanto a mão-de-obra está sempre em condições de se recusar a trabalhar numa escala correspondente a um salário real inferior à desutilidade marginal desse volume de emprego, não está em condições de reclamar que lhe ofereçam trabalho em quantidade suficiente para comportar um salário real que não exceda a desutilidade marginal correspondente a esse volume de emprego” (KEYNES, 1985, p. 202).

Chegamos ao ponto que a dificuldade começa a terminar esclarecendo-se o excedente OK tratado por Hicks. Se o fator trabalho fosse ofertado conforme a desutilidade marginal do trabalho o único excedente existente seria o salário, a empresa não demandaria o fator trabalho se esse apenas produzisse excedente na forma de salário, por isso oferece determinado volume de emprego independente da desutilidade marginal do trabalho e faz essa crescer em relação ao acréscimo de utilidade criado pelo próprio trabalho, ou seja, faz o excedente existir na forma de lucro. Sabemos agora o significado da expressão utilizada por Hicks o *valor de OK* é o *excedente da receita sobre os custos*. Isso esclarece a afirmação de Keynes “Os empresários, pois, esforçam-se por fixar o volume de emprego ao nível em que esperam maximizar a diferença entre a receita e o custo dos fatores”. (KEYNES, p.30)

Não existiria nenhuma revolução na macroeconomia se Keynes não tivesse percebido que o trabalhador realiza trabalho excedendo a desutilidade marginal do próprio trabalho. O nível de emprego agregado é então determinado:

Não é, portanto, a desutilidade marginal do trabalho, expressa em termos de salários reais, que determina o volume de emprego, exceto no caso em que a oferta de mão-de-obra disponível a certo salário real fixe um nível *máximo* de emprego. A propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e é este que, certamente, determina o nível de salários reais — não o inverso. Se a propensão a consumir e o montante de novos investimentos resultam em uma insuficiência da demanda efetiva, o nível real do emprego se reduzirá até ficar abaixo da oferta de mão-de-obra potencialmente disponível ao salário

⁶⁶ Keynes com essa “metodologia” de desprender os conceitos de sua forma cognitiva - proprietária de determinado autor - desprende a desutilidade marginal do trabalho daquela forma em que só produzia o salário.

real em vigor, e o salário real de equilíbrio será *superior* à desutilidade marginal do nível de emprego de equilíbrio. (KEYNES, 1985, p.33).

5.4 Existência do trabalho abstrato

O trabalho como um elemento social essencial do modo de produção capitalista sofre caracterizações e descaracterizações a partir da análise da realidade. A análise da realidade como expomos tem duas grandes fontes: uma caracterizada pela apreensão e reprodução do real pelo pensamento e a outra pela construção de determinações apriorísticas no pensamento. Acontece então que a práxis se situa e perpassa o processo cognitivo, a fábrica do reducionismo sobre a própria práxis e então as caracterizações sobre o real se diluem em descaracterizações. A estatística e a contabilidade permite exercer uma consciência sobre como essas descaracterizações são produtos da cognição que busca elaborar o real a partir dos seus fragmentos.

Os economistas se habituaram a tratar os fenômenos econômicos como elementos reais e, situaram a existência desses nos debates da teoria econômica. O debate ao exercer o_nexo entre determinados pensamentos permite se afastar da existência real dos fenômenos econômicos como processo histórico e como elementos de uma totalidade concreta, embora permita a consideração desses como fragmentos. Adam Smith analisava o trabalho tanto como produtivo como improdutivo caracterizando o produtivo como criador de um valor, Ricardo estabelecia essa separação, mas sua teoria do valor relacionava a existência desses como trabalho contido na mercadoria individual. A crítica de Marx a economia política apresenta o valor como produto de uma relação social entre produtores privados de mercadorias, não mais como fruto de determinações apriorísticas. Os marginalistas de 1870 relacionavam a existência do valor não como o trabalho, mas com o subjetivo dos homens, Marshall recupera uma ambiguidade de Ricardo e busca entender se a demanda cria ou não valor o que vai se diluir na tese do preço previsto do Keynes, esse que desconsidera o valor subjetivo, mas não realiza o esclarecimento sobre a análise do trabalho. A teoria econômica do século XX estabelece a análise do trabalho desconsiderando parte do debate histórico, o papel da moeda no estabelecimento do investimento, da manutenção do balanço de

pagamentos, no tempo econômico permitiu essa separação de forma que Keynes elaborou uma tese parcial da superprodução de capitais pela sua existência monetária.

Independente desse debate que exerce o nexo entre pensamentos a atuação dos estados nacionais na gestão da moeda necessita da apreensão da dinâmica econômica para intervir com consciência o que é feito pelos registros estatísticos e contábeis. Os capitais individuais fazem o registro contábil de suas decisões econômicas o que se torna a base objetiva para a análise da indústria e dos cálculos a partir dos preços macroeconômicos, são os pressupostos desse processo dinâmico que revelam a apreensão do real e a consciência sobre as descaracterizações feitas a partir da cognição⁶⁷.

O Banco Central dos Estados Unidos da América, *Federal Reserve*, utiliza o custo unitário do trabalho (*unit labor costs*) calculado pelo departamento de trabalho dos Estados Unidos (*Bureau of Labor Statistics*) como uma medida da produtividade do trabalho na economia americana⁶⁸ e, a partir das alterações dessa produtividade que expressa a valorização do capital pode atuar monetariamente sobre o reprodução ampliada global⁶⁹. A gestão do dólar – a moeda mundial – se faz a partir da análise do processo de valorização do capital e não do valor absoluto da moeda perante as outras moedas da economia mundial.

O *custo unitário do trabalho* (CUT) é calculado pela proporção entre *hourly compensation*⁷⁰ e *labor productivity*⁷¹ o que resulta numa taxa, onde um aumento da produtividade do trabalho superior ao das horas compensadas resulta em um decréscimo do custo unitário do trabalho, o contrário é válido. Com o CUT em queda se expande a acumulação de capital. O *custo unitário do trabalho* sendo uma taxa expressa a proporção do capital variável numa mercadoria individual o que difere do

⁶⁷ Kalecki através do registro contábil conclui a igualdade entre poupança e investimento, ao mesmo tempo em que demonstra o investimento como determinante da poupança e dessa forma a taxa de juros só poderia igualar demanda e oferta de capital novo se o investimento se autofinanciasse, o que deixa de ser ciência econômica para ser tautologia.

⁶⁸ A expressão economia americana não deve ser confundida com a existência de economias nacionais e, deve ser entendida pelo processo de concretização da reprodução ampliada no território americano. A estrutura geopolítica de um estado nacional só pode ser elucidada por essa base material, por isso existe um nexo entre as condições endógenas da acumulação e a estrutura geopolítica. A transição do império mundial da Inglaterra para os Estados Unidos e a problemática em torno da China só podem ser esclarecidas a partir da consciência desse processo histórico.

⁶⁹ Em frente entenderemos porque a atuação do *FED* se reflete na reprodução ampliada global, mas importante é entender como ocorre a reprodução ampliada global.

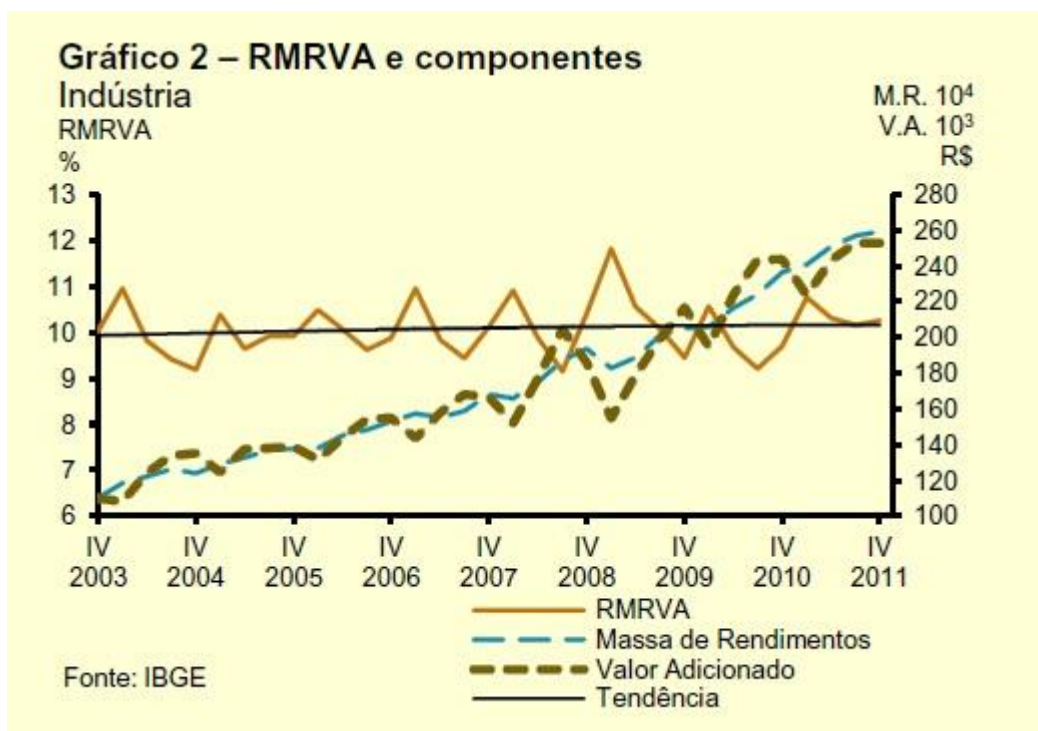
⁷⁰ Expressa o salário na esfera da produção, o qual se difere do salário nominal e do salário real.

⁷¹ Expressa a produção por hora.

valor da força de trabalho que se expressa na jornada de trabalho pelo tempo de trabalho socialmente necessário para se reproduzir. Essa constatação é importante, pois o CUT não é o valor da força de trabalho, mas expressa o duplo caráter do trabalho. Se o CUT expressa essa proporção a outra parte que não se refere ao capital variável se refere a forma do lucro industrial. O CUT então não expressa a taxa de mais-valia, pois essa relaciona outra parte da proporção com a parte do capital variável e, então o que significa o CUT? O CUT expressa apenas que o aumento da produção física se expressa por determinada fração de capital variável que diminuindo expressa a expansão da acumulação de capital é uma medida muito precisa para a determinação dos ciclos periódicos da indústria moderna, é expressão da jornada na mercadoria unitária e não o valor da força de trabalho, apenas sua relação sintetizada no capital-mercadoria.

Primeiro mostrar como o BLS e o BCB estabelecem o *valor adicionado* e a razão entre massa de rendimentos e valor adicionado, ou seja, em cada mercadoria produzida os elementos da produção aparecem nela, mas essa taxa, só expressa a relação entre massa de rendimentos e o valor adicionado não caracterizando as relações de todos os elementos da produção para esclarecer o valor adicionado. A única forma de decifrar o enigma do valor adicionado sem percorrer modos de exposição de autores quaisquer é verificar o registro desses elementos da produção pela contabilidade.

O Banco Central do Brasil (BCB) utiliza “para estimar a participação do custo do trabalho na renda das empresas” (BANCO CENTRAL, 2012, p.23) as séries de valor adicionado (VA) do IBGE, em termos nominais e como proxy para o custo do trabalho utilizou-se a massa de rendimentos habitual do trabalho principal (MR), também em termos nominais. A razão entre MR e VA (RMRVA) “é adimensional e expressa em porcentagem” (BANCO CENTRAL, 2012, p.23). A partir do gráfico 2 que expressa a RMRVA para a indústria de 2003 à 2011 vê-se que o valor adicionado é praticamente simétrico a RMRVA o que expressa que aumentos no valor adicionado são relativamente maiores que a massa de rendimentos, o que teria que ser demonstrado a partir da relação entre RMRVA e quantidade produzida por cada indústria.



O custo do trabalho na renda das empresas estimado pelo Banco Central do Brasil relaciona os valores nominais não fazendo distinção entre seu uso na produção, o que é feito pelo IBGE para estimar o valor adicionado por determinado processo produtivo em relação ao seu consumo intermediário:

Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. (IBGE, 2008, p.58).

Na /14/ apresentam a fórmula utilizando preços básicos que é diferente do preço de produção. O consumo intermediário expressa a existência material no processo produtivo, ou seja, o capital enquanto capital produtivo nas suas formas de capital fixo e circulante, máquinas, trabalhadores e matérias primas que fazem existir o processo de produção e produzem capital na forma de mercadoria. O IBGE se preocupa em apresentar o uso desses elementos na produção como forma necessária para calcular o valor adicionado.

O consumo intermediário representa o valor dos bens e serviços mercantis consumidos ao longo do processo de produção. Exclui os bens de capital e os serviços ligados à transferência ou instalação de ativos. **No caso dos bens, corresponde ao consumo efetivo do período** e, no caso dos serviços, à sua compra no período. (IBGE, 2010, p.2, grifo meu).

O IBGE exclui os bens de capital porque o valor adicionado não origina da sua depreciação, esse é depreciado a partir do seu próprio preço de mercado não

existindo diferença entre o início do processo e a conclusão do processo de produção⁷². Evidencia que em relação aos bens se refere ao consumo efetivo do período o que se relaciona com a função do capital circulante (trabalhadores e matérias-primas), mostrando que o consumo da força de trabalho é o consumo produtivo.

A taxa RMRVA elaborada pelo BCB estima a participação do custo do trabalho na renda das empresas, o aumento do valor adicionado é simplesmente apresentado, onde se conclui que essa taxa expressa a produtividade no caso do gráfico 2 da indústria no agregado, quanto menor a taxa maior o valor adicionado por unidade produzida. Em cada unidade produzida se objetiva essa proporção, de um lado a massa de rendimentos e, de outro o ganho exposto como valor adicionado. A partir dos valores nominais conclui-se que existe uma margem, um ganho, mas só o uso na produção pode nos apresentar a origem desse ganho e o que é esse, por isso o IBGE percorre o caminho de investigar o uso dos elementos no processo produtivo que é a única forma para se calcular o valor adicionado⁷³. A partir dessa consideração do IBGE adentraremos ao registro contábil de uma indústria específica para esclarecermos a origem desse ganho.

Apresentado a forma como os bancos centrais apreendem os ciclos periódicos da indústria moderna faz-se necessário elucidar a origem da parte mistificada da proporção, a origem do lucro e, por que esses utilizam apenas a taxa sem necessitar da origem do lucro para expressar o ciclo periódico?⁷⁴

O registro contábil é realizado pelos capitais para compreensão de sua própria estrutura e, sua importância é tal que se formou a profissão de auditor para verificar a exatidão do registro. Assim na contabilidade aparecem todas as decisões econômicas e também a forma como os elementos da produção se relacionam entre si precisamos investiga-los, pois.

O registro contábil faz a depreciação pelo uso da máquina num montante igual ao de seu valor de troca, ou melhor, seu preço no mercado, assim a criação de valor, ou a existência do lucro não poderia ser parte do capital fixo, pelo registro contábil é possível demonstrar a existência da criação do valor pelo uso que o

⁷² Em frente veremos como se registra contabilmente esse fenômeno econômico.

⁷³ Exclui desse cálculo os efeitos monetários da circulação do capital ao considerar o cálculo a partir dos preços básicos excluindo o valor dos impostos, das margens de transporte e comércio. A inclusão desses resulta no preço de mercado.

capitalista faz da força de trabalho: o trabalho em si. Como no cálculo do valor adicionado não entra a depreciação, mas o consumo efetivo do período, a diferença entre lucro e salário não poderia provir dos preços de mercado das próprias matérias-primas e, sim do valor-de-uso da força de trabalho.

O CUT e a RMRVA desconsideram um elemento importante na determinação quantitativa, pois não desagregam os ramos industriais por indústria específica, ou seja esses índices são média do ramo, ou da produção industrial como um todo e, apenas podem elucidar a existência do duplo caráter do trabalho, mas não a repartição da mais-valia e a diferença entre taxa de mais-valia e taxa de lucro.

A produtividade específica do trabalho numa esfera específica ou numa empresa individual, específica dessa esfera, só interessa aos capitalistas que participam diretamente dela na medida em que ela capacita a esfera individual em face do capital global ou o capitalista em face de sua esfera, a realizar um lucro extraordinário” (MARX, 1988, p. 144).

A crise periódica se institucionalizou como consciência, os bancos centrais e, não seria diferente, pois a sua base de atuação é a valorização do capital como fruto do processo em que se concretiza as condições endógenas da acumulação. A produtividade só se expressa na indústria específica pelo caráter relativo com o valor da força de trabalho determinado numa economia, se o banco central calculasse as taxas específicas e não a taxa média estaria fazendo o cálculo do capitalista em particular e vice-versa, como em toda hierarquia baseada na divisão do trabalho: cada qual com seu trabalho.

5.5 Crítica do Valor⁷⁵ ao Preço

Em odisséia a mercadoria se apresenta como preço de mercado, com uma qualidade diversa. A determinação do valor da mercadoria produzida na sociedade mercantil era o tempo de trabalho socialmente necessário que a forma dinheiro expressava como preço. A relação de valor ao se transmutar na relação capital

⁷⁴ Essa constatação marca a cisão do pensamento burguês e caracteriza a análise fundamentalista de ações o importante dessa constatação é decifrar a base material que a produziu.

⁷⁵ O valor se constitui historicamente como uma relação entre proprietários privados dos seus trabalhos e se cristaliza na forma mercadoria a partir das propriedades abstrata (criar valor) e concreta (transferir valor) do trabalho. A transmutação do valor em valor de troca e a cristalização desse na forma dinheiro engendram no movimento entre dinheiro e mercadoria o surgimento histórico do capital a partir da acumulação primitiva. Produzir capital é produzir capital na forma de mercadoria, a mercadoria aparece como síntese das determinações da produção capitalista com determinado *quantum* de valor. É desse *quantum* de valor que nos referimos nessa seção, só assim pode ser inferido o movimento dos preços, como a taxa de lucro só pode ser inferida do valor cristalizado na mercadoria.

reproduz a lei do valor subordinada a lei da valorização e, a forma dinheiro que expressava o valor da mercadoria, quando se transmuta em capital expressa agora o valor da mercadoria-capital como preço na moeda.

“O valor da mercadoria como fundamento continua importante, porque o conceito de dinheiro só pode ser desenvolvido sobre esse fundamento e o preço, de acordo com seu conceito geral, é de início apenas o valor em forma-dinheiro” (MARX, 1988, p.141).

No preço de mercado expresso pela moeda, o valor da mercadoria se manifesta como transmutação dialética da relação de valor da sociedade mercantil, é dizer, como superação dessa relação, pela relação capital, como valor valorizado objetivado na forma mercadoria do capital. A apreensão da determinação da objetivação pressupõe a decomposição da forma mercadoria do capital nos seus componentes o que só pode ser feito pelo estudo da produção e reprodução. Produzir capital é produzir a própria realidade objetiva como totalidade.

O capital na forma dinheiro é o pressuposto da produção capitalista, mas em si é incapaz de esclarecer a produção como a própria forma dinheiro encobre o desenvolvimento da relação de valor em capital. Transmutando-se em capital produtivo, forma material do capital industrial pode-se apreender os determinantes do valor valorizado objetivado na mercadoria capital. A existência do registro contábil pressupõe, como aqui, as formas materiais de produção, o *quantum* de capital dispendido é incapaz de ser decomposto como a estrutura de capital de uma indústria.

O preço, na consciência do capitalista, apresenta a própria leitura do processo social em que faz parte como classe dominante e, que o reproduz independentemente de sua compreensão do processo. Para produzir capital na forma de mercadoria, precisa transformar a forma dinheiro do capital na sua forma mercadoria assumindo a existência de capital produtivo. Os elementos do capital produtivo aparecerão como elemento das próprias mercadorias produzidas é por isso que a taxa de lucro precede historicamente a própria forma lucro, a taxa de mais-valia e mais-valia.

Da transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro deve-se derivar a transformação da mais-valia em lucro, e não o contrário. E, de fato, a taxa de lucro é de onde historicamente se partiu. Mais-valia e taxa de mais-valia são, em termos relativos, o invisível e o essencial a ser pesquisado, enquanto a taxa de lucro e, portanto, a forma da mais-valia como lucro se mostram na superfície dos fenômenos. (MARX, 1988, p.32).

A produção da mercadoria pressupõe a realização do primeiro estágio do ciclo do capital-dinheiro, é dizer, sua transformação em capital produtivo: o capital constante e o capital variável se apresentam como formas determinadas do capital: como capital fixo e capital circulante. Independente do terceiro estágio, a mercadoria produzida expressa quantitativamente o capital-dinheiro antes do primeiro estágio, o que independe do segundo estágio. No primeiro estágio a compra de meios de produção, matérias-primas e de trabalho, apresenta-se como custo que deve ser repostado no terceiro estágio, esse custo se autonomiza como preço de custo necessário a reprodução simples desse capital. A alteração do valor de v que ocorre no segundo estágio fica obscurecida pelo acréscimo da alteração de v a todo capital, mesmo o não despendido na produção quando se trata da parte não depreciada do capital fixo “o capital fixo aplicado só entra portanto em parte no preço de custo da mercadoria, porque ele só é despendido em parte em sua produção”. (MARX, 1988, p.25).

Autonomizado na circulação, o preço de custo, como condição de reprodução do próprio capitalista aparece no pensamento como existência do capital-dinheiro ainda no primeiro estágio, em detrimento do segundo estágio, pois na circulação o lucro se apresenta como preço de venda⁷⁶ superior ao preço de custo.

O valor da mercadoria $M = c + v + m$, pode ser reescrito como $M = p + m$. (MARX, 1988). No segundo estágio, a variação do valor de v se apresenta como acréscimo a todo capital despendido na produção e, também a parte do capital fixo não depreciado e, na consciência sobre o processo real, a valorização decorre do próprio capital produtivo enquanto unidade. Aquela investigação sobre o porquê de o trabalhador aparecer submisso a uma forma material em que a natureza não produz, no caso a indústria moderna que o produz como acessório enquanto se fundamenta na ciência, fica desprovida de sentido, quando se coisifica na valorização em si. Então a mais-valia, produto da alteração de v , pela atividade concreta da força de trabalho enquanto capital produtivo se apresenta na forma lucro, e o valor da mercadoria como $M = p + l$.

A existência da mais-valia separada das suas formas, sendo o lucro uma delas, nos permite realizar o movimento histórico em que se apresentava como síntese no pensamento e, portanto, como forma mistificada. A transição do modo de

⁷⁶ No capítulo XXI da *Teoria Geral* essa autonomização se apresenta como preço previsto.

produção capitalista pressupõe a crítica das formas mistificadas no pensamento, por isso a luta de classes se apresenta como labuta intelectual.

Desse processo o capitalista apenas se preocupa com a forma lucro da mais-valia em relação ao capital despendido na produção, o pressuposto do esclarecimento não está na consciência, tampouco na consciência dominante, mas na decomposição dos elementos reais que se apresentam no pensamento como síntese. A demanda efetiva, como determinação *ex-ante* e sua conexão com a eficiência marginal do capital, expresso na taxa interna de retorno esperado, caracterizam essa preocupação do capitalista, do investimento, dado que essa taxa funciona como uma aproximação da taxa de lucro realizada, ainda que errônea. A taxa interna de retorno esperado ao considerar os fluxos de caixa como um montante único pressupõe que todos os períodos de investimento serão realizados a mesma taxa, mesmo os fluxos de caixa sendo diferente, donde decorrem duas conclusões: (i) a taxa interna de retorno esperado, não expressa a taxa de lucro realizado, pois unifica os fluxos de caixa, embora funcione como um índice aproximado e, (ii) produz uma indeterminação, pois como fluxos de caixa diferente podem expressar a mesma taxa de lucro realizado, considerando determinada indústria?

Os elementos do capital produtivo objetivados na mercadoria se quantificam conforme a produção, a mercadoria apresenta então seu valor composto pelo capital constante, variável e pela mais-valia $M = c + v + m$. O capital constante e o variável ao repor o capital despendido se caracterizam como preço de custo na medida em que podem existir como capital produtivo ao se reproduzir. O preço de custo refere-se ao capital adiantado em comparação com o valor da mercadoria. Essas duas formas expressam o surgimento histórico e a forma em que a mais-valia se apresenta nos economistas políticos, como Smith e Ricardo. Nesses o lucro e salário expressavam os elementos do capital constante e variável e suas diferenças, no preço de custo, o salário se apresenta como indexador do lucro, mas no valor da mercadoria a mais-valia está separada das formas lucro, juros.

A mais-valia como elemento que diferencia preço de custo e valor da mercadoria, se apresenta como síntese, por isso desprovida de significado em comparação com os outros elementos na medida em que aparece como valorização do capital total, para a consciência dominante a valorização é necessária, pelo fato de que a comparação dessa com o capital total adiantado expressa o índice da

valorização, a taxa de lucro. Apesar das *figuras da consciência* o processo real se apresenta no pensamento como síntese e, sendo síntese como possibilidade de ser apreendido. O valor da mercadoria como excedente em relação ao preço de custo expresso na mais-valia é o fruto necessário da relação capital com o trabalho expresso pelo trabalho excedente em relação ao necessário como medida a riqueza, daí a existência da forma lucro como parte do valor da mercadoria $M = p + l$.

A mais-valia objetivada no valor da mercadoria se apresenta como fruto da própria atividade específica do capital produtivo, e seu acréscimo ao capital total permite a reprodução dessa *consciência* sobre a atividade específica do capital produtivo. Decompondo a consciência, como elemento real, o acréscimo do capital total se originou da variação do valor de v , com a força de trabalho em ação, no trabalho. A mais-valia agora como acréscimo, originado pela variação de v , pode ser comparada com os próprios componentes do valor da mercadoria, para ser quantificada em relação ao capital total. Sendo originada pela variação de v , se relacionarmos m/v teremos a taxa de mais-valia e, a taxa de lucro que se apresentava como nexos da atividade do capitalista é a comparação de m/C , conforme a *consciência* dominante.

Enquanto a mercadoria apresentava seu valor $M = c + v + m$, o nexos dos capitais não existia. Do valor da mercadoria se desprende o preço de custo e se esclareceu a taxa de mais-valia, a taxa de lucro, a mais-valia e a forma lucro da mais-valia. Ao conectarem-se os capitais pressupõe sua existência produtiva, seus ramos diversos, suas composições orgânicas diversas e a separação quantitativa entre mais-valia e lucro. As críticas da inexistência de nexos entre o livro I e o III de *O capital*, pela consideração de que no livro I o valor é igual ao preço, desconsideram a conexão estrutural de *O capital*; o desdobramento do valor em preço de produção e a unidade do valor da moeda com esse esclarecerá o nexos criticado e, permitirá compreender o processo de repartição da mais-valia global, enquanto acumulação desigual e combinada, como práxis. As *figuras da consciência* de que tratava Hegel são nesse momento um limite pra compreensão da estrutura de *O capital*, de fato isso pouco importa, em relação a capacidade de reprodução do real pelo pensamento e, a conexão da moeda mundial inconversível registrará todas as críticas apriorísticas enquanto forma limitada de compreender o real, por isso Hegel concluiu na *Fenomenologia* que a consciência real da consciência-de-si só poderia existir com a superação da linguagem.

O valor da mercadoria separado da produção global capitalista necessariamente deve ser registrado igual ao preço, essa consideração só se realiza a partir do momento em que se depreende do valor da mercadoria, o preço de custo e o preço de produção e como o preço de custo varia em relação à depreciação da forma fixa do capital constante e do capital variável.

Ao produzir globalmente, o capital se distribui em departamentos de produção, em ramos de produção e em indústrias específicas, todos os capitais que compõem o capital global são parte alíquotas desse, é dizer, unidade qualitativa. Considerando n capitais de um ramo determinado com diferente composição orgânica, a massa de mais-valia, e a taxa de lucro produzido são necessariamente diversas, dados a taxa de mais-valia e a jornada de trabalho. Na verdade, esses capitais como parte alíquota se reduzem ao capital global, no caso ao capital do ramo, e esse capital produz determinada taxa de lucro considerado percentualmente. À parte do valor da mercadoria que equivale ao capital despendido na produção, o preço de custo, é adicionada essa taxa de lucro, se formando o preço de produção da mercadoria. O preço de custo se modifica conforme a composição orgânica do capital, principalmente pela depreciação da forma fixa do capital constante que entra em partes na constituição do valor da mercadoria, é dizer, a taxa de lucro percentualmente considerada não significa igual *quantum* de mais-valia apropriada, tampouco apropriação de mais-valia igual à mais-valia produzida.

Então, composições orgânicas diversas significam taxas de mais-valia desiguais e, portanto taxas de lucro desiguais, alterando a parte do preço da mercadoria referente ao lucro médio, mas essa parte é alterada, ainda, pela grandeza do capital em função da relação com a produção de massa de mais-valia. Da taxa de lucro específica se desenvolve uma taxa geral de lucro, a partir das composições orgânicas das diversas partes alíquotas do capital reduzidas a taxas médias de lucro de cada ramo, dessas reduzidas a uma taxa geral de lucro, ponderada pela grandeza do capital.

No documento *Margem Bruta de Lucro das empresas brasileiras* (2003) é calculada taxas de lucro por ramo, na forma de margem bruta, se considera que os ramos de produção produzem determinada margem média percebendo o preço de produção em sua forma autonomizada na circulação, ainda que não reduzido a taxa geral de lucro. Segundo o estudo a margem bruta da siderurgia é de 30,48%, do

têxtil é de 27,65% e a média total é de 31,63% que é uma aproximação da taxa geral de lucro. Destacar as forma autonomizadas significa se desprender das próprias formas expositivas dos pensadores que trataram de determinado fenômeno real, significa compreender o processo real, realizar a reprodução do real pelo pensamento em detrimento das determinações apriorísticas. Utilizar-se da exposição de pensadores para compreender fenômenos reais através da expressão da forma expositiva é incorrer na determinação apriorística; embora a forma autonomizada não expresse seu real significado, a sua apropriação realiza esse processo, sem a influência de pensamentos alheios.

O preço de custo e o preço de produção e suas autonomizações são reproduzidos, diante do ciclo periódico, a partir de uma máxima: expandir a produtividade do trabalho. O que não se reproduz é que a produtividade do trabalho é quem regula a repartição da mais-valia global; é verdade que a expansão da produtividade do trabalho, pode ser realizada pela mais-valia relativa e/ou pela mais-valia absoluta, o que resulta necessariamente na caracterização da constituição burguesa do departamento I.

No capítulo XVII, da *Teoria Geral*, é desenvolvida a taxa monetária de juros como “a percentagem de excedente de uma soma de dinheiro contratada para entrega futura, por exemplo, a um ano de prazo, sobre o que podemos chamar preço spot ou a vista da dita soma contratada para entrega futura” (KEYNES, 1985, p.157), de forma que cada bem pode possuir uma taxa monetária, medido em moeda como padrão de valor, ou pode possuir uma taxa específica medido em termos de si mesmo como padrão de valor. O primeiro nos dá a relação global do investimento e o segundo a relação de realização da produção.

Quando o preço de oferta de determinado bem é inferior ao preço de demanda sua produção é realizada, dada o estado de expectativa e, conforme sua produção aumenta, sua taxa de juros converge, diminuindo a eficiência marginal do capital, de forma que a convergência da taxa de juros do bem em questão marca o limite da sua própria realização. A diminuição da eficiência marginal do capital em relação a taxa monetária de juros marca os limites do investimento agregado

Ora, os bens cujo preço normal de oferta é menor que o preço da demanda serão agora objeto de nova produção, e esses serão os bens que têm uma eficiência marginal maior (sobre a base do seu preço normal de oferta) que a taxa de juros (sendo ambas as quantidades medidas pelo mesmo padrão de valor, qualquer que este seja). À medida que aumenta o estoque de bens cuja eficiência marginal era, a princípio, pelo menos igual à taxa de juros, essa eficiência marginal tende a baixar

(pelas razões suficientemente claras já apresentadas). Chega então o momento em que deixará de ser vantajoso continuar a produzi-los, *a menos que a taxa de juros caia "pari passu"*. Quando não houver mais bem algum cuja eficiência marginal alcance a taxa de juros, a produção de novos bens de capital será paralisada. (KEYNES, 1985, p.160).

Os limites do investimento agregado registram a paralização de novos bens de capital, no capítulo XI era considerado que a tendência de curto prazo da eficiência marginal do capital se caracterizava pela elevação do preço de oferta do setor de bens de capital e, então se cria uma indeterminação na medida em que tanto a convergência das taxa de juros específicas dos bens em relação a moeda como padrão de valor marca o limite do investimento como a tendência de curto prazo da eficiência marginal do capital. Verifica-se uma inconsistência_lógica na estruturação da *Teoria Geral* em relação aos limites do ciclo econômico, caracterizado no capítulo XXII pelo colapso da eficiência marginal do capital, convive com a indeterminação de qual eficiência marginal: dos bens específicos ou dos bens de capital?

O desprendimento do conceito de preço de oferta realizado por Keynes ao relacioná-lo com os preços macroeconômicos encontrou seus limites enquanto caracteriza-se pela relação dos preços atuais e sua expectativa futura, na taxa de juros tanto monetária como específica se relacionam preços. Na terceira nota de rodapé do capítulo III, Keynes alerta sobre a dificuldade de definição do preço de oferta em relação ao produtor individual e, nisso reside a problemática em torno da produção de bens de capital. Ao caracterizar como tendência de curto prazo da eficiência marginal do capital a elevação do preço de oferta, e verificar o aumento do preço de oferta de um bem específico a medida que sua produção aumenta, fazendo convergir sua taxa de juros faz existir uma dupla determinação: no capítulo XVII é a diminuição da eficiência marginal do capital de determinado bem que paralisa a produção de novos bens de capital e no capítulo XI a própria produção desse bens de capital marcam seu limite pela tendência de curto prazo. Essa dupla determinação e inconsistência lógica impossibilita a determinação da produtividade do trabalho, é dizer o *quantum* a ser realizado na forma de lucro, apenas relaciona a valorização pelos preços e por preços relativos a outros bens e a moeda.

Suponhamos (como mera hipótese nesta altura do raciocínio) que há certo bem (por exemplo, a moeda) cuja taxa de juros seja fixa ou decline, à medida que sua produção aumenta, mais devagar que qualquer outra taxa de juros de mercadoria; como se equilibrará esta posição? Uma vez que $a_1 + q_1$, $a_2 - c_2$ e β são, necessariamente, iguais, e uma vez que, por

hipótese, β é fixa ou declina com mais lentidão que q_1 ou $-c_2$, deduz-se que a_1 e a_2 tenderão a aumentar. Por outras palavras, os preços normais correntes de quaisquer outros bens que não a moeda tenderão a baixar relativamente às previsões dos preços futuros. Conseqüentemente, se q_1 e $-c_2$ continuarem descendo, chegará um momento em que não haverá vantagem em produzir qualquer desses bens, salvo se se espera uma alta de tal magnitude no custo de produção em alguma data futura relativamente ao atual que baste para cobrir os custos de manutenção do estoque produzido entre o momento atual e a data provável do aumento de preço. (KEYNES, 1985, p.160).

Em função da reserva de valor da moeda, não necessariamente é a taxa monetária de juros da moeda que marca o limite do investimento agregado, mas o bem durável em que a taxa de juros resista a baixar, o ouro é exemplar, conforme a dissociação de sua existência metálica da existência funcional, na autonomização da função monetária:

Se por *moeda* entendemos o padrão de valor, torna-se claro não ser, necessariamente, a taxa de juros monetária que causa a dificuldade. Para fugir às dificuldades não bastaria (como alguns acreditaram) decretar simplesmente que o trigo ou as casas sejam o padrão de valor em vez do ouro ou da libra esterlina. Pois agora vemos que a existência de um bem *qualquer* continuará a provocar as mesmas dificuldades caso a sua taxa de juros resista a baixar quando a sua produção aumenta. Pode acontecer, por exemplo, que o ouro continue a exercer uma influência dessa natureza num país que adotou um padrão inconversível. (KEYNES, 1985, p.161).

A razão monetária estabelece os nexos do ciclo econômico ao apreender sua dinâmica pelos movimentos dos preços e reproduz a consciência do existente pelo desenvolvimento da consciência-de-si das mercadorias em demanda efetiva, as conclusões estabelecidas seguem a consciência, conforme o método, estabelecendo onexo histórico pelo elo entre o presente e o futuro realizado pela moeda e o elo entre o futuro e o presente realizado pela “existência de um equipamento durável”. Tudo é monetário. Enquanto os ciclos periódicos da indústria moderna modificam o existente. É da própria consciência de Keynes que podemos concluir que a forma preço do valor é incapaz de determinar a produtividade do trabalho, a repartição da mais-valia global e o ciclo periódico, continuemos a odisséia.

A odisséia da forma preço com seus três momentos essenciais produziu o principio da demanda efetiva, mas a demanda efetiva já existente em Marx expôs outro movimento que fez surgir na dinâmica econômica os departamentos da produção capitalista.

Alguns anos depois, em contato com Joan Robinson e Nicholas Kaldor, em Cambridge, pude capacitar-me da importância da contribuição de Kalecki para a construção da teoria econômica que veio a prevalecer no século XX. O trabalho intelectual de Kalecki pareceu-nos particularmente sedutor porque, à diferença de Keynes, não partir do tronco marshalliano para construir a teoria da demanda efetiva. Partindo de Karl Marx e Rosa Luxemburgo, ele chegará por conta própria e com antecedência no tempo a resultados similares aos de Keynes. Os pensadores de esquerda, com os quais nos identificávamos, sentiam-se confortados, pois, se aceitavam o essencial da herança keynesiana, se reconheciam próximos da visão historicista de Marx. (FURTADO, 2001, p.17).

O desdobramento da relação de valor em capital engendrou com o desenvolvimento da produtividade do trabalho o estudo dos departamentos da produção capitalista e de sua funcionalidade no ciclo periódico e das crises que se engendra na dinâmica entre os departamentos: crise de realização, crise de desproporcionalidade departamental e crise de superprodução de capitais.

Nesse processo, Kalecki desenvolveu a teoria da demanda efetiva relacionando a dinâmica dos departamentos da produção, o que marca a primeira diferença em relação a Keynes. A partir do modelo simplificado Kalecki elabora equações de uma *situação real*, de forma que o modelo simplificado fez-se necessário para estabelecer como se dá o ajustamento macroeconômico pelos departamentos I, II e III e a determinação dos lucros. Entender como na *situação real* está às determinações realizadas no modelo simplificado faz-se necessário.

No modelo simplificado se desconsidera os gastos públicos, a tributação e considera-se que os trabalhadores não poupam.

“o produto nacional bruto, portanto, será igual à soma do investimento bruto (em capital fixo e estoques) e o consumo [...] a renda dos trabalhadores consiste em salários e em ordenados. A renda dos capitalistas (ou lucros brutos) engloba a depreciação e lucros não distribuídos, dividendos e saques não operacionais, aluguéis e juros”. (KALECKI, 1985, p.35).

O que resulta na seguinte equação: lucros brutos = Investimento bruto + consumo dos capitalistas. Como as decisões dos capitalistas se situam no investimento e no consumo, esses dois elementos que determinam os lucros e não o inverso, os capitalistas não decidem sobre o nível de vendas tampouco o nível de lucros. Essa equação fundamental estabelece que na decisão dos capitalistas se cria o lucro e a renda, o prelúdio de uma teoria da demanda efetiva.

A determinação *ex-ante* em Keynes é necessariamente diferente da consideração sobre o *passado* feita por Kalecki, Keynes considera a todo o momento um nexos estrito entre a decisão *ex-ante*, os preços macroeconômicos e a

função de reserva de valor da moeda, enquanto Kalecki o faz em relação ao processo produtivo.

Podemos agora concluir que os lucros brutos reais em um dado período curto de tempo são determinados por decisões capitalistas, com respeito a seu consumo e investimento, tomadas no passado e sujeitas a correções diante de modificações inesperadas no volume de estoques. (KALECKI, 1985, p.36).

Essa determinação futura (*correções diante de modificações*) aproxima as teses da demanda efetiva de Keynes e Kalecki, tanto por essa como pela criação de lucro e renda no ato do investimento, embora determinado *ex-ante*/passado. As aproximações se aprofundam nas seguintes afirmações

As decisões com base no investimento passado podem não determinar completamente o volume de investimento em um dado período, devido a uma inesperada acumulação ou esgotamento de estoques. A importância desse fator, contudo, parece ter sido muitas vezes exagerada. (KALECKI, 1985, p.36).

Portanto, todas as vezes que tiver de ser tomada uma decisão, ela o será levando em conta este equipamento e estes estoques, mas à luz das expectativas *atuais* a respeito dos custos e das vendas *futuras*. (KEYNES, 1985, p.44).

Embora existam aproximações, as duas concepções se distanciam a partir das considerações que Kalecki o faz dos esquemas marxistas de reprodução a partir dos departamentos da produção capitalista. Os departamentos I, II e III, respectivamente, produtor de bens de capital, produtor de bens de consumo para os capitalistas e produtor de bens de consumo para os trabalhadores se ajustam conforme o nível de produção dos departamentos I e II, dado que o lucro do departamento III está vinculado com o nível de salários dos departamentos I e II, é dizer, o lucro agregado é composto apenas pelo departamento I e II:

A produção do Departamento I e do Departamento II também irá determinar a produção do Departamento III, se a distribuição entre lucros e salários em todos os Departamentos for fixa. A produção do Departamento III se deslocará para cima até o ponto em que os lucros auferidos a partir dessa produção forem iguais aos salários dos Departamentos I e II. Em outras palavras, o emprego e a produção do Departamento III se deslocarão para cima até o ponto onde o excedente dessa produção sobre o que os trabalhadores desse Departamento compram com seus salários for igual aos salários dos Departamentos I e II. (KALECKI, 1985, p.36).

O ajustamento macroeconômico em Kalecki relaciona a demanda efetiva com os departamentos enquanto em Keynes a demanda efetiva se relaciona com as

funções de oferta e de demanda agregada, por isso a preocupação de Keynes com o crescimento da lacuna entre Z e D_1 . O ajustamento macroeconômico através dos departamentos I, II e III é determinado pelo grau de monopólio das indústrias, esses fatores de distribuição que determinam em última instância o consumo dos trabalhadores, o emprego e o produto nacional “A produção nacional se deslocará para cima até o ponto em que os lucros dela auferidos de acordo com os “fatores de distribuição” forem iguais à soma do consumo e do investimento dos capitalistas”. (KALECKI, 1985, p.37).

No artigo, *As equações marxistas de reprodução e a economia moderna*, precede o capítulo III da *Teoria* e Kalecki desconsiderando a determinação da produtividade do trabalho na equação (2) $P = I + C_c$, onde P é lucro agregado, I o investimento do departamento I e C_c o Investimento do departamento II expressa pelo consumo dos capitalistas, Kalecki limita a problemática da reprodução ampliada a um problema de desproporção, caracterizado pelo ajustamento dos departamentos e a um problema de realização conforme a citação que faz de Marx na seção VI do presente artigo, de forma que a indeterminação sobre a produtividade de trabalho é verificada na seguinte passagem

O equilíbrio móvel descrito na seção IV depende da extrema suposição de que os capitalistas estão dispostos a efetuarem investimento que aumente seu capital a uma taxa constante r ao ano. O que acontece, entretanto, se eles se tornam mais cautelosos [...] e decidem reduzir o investimento de $(r +)K$ para $(r' +)K$, onde $r' < r$? Conclui-se diretamente da fórmula (7) que Y/K [...] declina na proporção $r' - /r$ - como resultado da queda da demanda efetiva [...] Alguns economistas tendem a considerar esse fenômeno como a fase declinante do ciclo econômico, a qual se processa em torno da trajetória inicial de crescimento. Tal proposição, todavia, não está bem fundamentada: não há razão para que, tendo deixado a instável trajetória inicial, o investimento deva flutuar em torno dela em vez de em torno do nível de depreciação ΔK (no qual $r = 0$). Ou, para dizê-lo em termos marxistas: por que não pode um sistema capitalista, uma vez em que se tenha desviado para baixo a partir da trajetória da reprodução ampliada, encontrar-se numa posição de reprodução simples a longo prazo? Estamos inteiramente no escuro quanto ao que acontecerá de verdade em tal situação, na medida em que não solucionamos o problema dos determinantes das decisões de investimento. Marx não desenvolveu tal teoria, mas isso tampouco foi realizado pela economia moderna. Mas os problemas das decisões de investimento envolvendo elementos ligados com tendência de longo prazo são muito mais difíceis do que no caso do “ciclo econômico puro”. (KALECKI, 1977, p.6).

A indeterminação da produtividade do trabalho o impede de localizar situações intermediárias de queda da taxa de acumulação líquida, chegando a exteriorizar essas dificuldades a falta de desenvolvimento dessas por Marx. Sem

apresentar a reprodução ampliada como ciclo periódico que engendra superproduções, as conclusões teriam de ser dessa natureza. É da própria consciência de Kalecki que podemos concluir que a consideração dos departamentos da produção capitalista a partir do trabalho concreto é incapaz de determinar a produtividade do trabalho, a repartição da mais-valia global e o ciclo periódico.

Da consciência de Keynes e Kalecki concluimos que a forma preço e a consideração da acumulação por departamentos a partir do trabalho concreto não resolve os problemas dinâmicos de uma economia capitalista, de uma economia monetária da produção e do ciclo periódico da indústria moderna. Decompondo o existente a indústria moderna como alienação humana, embora se apresente estranhada como capital fixo, expressa a transformação do intelecto humano, expressão da ciência e, a ciência como constituição da indústria moderna engendra a possibilidade real de apropriação do real e reprodução desse pelo pensamento. As considerações de Keynes e Kalecki são as desconsiderações desse longo processo de transformação do intelecto humano, que permite reconstruir a história humana pelo pensamento ao apreender o elemento mais simples da universalidade humana e suas mediações. A descoberta da mais-valia expressa esse processo, mas nos deteremos à objetivação dessa relação nos registros contábeis e estatísticos, como forma de superar as determinações apriorísticas.

Em consideração a mercadoria-capital, como síntese do capital despendido na produção, e seu valor determinado pela lei do valor, nos deterão no valor da mercadoria capital como forma de reproduzir o real pelo pensamento e buscar solucionar a indeterminação da produtividade do trabalho.

Como bem lembrou Keynes no capítulo III da *Teoria Geral*, faltava ser escrito um capítulo sem o qual é inútil qualquer decisão sobre o volume de emprego agregado, lembrando no item III que:

O grande enigma da demanda efetiva com que Malthus havia lutado desapareceu da literatura econômica. Não se lhe faz nenhuma menção, uma vez sequer, em toda a obra de Marshall, de Edgeworth e do professor Pigou, que deram à teoria clássica a sua forma mais definitiva. Apenas sobreviveu, furtivamente, nos subterrâneos do mundo de Karl Marx, de Silvio Gesell e do major Douglas. (KEYNES, 1985, p.34).

No livro II de *O capital*, onde se trata da circulação do capital (independente dos departamentos), o primeiro estágio da circulação é investigado de forma a

compreender porque o capitalista efetiva a transformação do capital-dinheiro em capital-mercadoria como capital produtivo. Ao transformar o capital constante e variável em capital fixo e circulante, o capitalista engendra pela existência da força de trabalho em ação a alteração do capital variável pela atividade do trabalho, embora desconheça o fundamento, pois a alteração de v surge como acréscimo de todo o capital despendido ou não na produção.

Sob a forma dinheiro, o capitalista lança menos valor na circulação do que dela retira, e sob a forma mercadoria lança na circulação mais valor do que dela retira. Enquanto personifica apenas o capital, funcionando como capitalista industrial, sua oferta de valor-mercadoria é sempre maior que sua procura [...] o capitalista tem realmente de “vender mais caro do que comprou”, mas só consegue isso porque, através do processo de produção capitalista, transforma a mercadoria mais barata, de menor valor que adquiriu, em mercadoria de maior valor, mais cara. Vende mais caro não por vender sua mercadoria acima do valor, mas por estar o valor de sua mercadoria acima do valor global dos elementos de sua produção. (MARX, 2003, p.130).

Por ser diferente o montante de capital em D de D' (considerando o processo produtivo entre esses) se realizou de fato a valorização, essa ao aparecer como valor-mercadoria de diferente magnitude expressa uma relação quantitativa da própria relação real entre trabalho e capital, entre reprodução da força de trabalho como reprodução do trabalhador e reprodução do capital como reprodução do capitalista e da expansão do seu capital e da escala:

A taxa à qual o capitalista valoriza seu capital é tanto maior quanto maior for a diferença entre sua oferta e sua procura, isto é, quanto maior o excedente do valor-mercadoria que fornece sobre o valor-mercadoria que adquire. Seu objetivo não é a coincidência, mas a maior disparidade possível entre ambas, a maior superioridade possível da oferta sobre a procura. Isso se aplica tanto ao capitalista isolado quanto à classe capitalista. (MARX, 2003, p.131).

No subitem (8) o capítulo III da *Teoria Geral*, Keynes observará que o aumento do preço de oferta agregado produziria uma *crescente lacuna entre Z e D_1* , em função da propensão a consumir ser menor que 1 e, portanto não aumentar no mesmo montante de D , de forma que o nível de emprego só poderia ser mantido se D_2 crescesse no montante dessa lacuna e, sendo inferior a essa lacuna, o nível de emprego se encontraria num nível inferior do pleno emprego.

A *chave desse problema prático* havia sido observada por Marx que considerava o fenômeno real da propensão a consumir inferior a 1, e também por Kalecki ao considerar o grau de monopólio como regulador da distribuição de renda

entre os trabalhadores e distribuição dos lucro entre os capitalistas. Marx e Kalecki na verdade e, diferentemente de Keynes, consideravam a determinação do consumo no âmbito da luta política e da luta de classes.

Enquanto o trabalhador converte em regra seu salário em meios de subsistência, na maior parte meios de subsistência necessários, a procura de força de trabalho pelo capitalista é indiretamente procura de artigos que entram no consumo da classe trabalhadora. Mas esta procura = v , nem um átomo maior (se o trabalhador poupa algo do seu salário – estamos necessariamente pondo de lado o crédito -, transforma ele parte de seu salário em tesouro e, não a utiliza como comprador, reduzindo sua procura). Limite máximo da procura do capitalista = $C = c + v$, mas sua oferta = $c + v + m$. (MARX, 2003, p.131).

Como bem assinalou Keynes, o principal elemento do ajustamento do nível de produção é o investimento (D_2) e, determinado *ex-ante*, regula o nível agregado da produção; Kalecki observa que tanto o investimento, como o consumo dos capitalistas, determinariam o nível da produção. Não expõe a diferença entre investimento, taxa de acumulação e produtividade do trabalho. Keynes estabelece a problemática da desproporcionalidade. Marx assinalava esse elemento ao tratar dos limites da produção capitalista:

A obtenção de trabalho não-pago, a relação entre esse trabalho não-pago e o trabalho materializado em geral, ou, em termos capitalistas, o lucro e a relação entre esse lucro e o capital aplicado, por conseguinte, certo nível da taxa de lucro, é o que determina a decisão de expandir ou restringir a produção, e não a relação entre a produção e as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos socialmente desenvolvidos. Por isso, a produção já encontra limites em certo grau de expansão, embora se patenteie muito insuficiente, se considerarmos o segundo desígnio. Ela se estagna no ponto exigido pela produção e realização do lucro, e não pela satisfação das necessidades. (MARX, 2008, p.338).

A determinação do nível de emprego se baseava no montante esperado de D_1 e D_2 , considerado uma proporção dos dois em relação ao montante de D , a função de demanda agregada. A expansão da acumulação é determinada pela taxa entre trabalho excedente e necessário, por ser um processo de valorização realizado pela força de trabalho em ação. Desenvolvida por Keynes e Kalecki, a demanda efetiva, se relaciona com a valorização em geral, em Marx a determinação *ex-ante* apresenta-se articulada necessariamente com o processo de valorização real, de forma que a demanda efetiva desenvolvida através da forma preço capitalista e dos departamentos de produção são expressões apenas do processo de investimento e do ajustamento macroeconômico, o que difere substancialmente do processo de acumulação de capital, da reprodução ampliada, dos preços de produção e de como se desenvolve o capital fixo na economia mundial como regulação real da repartição

global da mais-valia pelo preço de custo. Da consciência de Marx chegamos à demanda efetiva e sua mediação com a produtividade do trabalho expresso pela taxa de mais-valia⁷⁷.

Os livros de Economia Política ortodoxa tratam a teoria da demanda efetiva como se ela tivesse sido inventada por Keynes, tendo por precursores uns economistas “heréticos”, desligados da tradição clássica e neoclássica. Na realidade, contudo – e sem querer negar a importância de Keynes no desenvolvimento dessa teoria -, o problema da demanda efetiva constitui um dos temas tradicionais da literatura econômica marxista [...] Quando Kalecki elaborou, em 1933, seu primeiro estudo destacando o papel da demanda efetiva no processo de acumulação capitalista (mais especificamente, no movimento cíclico das economias capitalistas), já havia sobre o assunto uma vasta literatura marxista. Nela o problema da demanda efetiva era então conhecido como o problema da “realização” e como o problema “dos mercados”. Esse tema havia sido amplamente discutido no fim do século XIX pelos marxistas russos, e no início do século XX pelos marxistas de língua alemã. Contudo, como Lênin tinha criticado todos aqueles que haviam colocado em primeiro plano a questão dos mercados no processo de desenvolvimento do capitalismo e como essa sua posição foi elevada ao nível de dogma dentro do “marxismo oficial” estabelecido por Stálin no fim da década de 1920, a partir daí o problema de realização – que tinha sido um dos mais discutidos – praticamente sumiu da literatura marxista, dominada pela corrente “oficial”. Não é de estranhar, portanto, que até hoje encontremos teóricos que identificam o problema da demanda efetiva (que, com outra designação, nada mais é do que o velho problema da realização) como um tema típico da Economia “burguesa” em sua versão keynesiana [...] daremos especial destaque à obra de Kalecki, posto que, em nosso entender, foi com esse autor que a referida questão encontrou seu maior desenvolvimento. (MIGLIOLI, 1982, p. 1).

Não concordamos que a demanda efetiva seja o velho problema de realização, inclusive Miglioli cita no final dessa introdução os três tipos possíveis de crise: crise de realização, de desproporção e da queda da taxa geral de lucro. Dentre essas crises o que marca a superprodução de capitais é a queda da taxa geral de lucro expressa pela convergência dos preços de produção⁷⁸, que evidencia o período do último ciclo periódico e o início do atual ciclo periódico.

Miglioli poderia se perguntar sobre a importância da moeda, como padrão de valor, para a demanda efetiva e suas relações com os preços macroeconômicos. Na verdade Keynes e Kalecki alcançam um desenvolvimento profundo da demanda efetiva, mas sem mostrar como os séculos XIX e XX representam na história a luta

⁷⁷ O BLS calcula o custo unitário do trabalho como taxa entre *hourly compensation* e *labor productivity*, é dizer, calcula o *quantum* de *compensation* por mercadoria produzida. Ao fazer isso relaciona produção física com preço, trabalho concreto com trabalho abstrato expresso no preço.

⁷⁸ Ver seção seguinte.

das burguesias para consolidar o departamento I em seu território, não puderam tratar com profundidade da acumulação global desigual e combinada, e de como se regula a produtividade do trabalho, pela geopolítica que envolve a produção de capital fixo pelo departamento I. Situando a demanda efetiva em Marx, a partir da superprodução de capitais, esclareceu os limites de Keynes e Kalecki, ao evidenciar sua base na produtividade do trabalho, como taxa. A despeito desse fato, os estudos de Keynes e Kalecki representam desenvolvimentos profundos da teoria econômica e, isso tem um significado substancial frente a uma ortodoxia que desconsidera por completo a demanda efetiva, a hierarquia entre as moedas, o subdesenvolvimento, a dependência e as economias dominadas.

A demanda efetiva percorreu o processo de compreensão pelos homens nas suas consciências, a reprodução da demanda efetiva não é determinada por seu desenvolvimento, mas por sua mediação no ciclo periódico, por isso e apesar de ter sido mais desenvolvida em Keynes e Kalecki, situamos em suas consciências os limites desse desenvolvimento sempre marcando o aprofundamento importantíssimo para afirmação da heterodoxia na economia, principalmente a partir da década de 1930. Não se trata aqui de localizar a propriedade da demanda efetiva - como bem localizou Miglioli ao estabelecer que o objetivo fosse estudar essa a partir do que considerava seu maior desenvolvimento -, mas de libertar a demanda efetiva das determinações apriorísticas da cognição superando a existência de conexões arbitrárias no pensamento e estabelecendo sua conexão nos ciclos periódicos da indústria moderna, da acumulação desigual e combinada, do câmbio, etc. Foi Mario Luiz Possas quem nos alertou para a importância dessa libertação da demanda efetiva:

Por mais relevantes em termos práticos e inegavelmente derivadas da problemática da demanda efetiva, estas são questões específicas que nem remotamente esgotam o seu conteúdo. Ao contrário, interpretá-la exclusivamente sob esse prisma implica distorcer seu significado e limitar o seu alcance, não apenas quanto ao desenvolvimento potencial que ela comporta, mas até mesmo em relação ao que já fora consolidado nas contribuições teóricas mais importantes ao tema – as de Keynes e Kalecki. A fim de recuperar a dimensão mais geral que ela possui é indispensável repô-la com a questão *teórica* que ela é de fato. Para alcançar este objetivo, creio que a estratégia mais adequada não é começar por reconstituir sua formulação tal como se encontra naqueles dois autores e compará-las – o que será feito mais adiante -, e sim procurar expor o *princípio da demanda efetiva* em sua forma mais *simples e geral, desvinculado* de início das roupagens teóricas particulares que recebeu deste ou daquele autor, de modo a explicitar mais claramente as *condições necessárias e suficientes*, e, portanto o âmbito teórico, de sua vigência. A proposta é partir da demonstração de que ele constitui de fato um *princípio básico*, universal, a

ser respeitado por qualquer teoria econômica do capitalismo, mas que em si mesmo *não* constitui uma *teoria*. É mais simples (e geral) que uma teoria, porque deriva *logicamente*, sem a mediação da construção de hipóteses teóricas, dos elementos constitutivos de uma economia mercantil monetária (em particular, capitalista). Assim, teorias muito distintas do funcionamento (e dinâmica) da economia capitalista podem apoiar-se neste princípio, ou simplesmente não violá-lo direta ou indiretamente (o que já é muito bom), sem com ele confundir-se. (POSSAS, 1983, p.89).

Sobre a *reconstituição da demanda efetiva em Keynes e Kalecki*, fizemos uma leitura materialista desses conectando os elementos estruturais de suas obras com a demanda efetiva conforme sua estrutura expositiva, o que permitiu situar o desenvolvimento atual da demanda efetiva como compreender a estrutura de suas obras, das suas consciências se apresentou os limites da demanda efetiva e o processo de investigação nos permitiu mediar a demanda efetiva pela produtividade do trabalho, só pode se realizar isso pela reconstituição materialista. A problemática em questão é libertar a demanda efetiva da conexão arbitrária do pensamento.

5.6 A função do emprego

Enquanto o princípio da demanda efetiva for produto da cognição se relaciona com os próprios limites inerentes a cognição, essa é a constatação de um pólo da unidade dos contrários cabe então conceber o outro pólo e exteriorizar o movimento contraditório. Porque o outro pólo apresenta-se mesmo diante do princípio da demanda efetiva, relacionado cognição como condição histórica? O processo de estabelecimento da cognição embora seja apriorístico só se constitui com o nexu no real, que se transforma historicamente, os limites da determinação apriorística apresentam a dinâmica do real (ao apreender elementos reais fragmentados) e, então o princípio da demanda efetiva necessariamente se torna dinâmico, a única forma de sua existência. Keynes na teoria dos preços apresenta o outro pólo, pois se a demanda efetiva se baseia na concepção microeconômica de que o capitalista decide a partir dos preços macroeconômicos o movimento dos preços não poderia vir da demanda efetiva *ex-ante*, mas da realização da decisão *ex-post* que vai se efetivar numa dinâmica produtiva de onde deveria ser estabelecida a relação com os preços.

A função de emprego relaciona o nível de emprego com a demanda efetiva, mas apenas *ex-ante* e não realiza o nexo *ex-post*⁷⁹, na verdade Keynes resolveu a questão qualitativa quando afirmava que a decisão do emprego era realizada pelo capitalista, mas a questão quantitativa não foi realizada de forma satisfatória, por isso a verdadeira função de emprego ainda não tinha sido desenvolvida. Sabemos hoje que a função de emprego é uma função composta a despeito da função de emprego de Keynes $N_r = F_r(D_w)$, pois a determinação quantitativa se relaciona primeiro, tecnicamente com o nível tecnológico do capital fixo (COC)⁸⁰ e, segundo, com o *custo unitário do trabalho* (c): $N = c(\text{COC}(x))$. O custo unitário do trabalho e o nível tecnológico são funções.

Com essa função estabelecemos a relação dinâmica de uma economia capitalista, embora seja necessário expressá-la dinamicamente. Com isso se esclarece o que são os preços conectados à valorização e se realiza o processo de libertação do princípio da demanda efetiva da cognição. O *Federal Reserve* havia estabelecido a relação dos preços, embora sem a consciência que aqui apresentamos, o fato é que a gestão da moeda mundial só pode ser realizada se a dinâmica é apreendida e, não por abstrações arbitrárias.

O índice de preços de produção apresenta como o processo de valorização impacta os preços permitindo perceber os limites do processo de valorização que tem expressão última nos preços de mercado. Por se constituir na instituição com a consciência de evitar uma crise geral da produção capitalista o *Federal Reserve* realizou o que ainda não tinha sido feito pelos pensadores da economia se libertar da cognição, da condição apriorística para estabelecer os nexos de apreensão do real.

Utilizaremos os dados da economia norte-americana em função da sua superioridade na renovação do capital fixo no ciclo periódico e conseqüentemente na maior composição orgânica do capital. Em Junho de 2009, segundo o NBER, se reverte o período de 18 meses de retração do departamento I, esse mês marca a expansão da produtividade do trabalho e início de um novo ciclo periódico.

Keynes no capítulo XX da *Teoria Geral* apresenta a função do emprego agregada $N_r = F_r(D_w)$, recuperando a concepção microeconômica a partir da mediação da

⁷⁹ Kalecki critica justamente esse elemento, pela indeterminação das duas tendências da eficiência marginal do capital, ao desenvolver o grau de monopólio. Essa crítica se situa no capítulo III de *A teoria da dinâmica econômica* ao apresentar o ajustamento macroeconômico.

determinação *ex-ante* com os preços macroeconômicos, a eficiência marginal do capital e a moeda, de forma a “obter uma função que reflita para a indústria em conjunto as variações globais⁸¹ do emprego” (KEYNES, 1985, p.196). A crítica de Keynes situava a dificuldade de agregação das inúmeras curvas de ofertas e de demandas clássica e, também, em relação ao seu aspecto qualitativo, é dizer, a conexão agregada. As curvas são formadas como somatório das curvas individuais o que difere substancialmente da demanda efetiva, o que critica o princípio da substituição de Marshall. Isso pode ser verificado no capítulo XXI da *Teoria Geral*. Keynes apresenta a função de emprego, sendo que o volume de emprego é determinado pelo nível de demanda efetiva.

Em junho de 2009 a taxa de desemprego agregado da força de trabalho nos EUA estava em 9,4%, em outubro do mesmo registrava o maior nível de 10,2% e só retornava ao nível de junho de 2009, em dezembro de 2010. Em janeiro de 2011, no vigésimo primeiro mês de expansão da produtividade do trabalho, a taxa de desemprego diminui em relação a junho de 2009, depois de 20 meses de expansão: por que o volume de emprego agregado não respondia aos níveis de aumento da demanda efetiva? Qual o fundamento desse processo que critica substancialmente a função de emprego registrada na *Teoria Geral*? Qual o significado desses 20 meses para a estrutura da *Teoria Geral* e para a teoria econômica? E a lacuna existente entre Z e D₁?

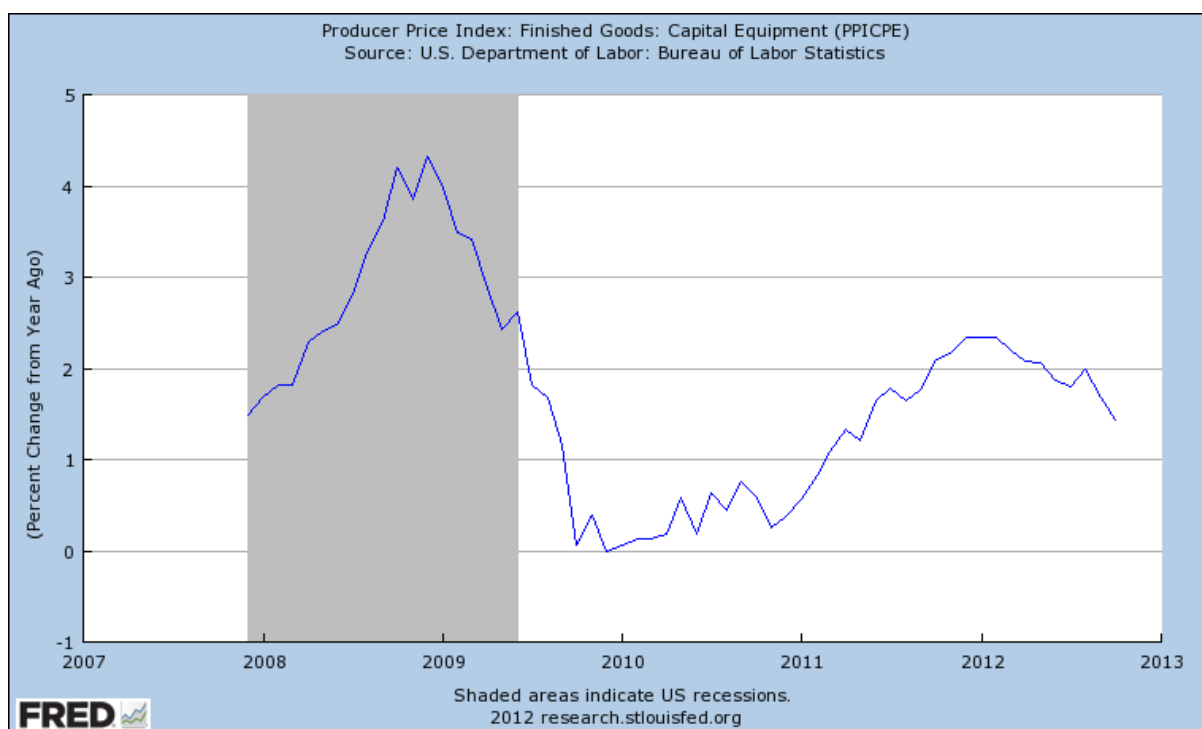
De julho de 2009 até dezembro de 2009 se registrou para o *unit labor costs* no III trimestre de 2009 -9.8%, no IV -3.6%, no I trimestre de 2010 de -7.1%, no II de -1.3%, no III de -0.5% e no IV de -2.5%⁸² (BLS, 2012) enquanto que os dados do departamento I registraram expansões de 14,1%⁸³ no terceiro trimestre de 2009, sendo em junho -0,8% e em julho 3.4%, o quarto trimestre registrou 5%. Em 2010 registrou 10,5% no primeiro trimestre, no segundo 14,1%, no terceiro 5,6% e no quarto 4,1% (FED, 2009-2010) Os preços de produção em termos de variação mensal expressam a lei do valor, já que a expansão física de capital fixo se realiza com diminuição das taxas de expansão. A convergência no gráfico ocorre em fevereiro de 2012 depois de 32 meses de expansão continuada a taxas crescentes o

⁸⁰ Determinado pela expansão do departamento I.

⁸¹ Ver Prefácio a edição Francesa.

⁸² O emprego deixa de ser variável dependente como exposto no capítulo XVIII da *Teoria Geral* e a renda nacional como variável dependente é indeterminada na *Teoria Geral*, conforme a crítica de Kalecki.

que significa que o ciclo se situa próximo a sua metade, dado que o ciclo anterior se expandiu 73 meses⁸⁴. A mediação em relação ao ciclo anterior é um parâmetro frágil, mas serve como ilustração, a mediação deve ser feita com base nas condições atuais principalmente em relação à moeda mundial e a situação geopolítica, como faremos a frente.



Como então nesses 20 meses de expansão da produtividade do trabalho o nível de emprego se manteve no patamar acima descrito? E como se solucionou o problema de realização?

Por ser o regulador da produtividade do trabalho a expansão do departamento I antecede as expansões do departamento II e III. O departamento III composto pelos bens de consumo duráveis, não duráveis e bens de luxo ao renovar o capital fixo e expandir a produtividade pode contratar, vender estoque e produzir, esse é o processo no estado da reversão cíclica, antes as encomendas intercapitalistas tanto dos departamentos II e III para o departamento I como do departamento III para o departamento II, a indústria intermediária, determinam a expansão. O estado no período de renovação do capital fixo atua diretamente nessa demanda

⁸³ Taxa anualizada.

⁸⁴ Essa estrutura expositiva pode ser encontrada no capítulo X do livro *Os limites do Irracional* de José Martins.

intercapitalista com política de depreciação acelerada que diminuir o valor do capital constante aumentando a taxa de lucro, no ciclo atual com o afrouxamento quantitativo 1 e 2 para manter a estabilidade bancária e baixar os juros de longo prazo, com a operação *twist* diretamente relacionada a baixa da taxa de juros de longo prazo na economia norte-americana. Com a expansão do departamento I, e a realização da mais-valia do departamento I pela compra do II e do III, esses podem contratar, produzir, vender os estoques. Os níveis de taxa de desemprego seguem essa dinâmica de tal forma que a expansão da produtividade do trabalho e da taxa de acumulação se ampliou mesmo com a resistência das taxas de desemprego, o nível de crédito se estabiliza e a realização pela mais-valia futura opera a engrenagem da acumulação diante da fantasmagoria do desemprego.

As expansões de capital fixo tiveram participação no terceiro trimestre de 2009 de 7% para computadores e produtos eletrônicos, 7,2% equipamentos de transporte, 92,3% para metais primários relacionados ao departamento II, no primeiro trimestre de 2010 22,6% para computadores e produtos eletrônicos, a ata do FOMC (*Federal open Market committee do Federal Reserve*) registrou:

Consumer spending continued to post solid gains in the first three months of the year, and business investment in equipment and software appeared to have increased significantly further in the first quarter. In addition, growth of manufacturing output remained brisk, and gains became more broadly based across industries. (FOMC, 2010).

No último trimestre de 2010 de 5,2%, o que responde a dificuldade de resposta do volume de emprego agregado a demanda efetiva⁸⁵ (como desenvolvida na *Teoria Geral*), baseado na expansão da produtividade do trabalho pelo departamento I, esse é o fundamento que registra a riqueza quantificada como taxa, que é expressão da exploração do proletariado pela classe capitalista. A lacuna existente entre Z e D₁ que considera apenas o investimento como forma de manutenção e/ou aumento do nível de demanda efetiva se distancia desse processo realizado pelo departamento I para superar a superprodução de capitais, por isso a forma preço de onde se desenvolve o princípio da demanda efetiva por Keynes possui limites profundos, ao não permitir diferenciarmos produtividade do trabalho,

⁸⁵ Keynes considerou o desemprego tecnológico, no artigo *Possibilidades econômicas para nossos netos*.

taxa de acumulação e nível de investimento. Desconsiderar o tratamento quantitativo e qualitativo exposto é nas palavras do próprio Keynes um *ignoratio elenchi*.

Kalecki havia observado a dificuldade de relacionar o volume de emprego agregado com o nível da demanda efetiva na sua *Teoria* quando enfatiza que a renda e o emprego dos trabalhadores são determinados pelos fatores de distribuição determinado pelo grau de monopólio, conforme os capítulos I, II e III e, ainda no artigo “*Algumas observações sobre a teoria de Keynes*” de 1936, já perceberá que a determinação *ex-ante* do volume de investimento não tinha sido realizada por Keynes, acrescentamos que a eficiência marginal do capital só pode ser determinada *ex-post* pela lacuna deixada na determinação do grau de monopólio na variação dos preços de oferta do setor de bens de capital e na renda futura esperada, o que se registra uma contradição entre a estrutura teórica e matemática da *Teoria Geral*, já que em termos intuitivos o nível de investimento se determina *ex-ante* pela materialização dos preços econômicos na moeda, que pela sua reserva de valor estabelece os parâmetros temporais. Às dificuldade da eficiência marginal do capital como taxa interna de retorno, se soma a indeterminação *ex-ante* em termos matemáticos das suas tendências de curto e longo prazo na determinação do volume de investimento, do produto, da renda e do emprego.

O significado dessa constatação para a estrutura da *Teoria Geral* e para a teoria econômica é uma profunda crítica ao estabelecimento de padrões apriorísticos pelo pensamento se distanciando da transformação intelectual operada na própria realidade que se expressa nos registros de dados estatísticos utilizados para a exposição. A estruturação de Keynes e Kalecki nas suas obras esbarram substancialmente em tal constatação e suas contribuições devem ser lidas como leituras profundas de elementos reais da realidade social embora sem a conexão essencial da riqueza expressada por uma taxa que relaciona o trabalho excedente com o trabalho necessário. Historicamente pela apreensão real que se estabelece através dos dados Keynes e Kalecki apenas tem atualidade quando consideram fragmentos do real, enquanto o banco central do mundo desenvolve na prática um profundo conhecimento dos ciclos periódicos e das possibilidades de estabilizá-los e/ou exportá-los. A história só teria sentido com essa conclusão que se distancia de hierarquizações intelectuais e, que procura estabelecer as conexões da consciência histórica como *práxis*.

Se o nível de demanda efetiva, não apresenta a conexão agregada do emprego, os dados estatísticos objetivados apresentam de forma que o duplo caráter do trabalho e a medida da riqueza se objetivam como ciclo periódico. O *Bureau of Labor Statistics* apresenta *output per hour of all persons, output, hours of all persons, compensation per hour, real compensation per hour* e *unit labor costs*. O custo unitário do trabalho como taxa relaciona o salário-hora com a produção real, é dizer valor com produção física e, então o trabalho abstrato com o concreto, considerando a existência do duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria. A partir disso o custo unitário do trabalho se torna um índice da produtividade por expressar determinada quantidade do preço do da força de trabalho na mercadoria. O salário-hora difere do salário nominal por estabelecer relação com a produtividade específica da indústria e não com a produtividade média do ramo de produção, reduzir o salário-hora ao salário nominal é afirmar que não existe diferença entre taxa de mais-valia e taxa de lucro.

O desenvolvimento da tese do investimento, a partir da forma preço, deve ser quantificada para expressar os limites em torno do esclarecimento da acumulação de capital das diferenças entre produtividade do trabalho, taxa de acumulação, nível de investimento, taxa de mais-valia, taxa de lucro e repartição global da mais-valia. Ricardo afirmava que a principal problemática da economia política era determinar as leis que regulam a distribuição do produto social entre as classes, aqui entenderemos porque tanto Keynes como Marx foram críticos de Ricardo. É na distribuição da mais-valia produzida que aparece na forma lucro que os limites do desenvolvimento da forma preço aparecem, no capítulo XX da *Teoria Geral* Keynes estabelece a determinação da produtividade específica da indústria a partir da equação do preço previsto $O_r \cdot p_{wr} = D_{wr}$, (onde O_r representa a oferta da indústria r , p_{wr} o preço previsto e D_{wr} é a demanda efetiva na indústria r) considerando a demanda efetiva específica de determinada indústria, mas considera a elasticidade do emprego e o salário nominal na esfera da circulação como forma de distribuição. A distribuição resulta da forma como a demanda efetiva se divide em investimento e consumo, é dizer se a elasticidade de produção for igual a unidade o aumento da demanda efetiva é absorvido pelos elementos do custo primário marginal, dentre eles o salário nominal. A distribuição do produto social entre as classes pressupõe a compreensão da mais-valia como taxa, por isso que a forma preço é incapaz de compreender o pressuposto do salário nominal na produção e, então a repartição

entre as classes não se decifra tampouco entre os estados na acumulação global desigual e combinada.

Reescrevendo a função de emprego percebemos que a determinação do volume de emprego se modifica como a função de emprego é a inversa da função de oferta agregada, essa modificação se estende a essa função e o nexos apresentado por Keynes em relação a demanda agregada no capítulo III se modifica conforme a função: $N = c(COC(x))$.

Com a função composta o elemento da COC determina a inelasticidade de emprego das indústrias. A relação capital e trabalho é uma relação de classe, por isso a função de emprego expresso por Keynes pode ser criticada e desenvolvida a partir do custo unitário do trabalho. Na economia keynesiana, que serve de base ao que vem sendo ensinado há quase um século, a idéia de que podemos aumentar o nível de emprego com o nível de investimentos é fundamental. Keynes, na verdade, se opôs com veemência a doutrina de Ricardo de que era impossível aumentar a demanda de trabalhadores na mesma proporção do aumento do capital, porém em vão. Tendo conseguido explicar com clareza como e porque o nível de emprego se eleva com o investimento, deixou de fornecer uma estrutura real capaz de substituir a tese que atacava: Assim, Keynes conquistou a consciência de dois impérios de maneira tão completa como as burguesias Inglesa e americana, o fizeram no estado. Sua teoria não foi só aceita pelos meios influentes de Londres, pelos estadistas e pelo mundo acadêmico, como também cessou toda a controvérsia, e o ponto de vista contrário desapareceu por completo e deixou de ser discutido. O grande enigma do nível de emprego com que Ricardo havia lutado desapareceu da literatura econômica. Não se lhe faz qualquer menção, uma vez sequer, em toda a obra até sua forma mais definitiva. Apenas sobreviveu, furtivamente, nos subterrâneos do mundo de Trotsky, Kalecki e na práxis.

5.7 Superprodução de capitais e Heterodoxia: a crise em crise

A crise se objetiva pela superprodução de capitais engendrada por todas as contradições do próprio modo de produção capitalista e expressa pela tendência a convergência dos preços de produção, pela deflação. Independente, da consciência de quem realiza a conexão com os elementos fragmentados desse processo real

que aparecem na consciência e, que são elaboradas pela cognição de forma arbitrária, a crise se realiza periodicamente.

A conexão desses elementos se autonomizam na cognição e assumem conexões arbitrárias diante da dinâmica da economia capitalista ou da reprodução global do capital. Por trás dessa forma idealista encontraremos a arbitrariedade na sua forma real. Anteriormente situamos o processo de reprodução capitalista e seus elementos essenciais como sob as forma dinheiro, produção, mercadoria, o capital constituiu seu ciclo e essas formas são apenas utilizadas para sua reprodução, surgindo o capital-dinheiro, o capital produtivo, o capital-mercadoria. O processo de realização do capital aparentemente findado na circulação da mercadoria apresenta uma *complexidade com a conexão com o sistema bancário de onde surge o ciclo do capital fictício, e o crédito lastreado em operações de mercado futuro – derivativos* -, aqui as funções da moeda mundial se apresentam. A realização se antecipa a venda no mercado e a venda pelo capital comercial se torna pressuposto da compra e o quantitativo da mais-valia se desprende de si pela realização da mais-valia futura.

Esse é o processo percorrido pelo elemento essencial da produção capitalista: o valor que se valoriza. A ciência decompõe os elementos da realidade social como forma de apreensão da realidade, a própria reificação da forma dinheiro - *o fetiche do capital* - e sua maestria social pela propriedade, encobrem suas determinações e exaltam o culto das aparências; o assalariado o tem⁸⁶. À monetarização de tudo: “*Única lei do mundo*”⁸⁷. No mercado a compra da força de trabalho (D-Fr) se apresenta ao capitalista como custo, ao trabalhador como consumidor e ao teórico econômico como salário nominal.

Autonomizado na cognição, esse processo, e a manutenção de sua atualidade diante do *real* que se transforma pressupunham, ora, não a cognição média, mas ela na forma inteligente. A cognição na forma inteligente supera o culto das aparências e, só por isso pode conviver com o *real* em transformação. A análise dinâmica pela moeda não se reduz ao culto das aparências, pois em si é capital e seu movimento embora monetário, expressa as determinações dos ciclos periódicos da indústria moderna. Enquanto a classe burguesa se conscientizava da contenda com a queda da taxa geral de lucro expressa na superprodução de capitais, a

⁸⁶ Kosik trata desse processo como práxis utilitária.

⁸⁷ Manifesto antropófago de Oswald Andrade.

cognição desenvolvia a problemática em torno desse processo com o princípio da demanda efetiva.

O princípio da demanda efetiva⁸⁸ desenvolvido por Keynes, em relação a crise, compreende o caráter de desproporcionalidade *ex-post* do consumo em relação ao investimento, pela lei psicológica, a propensão a consumir, de forma que exista uma lacuna entre Z e D_1 , compreende ainda a problemática da realização da produção ao relacionar a decisão *ex-ante* com a função de demanda agregada e compreende por fim uma tese parcial de superprodução de capitais.

A demanda efetiva se caracteriza em Keynes como a determinação *ex-ante* do investimento, do emprego, do produto e da renda. A preocupação de Keynes estava inteiramente ligada à determinação do volume de emprego agregado relacionado ao volume de investimento e ao montante renda resultante desse volume de emprego determinado *ex-ante*. O processo de valorização independe do trabalho concreto, a qual Keynes se preocupa, mas é relevante para a determinação dinâmica dos agregados macroeconômicos como a inflação, câmbio, taxa de juros, poupança, renda nacional e consumo.

Há uma suposição de manutenção do salário nominal constante (no capítulo III) como entende o próprio Keynes, isso não altera a natureza do raciocínio, pois a problemática de uma economia capitalista é a insuficiência de demanda efetiva e não rigidez de salários nominais. Os itens (4), (5) e (8) do subitem II do capítulo III da *Teoria Geral* expressam o entendimento monetário da crise capitalista por considerar a desproporcionalidade entre o preço de oferta agregada da produção e o consumo agregado que seria então preenchido pelo investimento para a manutenção do nível atual da atividade econômica, que pode manter diferentes níveis de estabilidade dinâmica em relação ao pleno emprego.

Keynes ao realizar a síntese entre princípio da demanda efetiva e precificação de ativos se desvincula de concepção objetiva da crise, por considerar as relações de valorização através da moeda como padrão de valor, no capítulo XVII se

⁸⁸ Ao contrário de Paul Mattick faremos uma leitura materialista de Keynes separando sua *Teoria Geral* nos elementos constituintes e faremos uma síntese *a posteriori* para elucidar seu caráter. Mattick pressupõe a negação de Keynes pela própria racionalidade que Keynes expõe no capítulo 1, mas é a própria humanização – a manifestação do ser como matéria – personificada pela propriedade burguesa, a prática burguesa que se torna o *negativo* da *Teoria Geral*.

desenvolve a taxa monetária de juros e a taxa de juros específica de cada ativo e a convergência das taxas específicas em relação à taxa monetária marca o limite à expansão do investimento, independente da produtividade do trabalho.

As determinações do capital enquanto *capital-mercadoria* e sua síntese na moeda são arbitrariamente desconsideradas no processo de valorização tratado como processo de valorização de riqueza através dos bens considerados como ativos. A crise, expressão da incapacidade de contínua valorização capitalista encontra na forma keynesiana do princípio da demanda efetiva apenas suas transformações monetárias agregadas, de forma que a crise aparece como situação temporária na cognição e é em si realidade histórica. A crise periódica entra em crise no processo cognitivo por aparecer como fenômeno a-histórico, mas isso é apenas uma parte do processo. Belluzzo e Tavares em debate com Antônio Barros de Castro reiteram que o princípio da demanda efetiva desenvolvido por Keynes é uma tese que difere do subconsumo em função da determinação *ex-ante* do investimento e da determinação do montante de renda pelo montante de investimento. Há uma proximidade da recuperação que Belluzzo e Tavares fazem com a tese de superprodução de capitais, embora os autores não tenham utilizado explicitamente tal denominação, quando na *Teoria Geral*, Keynes observa no capítulo XI que a elevação do preço de oferta do setor de bens de capital faz diminuir sua eficiência marginal do capital, pela causalidade poderíamos concluir em termos de moeda como padrão de valor que há uma tese de superprodução de capitais, mas apenas parcialmente já que capítulo XVII se estabeleça uma *inconsistência lógica*⁸⁹. Considerando a instabilidade do investimento através das variações da eficiência marginal do capital que são potencializadas pela reserva de valor da moeda, se estabelece uma concepção dos ciclos econômicos através dos índices que se expressam em termos de moeda: as taxas de juros dos bens são quantificações da relação entre preço de mercado futuro e presente através da taxa interna de retorno esperada, o nível de preços como consequência do nível de demanda efetiva converge com a relação entre aumento do investimento agregado e elevação do preço de oferta.

⁸⁹ Ver a seção 'crítica do valor ao preço'.

A consciência desenvolvida como teoria econômica apresenta um elemento profundamente materialista ao se apropriar do real pela forma como se quantifica, pela materialização das relações sociais que se objetivam e se quantificam. Keynes diferentemente de Walras se apropria da valorização objetivada na moeda, que relaciona a valorização relativa dos diversos ativos de uma economia com a reserva de valor da moeda, o estado de expectativas, a função de liquidez e a eficiência marginal do capital, e então a concepção de ciclos periódicos se apresenta como ciclo econômico e a crítica de Keynes à ortodoxia é a superação necessária e a inviabilização real dessa em função dos *atributos monetários*; a curva de Phillips utilizada pelo BCB atualmente ao considerar o índice CRB de *commodities* (π^*) nos ilustra essa superação em função de uma estrutura teórica que considera apenas inflação de demanda utilizar da inflação de oferta para realizar a gestão da moeda, isso não esclarece o processo real.

$$(1)\pi_t^L = \sum_{i>0} \alpha_{1i} E_t \pi_{t+i} + \sum_{j>0} \alpha_{2j} \pi_{t-j} + \sum_{k \geq 0} \alpha_{3k} \pi_{t-k}^* + \sum_{l>0} \alpha_{4l} h_{t-l} + \sum_{m \geq 0} \sum_n \alpha_{5m}^n Z_{t-m}^{\pi,n} + \varepsilon_t,$$

A problemática da quantificação que permite superar o arcabouço teórico ortodoxo pode ser lida pela curva de Phillips do BCB a partir de elementos ortodoxos e heterodoxos, tendo no seu fundamento ao considerar elementos reais independente da estrutura teórica apriorística a realização da quantificação como objetivação das relações sociais que se materializam, é dizer, toda produção aparece quantificada em preços e a valorização quantifica os preços macroeconômicos.

Kalecki desenvolve o princípio da demanda efetiva de forma diferente de Keynes e estabelece o ajustamento macroeconômico com a dinâmica dos departamentos de produção e do equilíbrio orçamentário do estado. Sua tese compreende a desproporcionalidade entre os departamentos de produção, o investimento e o consumo dos capitalistas (o departamento I e II) que determinam o ajustamento conforme o grau de monopólio que determina *ex-ante* o montante de renda, o qual regula o nível de atividade do departamento III. Kalecki pressupõe que o lucro do departamento III é determinado pelo departamento I e II, o que

desconsidera a mais-valia realizada pelos próprios trabalhadores do departamento III. Sua tese compreende a problemática da realização ao estabelecer a relação do montante de renda com o grau de monopólio e a expansão do departamento III (bens de consumo dos trabalhadores). Como Keynes, Kalecki estabelece parâmetros quantificados para estabelecer as conexões com a dinâmica de uma economia capitalista, em seu capítulo X, da *Teoria da dinâmica econômica*, a partir da equação fundamental, do investimento em capital fixo desenvolve uma equação de regressão a partir dos dados estatísticos. Kalecki estabelece dos próprios dados reais a equação considerando variáveis determinantes como o investimento em capital fixo, o que difere do hiato do produto considerado na curva de *Phillips*.

Keynes e Kalecki estabelecem a quantificação como elemento de determinação da estruturação das suas teses, enquanto Keynes estabelece a moeda como padrão de valor na determinação *ex-ante*, Kalecki estabelece a dinâmica dos departamentos de produção. O pensamento heterodoxo, como exposto, se distanciou da análise das crises, como crises periódicas ao estabelecer a forma lucro *ex-post*, Keynes através da taxa interna de retorno esperado e da incerteza futura e Kalecki através dos fatores de distribuição que *ex-post* determinariam o nível de consumo como função do montante de renda agregada.

Em Marx a demanda efetiva aparece *ex-ante* no valor da mercadoria, é dizer, a taxa de mais-valia é calculada o que não impede de a produção não ser realizada, mas os momentos em que isso ocorre e o espaço determinada são estritamente diferentes, dependem da desproporcionalidade, da realização e do próprio ciclo periódico global e de suas determinações geopolíticas.

Os preços macroeconômicos estão relacionados com o máximo lucro *ex-ante* que Keynes expõe no capítulo III da Teoria Geral, mas para Keynes máximo lucro decorre do caráter expectacional e em Marx da sua cristalização no valor da mercadoria, por isso necessariamente os preços macroeconômicos do Keynes são autonomizações do processo real, como taxa de juros, taxa de câmbio e moeda. As determinações do futuro no presente embora se diluam na decisão de investimento são expressões da condição de classe burguesa e se realiza pela materialização no presente determinando o futuro, sob incerteza.

Desejo explicar que por conhecimento “incerto” não pretendo apenas distinguir o que é conhecido como certo, do que é apenas provável. Nesse sentido, o jogo de roleta não está sujeito à incerteza; nem sequer a possibilidade ganhar na loteria. Ou ainda a própria esperança de vida é apenas moderadamente incerta. Até as condições meteorológicas são apenas moderadamente incertas. O sentido em que estou usando o termo é aquele segundo o qual a perspectiva de uma guerra européia é incerta, o mesmo ocorrendo para o preço do cobre e a taxa de juros daqui a vinte anos, ou a obsolescência de uma nova invenção, ou a posição dos proprietários de riqueza no sistema social de 1970. Sobre estes problemas não existe nenhuma base científica para o cálculo probabilístico. Simplesmente, nada sabemos a respeito. (KEYNES, 1984, p 171).

Keynes utiliza o preço de oferta na forma agregada diferentemente de Marshall relacionando a expectativa com o preço de mercado – que aparece no capítulo XX como preço previsto - e não como Marx a mais-valia com o capital variável e com o capital total. Interessante notar como a desconsideração da relação dinâmica implicará uma problemática para Keynes e Kalecki, pois não poderão tratar profundamente das transformações dialéticas que essa relação sofre principalmente em relação à acumulação global desigual e combinada.

No capítulo III, Keynes expõe a função de oferta agregada e de demanda agregada de forma que o ponto de intersecção entre as duas é o ponto de máximo lucro expectacional do empresário capitalista. É necessário diferenciar máximo lucro expectacional da taxa de mais-valia unitária da mercadoria, pois se realiza o cálculo da taxa de mais-valia unitária da mercadoria, a partir dessa base que se determina a produção de capital e a superprodução de capitais. No livro III de *O capital*, no capítulo XV, *As contradições internas da lei*, Marx expõe dois elementos que caracterizam os limites da produção capitalista vamos expor o segundo elemento que trata do capitalista individual e expressa essa determinação *ex-ante*

A obtenção de trabalho não-pago, a relação entre esse trabalho não-pago e o trabalho materializado em geral, ou, em termos capitalistas, o lucro e a relação entre esse lucro e o capital aplicado, por conseguinte, certo nível de taxa de lucro, é o que determina a decisão de expandir ou restringir a produção, e não a relação entre produção e as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos socialmente desenvolvidos. (MARX, 2008, p. 338).

Essa exposição apenas relaciona o capitalista com a materialização da taxa de mais-valia no valor da mercadoria, é justamente a base das teorias do investimento embora essas considerem a taxa de lucro realizada⁹⁰, um parâmetro que é incapaz de explicitar o porquê se exporta capitais, o porquê de os estados

com moeda conversível exportarem capitais num nível superior às demais “moedas”. Em linhas gerais, a crise periódica expressa à convergência da taxa de mais-valia, expressa no aumento do *custo unitário do trabalho*⁹¹, que é um índice da queda das taxas de expansão da produtividade do trabalho que se relaciona com a reprodução material do proletariado.

Superprodução de capital significa apenas superprodução de meios de produção – meios de trabalho e de subsistência – que podem funcionar como capital, ou seja, que podem ser empregados para a exploração do trabalho em dado grau de exploração, e a queda desse grau de exploração abaixo de dado ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises, destruição de capital. Não há nenhuma contradição em ser essa superprodução de capital acompanhada por uma superprodução relativa mais ou menos grande. As mesmas circunstâncias que elevaram a força produtiva do trabalho aumentaram a massa dos produtos-mercadorias, ampliaram os mercados, aceleraram a acumulação de capital, tanto em massa quanto em valor, e reduziram a taxa de lucro, essas mesmas circunstâncias geraram uma superpopulação relativa e a geram continuamente, uma superpopulação de trabalhadores que não é empregada pelo capital excedente por causa do baixo grau de exploração do trabalho, único grau em que ela poderia ser empregada, ao menos por causa da baixa taxa de lucro que ela, com o grau dado de exploração, proporcionaria. (MARX, 1988, p.184).

A desconsideração do trabalho abstrato resulta então na desconsideração da diferença entre taxa de lucro, taxa de mais-valia, e taxa de acumulação e a elucidação do caráter agregado e global do investimento se dilui pelos mistérios da reprodução ampliada e do desenvolvimento do departamento I pelas burguesias. Antes era necessário reproduzir a realidade pelo pensamento e elucidar seus nexos elementares para elucidar suas transformações dialéticas, agora o trabalho a realizar é desconectar os elementos arbitrários expostos pela teoria econômica constituir os como reprodução pensada e esclarecer diante do real seu significado histórico.

A arbitrariedade que caracteriza a construção da teoria econômica se patenteia não pelas considerações apriorísticas do real, mas pelas próprias apreensões desse real dinâmico como faz o *Federal Reserve* no relatório *G17*, quando calcula o impacto do valor agregado nos preços, embora não elucidem a existência do trabalho abstrato o considera profundamente o que permite constituir uma consciência muito sólida sobre o que é a deflação. Arbitrariamente a conexão do real foi realizada pela cognição e, as crises periódicas se reduzem a existência de diferentes formas de interpretação do real, quando se trata de realizar a sua

⁹⁰ Desconsiderando a diferença entre taxa de lucro e taxa de mais-valia.

apreensão e reproduzir pelo pensamento. Em crise as crises periódicas não podem expressar sua dinâmica real e se reproduzem pelo pensamento como ciclo econômico, superprodução materializada na moeda, ajuste macroeconômico pelos departamentos de produção, insuficiência de demanda efetiva, *Boom* de inovações.

Criticamos a *Teoria Geral* e a *Teoria da dinâmica econômica* considerando suas importâncias na teoria econômica e suas peculiaridades profundas na compreensão da dinâmica capitalista e a colocamos sobre o crivo da história, de onde surgiu uma crítica profunda aos seus elementos. Partimos de um ponto controverso, a análise do marxismo, percorremos seu caminho em *O capital* e desvendamos a dinâmica da exploração na análise dos dados estatísticos utilizados pelo *Federal Reserve* e *Bureau of labor Statistics*⁹², embora esse a considere como valor que se agrega independente do que seja valor e do custo unitário do trabalho.

O valor se valorizando deixou seu véu *marxista* e percorre agora a consciência do gestor da moeda mundial, os críticos dessa apreensão não de realizar trabalho para perceber que a desconsideração *apriorística* da mais-valia é a apenas uma forma de a cognição atuar diante da práxis e, se assim escolherem esse caminho racional, o trabalho a ser realizado será árduo ao ter que evidenciar o porquê que a consideração do *Federal Reserve* sobre o valor que se agrega é a base sobre qual ele atua nas modificações das condições monetárias que ajudaram evitar uma crise geral em 2009 com a recuperação da expansão da produtividade do trabalho a partir de julho de 2009 e como a crise é apreendida pelo *Bureau of labor Statistics* a partir da dinâmica do custo unitário do trabalho. Percorrido o caminho apriorístico, os críticos apenas encontrarão as formas cognitivas que ainda os prendem e diante dessa consciência aparecerá uma infinita dúvida diante do conhecimento que tem como sua propriedade, por fim o tormento do materialismo tornará como nunca em suas condições racionais e verão que diante da práxis a análise econômica pressupõe a compreensão da cristalização da mais-valia, mas que essa pode ser apreendida e aparece como agregação de valor e custo unitário do trabalho, como nas análises do *Federal Reserve* e do *Bureau of labor Statistics* e se dilui no entendimento da acumulação de capital global. A gestão da moeda mundial só poderia se realizar se a dinâmica da economia capitalista

⁹¹ Calculado pelo *Bureau of labor Statistics*. É uma razão entre *hourly compensation* e *output per hour*.

⁹² Esse trabalho de analisar o ciclo período a partir da estatística do império é realizado pelo Professor José Martins no livro *Os limites do Irracional* e nos boletins semanais que publica.

fosse apreendida e, de fato o *Federal Reserve* realiza essa apreensão a partir do valor que se agrega. Os “críticos” agora se deparam com o profundo caráter materialista da estatística e a problemática em torno da dinâmica capitalista deixou de ser mera questão cognitiva para ser a base em que o império reconhece seu próprio movimento global, a burguesia americana se reconhece como classe histórica perante a deflação e o *Federal Reserve* pelos limites do *remédio puramente monetário* apresenta o estado como instituição histórica.

Consideramos nesse debate com Keynes e Kalecki, o caráter revolucionário das suas teses dentro da teoria econômica, o que nos permite concordar com a classificação desses como os grandes economistas do século XX; não poderia ser diferente nossa análise para com a heterodoxia por ter desenvolvido a demanda efetiva com a reserva de valor da moeda e reproduzido a “forma pura” do investimento e desenvolvido relações econométricas, a partir de dados reais sem pressupostos arbitrários. A heterodoxia ao se deparar com a deflação expõe o significado profundo do ciclo econômico como determinação apriorística.

5.8 O novo enunciado do princípio da demanda efetiva

No princípio era o verbo, o verbo se transmutou em consciência da ação. No princípio era a ação: “o resto nasce a partir daqui” (NIETZSCHE, 2002, p.74). O econômico surge na história como consciência determinada, como consciência de uma época, já que com a constituição do modo capitalista de produção se constitui a transformação do intelecto como possibilidade real e na prática se constitui a especialização do conhecimento, é dizer, a história deixa de ser na consciência, a história humana. Desenvolvendo-se, a forma preço, permitiu a constituição do princípio da demanda efetiva por Keynes e das transformações da acumulação pelo trabalho concreto se constituiu a demanda efetiva em Kalecki; a dificuldade reside em perceber as objetivações da história humana e não sua generalização na *práxis*.

Essa consciência em desenvolvimento ao se apropriar do nexos agregado dos capitais e da consciência prática do capitalista desenvolve o princípio da demanda efetiva como determinação *ex-ante* do investimento e, embora o investimento expresse a individualidade burguesa, a separação da taxa de lucro da taxa de mais-

valia permite fazer a leitura materialista desse processo. As formas fragmentadas que se apresentam no pensamento não podem ser diluídas em formas burguesas, pois expressam elementos reais, trata-se de decompor a consciência para elucidar seu caráter. A reserva de valor da moeda expressava antes da inconvertibilidade do dólar em ouro, a instabilidade intrínseca a essa função independente da convertibilidade, ao se realizar a inconvertibilidade, a reserva de valor e a manutenção da função de crédito da moeda permitem esclarecer a conexão dos preços com a produtividade do trabalho na economia norteamericana.

A oferta agregada relaciona produção de determinada mercadoria com o custo unitário da força de trabalho como expressão da produtividade do trabalho na mercadoria-capital. Para realizar a produção a mercadoria-capital se transmuta em capital-dinheiro pelo capital fictício separando a mais-valia presente da mais-valia futura de forma que os valores superam os preços de produção.

A expansão determinada pelo departamento I da economia norteamericana e das economias imperialistas indexadas ao dólar, expande o departamento II e o departamento III dessas economias produzindo desproporcionalidade nas economias dominadas em função da estrutura financeira, fiscal e cambial. O volume de emprego se expande a partir da expansão do departamento I sendo que o desenvolvimento das forças produtivas expresso pela expansão da produtividade do trabalho é a causa necessária do nível de emprego. O volume de emprego é determinado pelo nível de expansão da produtividade do trabalho, dado o nível de composição orgânica do capital expresso pela aplicação tecnológica da ciência.

A lei da queda progressiva da taxa de lucro ou da diminuição relativa do mais-trabalho apropriado em comparação com a massa de trabalho objetivado posta em movimento pelo trabalho vivo não exclui, de maneira alguma, que a massa absoluta de trabalho posto em movimento e explorado pelo capital social cresça, que, portanto, a massa absoluta de mais-trabalho por ele apropriado também cresça, tampouco que os capitais que se encontram sob o comando dos capitalistas individuais comandem uma massa crescente de trabalho, e portanto de mais-trabalho, este último mesmo se o número de trabalhadores comandados por eles não crescer. (MARX, 1988, p.157)

A demanda agregada determinada pelo nível de emprego se expande com a expansão dos departamentos de produção e, em função da realização ser feita pelo ciclo do capital fictício a demanda agregada é determinada pela oferta.

Enquanto princípio de demanda, a demanda efetiva relacionava diferentes expectativas de produção com expectativas de realização tendo na intersecção das funções de oferta e de demanda agregada a determinação do volume de emprego e do lucro máximo, *se isso fosse verdade* no atual ciclo periódico a taxa de desemprego na economia norteamericana que comanda a renovação do capital fixo global não estaria estabilizada durante 20 meses de expansão da produtividade do trabalho, *não sendo esta a verdadeira lei que relaciona* a oferta agregada com a realização *falta ainda escrever um capítulo* sobre a moeda.

A expansão da oferta determinada pelo departamento I e pela composição orgânica do capital é superior à expansão da demanda e a realização é determinada pela taxa de acumulação (renovação do capital fixo), a taxa de lucro realizada é determinada pelos preços de produção e o nível de emprego agregado depende da aplicação tecnológica da ciência.

O preço de produção inclui o lucro médio. Nós o denominamos preço de produção; na realidade, é o mesmo que Adam Smith chama de *natural price*, Ricardo de *price of production*, *cost of production* e os fisiocratas *prix nécessaire* – mas nenhum deles desenvolveu a diferença entre preço de produção e valor – porque a longo prazo ele é condição de oferta, da reprodução da mercadoria de cada esfera particular de produção. (MARX, 1988, p. 144).

Marshall expressa como preço de oferta individual, Keynes como preço de oferta agregado. Como podemos ver não só os preços de mercado gravitam em torno dos preços de produção, mas os teóricos da economia gravitam em torno deles justamente porque a existência do capital está colocada na sua reprodução.

Keynes apresentou o princípio da demanda efetiva, como determinação *ex-ante* sob condições de incerteza e, a demanda efetiva seria o ponto de intersecção da função de oferta agregada com a função de demanda agregada, o ponto de máximo lucro. A intervenção deveria ser realizada nas variáveis independentes, principalmente as três propensões, para manutenção dos níveis de investimento, o que caracteriza esse princípio como de demanda. Como o **[ponto]** de máximo lucro é um ponto de intersecção entre função de oferta agregada com a função de demanda agregada e, como realização depende do capital fictício, por separar a realização da compra efetiva, o princípio da demanda efetiva caracteriza-se como princípio de oferta.

Enquanto princípio de oferta, a demanda efetiva relaciona níveis de expansão do departamento I, com a expansão em meses do ciclo periódico diminuindo as taxas de expansão do emprego industrial em relação ao aumento da acumulação⁹³. A expansão do departamento I tem um vínculo com o departamento IV na medida em que regula o desenvolvimento tecnológico e mantém a estrutura geopolítica de acumulação do império. “Contra o padre não há razões” (NIETZSCHE, 2002, p.74).

⁹³ Ricardo faz essa consideração no capítulo XXXI de seu *princípios*.

5.9 Acumulação desigual e combinada

Esclarecer como a constituição do modo capitalista de produção e a acumulação global que engendra reproduzem as estruturas materiais de formações pré-capitalistas transformando-as qualitativamente e situar essa transformação na acumulação pré-capitalista engendrada pelo capital comercial e usurário descuidando das realidades específicas que se modificaram com a acumulação primitiva pode nos aproximar da consideração da universalidade como reprodução da essência real e nos afastar das realidades específicas como reprodução real da própria universalidade, como sua manifestação. Ao seguir a primeira chegaríamos nos limites do modo de produção capitalista pela libertação real que engendra e se seguirmos a segunda estabeleceríamos o nexos da acumulação global como processo material de classes. Seguiremos a síntese de forma a compreender o processo global pela forma estranhada da indústria moderna como capital fixo e compreendendo a libertação real como materialização na indústria moderna, de forma que o processo de síntese seja o ponto de partida da investigação, mas de forma nenhuma o ponto de partida efetivo da história e do seu esclarecimento na consciência.

É de Trotsky a propriedade do desenvolvimento desigual e combinado, como lei que procura evidenciar as especificidades históricas e também romper com a forma de apresentar a constituição do modo de produção capitalista pela dissolução dos modos antigos de produção através da acumulação pré-capitalista principalmente pelo capital comercial:

Las leyes de la historia no tienen nada de común con el esquematismo pedantesco. El desarrollo desigual, que es la ley más general del proceso histórico, no se nos revela, en parte alguna, con la evidencia y la complejidad con que la patentiza el destino de los países atrasados. Azotados por el látigo de las necesidades materiales, los países atrasados se ven obligados a avanzar a saltos. De esta ley universal del desarrollo desigual de la cultura se deriva otra que, a falta de nombre más adecuado, calificaremos de ley del *desarrollo combinado*, aludiendo a la aproximación de las distintas etapas del camino y a la confusión de distintas fases, a la amalgama de formas arcaicas y modernas. Sin acudir a esta ley, enfocada, naturalmente, en la integridad de su contenido material, sería imposible comprender la historia de Rusia ni la de ningún otro país de avance cultural rezagado, cualquiera que sea su grado. (TROTSKY, 2007, p. 27)

Trotsky não aprofunda a problemática do desenvolvimento do departamento I como desenvolvimento necessário da unidade da mais-valia relativa e absoluta em

termos globais. Há uma passagem no livro III de *O capital* que busca estabelecer essa relação de forma aproximada.

Como se resolveria novamente esse conflito e se reestabeleceriam as condições correspondentes ao movimento “sadio” da produção capitalista? A forma da resolução já está contida na mera formulação do conflito de cuja resolução se trata. Ela implica uma colocação em alqueive e até mesmo um aniquilamento parcial de capital, num montante de valor de todo o capital adicional ΔC ou então de parte dele. Embora, como já se verifica na apresentação desse conflito, a distribuição desse prejuízo não se estende, de modo algum, de maneira uniforme aos diferentes capitais particulares, mas se decide numa luta concorrencial em que, conforme as vantagens especiais ou de posições já conquistadas, o prejuízo se reparte de forma muito desigual e muito diferenciada, de modo que um capital é colocado em alqueive, outro é aniquilado, um terceiro apenas sofre prejuízo relativo ou desvalorização transitória. (MARX, 1988, p. 182).

No livro II de *O capital* Marx apresenta um equívoco em torno do desenvolvimento global do departamento I e exportação do capital fixo, ao estabelecer a transformação do capital-dinheiro em capital-produtivo:

É indiferente o caráter do processo de produção donde provêm; funcionam no mercado como mercadorias e como tais entram no ciclo do capital industrial e na circulação da mais-valia por ele trazida. É a universalidade da origem das mercadorias, a existência do mercado como mercado mundial, que distingue o processo de circulação do capital industrial. O que se diz das mercadorias estrangeiras aplica-se também ao dinheiro estrangeiro [...] As mercadorias Mp, após concluído o ato D-Mp, cessam de ser mercadorias e se tornam um dos modos de existência do capital industrial, sua forma funcional P, o capital produtivo. Assim, apaga-se a origem delas, e passam a ser apenas formas de existência do capital industrial, a ele se incorporando. (MARX, 2003, p. 124).

No *Discurso sobre o livre câmbio* de 1848 desenvolve a exploração e dominação entre as próprias burguesias

Nada de estranho há em os livre-cambistas serem incapazes de compreender como um país pode enriquecer à custa de outro, pois esses mesmos senhores tampouco querem compreender como no interior de um país uma classe pode enriquecer à custa de outra. (MARX, 1965, p. 213).

Lênin ao apresentar a tese de Hilferding sobre o capital financeiro a criticava pelo fato de o capital financeiro estar na fase monopolista nada mais preciso que considerar o ciclo autônomo do capital financeiro, como mecanismo econômico e mecanismo geopolítico. A história do capital financeiro no desenvolvimento do departamento I das economias dominadas é o elo que Lênin se distanciou, por isso o capital financeiro se apresenta unilateralmente:

Como em regra geral, o que é próprio do capitalismo é separar a propriedade do capital da sua utilização na produção; separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo; separar aquele que vive apenas dos rendimentos obtidos do capital-dinheiro, não só do industrial, como de

todos aqueles que participam diretamente na gestão dos capitais. O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é aquele estado supremo do capitalismo no qual esta separação atinge vastas proporções. A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente poderosos relativamente a todos os outros. (LÊNIN, 1974, p.77).

A exportação de capital então se apresenta vinculada ao excedente de capital engendrado pela queda da taxa geral de lucro, as exportações desse excedente como capital-dinheiro autonomizado⁹⁴ caracterizadas por Lênin não se vinculam com a exportação de capital fixo, embora apresente a existência do desenvolvimento desigual “o desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável no regime capitalista” (LÊNIN, 1974, p.81). Os *vínculos gerais do moderno imperialismo* se distanciam da sua realização em *O imperialismo*; os elementos geopolíticos do capital financeiro ressurgirão na função de crédito da moeda, sobre esse aspecto o dólar apresenta-se como moeda de um estado e moeda mundial.

Mandell ao estabelecer a exportação de capital fixo na dinâmica da acumulação global no século XX, permite aprofundar a problemática da acumulação desigual e combinada e ao fazê-la indaga sobre o debate do modo de produção capitalista no século XX; a forma preço e as considerações sobre o trabalho concreto não poderiam engendrar esse debate, a lacuna existente na conexão da produtividade do trabalho com os preços macroeconômicos só poderá ser superada conforme a exposição da história.

A história, desde a constituição da indústria moderna na Inglaterra até a inconversibilidade do dólar em ouro, mas principalmente até a segunda guerra mundial, se constituiu como uma luta incessante entre as burguesias para consolidar seu poder material em termos globais a partir do desenvolvimento do departamento I, produtor de capital fixo, em seu território⁹⁵. Essa luta incessante não subordina a luta entre burguesia e proletariado engendrada com a constituição da indústria moderna no século XIX, mas é antes de tudo o aspecto global de sua existência no Estado: o nazismo, o fascismo, o stalinismo, a época do estado novo são as

⁹⁴ Forma como Marx apresenta o capital financeiro.

⁹⁵ Kalecki utiliza a expressão territórios dependentes, enquanto Chico de Oliveira trata de um espaço determinado e Marini desenvolve o ciclo do capital numa economia dependente, todos consideram a existência do estado pelo fato de a burguesia ser nacional.

expressões mais grotescas do individualismo político engendrado no âmbito do Estado que encontrava globalmente diante de si, a sina de Abel e Caim. A moeda, os ciclos periódicos, a taxa de juros, a autonomização dos preços de produção, o câmbio, são manifestações íntimas desse processo material e político, a dificuldade reside em perceber como e por que determinadas relações históricas se cristalizam na matéria e, como essa se apresenta quantitativamente e objetivada, ainda que na essência seja qualitativa. Aqui se verifica a crítica a Hegel que o processo de síntese é apenas o ponto de partida da investigação, porque o concreto é a síntese de múltiplas determinações, unidade. A reprodução do real pelo pensamento é o único processo efetivo para explicitar a história, sua inversão e a crítica a todas as formas de determinação apriorística da cognição, diante do real como unidade entre ser e pensar, objetividade e subjetividade.

A própria expressão – desenvolvimento econômico -, se está contida dentro de um certo contexto, indica que se trata do desenvolvimento econômico de um espaço sócio-político determinado do sistema capitalista mais abrangente. Este é um ponto de referência fundamental, para a abordagem das relações entre a economia, a política e o Estado. Relações que se vão dar nos quadros, e, portanto, com os limites e as peculiaridades de uma relação de economia e política num sistema econômico de estruturação capitalista. No Brasil, nem o desenvolvimento econômico é novo, nem o Estado é novo, nem o capitalismo é novo. Para especificar, interessa, sobretudo, verificar em que medida, em certos estágios, em certos momentos de ruptura, os próprios termos dessa proposição se redefinem, variações e rupturas que, se não transbordam completamente os quadros referenciais básicos, no entanto chegam a redefini-los em termos bastante profundos e a estabelecer, portanto, formas que são radicalmente diferentes das situações anteriores. Quanto ao ponto de referência para o exame dessas novas relações, é possível centrá-lo na passagem da economia agrária para a economia industrial no Brasil, isto é, o comando da expansão do sistema capitalista que tem agora na industrialização o motor básico do aprofundamento da divisão social do trabalho. Este tema foi tratado, abundantemente, na literatura econômica brasileira e na literatura de história econômica, sobretudo; portanto, não é preciso recontar muito essa história. (OLIVEIRA, 1989, p. 114).

Não é portanto acidental a reiteração nos estudos sobre a América Latina da noção de “pré-capitalismo”. O que seria necessário dizer é que, ainda quando realmente se trate de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos da realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá nunca se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas consideradas avançadas. É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplamos tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional [...] é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano, o que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que se desembocaram neste resultado. (MARINI, 2000, p. 105).

Essas caracterizações são a forma como se apresentam historicamente, por isso não poderíamos jamais seguir a risca seus elementos apresentados, mas a partir da constatação reconstruir pelo pensamento o processo histórico que o fundamenta a partir do seu surgimento histórico no século XX; importante elucidar o porquê dessa tendência intelectual se apresentar substancialmente mais profunda nesses pensadores em comparação, p. ex., a Mandell e Kalecki, isso permitirá eliminar debates apriorísticos em comparação com o materialismo histórico.

Kalecki relaciona a equação geral dos lucros no estudo dos mercados externos com o ajustamento dos departamentos da produção, tendo no departamento I e II a criação do lucro e da renda nacional, demonstrando o nexos da balança comercial e do déficit governamental com o nível de lucro e renda. Estende esse raciocínio⁹⁶ ao imperialismo e ao departamento IV⁹⁷ e desconsidera a exportação de capital fixo e por fim a relação entre esses e o petróleo como lastro da moeda mundial. Interessante recorrer a crítica a Hegel e perceber a importância da elucidação de Chico de Oliveira no desenvolvimento do capital fixo, como unidade global entre mais-valia relativa e absoluta.

A realidade econômica como ciclo do capital com a primeira fase de circulação realizada no exterior engendrou nos intelectuais que se debruçaram sobre essa “realidade” a compreensão do desenvolvimento dessa síntese real que se apresenta no pensamento. Nem Mandell, nem Kalecki concluíram a importância do desenvolvimento do capital fixo, expresso pelo ciclo do capital, esse era o elo que faltava na caracterização do imperialismo.

As separarmos as economias em: economia imperialista norte-americana, economias imperialistas indexadas ao dólar e economias dominadas consideramos a unidade da mais-valia relativa e absoluta global que se expressa pelo desenvolvimento do departamento I nas economias imperialistas. O desenvolvimento do departamento I se expressa na exportação de capital fixo como forma de constituição da unidade, aí reside a importância de Oliveira, Marini e Theotônio diante das generalizações da acumulação global. A expansão por superprodução é característica da acumulação dos estados imperialistas, nas economias dominadas se desenvolve a superprodução relativa a partir da renovação

⁹⁶ Esse mecanismo apresentado pode ser expresso pela regra de Cramer da mesma forma que no modelo IS-LM-BP, desconsiderando o aspecto da produtividade do trabalho.

⁹⁷ Caracterizado no capítulo IV.

do capital fixo nas economias centrais, p. ex., o período de 1962-1967 e no Brasil que enfrentava uma expansão cíclica de 106 meses da economia norte-americana e também o II PND.

Como possibilidade real a reconstrução desse processo histórico é expressão da unidade entre materialização, objetivação, autonomização, reificação, alienação e estranhamento, a deflação como quantificação de um processo qualitativo, é dizer, a libertação real expressa na queda da taxa geral de lucro como acumulação desigual e combinada, tem sua existência na moeda como forma do capital, da valorização e, então a função de crédito da moeda se apresenta na economia norte-americana como existência necessária da moeda. Assim a síntese proposta se realiza.

A análise do ciclo periódico⁹⁸ nos impõe fazer uma separação da indústria em departamentos por cada um ter uma função determinada no ciclo do capital. O departamento I é o regulador da produtividade do trabalho por produzir capital fixo, enquanto o departamento II, a indústria de transformação referente ao consumo dos capitalistas e, dinamizada tanto pelo departamento I como pelo departamento III que compreende as indústrias de bens de consumo duráveis e bens de consumo não duráveis que caracterizam as mercadorias de reprodução do proletariado⁹⁹, o departamento IV caracteriza-se pela indústria de armamentos com capacidade de dinamizar o departamento II e III e o I que envolve também uma relação geopolítica. Utilizamos uma classificação¹⁰⁰ diversa da de Marx e de Kalecki por não separar a indústria de transformação em um departamento independente.

5.10 O ciclo do capital Fictício

O capital industrial, como capital produtor de mais-valia, constitui a totalidade das existenciais formais que os capitais assumem, sejam na forma dinheiro, na forma mercadoria, como moeda, como transmutação da mais-valia em juros, dividendos, etc. Os ciclos dessas formas embora sejam o capital industrial em si criam autonomia em seus movimentos, mas não independência, por isso que as crises periódicas resultam em quedas bruscas das bolsas de valores, etc. O ciclo

⁹⁸ Todos os dados referentes ao ciclo periódico da economia norte-americana são referentes ao *National Bureau de Economic Research*.

⁹⁹ Consideramos a classe improdutiva nessa exposição.

¹⁰⁰ A partir dessa seção utilizaremos essa classificação, quando não for o caso faremos referência.

industrial caracterizado pela produção de capital-mercadoria pode ter um número de rotações superior ao ciclo do capital comercial. Por que então o ciclo industrial se independentiza da própria realização da mercadoria pelo segundo ato da circulação M-D no mercado?

A riqueza ao ser representada no papel – título de crédito - permite antecipar determinada quantidade de riqueza para permitir a realização dessa separação entre os ciclos industriais e comerciais. O desenvolvimento do sistema bancário com a acumulação de capital-dinheiro permite então desenvolver e potencializar esse processo.

O capital comercial então para comprar determinada quantidade de mercadorias prescinde de todo o montante de capital e através do crédito bancário pode antecipar essa riqueza. A produção industrial pode então realizar a mais-valia de acordo com seu lucro médio, a partir da mais-valia futura objetivada no empréstimo bancário e, mesmo antes de o capital comercial realizar a venda das mercadorias. Antes o capital comercial comprava para vender, agora antecipa a riqueza sob a forma de empréstimo bancário para ter as mercadorias para então vender e depois realizar o pagamento, é como se vendesse para comprar.

Essa alteração do ciclo do capital comercial e seu nexos com o capital bancário modifica o ciclo industrial na medida em que ele pode realizar rotações superiores ao capital comercial e se expandir independentemente desse. Não é o capital comercial quem engendra essa modificação, mas o próprio capital bancário como fruto da reserva em dinheiro dos capitais individuais.

O capital emprestável de que dispõem os bancos aflui-lhes de múltiplos modos. Primeiro, concentra-se em suas mãos, por serem os cobradores dos capitalistas industriais, o capital monetário que todo produtor ou comerciante mantém como fundo de reserva ou que lhe aflui como pagamento. Esses fundos se transformam assim em capital monetário emprestável. Desse modo, o fundo de reserva do mundo do comércio, por concentrar-se num fundo comum, é limitado ao mínimo necessário, e parte do capital monetário, a qual de outro modo ficaria ociosa como fundo de reserva, é emprestada, funciona como capital portador de juros. Segundo, seu capital emprestável é constituído dos depósitos dos capitalistas monetários, que lhe cedem a tarefa de emprestá-los. Com o desenvolvimento do sistema bancário e nomeadamente tão logo os bancos paguem juros por depósitos, as poupanças de dinheiro e o dinheiro momentaneamente inativo de todas as classes são depositados neles. (MARX, 1988, p.287).

Essa riqueza como título de crédito se denomina capital fictício na medida em que representa e duplica determinado montante de capital - realizando a produção pela mais-valia futura. As compras podem ser compensadas entre si engendrando

uma cadeia de meios de pagamento, essa cadeia se indexa na estrutura de juros dos bancos comerciais indexados na taxa de curto prazo. Materializa-se uma procura fictícia na medida em que o crédito realiza a antecipação da riqueza futura.

O dinheiro como meio de pagamento, pressupõe a existência do credor e do devedor, a venda se realiza contra um título de crédito, sobre esta base que a produção global capitalista desenvolve o capital fictício como lastro do crédito. A função de meio de pagamento do dinheiro desenvolvida na circulação simples de mercadorias apresenta-se como forma funcional da moeda como capital fictício. A moeda se transformou no padrão de valor com a constituição do capital industrial, por isso o desenvolvimento do sistema bancário se relaciona estritamente com o desenvolvimento do departamento I, antes a moeda era uma função específica da forma dinheiro. Essas transformações das funções do dinheiro em forma funcional da moeda, ao se desenvolver o padrão de valor na moeda, expressam como a moeda se torna objetivação da valorização do capital diferentemente da forma capital-dinheiro. O dinheiro como forma funcional da moeda permite elucidar o nexos dos títulos de crédito embora seja apenas expressão da mediação essencial

O dinheiro funciona aqui, em geral, apenas como meio de pagamento, isto é, a mercadoria é vendida não contra dinheiro, mas contra uma promessa escrita de pagamento em determinado prazo. Para maior brevidade, podemos reunir todas essas promessas de pagamento na categoria geral de letras de câmbio. Até o dia de vencimento e pagamento, essas letras de câmbio circulam por sua vez como meio de pagamento; e elas constituem o dinheiro comercial propriamente dito. À medida que, por fim, elas se anulam mutuamente por compensação entre crédito e débito, funcionam absolutamente como dinheiro, pois então não ocorre uma transformação final em dinheiro. Assim como esses adiantamentos recíprocos dos produtores e comerciantes entre si constituem a base propriamente dita do crédito, seu instrumento de circulação, a letra de câmbio, forma a base do dinheiro de crédito propriamente dito, das notas de banco etc. Estes baseiam-se não na circulação monetária, seja de dinheiro metálico, seja de moeda-papel do Estado, mas na circulação de letras de câmbio. (MARX, 1988, p.285).

Esse capital fictício, título de crédito, tanto lastreiam o crédito, como são lastreados. Os bancos comerciais responsáveis pelos depósitos à vista expandem a base monetária emitindo obrigações sobre esses depósitos, de forma que os recursos se dividem em encaixe compulsório e encaixe de negócios, os primeiros regulados pelo estado e o segundo pela própria estratégia de negócio dos bancos comerciais. A expansão dos encaixes de negócios, dado constante o encaixe compulsório, só pode se realizar pela expansão do lastro desse encaixe:

Os empréstimos [...] realizam-se por meio do desconto de letras de câmbio – conversão delas em dinheiro antes de seu vencimento – e por meio de adiantamento de várias formas: adiantamentos diretos com base no crédito pessoal, adiantamentos pignoratícios sobre papéis portadores de juros, títulos públicos, ações de todas as espécies, e nomeadamente adiantamentos sobre conhecimentos de embarque, *dack warrants* e outros certificados de propriedade sobre mercadorias, saques acima dos depósitos, etc. (MARX, 1988, p.288).

Atualmente se desenvolveu o mercado de derivativos como lastro do crédito e os adiantamentos sobre mercadorias registram como o sistema bancário viabiliza a expansão das rotações do ciclo industrial. O Banco do Brasil possui duas linhas de financiamento para exportações: (i) que antecipa recursos em moeda nacional por conta de uma exportação futura, o chamado ACC e (ii) que antecipa recursos em moeda nacional, após o embarque das mercadorias para a exportação, o chamado ACE. Como a moeda brasileira, o real, é inconvertível no mercado mundial surgiu outra linha de financiamento com recursos do BNDES, a BNDES – Exim que financia tanto a exportação como a produção para a exportação antecipando a própria produção, não só a realização da produção.

Como forma de antecipação da produção o crédito situa um importante debate na teoria econômica. Esse debate se inicia com a determinação causal da poupança e do investimento, situando a lei de Say a poupança determinaria o investimento e o preço de demanda agregada se expandiria conforme o preço de oferta agregada constituindo inúmeros pontos de demanda efetiva, ou a lei de Say determinaria na dinâmica do investimento seu próprio “autofinanciamento” na medida em que que investimento e poupança se igual *ex-post*. Kalecki e Keynes por caminhos diversos demonstraram que o Investimento determinava a poupança e a taxa de juros não regulava a demanda e oferta de capital. Com o desenvolvimento do crédito esse debate precisa ser situado no âmbito da antecipação de riqueza para a produção, Schumpeter cumpre esse papel na teoria econômica a perceber o papel do crédito ad hoc no ciclo econômico.

A economia capitalista é a forma de organização econômica na qual os bens necessários à nova produção são retirados de seu lugar estabelecido no fluxo circular pela intervenção de poder de compra criado *ad hoc*, enquanto aquelas formas de economia em que isso acontece por meio de qualquer tipo de poder de comando ou por meio de um acordo de todos os interessados representam a produção não-capitalista. *O capital não é nada mais do que a alavanca com a qual o empresário subjuga ao seu controle os bens concretos de que necessita, nada mais do que um meio de desviar os fatores de produção para novos usos, ou de ditar uma nova direção para a produção.* Essa é a única função do capital e por ela se caracteriza inteiramente o lugar do capital no organismo econômico. (SCHUMPETER, 1997, p.118).

Esse capital fictício em operação ao modificar o ciclo industrial, precisa ser investigado pela própria *consciência* sobre o ciclo periódico e as crises que produz. A base material da separação da mais-valia futura e presente.

El *crédito* cumple diversas funciones en la economía capitalista, siendo las más importantes la expansión de la producción y la facilitación del intercambio. Cuando la tendencia inherente a la producción capitalista a expandirse ilimitadamente choca con los límites de la propiedad privada o con las restringidas dimensiones del capital privado, el crédito aparece como el medio de superar, de modo capitalista, esos obstáculos. El crédito fusiona en uno solo muchos capitales privados (sociedades por acciones) y permite que cualquier capitalista disponga del capital de otros (crédito industrial). Como crédito comercial, acelera el intercambio de mercancías, es decir, el retorno del capital a la producción, ayudando así a todo el ciclo del proceso productivo. Es fácil comprender la influencia que estas dos funciones principales del crédito tienen sobre la formación de las crisis. Si bien es verdad que las crisis surgen de la contradicción entre la capacidad de expansión —la tendencia al aumento de la producción— y la limitada capacidad de consumo, el crédito es precisamente, a la vista de lo dicho más arriba, el medio de conseguir que esa contradicción estalle con la mayor frecuencia posible. Para empezar, incrementa desproporcionadamente la capacidad de expansión, convirtiéndose así en el motor interno que constantemente empuja a la producción a rebasar los límites del mercado. Pero el crédito es un arma de dos filos: primero, como factor del proceso productivo, origina la sobreproducción, y después, como factor del intercambio de mercancías, destruye durante las crisis las fuerzas productivas que él mismo creó. A las primeras señales de estancamiento, el crédito se contrae y abandona el intercambio precisamente cuando a éste más indispensable le sería; y allí donde todavía subsiste, resulta inútil e ineficaz. Y reduce al mínimo la capacidad de consumo del mercado. (LUXEMBURGO, 2008, p.31).

Rosa expõe a separação sem a mediação da superprodução com os preços de produção e da contração da circulação das mercadorias com a manutenção da cadeia de meios de pagamentos como lastro do crédito bancário. O crédito ao acelerar a centralização do capital e, ao constituir uma base de produção mais desenvolvida engendra a superprodução na medida em que acelera a convergência dos preços de produção, esse fenômeno só pode ser medido na prática pelos registros estatísticos. Os elementos essenciais do crédito são enfatizados por Rosa como a separação entre realização e o segundo ato da circulação e, a centralização de capital, trata-se aqui de apreender os elementos reais e esclarecer sua conexão, mas do que encontrar lacunas da consciência. No período de expansão da produtividade, pela expansão do departamento I, a separação entre a mais-valia presente e futura apresenta-se pela expansão do crédito bancário, embora Hilferding considere que a desproporção estabeleça limites a circulação das mercadorias:

A mercadoria deve ser substituída por mercadoria, para que o dinheiro de crédito possa cumprir sua função de substituir o dinheiro líquido. Se o intercâmbio de mercadorias estanca, o dinheiro de crédito deve ser necessariamente substituído por dinheiro líquido. A duplicata não pode ser quitada no seu vencimento porque não foi vendida a mercadoria que ela representa. Se, apesar de tudo, ela deve ser paga, então só o será mediante crédito bancário, que ocupou agora o lugar do crédito de circulação. Para o industrial, contudo, é indiferente se o pagamento da letra de câmbio, pela qual vendeu sua mercadoria, ocorre pela via do crédito de circulação, por conseguinte, em última instância, pela substituição de sua mercadoria por outra, ou se pela via do crédito bancário e, portanto, sem que sua mercadoria seja definitivamente substituída por outra. (HILFERDING, 1985, p.254).

O ciclo industrial com o desenvolvimento do capital fictício registra a mediação essencial pelos títulos de crédito como forma de expandir a circulação das mercadorias e da realização, a moeda como capital fictício ao separar a mais-valia presente e futura estabelece a continuidade da circulação das mercadorias e do uso do crédito para expandir os preços.

A especulação tenta manter e, se possível, ainda aumentar a alta dos preços no mercado de mercadorias, assim como ocorre no mercado de papel de crédito. As mercadorias são retidas fora do mercado, o maior tempo possível, para fazerem subir os preços; é o tempo em que se formam os cartéis e *corners*, que procuram fazer subir os preços pela criação de uma escassez artificial de mercadorias. Para poder reter as mercadorias, é preciso novamente o uso do crédito, o que, por sua vez, tem como consequência a alta da taxa de juros. (HILFERDING, 1985, p.255).

Os limites de toda expansão está no nível de preço, talvez só esse fato unifique todas as leituras sobre a “economia”, pois o nível de preços expressa em última instância a taxa de lucro realizada. Nos preços se registra o ciclo periódico, a convergência dos preços de produção registra a superprodução de capitais, a despeito da desproporção dos departamentos e ramos da produção, de fato após a queda dos preços importa o elemento que descreve o real:

Começa a queda dos preços. Mas o nível do preço até agora era a base de todas as transações creditícias. Queda dos preços significa que também a letra de câmbio sacada por conta dessa mercadoria não pode ser paga pelo produto da venda da mercadoria. No mesmo momento que a oferta se restringe, surge a procura por meio de pagamento. Pois o crédito de circulação decresce rapidamente, já que a baixa dos preços desvaloriza as letras de câmbio e assim suas entradas [...] o crédito bancário não pode ser estendido, visto que a baixa dos preços põe em dúvida a garantia de solvência dos produtores [...] visto que o abalo do crédito faz com que todos disponham de dinheiro líquido o reservem para pagamentos próprios. Só há um caminho para se conseguir meios de pagamento: a transformação da mercadoria em dinheiro. (HILFERDING, 1985, p.257).

A última frase dessa passagem merecerá um destaque a frente. De fato com o abalo do crédito toda a cadeia de meio de pagamento se restringe, em função do seu próprio lastro. Esse processo se modifica no período de renovação do capital fixo, onde a produtividade do trabalho diminui o que custou dois capítulos a Hilferding; no XIX, apenas relaciona o capital monetário como fruto do capital industrial e do nexos do nível da taxa de juros com o lucro do capitalista, no XX o período de renovação do capital fixo é considerado: os limites da transmutação de uma crise de crédito em crise bancária são lucidamente tratados, enquanto faz-se necessário entender a possibilidade da crise de crédito produzir uma crise geral.

No período de superprodução de capitais e de renovação do capital fixo a queda da produção industrial, acompanha o movimento do departamento I, em função da cadeia de meios de pagamentos um colapso do crédito pode nesse período prolongar a queda da produtividade do trabalho e permitir que a crise parcial se transforme em crise geral. Minsky localiza, no período que vai de novembro de 1973 a março de 1975 (16 meses), como o movimento da taxa de juros pode aprofundar retração da produção industrial e do PIB, como nos preocupamos com o departamento I que regula a produtividade do trabalho, nos interessa evidenciar a conexão do departamento I com a produção industrial. Em novembro de 1973 o índice da produção industrial era de 127.2 ante um índice de *manufacturing durable*¹⁰¹ de 124.0 (ECONOMIC COMMITTEE, 1973), em setembro de 1974 o índice da produção industrial era de 125.6 e em outubro era de 124.9 enquanto o índice de *manufacturing durable* estava em 122.1 em setembro e em 121.6 em outubro (ECONOMIC COMMITTEE, 1974), a recuperação que se iniciara se interrompe com uma retração da produtividade do trabalho entre setembro e outubro de 1974 até o menor nível em março de 1975 com a produção industrial 110.1 e o índice de *manufacturing durable* em 103.5. (ECONOMIC COMMITTEE, 1975). A elevação da taxa de juros no período para conter a inflação fez nascer uma crise financeira no período mais crítico, o de renovação do capital fixo, por isso em função do dinheiro como meio de pagamento, como forma funcional da moeda, se cria uma institucionalidade, o banco central, para fazer a gestão da moeda; suas ações influenciam endogenamente o período de renovação do capital fixo, suas incompreensões do processo real podem gerar consequências como transformar

¹⁰¹ Capital fixo

uma crise parcial numa crise geral. Atento ao fato, Ben Bernanke criticará justamente a postura do FED na década de 1920 ao evitar salvar bancos e baixar as taxas de juros.

Na gestão da moeda mundial, o dólar, se desenvolve uma profunda consciência sobre o processo real, especificamente sobre a relação íntima entre a superprodução de capitais e a deflação. O *FED* para realizar a gestão do dólar necessariamente precisa apreender o movimento do dólar, aqui o registro contábil e as estatísticas podem nos elucidar o que determina o movimento do dólar. A expansão da produtividade do trabalho pode ser percebida pelos dados referentes a *durable manufacturing* e também pelo gráfico entre *durable* e *nondurable*. Os registros de ciclo pelo NBER permitem entender que o QE1 e QE2¹⁰² foram realizados em pleno período de renovação do capital fixo. Como padrão de valorização a moeda na função de capital fictício aparece no período de renovação do capital fixo como o elo da reprodução capitalista.

O ciclo do capital fictício e sua dinâmica no período de renovação do capital fixo permitem localizar o papel de curto prazo da política monetária na economia norte-americana, tendo o dólar como moeda mundial. A calibragem da política monetária com queda da taxa de juros de curto prazo permite ampliar o lastro dos bancos para manutenção da cadeia de meios de pagamentos enquanto o lastro real da circulação das mercadorias se contrai, o que impede que a superprodução engendre necessariamente uma crise de crédito bancário e comercial. Faz-se necessário encurtar o tempo de renovação do capital fixo como forma de expandir o nível de produtividade do trabalho e aumentar o nível de emprego. Nesse processo se verifica como a determinação do emprego é inversa, enquanto se dinamiza a renovação do capital fixo, os departamentos da produção realizam o papel da demanda, por isso que a taxa de desemprego não diminui rapidamente e ao contrário nem precisa diminuir conforme os 20 meses de estabilidade da taxa de desemprego de junho de 2009 a dezembro de 2010. A expansão da demanda efetiva depende da produtividade do trabalho e não do nível de emprego, tampouco aumenta o nível de emprego no início da expansão da produtividade do trabalho.

¹⁰² Política monetária realizada pelo *Federal Reserve* em 2009 e em 2010.

5.11 A política econômica como transição

O princípio da demanda efetiva expressa os limites da expansão da acumulação capitalista, o nível de utilização da capacidade instalada, etc. por isso os mais importantes economistas mesmo dele discordando perpassam por ele em suas análises talvez sem profunda consciência ou até mesmo sem o devido tratamento dessa problemática. A apreensão do processo de acumulação do capital pressupõe a compreensão das formas materiais desenvolvidas na história, no aspecto qualitativo, e da produtividade do trabalho no seu aspecto quantitativo, geralmente é essa diferença que existe entre os economistas. A demanda efetiva formulada por Keynes marca a essência de sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, portanto faz-se necessário investigar quais são esses limites da produção capitalista que ele expressa para esclarecermos o significado conjuntural, estrutural e histórico da política econômica. O debate sobre a demanda efetiva é marcado fortemente pelo debate¹⁰³ de Ricardo e Malthus conforme exposto em suas linhas gerais por Keynes, no capítulo III de sua *Teoria*, e seu desenvolvimento por Kalecki. Em Marx no capítulo XV *Desdobramentos das contradições internas da lei* do Livro III d'O *capital*¹⁰⁴ a barreira à expansão da produção capitalista aparece em três elementos sendo o segundo este:

No fato de que a apropriação de trabalho não-pago, e a proporção desse trabalho não-pago com o trabalho objetivado em geral, ou, expresso de forma capitalista, que o lucro e a proporção desse lucro para o capital aplicado, portanto certo nível da taxa de lucro, decide sobre a ampliação ou limitação da produção, em vez de fazê-lo a relação entre produção e as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos socialmente desenvolvidos. Por isso surgem barreiras para ela num grau de ampliação da produção que, ao contrário, sob o outro pressuposto, apareceria como sumamente ineficiente. Ela para não onde a satisfação das necessidades a obriga, mas onde determina a produção e a realização do lucro. (MARX, 1988, p.185)

¹⁰³ Importante ressaltar que se faz necessário situar as linhas gerais do surgimento do princípio da demanda efetiva a despeito de uma precisão sobre o momento exato da história em que surgiu ou do primeiro pensador que começou a elucidá-lo.

¹⁰⁴ Keynes faz referência a Marx no capítulo III, *O princípio da demanda efetiva*, em sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* lembrando que esse princípio sobreviveu nos subterrâneos das obras de Karl Marx, Silvio Gesell e Major Douglas. Interessante que tanto Marx quanto Keynes criticam Ricardo, um pelo fato de não desvendar a separação da mais-valia da sua forma lucro e o outro por não expor a insuficiência da demanda efetiva como um princípio determinante, ou o capítulo que faltava escrever na teoria econômica.

Existem três formas características da crise: crise de realização, de desproporção e da queda geral da taxa de lucro o que marca os ciclos periódicos é a terceira crise descrita, de forma que se faz necessário ressaltar em função do contexto em que essa passagem está inserida. Os limites do ciclo periódico, que se quantifica em meses de expansão, se expressam na queda dos preços de produção, que se cristalizam¹⁰⁵ nos preços de mercado como tendência. Assim, a política econômica, principalmente a monetária, atua sobre esse movimento característico do desenvolvimento da indústria moderna, se subordinando a transformação material da estrutura produtiva, a despeito da moeda interferir no tempo econômico. Ao atuar pela realização de política econômica, o estado se depara na prática com o tempo econômico materializado na função de reserva de valor da moeda, de forma que a manutenção do investimento pode ser interferida pela autoridade monetária, com expansão monetária, diminuição do nível de encaixe compulsório, política de manutenção do sistema bancário, sendo que essa intervenção feita pela expansão quantitativa da moeda que é um processo qualitativo que só pode se efetivar, se a expansão da produtividade do trabalho através da renovação do capital fixo for realizada, é dizer, a autoridade monetária ao afetar o tempo econômico só pode manter o nível de investimento se o processo de acumulação de capital manter sua reprodução, mas sua reprodução depende da expansão do departamento I, que é influenciado diretamente pela estrutura do estado e pela estrutura geopolítica de acumulação.

A expansão quantitativa da moeda inclusive acelera através do crédito o desenvolvimento das forças produtivas e, embora o processo se apresente como instabilidade macroeconômica que não necessariamente leve a uma crise geral, o aspecto monetário não esclarece a transformação do nível tecnológico da indústria e da modificação estrutural do nível de emprego, a exemplo do atual ciclo periódico.

A estabilização macroeconômica, em termos de Keynes, ao se distanciar da acumulação de capital necessariamente se ajusta *ex-ante* (*quasi-boom!*) obscurecendo os preços de produção na dinâmica da acumulação. A dinâmica dos preços de produção e as inter-relações que derivam fazem da estabilização macroeconômica necessariamente *ex-post*, pois os atributos monetários não se tornam independentes da objetividade como forma de evitar a superprodução de

¹⁰⁵ Por se objetivarem nos preços de mercado podem ser calculados como índice de preços. No âmbito internacional isso é expresso no *Producer Price Index*.

capitais. A dinâmica dos preços de produção permitirá um ajuste *ex-ante* até que os efeitos da “*ilusão monetária do investimento*”¹⁰⁶ cessem, apenas para quem considera a realidade da acumulação de capital pela forma que a função de reserva de valor da moeda engendra. Necessariamente não é *ex-ante* que a estabilização ocorre, o próprio ajuste *Ex-ante*, está condicionado pela finitude da “*ilusão monetária do investimento*”, *Ex-post* ao período de renovação do capital fixo haverá possibilidade de estabilização e início de um novo ciclo periódico entendido através da moeda como ciclo econômico.

É isto que, de fato, torna a depressão tão intratável. Posteriormente, um declínio de taxa de juros será de grande auxílio para a recuperação e, provavelmente, uma condição necessária da mesma, mas, de momento, o colapso da eficiência marginal do capital pode ser tão completo que nenhuma redução possível de taxa de juros baste para o contrabalançar. Se a redução da taxa de juros constituísse por si mesma um remédio efetivo, a recuperação poderia ser conseguida num lapso de tempo relativamente curto, e por meios mais ou menos diretamente sob controle da autoridade monetária. Isso, porém, não costuma acontecer, não sendo fácil reanimar a eficiência marginal do capital, tal como a determina a psicologia caprichosa e indisciplinada do mundo dos negócios. É a volta da confiança, para empregar a linguagem comum, que se afigura tão difícil de controlar numa economia de capitalismo individualista. Este é o aspecto da depressão que os banqueiros e os homens de negócios insistem, com razão, em enfatizar, e ao qual os economistas crentes na eficácia de um remédio “puramente monetário” não dispensaram a atenção que merece. (KEYNES, 1985, p.219).

A moeda ao expressar a realidade social e histórica permite elucidar a problemática real pelos elementos fragmentados que se reproduzem no ciclo econômico, por isso Keynes percebe a insuficiência do remédio puramente monetário ao mesmo tempo em que relaciona os limites da recuperação da eficiência marginal do capital em relação a queda da taxa de juros sem considerar a produtividade do trabalho, aqui as dificuldades de quantificação da eficiência marginal do capital como taxa interna de retorno esperada se apresentam.

Isto me faz alcançar o ponto a que quero chegar. A explicação do *elemento tempo* no ciclo econômico, o fato de que em geral tem de decorrer um lapso determinado de tempo antes que se inicie a recuperação, deve ser procurada nas influências que governam a recuperação da eficiência marginal do capital. Há razões dadas, primeiro, pela extensão da vida útil dos bens duráveis em relação ao ritmo normal de crescimento em certa época e, segundo, pelas despesas correntes de conservação dos estoques excedentes, que explicam por que a duração do movimento descendente deve ter uma magnitude que não é fortuita, que não flutua entre, digamos, um ano agora, e dez anos a próxima vez, mas antes evidencia determinada regularidade situada entre, digamos, três e cinco anos. (KEYNES, 1985, p.219).

¹⁰⁶ Essa expressão faz referência ao item III do capítulo XVII da *Teoria Geral* e está entre aspas pelo período de renovação do capital fixo.

Ao atuar sobre as flutuações econômicas, a forma em que a realidade se apresenta pela reserva de valor da moeda, na verdade atua sobre a existência da transição do modo de produção capitalista; Kalecki e Schumpeter podem ser considerados aqui na mesma *categoria* por considerar o aspecto qualitativo da transformação material pelo *grau de monopólio* e pela *destruição criadora*, conscientes do limite histórico do modo de produção capitalista, apesar de se distanciarem do desenvolvimento das forças produtivas como materialização do ser.

A política econômica não atua para a manutenção do quasi-boom!, mas sua existência expressa a queda geral da taxa de lucro, a reprodução ampliadas no território dos estados imperialistas, sua estrutura geopolítica e, a própria transição. Cada ciclo periódico da indústria moderna tem por base uma objetivação cada vez mais ampla pela qual o trabalho vivo se defronta em quantidade cada vez menor, insignificante, é que na base da exploração se ergueu a produção baseada na ciência onde cada vez mais, o cérebro exteriorizado como computação se materializa nas plantas industriais na programação de máquinas, a exemplo da indústria automobilística; é essa *aplicação tecnológica da ciência*¹⁰⁷ que imprime o movimento embora na produção propriamente dita exista lá o proletário cada vez mais isolado da realidade científica que produz, no âmbito da produção.

Ao engendrar a transformação qualitativa do capital fixo pela ciência a partir da produção capitalista (classes), e ao engendrar a transformação do intelecto humano, a práxis expressa que essa transformação é transformação de si da espécie humana e que a forma fixa do capital é a forma em que a indústria moderna se apresenta na sociedade capitalista, mas não é sua forma definitiva, se ilustra, então, a crítica de Marx a Hegel de que o ser se manifesta na história como matéria, de fato como indústria moderna.

5.12 Debate sobre a taxa de juros

No capítulo XVII da Teoria Geral, Keynes apresenta o debate da taxa natural de juros a partir do seu *Treatise on Money* e da obra de Wicksell, desconsiderando a proposição referente à taxa natural de juros “eu não compreendera então que, em

¹⁰⁷ Expressão utilizada por Marx para caracterizar o ser social como matéria.

certas circunstâncias, o sistema pode estar em equilíbrio abaixo do pleno emprego”. (KEYNES, 1985, p. 168). Esse era o debate no século XX, o século XIX debateu a taxa natural de juros e basicamente os elementos que aparecem no debate do século XX já estavam todos colocados no século XIX, exceto a preferência pela liquidez como desenvolvida por Keynes. Ricardo expõe: “A taxa de juro, embora determinada, em última instância e em forma permanente, pela taxa de lucro, está sujeita a flutuações temporárias devido a outras causas” (RICARDO, 1982, p. 201).

Marx observava que “não existe nenhuma taxa natural de juros no sentido que os economistas falam de uma taxa natural de lucro ou de uma taxa natural de salário” (MARX, 1988, p.258). A forma autonomizada em que a taxa de juros se apresenta e suas variações em torno de uma média produzem esse raciocínio circular, pois estabelece a conexão da variação consigo mesma, para estabelecer seus limites.

A coincidência da procura e oferta – supondo-se como dada a taxa média de lucro – não significa aqui absolutamente nada. Onde quer que se recorra a esta fórmula (o que então é correto na prática), ela serve como fórmula para encontrar a regra fundamental (os limites reguladores ou as grandezas delimitantes), que independe da concorrência e que antes a determina; ela serve nomeadamente como fórmula àqueles que estão preses à prática da concorrência, a seus fenômenos e às representações que se desenvolvem a partir daquelas, para chegarem a uma representação, ainda que também superficial, de uma conexão interna das relações econômicas, que se apresenta dentro da concorrência. É um método para chegar, partindo das variações que acompanham a concorrência, aos limites dessas variações. Esse não é o caso da taxa média de juros. Não há razão alguma para que as condições médias de concorrência, o equilíbrio entre prestamista e mutuário, dêem ao prestamista uma taxa de juros de 3, 4, 5% etc. sobre seu capital, ou determinada participação percentual de 20 ou 50% no lucro bruto. Nos casos em que a concorrência como tal decide, a determinação em si e para si é casual, unicamente empírica, e somente a pedantaria ou a fantasia podem querer fazer desta casualidade algo necessário. Nada mais divertido, nos relatórios parlamentares de 1857 e 1858 sobre a legislação bancária e a crise comercial, do que ouvir os diretores do Banco da Inglaterra, os banqueiros londrinos, os banqueiros provincianos e os teóricos profissionais tagarelar sobre a *real rate produced*¹⁰⁸, sem conseguirem ir além de lugares-comuns, como, por exemplo, o de que “o preço pago por capital emprestável deveria variar com a oferta desse capital”, que “alta taxa de juros e baixa taxa de lucro não podem coexistir permanentemente”, e outras banalidades desse gênero. (MARX, 1988, p. 258).

Keynes observará os limites da teoria clássica da taxa de juros, por considerar a reserva de valor como elo entre o presente e o futuro e, por a teoria clássica desconsiderar como seria conservado o comando sobre o consumo futuro:

¹⁰⁸ Traduzido na obra como: taxa realmente produzida.

se na forma líquida ou por uma dívida, em função das incertezas quanto ao futuro da taxa de juros.

É bastante claro, entretanto, que essa tradição considerou a taxa de juros o fator que equilibra a demanda de investimentos com a oferta para a poupança. O investimento representa a demanda por recursos para investir, a poupança representa a oferta, e a taxa de juros é o “preço” dos recursos investíveis que torna essas duas quantidades iguais. Da mesma forma que o preço de uma mercadoria é fixado, necessariamente, ao nível em que sua procura seja igual à oferta, a taxa de juros se regula, necessariamente, sob a ação das forças do mercado, no ponto em que o montante de investimento a essa taxa seja igual ao montante de poupança à mesma taxa. (KEYNES, 1985, p.127).

O preço pela oferta de capital é o elemento que se repete no debate do século XX, e justamente esse elemento que é criticado no seu fundamento: por Keynes através da reserva de valor da moeda e, por Marx através da conexão com a taxa geral de lucro.

A taxa de juros se relaciona com a taxa de lucro da mesma maneira que o preço de mercado da mercadoria com seu valor. Na medida em que a taxa de juros é determinada pela taxa de lucro, ela o é sempre pela taxa geral de lucro, e não pelas taxas específicas de lucro que possam imperar em ramos industriais particulares, e menos ainda pelo lucro extraordinário que o capitalista individual possa obter numa esfera particular de negócios. A taxa geral de lucro reaparece, portanto, realmente como fato dado, na taxa de juros, embora esta última não seja uma expressão pura ou fiel da primeira. (MARX, 1988, p. 259).

Assim, a valorização do capital apresenta-se autonomizada na taxa de juros e, a função de crédito da moeda apresenta seu fundamento e sua conexão. Enquanto Keynes apresenta a conexão com a reserva de valor da moeda, Marx apresenta o fundamento da função de crédito da moeda, em nenhum momento considerado por Keynes: o fim de Bretton Woods é um ponto de inflexão no fundamento da moeda.

Keynes foi preciso ao estabelecer a preferência pela liquidez relacionada à política da autoridade monetária na determinação da taxa de juros, ao considerar a reserva de valor. Marx sem considerar a preferência pela liquidez apresenta uma determinação direta na taxa de juros a partir da demanda por moeda: “Mas, qualquer que fosse a causa, era a procura de capital *monetário* que fazia subir a taxa de juros, o valor do capital monetário” (MARX, 1988, p. 303). A operação *Twist* do *Federal Reserve* de setembro de 2011 demonstra como a determinação é indireta, dependendo do rendimento esperado dos títulos, que dificulta a queda da taxa de juros de longo prazo. Isso era uma possibilidade teórica que se demonstrou prática

“Mas, conquanto este caso extremo possa vir a ter importância prática no futuro, não conheço ainda nenhum exemplo do mesmo” (KEYNES, 1985, p. 146).

A demanda por moeda como *procura de capital monetário* estabelece uma relação qualitativa entre o capital financeiro autônomo e ao mesmo tempo parte do capital industrial e o próprio capital industrial como totalidade.

No que tange à taxa de mercado sempre flutuante de juros, ela em cada momento é dada como grandeza fixa, com o preço de mercado das mercadorias, porque no mercado monetário todo o capital emprestável como massa global se confronta constantemente com o capital funcionante, de modo que a relação entre a oferta de capital emprestável, de um lado, e a procura por ele, de outro, decide o nível de mercado do juro em cada momento. Esse é tanto mais o caso quanto mais o desenvolvimento e a concentração consequente do sistema de crédito derem ao capital emprestável caráter social geral e o lançarem no mercado monetário de uma vez, ao mesmo tempo. (MARX, 1988, p. 260).

Não é o “preço” que está determinando o nível da taxa de juros de mercado (taxa spot) e, sim o nível de valorização do ciclo periódico. Enquanto para Keynes a valorização apresenta-se na demanda por moeda e pela valorização relativa de um portfólio de ativos, para Kalecki a valorização está relacionada com o volume total de negócios, ou o valor das transações, T , expresso na equação $T/M = V(p)$. Para Keynes a taxa de juros “é o “preço” mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível” (KEYNES, 1985, p.122). O juro como forma autonomizada é caracterizado por Keynes e Kalecki como renúncia da liquidez o que explica diretamente as variações da taxa de juros tanto pela demanda por moeda como pelo valor das transações, de forma que a conexão da acumulação mundial desigual e combinada, caracterizada no departamento I, que se apresenta na função de crédito da moeda é eliminada da análise.

No debate do século XIX a crítica feita à determinação da taxa de juros como preço que iguala poupança e investimento é retomado no debate do século XX, e também o elemento da valorização da “riqueza”, é verdade que no século XX as considerações sobre a preferência pela liquidez, em relação a quantidade de moeda, controlada pela autoridade monetária permitiu relacionar os níveis da taxa de juros com a reserva de valor da moeda, dado um portfólio de ativos e sua valorização relativa, ao mesmo tempo a conexão com a produtividade do trabalho determinada pelo departamento I evidencia os limites do debate no século XX. Se os limites do debate no século XIX relacionados a liquidez permitiriam aprofundar o debate no

século XX, os limites teóricos da consideração da produtividade do trabalho não podem proporcionar a apreensão do dólar inconversível ao ouro, na função de crédito da moeda, recorrer ao debate do século XIX é fundamental para estabelecer o debate no século XXI.

A constatação sobre a desconsideração da reserva de valor da moeda, por Marx, na instabilidade dinâmica pode ser registrada pelo capítulo XVI, do livro III de *O capital*. Nesse capítulo Marx expõe o cálculo da taxa de juros de uma mercadoria, no caso o algodão, calculada por Sr. Norman e, faz considerações sobre se existiria juro mesmo se não houvesse dinheiro, já que a mercadoria por ser uma forma de valorização do capital comercial, ou seja, capital apresenta-se quantitativamente por um taxa ao relacionar preços em períodos diferentes, é dizer, na valorização do capital comercial a autonomização da taxa de juros se constitui na mercadoria como capital. Registramos anteriormente como Walras desconsiderou a gênese do dinheiro, e desenvolvemos a consciência a partir da forma preço até o desenvolvimento da demanda efetiva, por Keynes, de forma que exposto todos os elementos podemos retornar.

No capítulo XVII da *Teoria Geral*, Keynes faz o cálculo do Sr. Norman para estabelecer tanto a taxa monetária de juros, como a taxa de juros específica de cada mercadoria, é verdade que Sr. Norman não calculou a taxa monetária de juros, que só poderia ser realizada a partir da reserva de valor da moeda, conforme o próprio Keynes. Walras desconsiderou a gênese do dinheiro em relação a forma preço, enquanto Keynes desconsiderou a compra da força de trabalho como valorização e apreendendo “os bens” como capital, ou seja, sua forma reificada, estabeleceu as funções da moeda e, não a conexão essencial da moeda com a valorização real da acumulação desigual e combinada. Sem estabelecer a conexão da valorização com a existência da função de crédito da moeda, sua obra não poderia apresentar uma Teoria Geral da moeda.

5.13 Lei geral da teoria econômica

A teoria econômica surge em determinada época histórica e a despeito de suas pretensões em situar inúmeras escolas do pensamento como possibilidade diversa diante dessa época histórica, a própria época imprime-lhe uma lei inexorável que se torna interior.

A teoria econômica reproduz o real pelo pensamento, com toda sua consciência materialista, não percebe nesse processo a apreensão do real como fragmento e continua sua odisséia determinando arbitrariamente na cognição a conexão dos elementos reais; a abstração aparece como característica humana imutável. Sua origem em determinado período lhe imprime *a posteriori* uma transformação: Se antes reproduzia o real fragmentado pelo pensamento, e o relacionava arbitrariamente na cognição, agora exterioriza essa relação arbitrária, como forma de racionalizar o real. Da existência humana como apreensão do real se transmuta na consideração de uma determinação apriorística como necessidade orgânica de existir diante da universalidade humana como acumulação mundial em transformação e constituição da libertação.

A transmutação realizada imprime uma transformação na própria teoria econômica. Embora essa transmutação imprima a teoria econômica uma condição de determinação apriorística como forma de racionalizar o real essa não realiza a condição de existência e a teoria econômica necessita então se situar no movimento histórico considerando os elementos reais que brotam dos ciclos periódicos da indústria moderna, ser ter consciência dela.

Como fruto da época burguesa a teoria econômica necessariamente reproduziria essa época de forma acabada, pensa assim aqueles que atribuem a abstração como característica humana eterna, ao se transformar materialmente a época burguesa imprime uma necessária transformação interna na teoria econômica que para existir precisa situar os elementos reais que brotam da indústria moderna, independe da conexão que estabelece e, então essa transformação real imprime-lhe sua transformação em saber especializado. A teoria econômica que realizava a abstração existe apenas na reprodução dos elementos reais pelo pensamento embora reproduza os fragmentos do real, a exemplo do capítulo XVII da *Teoria*

Geral. As transformações reais imprimem na institucionalidade que realiza a gestão do dólar¹⁰⁹ uma transformação peculiar: a teoria econômica necessariamente se desenvolve como ciência econômica por considerar na gestão a própria acumulação mundial. Interessante como a ciência econômica não é desenvolvida por seus economistas que se distanciando da diferença entre taxa de mais-valia e taxa de lucro, não podem elucidar o processo de valorização, os bancos centrais que realizam a gestão da moeda, de fato se aproximam do processo de valorização quando estabelecem a conexão da produção industrial com a calibragem da política monetária e do encaixe compulsório dos bancos comerciais.

A consciência sobre o processo histórico permite perceber sua expressão nesse movimento e situar a teoria econômica como ciência econômica e saber especializado na transição, daí o desenvolvimento das teorias que buscam fazer a gestão da crise como o capítulo XXII da *Teoria Geral*, daí o desenvolvimento contínuo da consciência sobre a crise geral na institucionalidade do *Federal Reserve*, do *Bureau of labor statistics* e do Banco Central do Brasil, enquanto a deflação impera como expressão mais acabada da produtividade do trabalho.

Toda essa transformação é engendrada pelos ciclos periódicos da indústria moderna ao desenvolver a ciência e aplica-la tecnologicamente na produção de capital-mercadoria. A negação do trabalho vivo diante de um organismo de máquinas conectadas apresenta-se como transformação da teoria econômica em saber especializado ao mesmo tempo em que na gestão da moeda se transforma em ciência econômica. Se a teoria econômica apresentava-se como estrutura ideológica da sociedade capitalista o desenvolvimento da indústria moderna como ser materializado engendra sua transformação endógena e apresenta o limite histórico do capital e sua transitoriedade na apreensão dos elementos reais e da sua quantificação pelos bancos centrais, o exemplo peculiar é o *Federal Reserve*.

A teoria econômica encontra sua racionalidade na conexão das variáveis econômicas, como: formação bruta de capital fixo, taxa de câmbio, inflação, taxa de investimento, PIB, volatilidade cambial. Não esclarece que os preços macroeconômicos são formas reificadas da realidade social e seus atores economistas reproduzem-nas no seu próprio intelecto como determinação apriorística, é fato que pelo caráter estritamente dinâmico da economia capitalista a

¹⁰⁹ Considerando a dinâmica do dólar após o fim de Bretton Woods.

teoria econômica apreende o real ainda na sua forma fragmentada, o suficiente para situar a existência dialética do real. Diante da determinação apriorística a existência de um pretense método¹¹⁰ para racionalizar o mundo faz-se necessária. Interessante como a arbitrariedade¹¹¹ utilizada pela teoria econômica na organização das reificações era considerada por Hegel como *figuras da consciência*, mas em “hipótese” alguma era a determinação das conexões do real.

Dois exemplos garantem a existência da nossa tese: Ao estabelecer à crítica a ortodoxia no capítulo I, da *Teoria Geral*, Keynes desenvolve seus *argumentos e conclusões com os da teoria clássica* expondo uma estrutura determinada e categorias indeterminadas como a eficiência marginal do capital, as dificuldades diante da reprodução do real pelo pensamento a partir dos elementos reais fragmentados, produziram uma contradição entre a estrutura intuitiva e matemática na *Teoria Geral*. Kalecki foi quem primeiro percebeu essa contradição em seu artigo *Algumas observações sobre a teoria de Keynes* e, é nosso segundo exemplo.

Kalecki considera que a conexão agregada dos elementos macroeconômicos foi resolvida por Keynes, evidente que o desenvolvimento do grau de monopólio por Kalecki faz esse debate se aprofundar, embora isso Kalecki afirme que Keynes não “explicou com clareza o que causa alterações no investimento”. Percebemos que a contradição entre a estrutura matemática e intuitiva da *Teoria Geral* permite o aprofundamento dessa constatação de Kalecki, pelo fato das duas tendências da eficiência marginal do capital só poderem ser determinadas *ex-post*, dado que *ex-ante* não é possível estabelecer o impacto quantitativo da elevação do preço de oferta e da queda da renda futura esperada.

O principal elemento a elucidar é justamente a concordância de Kalecki que recupera a racionalidade da teoria econômica pela conexão das variáveis econômicas.

Entretanto, todos os níveis de investimento, o emprego e a produção serão determinados com base na primeira parte da teoria de Keynes. Ele não explicou com clareza o que causa alterações no investimento, mas, por outro lado, fez um exame completo da estreita ligação entre estas alterações e os movimentos globais no emprego, na produção e na renda. (KALECKI, 1985, p.54).

¹¹⁰ Por trás de todas as formas cognitivas se encontram de uma forma ou de outra um método determinado para poder “organizar” os fragmentos do real no próprio intelecto.

¹¹¹ A arbitrariedade não se dilui de fato quando é capaz de acompanhar o processo de transformação do real. Em cada época em que a crise capitalista se apresenta costumamos ver como essa arbitrariedade em geral se dilui, principalmente quando determinada pelos aspectos monetários.

É da consciência de Kalecki ao expor a conexão agregada realizada por Keynes e de sua concordância que se desenvolve a lei geral da teoria econômica, é dizer, produção e reprodução de conexões agregadas dos preços e variáveis macroeconômicas em escala ampliada. Sua lei absoluta de produzir conexões agregadas dos preços e variáveis macroeconômicas apresenta-se como criação de escolas macroeconômicas que gravitam em torno da demanda efetiva, tendo consciência ou não. A moeda apresenta-se nas suas funções e não como valorização.

A consciência, portanto, deve saber o objeto como a si mesma, segundo essas três determinações. Contudo, não se fala aqui do saber como conceituar puro do objeto, mas esse saber deve ser indicado somente em seu vir-a-ser ou em seus momentos, - segundo o lado que pertence à consciência como tal; e os momentos do conceito propriamente dito, ou do saber puro, devem ser indicados na forma de figurações da consciência. Por isso, na consciência como tal, ainda não aparece o objeto como a essencialidade espiritual, do modo como acima foi expressa por nós; e o comportar-se da consciência para com ele não é a consideração do objeto nessa totalidade; como tal, nem em sua pura forma-de-conceito; mas é, de uma parte, a figura da consciência em geral, e de outra, um [certo] número de tais figuras, que *nós* reunimos, e nas quais a totalidade dos momentos do objeto e do comportamento da consciência só se pode mostrar dissolvida nos momentos dessa totalidade. (HEGEL, 1992, p. 208).

5.14 Hayek: crítico de Keynes?

A concepção de moeda de Keynes permite uma elucidação do livro *Desestatização do Dinheiro* de Hayek, além de aprofundar a diferença entre demanda efetiva e demanda agregada que esclarece a fraqueza da crítica de Hayek a Keynes em *Desemprego e política monetária*. Hayek em nenhum momento considera a existência da demanda efetiva e da gestão da política econômica nas determinações *ex-ante* dos capitalistas, mas crítica profundamente o estímulo da demanda agregada.

Utilizaremos uma passagem que é suficiente para revogar toda e qualquer tentativa de crítica sem a consideração da demanda efetiva e que apresenta o porque do dólar ser inconversível ao ouro.

A moeda, considerada em seus atributos mais significativos, é sobretudo um processo sutil de ligar o presente ao futuro, e sem ela nem sequer poderíamos iniciar o estudo dos efeitos das expectativas mutáveis sobre as atividades correntes. Não há meios para nos libertarmos da moeda, mesmo abolindo o ouro, a prata e os meios legais de pagamento. Enquanto subsistir algum bem durável, ele poderá possuir os atributos monetários¹⁵⁸

e, conseqüentemente, dar origem aos problemas característicos de uma economia monetária. (KEYNES, 1985, p. 204).

Certamente responder a uma crítica com apenas uma passagem deveria ser denominado como reducionismo, mas de fato Hayek ao desconsiderar a existência da demanda efetiva no ajuste macroeconômico e na política econômica deve ser localizado apenas dessa forma. A falência da crítica de Hayek se expressa por essas poucas palavras que representam em profundidade muito mais que seu livro. Keynes publicou em 1936, que os problemas de uma economia monetária existiram mesmo abolindo o ouro, isso se verificou com o fim de Bretton Woods e se verifica hoje, sobre esse aspecto Hayek nada tem a dizer.

5.15 A Tese da Estabilidade global

O número de ciclos periódicos supera o número de crises gerais de onde se depreende o debate em torno da possibilidade real de estabilidade da acumulação mundial. Se todas as expansões necessariamente produzissem crises gerais, o debate sobre a estabilidade existiria apenas como forma abstrata do pensamento, mas não sendo forma abstrata, os ciclos periódicos são marcados por especificidades conjunturais, estruturais e históricas que envolvem as políticas dos estados em função do caráter cíclico. Os grandes economistas se depararam sobre essa problemática que atravessa o debate entre as diferentes escolas de pensamento econômico e localiza nos elementos da realidade em movimento a busca pela apreensão da dinâmica real e dos mecanismos de política econômica, que influenciam o tempo econômico, dado a incerteza futura, no período de renovação do capital fixo; também consideraram o princípio da demanda efetiva tendo consciência ou não, de forma que as grandes análises econômicas e políticas gravitam sobre a existência desse princípio. Cabe ressaltar a dificuldade de interagir nesse debate porque se desvincula profundamente de determinações arbitrárias do pensamento e, ainda de reducionismo que envolve os limites de interpretações possíveis, dos métodos de exposição dos economistas e da própria flexibilidade que estes realizam em função das transformações de caráter conjuntural, estrutural e histórico. Não é preciso enfatizar que as propostas que se enraízam nas estruturas de obras clássicas tem seu papel registrado na história do pensamento econômico como mera fonte de registro e estudo, sendo suplantada na medida em que os

problemas reais do ciclo periódico se estabelecem na dinâmica da acumulação global.

A divisão das determinantes do sistema econômico nos dois grupos de fatores dados e das variáveis independentes é, de um ponto de vista absoluto, completamente arbitrária. Ela deve basear-se apenas na experiência, de modo que corresponda, por um lado, aos fatores cujas variações parecem ser tão lentas ou tão pouco importantes que apenas tenham pequena e, comparativamente, desprezível influência a curto prazo em nosso *quaesitum*; e, por outro lado, aos fatores cujas variações exercem, na prática, uma influência dominante em nosso *quaesitum*. O nosso objetivo presente é descobrir o que, em dado sistema econômico, determina em um momento preciso a renda nacional e (o que vem a ser quase a mesma coisa) o volume de emprego que lhe corresponde, o que significa, num estudo tão complexo como o da economia, onde não é possível esperar generalizações completamente exatas, descobrir os fatores cujas variações determinam *principalmente* o nosso *quaesitum*. Nossa tarefa final poderia consistir em selecionar as variáveis que a autoridade central pode controlar ou dirigir deliberadamente no tipo de sistema em que realmente vivemos. (KEYNES, 1985, p.172).

Buscar a conexão real é o pressuposto da intervenção que pode ser realizada na estrutura de acumulação, mas isso é a consequência necessária que os ciclos periódicos produzem no intelecto humano, sobre esse aspecto: todos são materialistas. Evidente que a conexão real sofre a influência da determinação apriorística, mas é nesse processo que reside a transformação da teoria econômica em saber especializado; sem essa consciência a manutenção das escolas do pensamento econômico seria o *escrínio da intuição divina interior*, conforme Hegel. Durante esse processo existem padrões que se repetem em economistas dos mais variados pensamentos filosóficos e políticos, mas que necessariamente engendram a possibilidade real da conexão dos elementos reais pelo pensamento determinado pela dinâmica real, de forma que se reproduz a cada ciclo periódico e, inclusive a institucionalidade do *Federal Reserve* considera como expressão última da possibilidade de duplo mergulho (*Double Dip* ou crise em W) a deflação.

Como se resolveria novamente esse conflito e se reestabeleceria as condições correspondentes ao movimento “sadio” da produção capitalista? A forma de resolução já está contida na mera formulação do conflito cuja resolução se trata. Ela implica uma colocação em alqueive e até mesmo um aniquilamento parcial de capital, num montante de valor de todo o capital adicional ΔC ou então de parte dele [...] o prejuízo de reparte de forma muito desigual e muito diferenciada [...] Mas, sob quaisquer circunstâncias, o equilíbrio se estabeleceria por colocação em alqueive ou mesmo aniquilamento de capital em maior ou menor volume. Isso se estenderia em parte à substância material do capital [...] A destruição principal – e com caráter mais agudo – ocorreria em relação ao capital, à medida que ele possui atributo de valor, em relação aos *valores-capital*. A parte do valor-capital que só se encontra em forma de direitos sobre futuras participações na mais-valia, no lucro – de fato meros títulos de dívida sobre a produção

em diversas modalidades -, se desvaloriza imediatamente com a queda das receitas sobre as quais está calculada. Parte do ouro e da prata permanece em alqueive, não funciona como capital. Parte das mercadorias que se encontram no mercado só pode efetuar seu processo de circulação e de reprodução mediante enorme contração de seus preços, portanto mediante desvalorização do capital que ela representa. Do mesmo modo, os elementos do capital fixo são mais ou menos desvalorizados. A isso se acrescenta que determinadas relações pressupostas de preço condicionam o processo de reprodução e este, devido à queda geral de preços, entra portanto em estagnação e confusão. (MARX, 1988, p.182).

Tais padrões que figuram no pensamento são expressões da realidade que se apresentam como possibilidade de nexos reais e, se aprofundando com os ciclos periódicos são expressões da existência histórica do capital, por isso se cria no banco central do mundo¹¹² uma profunda consciência sobre a crise geral, mas também a forma de evitá-la e exportar os efeitos da crise parcial aos demais estados, a própria consciência sobre a reprodução ampliada localizada no território determinado.

Sustained deflation can be highly destructive to a modern economy and should be strongly resisted. Fortunately, for the foreseeable future, the chances of a serious deflation in the United States appear remote indeed, in large part because of our economy's underlying strengths but also because of the determination of the Federal Reserve and other U.S. policymakers to act preemptively against deflationary pressures. Moreover, as I have discussed today, a variety of policy responses are available should deflation appear to be taking hold. Because some of these alternative policy tools are relatively less familiar, they may raise practical problems of implementation and of calibration of their likely economic effects. For this reason, as I have emphasized, prevention of deflation is preferable to cure. Nevertheless, I hope to have persuaded you that the Federal Reserve and other economic policymakers would be far from helpless in the face of deflation, even should the federal funds rate hit its zero bound. (BERNANKE, 2002).

Considerando a reserva de valor da moeda e a compreensão da realidade relacionada, Keynes verifica que as variações e a instabilidade da eficiência marginal do capital em relação a moeda como padrão de valor tendem a manter níveis de estabilidade dinâmica, tanto pelas *tendências psicológicas* como pelas características que determinam a expectativa de curto e longo prazo sobre os rendimentos dos bens de capital.

Em especial, é uma das características essenciais do sistema econômico em que vivemos não ser ele violentamente instável, mesmo estando sujeito a severas flutuações no que concerne à produção e ao emprego. Na verdade ele parece apto a permanecer em condições crônicas de atividade subnormal durante um tempo considerável sem tendência marcada para a recuperação ou o colapso completo. Ademais, a evidência prova que o pleno emprego, ou mesmo o aproximadamente pleno, é uma situação tão rara quanto efêmera. As flutuações podem começar de repente, mas parecem atenuar-se antes de chegar a grandes extremos, e o nosso destino

¹¹² Expressão utilizada pelo Professor José Martins.

é a situação intermediária, não propriamente desesperada e tampouco satisfatória. Foi no fato de que as flutuações tendem a atenuar-se por si mesmas antes de alcançarem limites extremos e de, eventualmente, se invertermem que se baseou a teoria dos *ciclos* econômicos de fase regular. O mesmo se aplica aos preços que, em resposta a uma causa inicial de perturbação, se mostram aptos a encontrar um nível em que podem permanecer relativamente estáveis por certo tempo. (KEYNES, 1985, p.173).

Observamos que os economistas ao se distanciarem da produtividade do trabalho desconsideram o período de renovação do capital fixo que situa a dinâmica da acumulação mundial desigual e combinada e, situam suas análises *ex-post* a transformação qualitativa da base material expresso por capital fixo com um nível tecnológico superior.

Na *Teoria Geral* Keynes apresenta as *condições de estabilidade próprias* que permitem produzir níveis de estabilidade dinâmica: (i) as variações da propensão a consumir são pequenas embora o montante de renda se amplie a partir do efeito multiplicador, (ii)¹¹³ as variações do rendimento esperado do capital não resultam em grandes variações do fluxo de investimentos, (iii) os salários nominais variam pouco em relação às variações do nível de emprego, essa rigidez nominal permite a estabilidade de preços e (iv) um fluxo de investimentos durante determinado tempo faz variar a eficiência marginal do capital de forma inversa (KEYNES, 1985). Esses níveis de estabilidade dinâmica são estabelecidos até o ponto em que o colapso da eficiência marginal do capital não se realiza quanto tais níveis de estabilidade são sobrepostos pela instabilidade.

Parte dos críticos de Keynes considerou nesse aspecto o papel do estado na recuperação cíclica descuidando de um elemento fundamental estabelecido por Keynes logo no capítulo III, ao demonstrar a diferença entre demanda efetiva e demanda agregada pela determinação *ex-ante* do capitalista. Considerar a instabilidade a partir da atuação da demanda agregada é desconsiderar a demanda efetiva do ciclo econômico, a exemplo do fiscalismo da síntese neoclássica de Hicks, e a crítica de Hayek aos mecanismos de política econômica para manutenção da demanda agregada. A intervenção sobre a instabilidade dinâmica expressa na demanda efetiva é situada por uma atuação *ex-ante* do estado (isso desconsidera o período de renovação de capital fixo), o que caracteriza a revolução heterodoxa de

¹¹³ Esse (ii) marca a diferença substancial entre a compreensão de Keynes e a existência dos ciclos periódicos como calculados pelo *National Bureau of economic research*.

Keynes a partir do princípio da demanda efetiva como uma crítica profunda a ortodoxia de Marshall, com quem dialogava diretamente e ainda com o pensamento conservador posterior que pela desconsideração do princípio da demanda efetiva se situa num nível de debate inferior.

Assim, o remédio para o auge da expansão não é a alta, mas a baixa da taxa de juros! Pois aquela pode fazer perdurar o chamado auge da expansão. O verdadeiro remédio para o ciclo econômico não consiste em evitar o auge das expansões e em manter assim uma semidepressão permanente, mas em abolir as depressões e manter deste modo permanentemente em um *quasi-boom*! O auge da expansão que acaba por levar a uma crise resulta, portanto, da combinação de uma taxa de juros, que num estado correto de expectativa seria demasiadamente alta para permitir o pleno emprego, e de um estado enganoso de expectativa que, enquanto dura, impede essa taxa de juros de ser, de fato, um obstáculo. O *boom* é uma situação em que o excesso de otimismo triunfa sobre uma taxa de juros que, julgada a sangue-frio, seria considerada alta demais. (KEYNES, 1985, p.222).

A possibilidade real de manter níveis de estabilidade que compreendem instabilidade dinâmica necessariamente perpassa a gestão *ex-ante* do ciclo econômico atuando sobre o nível de demanda efetiva, isso não permite esclarecer a acumulação global desigual e combinada, mas permite elucidar determinados caminhos da política econômica anticíclica, embora sua consciência entenda diferente:

Dei a minha teoria o nome de teoria *geral*. Com isso quero dizer que estou preocupado principalmente com o comportamento do sistema econômico como um todo — com a renda global, com o lucro global, com o volume global da produção, com o nível global de emprego, como investimento global e com a poupança global, em vez de com a renda, o lucro, o volume da produção, o nível do emprego, o investimento e a poupança de ramos da indústria, firmas ou indivíduos em particular. E afirmo que foram cometidos erros importantes ao se estender para o sistema como um todo as conclusões a que se tinha chegado de forma correta com relação a uma parte desse sistema tomada isoladamente. (KEYNES, 1985, p.10).

Marx apresenta a estabilidade de diferentes maneiras durante a exposição de *O capital*, no capítulo XXIII do livro I, a própria dinâmica da acumulação com a existência do exército industrial de reserva regularia o nível de salários nominais de forma a se reproduzir a acumulação:

O mecanismo da produção capitalista remove os obstáculos que ele mesmo cria temporariamente. O preço do trabalho volta de novo a um nível que corresponda às necessidades de expansão do capital, seja ele superior, igual ou inferior ao que era considerado normal, antes da elevação dos salários. No primeiro caso, não é a diminuição no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna o capital supérfluo, mas ao contrário, é o aumento do capital que torna

insuficiente a força de trabalho explorável. No último caso (preço de trabalho em nível inferior), não é o aumento que ocorre no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna o capital insuficiente, mas, ao contrário, é a diminuição do capital que torna superabundante a força de trabalho explorável, ou excessivo o seu preço. Esses movimentos absolutos da acumulação de capital, refletidos como movimentos relativos da massa de força de trabalho explorável, têm a aparência de provir da própria dinâmica dessa massa. Expressando matematicamente: a magnitude da acumulação é a variável independente, e o montante de salários, a variável dependente, não sendo verdadeira a afirmação oposta. (MARX, 2008, p. 723).

É no livro III de *O capital*, que a estabilidade dinâmica aparece conectada com a renovação do capital fixo nas *contra tendências* da queda da taxa geral de lucro. Como expressão do aumento da produtividade do trabalho, a queda da taxa geral de lucro é produto histórico do desenvolvimento das forças produtivas materializadas na ciência e aplicadas tecnologicamente.

No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante todo o trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (MARX, 2011, p.587).

A geopolítica do fim do século XIX e do século XX até a constituição do dólar inconversível ao ouro é resultado de uma luta política das burguesias para consolidar o departamento I, produtor de capital fixo, em seu território. Ao desenvolver o departamento I, em seu território a burguesia materializa a reprodução ampliada sobre seu controle político e pode realizar nas quedas cíclicas da produtividade do trabalho a renovação do capital fixo. O estado exerce nesse aspecto, uma política de depreciação acelerada que consiste, em diminuir o montante de incidência do imposto, aumentando a taxa de lucro pela diminuição do capital constante e estimulando a renovação do capital fixo com diminuição da taxa de juros de longo prazo. O desenvolvimento das forças produtivas que faz aumentar a composição orgânica do capital permite produzir capital fixo com valor menor com nível tecnológico mais alto, o processo que engendra a queda da taxa geral de lucro faz a tendência dessa queda se atenuar com o aumento da produção de mais-valia relativa.

O mesmo desenvolvimento que eleva a massa de capital constante em relação ao variável diminui, em decorrência da força produtiva do trabalho

aumentada, o valor de seus elementos, e impede portanto que o valor do capital constante, embora crescendo continuamente, cresça na mesma proporção que seu volume material, ou seja, que o volume material dos meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho. (MARX, 1988, p.170).

Combina-se a esse processo a expansão do grau de exploração da força de trabalho ao renovar o capital fixo que aumentando a produtividade do trabalho, dada à jornada de trabalho, acarretam que da massa de mais-valia e, portanto da taxa de lucro e, que pode ser atenuada com mais-valia absoluta.

Aqui – como na maioria dos procedimentos que servem à produção da mais-valia relativa – as mesmas causas que acarretam crescimento na taxa de mais-valia podem implicar queda na massa de mais-valia, considerando dadas as grandezas do capital global empregado. (MARX, 1988, p.168).

Em termos globais se desenvolve uma unidade entre mais-valia relativa e absoluta, tanto nos territórios dos estados imperialistas e dominados como entre os estados imperialistas e dominados, dado que o desenvolvimento do departamento I e a queda da taxa geral de lucro, que engendra devem ser compensada, pelas economias dominadas, que por não desenvolverem o departamento I realizam a primeira fase do ciclo do capital no exterior, importando capital fixo, dessa forma se compensa a queda da taxa geral de lucro pela repartição da mais-valia via preço e pelos pagamentos de *royalties* relacionados ao departamento I. Essa unidade material explica porque a América Latina era uma área geopoliticamente estratégica antes de se expandir para a Europa após a segunda guerra com o plano Marshall. A renovação do capital fixo a partir do departamento I engendra a superpopulação relativa que pressiona os salários para baixo em função do aumento da oferta de força de trabalho explorável.

Outra contra tendência é o pagamento do salário abaixo do valor da força de trabalho. Há uma controvérsia em torno do pagamento do salário abaixo do valor, inclusive a teoria marxista da dependência situa a essência da dependência na superexploração do trabalho, que envolve a combinação de mais-valia relativa, absoluta e o pagamento abaixo do valor. Na verdade a exploração como relação de classe se expressa na taxa de mais-valia, o que difere da relação com o salário nominal e a coesão social de determinada economia. Como essência da dependência a superexploração careceria de concreticidade em relação à

estabilidade da moeda, através do mercado de câmbio, pois as compensações através de salários para com a renovação do capital fixo das economias imperialistas seriam insuficientes. É preciso entender esse processo pela unidade da mais-valia absoluta e relativa, a exportação de capital fixo produz, com o aumento da produtividade do trabalho, essa contra tendência da queda da taxa geral e estabilidade da moeda, somado as divisas geradas pela exportação.

No livro III de *O capital* esse processo não é apresentado se considerando apenas a repartição global da mais-valia, situando apenas o nível da taxa de lucro como decorrência do desenvolvimento do capital fixo.

E assim mostrou-se, de modo geral, que as mesmas causas que acarretam a queda da taxa geral de lucro provocam os efeitos contrários, que inibem, retardam e em parte paralisam essa queda. Eles não anulam a lei, mas debilitam seu efeito. Sem isso, seria incompreensível não a queda da taxa geral de lucro, mas, pelo contrário, a relativa lentidão da queda. Assim, a lei só opera como tendência cujos efeitos só se manifestam de forma contundente sob determinadas circunstâncias e no decorrer de períodos prolongados. (MARX, 1988, p.172).

Esses elementos, a renovação do capital fixo, o aumento do grau de exploração, a superpopulação relativa, a exportação de capital fixo e o pagamento do salário abaixo do valor realizam a existência da queda da taxa geral de lucro uma tendência e não uma lei definitiva da história. Os ciclos periódicos da indústria moderna são determinados pela luta de classes que esses elementos determinam em cada época e devem ser elucidados das condições concretas e geopolíticas. A estabilidade intrínseca do modo de produção capitalista engendra continuamente a expansão da produtividade do trabalho e uma superprodução de capitais, é dizer, produz continuamente crises e expansões, dinâmicas políticas, geopolíticas e o limite histórico do capital ao materializar o ser como ciência na indústria moderna. Considerar essa estabilidade, no sentido, de que uma superprodução de capitais não engendra necessariamente uma crise geral é pressuposto irrevogável da análise dos fenômenos geopolíticos que se situam nas renovações do capital fixo dos estados imperialistas.

Marx em nenhum momento considerou a importância da função de reserva de valor da moeda, como fonte geradora, da instabilidade de uma economia capitalista, juntamente com o investimento, essa empresa foi realizada por Keynes apesar de Marx apresentar no Livro II o que Keynes denomina, no capítulo 17 da *Teoria Geral*,

de elasticidade de produção igual a zero. Embora isso, Marx deixou os elementos e suas principais mediações para elucidação da moeda como forma do capital, forma do desenvolvimento desigual e combinado e de sua função de crédito. O gênio de Keynes está na percepção de que, se a função de reserva de valor da moeda intensifica a instabilidade inerente ao que denomina de economia monetária, ela permite a estabilidade política por essa função da moeda, ao fazer os salários serem rígidos em função da elasticidade de produção e substituição ser zero e de seu prêmio de liquidez ser mais alto que seu custo de manutenção, considerado desprezível. O gênio de Marx está na percepção de que a deflação é a expressão mais acabada de um ciclo periódico, e a moeda como expressão da valorização do capital apresenta a burguesia, nessas épocas, como classe histórica e o estado como instituição histórica.

6 CICLOS E CRISES PERIÓDICAS, IMPERIALISMO E ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

6.1 Os antecedentes do século XX

O capital comercial e usurário engendra a dissolução dos modos de produção anteriores, o acaso é incapaz de descrever o processo pelo qual a expropriação pela violência dos meios de produção dos trabalhadores se constituiu na Inglaterra e o papel geopolítico construído pelo Estado Inglês¹¹⁴ a partir do maior poderio naval do mundo e do monopólio do comércio mundial que aquele engendra.

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As “sociedades *monopolia*” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apesado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital. (MARX, 1988, p.372).

Por que a revolução industrial ocorreu em fins do século XVIII e, ainda porque se realizou em território Inglês (HOBBSAWM, 2003) é uma das problemáticas que envolvem os elementos significativos do processo. A industrialização Inglesa se aprofundou diante da Francesa por deter o monopólio do comércio de mercadorias através de sua Marinha. “Hoje em dia, a supremacia industrial traz a supremacia comercial. No período manufatureiro, ao contrário, é a supremacia comercial que proporciona o predomínio industrial” (MARX, 2008, p. 867).

Grande poderio naval que dava sustentação a esse comércio [...] esse monopólio forçosamente contribuiu para que a taxa de lucro em todos os diversos setores do comércio britânico se mantivesse mais alta do que naturalmente teria sido, caso se tivesse permitido a todas as nações o livre comércio com as colônias britânicas. (SMITH, 1983, p. 93).

Os desdobramentos materiais, que se constituem e produzem uma sociedade de classes, tem de necessariamente serem percebidos pela formação do estado, que engendra e pela estrutura geopolítica de acumulação, que a burguesia Inglesa realizou, como parte do processo endógeno de acumulação capitalista.

¹¹⁴ A tese de surgimento de um sistema inter-estatal capitalista capta justamente como o Estado controla o capital comercial antes da constituição do capital industrial.

A conquista de mercados através da guerra e da colonização exigia não apenas uma economia capaz de explorar tais mercados, como também um governo disposto a empreender a guerra e a colonização em benefício dos fabricantes britânicos. Isso nos leva ao terceiro fator da gênese da Revolução Industrial – o *governo*. Neste ponto, a vantagem da Grã-Bretanha sobre seus concorrentes em potencial era patente. Ao contrário de alguns deles (como a França), a Grã-Bretanha estava disposta a subordinar *toda* a política externa a objetivos econômicos. Na guerra, suas metas eram comerciais e (o que equivalia à mesma coisa) navais. Ao contrário de outros (como a Holanda), seus objetivos econômicos não eram dominados exclusivamente por interesses comerciais e financeiros; eram influenciados também e, cada vez mais, pelo grupo de pressão formado pelos produtores fabricantes. (HOBBSAWN, 2003, p. 46).

O estado Inglês ao concentrar o capital comercial e usurário¹¹⁵, concentra o capital necessário para engendrar a constituição do capital industrial, o acúmulo de dinheiro a partir dessa acumulação pré-capitalista permite a Inglaterra organizar as finanças mundiais através da sua moeda, e articular posteriormente a produção de ferrovias a partir de sociedades anônimas. A Inglaterra inicia o século XVIII, com o controle geopolítico de acumulação na Europa¹¹⁶, o que pode ser percebido, através do Tratado de Methuen de 1703, ao considerar a mesma taxa dos vinhos franceses e portugueses no artigo II, e a superioridade da produção de lã no Artigo I (Adam Smith, 1983)¹¹⁷. No ano de 1760, o capital Holandês era ¼ do Inglês segundo cálculo de A. C. Carter¹¹⁸. A burguesia produtora de lã e capital-mercadoria de lã se apresentava agora como Império ao tratar acordos comerciais como uma questão militar, seja em Portugal, seja na Índia.

A Companhia Inglesa das Índias Orientais obteve, como se sabe, além do poder político nas Índias Orientais, o monopólio exclusivo do comércio de chá assim como do comércio chinês em geral e do transporte de mercadorias para a Europa. Mas a navegação costeira da Índia e entre as ilhas bem como o comércio no interior da Índia tornaram-se monopólio dos altos funcionários da Companhia. Os monopólios de sal, ópio, bétel e outras mercadorias eram minas inesgotáveis de riquezas. Os próprios funcionários fixavam os preços e esfolavam a seu bel-prazer o infeliz indiano. O governador geral tomava parte nesse comércio privado. Seus favoritos obtinham contratos sob condições em que, mais espertos que os alquimistas, do nada faziam ouro. Grandes fortunas brotavam num dia, como cogumelos: a acumulação primitiva realizava-se sem adiantamento de um xelim sequer. (MARX, 1996, p.371).

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo

¹¹⁵ O Banco da Inglaterra é fundado em 1694.

¹¹⁶ A despeito da grandeza comercial da Holanda do século XVII.

¹¹⁷ O que difere da visão de Fiori por considerar a finança e a dívida pública os principais instrumentos de poder.

¹¹⁸ Ver citação 12 do capítulo II de *O capitalismo Tardio* de Mandel.

inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante. Porém, abstraindo a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que atuam como intermediários entre o governo e a nação — como também os arrendatários de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo do Estado rende o serviço de um capital caído do céu — a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia. (MARX, 1996, p.373).

No século XVIII a produção de lã expressa uma época importante da Inglaterra onde se constituiu os cercamentos, uma acumulação primitiva, uma estruturação da terra ao capital industrial. A transformação da estrutura da terra criava o proletariado e alimentava a constituição e expansão do capital industrial, justamente por isso o processo de transformação foi lento e muito profundo em relação aos aspectos sociais, culturais e políticos. A servidão havia desaparecido da Inglaterra no século XIV e no século XV o arrendatário livre, o camponês proprietário substituía o *bailiff* (servo). Com a dissolução das vassalagens feudais do século XVI se aprofunda a liberação do proletariado. No século XVII embora com a dissolução da propriedade comunal o número de *yeomanry*¹¹⁹ era maior que o de arrendatários, a propriedade da terra não tinha se transformado plenamente. Os arrendatários surgiam historicamente da transformação do *bailiff* em camponês que trabalha ao *landlord*¹²⁰ até constituir um capital em que paga renda ao *landlord*, e os *yeomanry* foram substituídos por esses arrendatários. O processo de cercamentos que levou a transformação da propriedade comunal e da propriedade por títulos em propriedade privada foi inicialmente acelerado pelo aumento dos preços da lã no período manufatureiro e posteriormente se processou a gênese do arrendatário¹²¹. A propriedade comunal sofreu diretamente o processo de cercamentos enquanto que a propriedade por títulos sofreu o processo legislativo do Estado.

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura

¹¹⁹ Camponeses independentes.

¹²⁰ Proprietário da terra.

¹²¹ Ricardo crítica o arrendatário e Keynes o *rentier*.

capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros. (MARX, 1988, p.355).

No século XVIII os *yeomanry* desapareceriam por volta de 1750, com a transformação da propriedade privada em propriedade privada burguesa e a classe de arrendatários embora não se ampliasse, ampliava seus domínios, de forma que em 1790 os proprietários de terras possuíam $\frac{3}{4}$ das áreas cultivadas. Essa transformação da propriedade em propriedade privada burguesa, com a liberação do proletariado fez surgir a lei dos pobres como mecanismo de manutenção da ordem social e, antes de Ricardo, o mínimo de benefício regulado pela lei era medido em trigo. O *Boom* agrícola que se seguiu a crise de 1790 impulsionou a concentração das terras e a liberação do proletariado, um grande ato histórico de ironia ao Hino *God save the Queen*. As guerras napoleônicas fizeram aumentar o preço do trigo e surgir uma legislação de proteção¹²² à produção de trigo em 1815 e, a crítica de Ricardo ao aumento dos lucros dos arrendatários: o rentismo. Em função disso, na década de 1830, 90% dos alimentos eram produzidos na Inglaterra e coerentemente Hobsbawm apresenta a aplicação da ciência no campo Inglês após 1830, é dizer, após o capital constituir a indústria moderna e criar a ciência. (HOBSBAWM, 2003; MARX, 2008).

O principal elemento desse processo se encontra no fim do século XVIII e início do século XIX que se aprofunda nas décadas de 30 e 40 desse século com a ciência sendo utilizada na produção agrícola, agora produtora de capital. A governabilidade política de uma sociedade de classes está estritamente ligada à reprodução material da classe trabalhadora, a estruturação agrária, ao produzir alimentos, produz a classe trabalhadora e não o fim da fome e da privação “O inglês livre degenerou no labrego [...] entretentes, porém, cresciam a produção e a produtividade agrícola” (HOBSBAWM, 2003, p. 98). Por isso, a preocupação de Ricardo com a taxa do trigo importado sobre a taxa de lucro, na verdade sobre a taxa de mais-valia “Ricardo, alegando estudar a taxa de lucro, estudava na realidade a taxa de mais-valia” (MARX, 2008, p. 319).

O maior mercado para o ferro ainda era provavelmente o agrícola – para arados e outros instrumentos, ferraduras, aros de rodas etc. -, que, embora aumentasse substancialmente, ainda não era de maneira alguma bastante amplo para acionar uma transformação industrial. (HOBSBAWM, 2003, p. 44).

¹²² Que só seria extinta em 1846 com a lei do livre comércio.

Hobsbawm sem consciência das metamorfoses sofrida pela ferramenta do trabalhador parcial e a transformação posterior em indústria moderna não apresenta o nexo entre esse processo, a consolidação do capital industrial materializada no departamento I, produtor de capital fixo.

Quando a manufatura destrói uma forma dessa indústria doméstica, em ramos específicos de negócio e em determinados pontos, provoca o surgimento da mesma em outros, porque precisa dela, até certo grau, para o processamento da matéria-prima. Ela produz, portanto, uma nova classe de pequenos rurícolas, os quais exercem o cultivo do solo como atividade subsidiária e o trabalho industrial para a venda dos produtos à manufatura — diretamente ou pelo rodeio do comerciante — como negócio principal. Essa é uma causa, embora não a principal, de um fenômeno que confunde, inicialmente, o pesquisador da história inglesa. A partir do último terço do século XV, ele encontra queixas contínuas, somente interrompidas em certos intervalos, sobre a crescente economia capitalista no campo e a destruição progressiva do campesinato. Por outro lado, encontra sempre este campesinato de novo, embora em número menor e sob uma forma sempre piorada. A causa principal é: a Inglaterra é predominantemente ora cultivadora de trigo, ora criadora de gado, em períodos alternados, variando com estes a extensão da empresa camponesa. Somente a grande indústria fornece, com as máquinas, a base constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria do povo do campo e completa a separação entre a agricultura e a indústria rural doméstica, cujas raízes — fiação e tecelagem — ela arranca. Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno. (MARX, 1996, p.368).

Nada mais preciso que a consciência capitalista sobre a problemática envolvida sobre a estruturação da terra e da produção de alimentos para a reprodução da classe trabalhadora e expansão do capital industrial.

Portanto, chegamos novamente à mesma conclusão que já havíamos antes tentado estabelecer: — que em todos os países e em todas as épocas, os lucros dependem da quantidade de trabalho exigida para prover os trabalhadores com gêneros de primeira necessidade, naquela terra ou com aquele capital que não proporciona renda. Os efeitos da acumulação, portanto, serão diferentes em países diferentes, e dependerão basicamente da fertilidade da terra. Por mais extenso que seja um país, se suas terras forem de baixa fertilidade e se a importação de alimentos for proibida, a menor acumulação de capital será acompanhada de grandes reduções na taxa de lucros e de um rápido aumento da renda. Inversamente, num país pequeno, porém fértil, especialmente se a importação de alimentos for livre, poderá ser acumulado um grande estoque de capital sem nenhuma redução elevada da taxa de lucros nem grande aumento da renda da terra. (RICARDO, 1982, p. 100).

O desenvolvimento do departamento I, produtor de capital, na forma de capital fixo, pressupõe esse processo de aumento da produtividade do trabalho na produção de alimentos e também de matérias-primas para a indústria. Todo processo de industrialização precisa ser compreendido pela estruturação agrária e por sua funcionalidade, o que nos remete a problemática das diferentes taxas de mais-valia, a partir de diferentes custos unitários do trabalho. A preocupação de

Ricardo deve ser explicada pela insuficiência de terras para reprodução da classe trabalhadora e pela modesta reserva em ferro (HOBSEAWM, 2003), a matéria base da indústria moderna. Sem desvendar o que é a mais-valia, Ricardo fundia sua preocupação política com sua intelectualidade, ao precisar que o preço das mercadorias produzidas na agricultura seria determinado pela produção na terra de pior qualidade. O desenvolvimento do valor do capital-mercadoria em preço de custo e preço de produção e sua autonomização, e formação da taxa de lucro médio por essa autonomização dificultava a análise de Ricardo, mas nunca o impediu de compreender profundamente o poder material de uma burguesia e a necessidade intrínseca de constituir uma estrutura geopolítica de acumulação¹²³. Ricardo embora discordasse da demanda efetiva – no debate com Malthus -, se caracteriza por um grande economista ao apreender como uma sociedade de classes se apresenta quantitativamente no lucro, a forma transmutada da mais-valia, e na taxa de lucro.

Marshall, inglês, quem compreendia a especificidade do mercado de trabalho, não poderia deixar de expressar o processo pelo qual a produtividade do trabalho é determinada.

E na Inglaterra, presentemente, com fácil acesso aos abundantes fornecimentos estrangeiros de matéria-prima, um aumento da população é acompanhado por um aumento mais do que proporcional dos meios de satisfazer as necessidades humanas, deixando de lado as de luz, ar puro etc. Grande parte desse aumento é, entretanto, atribuível não ao crescimento da produtividade industrial, mas ao da riqueza, que o acompanha: e por isso ele não beneficia necessariamente os que não participam dessa riqueza. Além disso, os fornecimentos estrangeiros de matérias-primas à Inglaterra podem ser estorvados pela política comercial de outros países e quase interrompidos por uma grande guerra, enquanto o gasto militar que o país seria obrigado a fazer para estar bem seguro contra esse último risco diminuiria apreciavelmente os benefícios decorrentes da atuação da lei do rendimento crescente. (MARSHALL, 1985, p.270).

Com a constituição do departamento I, Ricardo percebe que o preço de custo é quem regula a repartição global da mais-valia embora pense sempre e necessariamente na forma lucro:

Além disso, o preço das mercadorias é determinado por seu custo de produção. Com a utilização de maquinaria aperfeiçoada, o custo de produção das mercadorias se reduz, e, conseqüentemente, será possível vendê-las no mercado externo por um preço mais baixo. Se, no entanto, rejeitássemos o uso da maquinaria, enquanto os demais países o encorajassem, seríamos obrigados a exportar dinheiro em troca dos produtos estrangeiros até que o preço natural de nossos produtos baixasse para o mesmo nível de preço dos demais. Trocando mercadorias com aqueles países, estaríamos entregando uma mercadoria que custa aqui dois dias de trabalho por uma mercadoria que custa um no exterior, e essa troca

¹²³ Ver o capítulo 7 *Sobre o Comércio exterior* de Ricardo.

desvantajosa seria a consequência de nossos próprios atos, pois a mercadoria exportada e que nos custa dois dias de trabalho, custaria apenas um, se não houvéssimos rejeitado o uso da maquinaria, cujos serviços nossos vizinhos souberam aproveitar mais inteligentemente. (RICARDO, 1982, p.267).

Com a constituição do capital industrial a reprodução das categorias econômicas deixa a lógica da linearidade histórica e, é determinada pelos ciclos periódicos da indústria moderna; toda conclusão direta desse processo histórico corre o risco de enfrentar os imperativos da história, no pensamento. A constituição do capital industrial na Inglaterra com a indústria moderna como base material de subordinação real do trabalho ao capital é precedida por essa acumulação primitiva como processo de separação do trabalhador dos seus meios de produção; sua existência global precisa ser compreendida por suas especificidades ainda que seu movimento seja determinado pelo maior desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Sobre essa especificidade que se apreende a luta das burguesias para constituir o departamento I em seu território, deve ser esclarecida a base concreta e real da reprodução ampliada.

Enquanto se proíbe as manufaturas têxteis no Brasil em 1785, com o alvará de janeiro¹²⁴, as manufaturas de ferro são fomentadas, a proibição é consequência dos efeitos negativos na arrecadação e no comércio, decrescendo as exportações da metrópole para a colônia, somado ao contrabando Inglês. Isso se relaciona com a política colonial portuguesa do século XVIII pelo fato da manufatura portuguesa se articular com o mercado colonial, o que interessava diretamente o império inglês (NOVAIS, 2000), especialmente se localizavam, principalmente em Minas Gerais (PRADO, 1976).

No início do século XIX, com a independência dos EUA em 1776, com a revolução Francesa e, com as guerras napoleônicas, a estrutura geopolítica de acumulação do império Inglês se modifica caracterizando de forma bem definida. Com a independência formal dos EUA, um dos elementos mais importantes da estrutura geopolítica de acumulação da burguesia inglesa, a exportação de algodão americana, agora é comandada politicamente pela burguesia americana, se por um lado à expansão da produção baixou os preços, a baixa dos preços do algodão pressionou, no início do século XIX, negativamente a balança comercial dos EUA, de

¹²⁴ O qual continha medidas de combate ao contrabando.

forma que o estado norte-americano continuava absorvendo o fluxo de capitais internacionais a partir da Inglaterra (FURTADO, 1986).

Entretanto, com ou sem legitimidade, nada havia que evitasse que Estados soberanos e independentes, tanto do ponto de vista econômico como político, lançassem mão da proteção, como fizeram os Estados do Norte ianques a partir de 1816 e a maioria dos demais países adiantados a partir da década de 1880. (HOBSBAWM, p. 127).

Com a modificação do mercado mundial de algodão, em função da independência dos EUA, fato que diminuiu a exportação de algodão, o Maranhão encontrou relativa prosperidade nessa conjuntura específica “chegando a exportar um milhão de libras” (FURTADO, 1986, p.91). Furtado classifica esse período como *falsa euforia* e suas razões estão na recuperação da expansão da produção pelos EUA já em 1790 (HOBSBAWM, 2003), seguida de uma baixa dos preços internacionais. No Maranhão, a expansão da produção de algodão não resulta de um processo de transformação política como nos EUA e ao contrário se realiza no momento do alvará sobre as manufaturas que inviabilizam uma articulação endógena, que mesmo assim teria um significado diverso do realizado pela burguesia americana.

Nas duas últimas décadas do século XVIII, a produção de algodão se expande, “entre 1780 e a metade do século XIX, o consumo anual de algodão pelas fábricas inglesas aumentou de 2.000 toneladas para cerca de 250.000” (FURTADO, 1986, p. 103). O algodão substituiu a lã como matéria-prima essencial da indústria têxtil (FURTADO, 1986). Marx¹²⁵ relaciona justamente a invenção do ianque Eli Whitney com o desenvolvimento das forças produtivas na indústria algodoeira americana, na separação da fibra do algodão da semente, localizando nesse processo o algodão como matéria-prima dominante da indústria na virada do século.

O século XVIII marca o auge do período manufatureiro com a criação de Watt “o grande gênio de Watt revela-se na especificação da patete que obteve em abril de 1774, a qual descreve sua máquina a vapor [...] como agente geral da indústria mecanizada” (MARX, 2008, p.433). Supera-se a existência local da produção através da transformação da energia térmica em mecânica e se potencializa o desenvolvimento das forças produtivas, o consumo do ferro chegava a 100.000 toneladas em 1788 (HOBSBAWM, 2003). Era a energia potencial gravitacional que

¹²⁵ Ver primeira seção do capítulo XIII do livro I de *O capital*.

se transformava em mecânica agora a energia térmica passa a constituir a fonte principal caracterizando uma revolução dentro do período manufatureiro.

A inexatidão sobre a constituição do capital industrial com o desenvolvimento da indústria moderna realizando a subordinação real do trabalho ao capital está ilustrada na cidade de Manchester:

A nova e revolucionária cidade de Manchester, cuja população decuplicou entre 1760 e 1830 (de 17.000 para 180.000 habitantes), onde “observamos centenas de fábricas com cinco ou seis pavimentos, cada qual com uma chaminé colossal a seu lado, exalando negro vapor de carvão”. (HOBSBAWM, 2003, p.53).

A constituição do modo capitalista de produção como universalidade da espécie humana dividida em classes, se confunde com a história da Inglaterra¹²⁶ onde de fato a base material da expansão do capital industrial se consolidou com o desenvolvimento da indústria moderna, a partir do fim do século XVIII e primeiro quartel do século XIX, o importante, nesse caso, é analisar as características específicas da Inglaterra e sua estrutura geopolítica como processo característico da produção global capitalista, real.

A revolução britânica foi a primeira na história. Isto não significa que ela haja começado do zero, ou que não se possam apontar outras fases anteriores de rápido desenvolvimento industrial e tecnológico. Não obstante, nenhuma dessas lançou a típica fase moderna da história, a de crescimento econômico auto-sustentado mediante revolução tecnológica e transformação social perpétuas. Sendo a primeira, ela é também, em aspectos cruciais, diferente de todas as subsequentes revoluções industriais. Não pode ser explicada fundamentalmente ou em qualquer medida, em termos de fatores externos – como, por exemplo, a imitação de técnicas mais avançadas, a importação de capital, o impacto de uma economia mundial já industrializada. As revoluções posteriores puderam utilizar a experiência, o exemplo e os recursos britânicos. Só em grau muito limitado e secundário a Grã-Bretanha pôde usar os de outros países. (HOBSBAWN, 2003, p. 33)

Hobsbawm insiste no aspecto característico de a industrialização Inglesa ser parte de um processo global, apesar de situar na descrição algumas inexatidões, que *a posteriori* foram aprofundadas pelo debate em torno da industrialização brasileira.

A revolução industrial não pode ser explicada em termos puramente britânicos, pois esse país fazia parte de uma economia mais ampla, que podemos chamar de “economia europeia” ou “economia mundial dos Estados marítimos europeus”. A Grã-Bretanha fazia parte de uma ampla rede de relacionamentos econômicos [...] O mundo “adiantado” estava

¹²⁶ Os capítulos XI, XII e XIII de O capital às vezes são relacionados com a descrição da industrialização na Inglaterra, mas deveriam ser compreendidos pela universalidade da constituição global da produção capitalista.

ligado ao mundo dependente por uma certa divisão da atividade econômica. (HOBSBAWN, 2003, p. 33)

A Inglaterra como império em construção impunha medidas de restrição à industrialização de suas colônias e suas modestas reservas de ferro, tomam importância nesse caso específico de forma que antes da independência dos Estados Unidos, era dificultada a produção de aço na colônia e fomentada a de ferro (FURTADO, 1986; PRADO, 1976). Extrair minério de ferro no Brasil significava algo diferente da utilização do ferro no desenvolvimento da indústria moderna na Inglaterra, a estrutura geopolítica de acumulação se enraizava produtivamente. Birmingham e Manchester cidades que localizam a transição da manufatura para a indústria moderna criticam a tese segundo a qual o historicismo é a fusão da abstração com fatos históricos com possibilidade de efetivas previsões históricas. Enquanto as conexões arbitrárias da cognição exteriorizam seus limites como pretensa crítica, a capacidade de apropriação do processo real e de sua localização no espaço e no tempo - apesar de o tempo ser caracterizado pelo próprio processo – exploram o significado pleno de que a consciência da história existe a partir da própria apropriação real, por isso esse processo apropriado pelo pensamento, crítica à obra *A Miséria do Historicismo* de Karl Popper. Toda “sustentação” da tese de Popper baseia-se na existência de um método apriorístico, enquanto o “método” é o próprio processo real no pensamento.

Certa continuidade prevalece na história brasileira frente ao império em transformação, ao alvará de 1785 se articula a abertura dos portos de 1808 e a equalização das tarifas comerciais de Inglaterra e Portugal. A economia brasileira, em função dos déficits externos, sofre uma desvalorização cambial e restrições fiscais para manutenção da estabilidade da moeda. A economia brasileira é incorporada ao capital financeiro Inglês antes da constituição do capital industrial que aconteceria no fim do século XIX.

Deriva daí, como consequência imediata que se faria profundamente sentir, o desequilíbrio da vida financeira do país. O comércio internacional do Brasil se torna quase permanentemente deficitário. Entre 1821 (a partir de quando possuímos estatísticas anuais e regulares) e 1860 (quando por causas que ainda veremos a situação se inverte) só excepcionalmente ocorrem anos com balanços positivos; e este período se encerra com um *deficit* global de 233.923 contos de réis. E notemos que aí não está computada a importação de escravos africanos que representa cifras consideráveis, embora difíceis de precisar. Podem-se avaliar as perturbações produzidas por este desequilíbrio comercial crônico num país que não contava com outros ingressos exteriores normais além dos provenientes da exportação. O *deficit* será saldado pelo afluxo de capitais estrangeiros, sobretudo empréstimos

públicos, que efetivamente começam a encaminhar-se para o Brasil desde que o país é franqueado ao exterior. Mas isto representava apenas solução provisória que de fato ia agravando o mal para o futuro, pois significava novos pagamentos sob forma de juros, dividendos, amortizações, e portanto novos fatores de desequilíbrio da balança externa de contas. A economia brasileira ficará na dependência de um afluxo regular e crescente daqueles capitais estrangeiros de que não poderá mais passar sem as mais graves perturbações; e estas se verificarão cada vez que por um ou outro motivo tal afluxo é interrompido ou diminui seu ritmo. (PRADO, 1976, p.133)

O século XIX caracteriza-se por uma economia exportadora que reflete os ciclos periódicos da economia mundial e suas transformações políticas, enquanto que no século XX após a crise de 1929, a economia brasileira cria seu próprio ciclo ainda que de forma subordinada. Por isso a tese de Prebisch de propagação dos frutos do progresso técnico a partir da forma preço é criticada por João Manuel¹²⁷ a partir das contradições endógenas - trabalho concreto¹²⁸ - e por Marini a partir do ciclo do capital e da superexploração. Determinado pelo sistema de sesmarias até a lei de terras de 1850 é dizer essa estrutura da economia brasileira materializa a expansão global capitalista e, pode ser separada em três períodos arbitrários: (i) da expansão comercial de Portugal até o século XIX na Inglaterra, (ii) do século XIX a transição ao império norte-americano (PRADO, 1994) e (iii) expressa a estrutura geopolítica de acumulação dos EUA.

Furtado se pergunta o porquê de não acontecer com o Brasil o mesmo que com os EUA e sabiamente vai responder parte de sua própria indagação pela consciência dos capitalistas da época: Cairu e Hamilton. Como o próprio 'método' Furtado apresenta apenas a forma que o real se apresenta no pensamento. Furtado é preciso ao apresentar a modificação do mercado mundial de algodão comparar e diferenciar o desenvolvimento dos EUA e do Brasil, Marx apresentava o desenvolvimento da indústria algodoeira com o exemplo do ianque Whitney em relação ao século XVIII e sua obsolescência com a máquina de Albany no século XIX, pode-se perceber pela indústria algodoeira o processo de desenvolvimento do

¹²⁷ Há uma tendência para concordância ou discordância entre a tese da Unicamp e da teoria marxista da dependência, mas a pergunta a ser feita é: porque João Manuel pode criticar a tese cepalina a partir da acumulação endógena de capital, considerando apenas o trabalho concreto e desconsiderando a criação e repartição da mais-valia global? E por que tanto Ruy Mauro Marini quanto João Manuel desconsideram a moeda em suas interpretações? A dificuldade está no convívio com essas perguntas e, não em concordar ou discordar.

¹²⁸ João Manuel deveria ao menos ser um Ricardiano e considerar a estrutura da terra na acumulação de capital, sem Ricardo e sem a mais-valia João Manuel se distanciou da história material, mas em nenhuma hipótese da história política do Brasil.

departamento I¹²⁹, mas esse ramo se constituiu nas fases iniciais de um processo de consolidação do departamento I (FURTADO, 1986).

Esse processo permitiu aos EUA direcionar esse capital acumulado para o desenvolvimento do departamento I, departamento IV, a partir da segunda metade do século XIX, quando o império inglês detinha 50% da tonelagem mundial (HOBSBAWM, 2003) e desenvolver uma base de crédito vinculada ao desenvolvimento do departamento I. Enquanto a expansão da produção de capital na Inglaterra era suprida pelas matérias-primas essenciais como no caso do algodão, intensificavam-se, com a situação americana e Europeia, os vínculos da Inglaterra com os países produtores de matérias-primas e alimentos, subordinados a sua órbita política. O desenvolvimento do departamento I¹³⁰ é produto da burguesia ou do Estado? Sob quais condições se constitui o departamento I historicamente? Se for produto da burguesia, qual significado dos Estados na Acumulação Global?

A expansão Inglesa e o protecionismo Estadunidense e Alemão caracterizava até 1847 um período de elevação da composição orgânica do capital e desaceleração da expansão do mercado mundial em relação ao período 1793-1825 (MANDELL, 1985). Esse processo estabelece o início da modificação da estrutura geopolítica de acumulação do estado Inglês que se intensifica com a crise de 1870 e com a primeira guerra mundial.

A fabricação de algodão britânica era decerto a melhor do mundo em sua época, mas terminou, como tinha começado, por basear-se não em sua superioridade competitiva e sim num monopólio dos mercados coloniais e subdesenvolvidos que lhe era garantido pelo Império Britânico, pela Marinha de Sua Majestade e pela supremacia comercial inglesa. Esta situação chegou ao fim depois da I Guerra Mundial, quando indianos, chineses e japoneses passaram a fabricar ou mesmo exportar seus próprios artigos de algodão, já não podendo ser impedidos de fazê-lo pela interferência política britânica. (HOBSBAWM, 2003, p.55).

Os EUA organizavam uma logística interna, importantíssima para as pretensões da indústria automobilística no século XX, com 7.000 milhas de ferrovias em 1840 e 51.000 em 1870 (HOBSBAWM, 2003).

Após 1820 sempre fora mais fácil para o comércio de mercadorias britânico conquistar cada vez mais mercados no mundo subdesenvolvido do que penetrar nos mercados desenvolvidos, mais lucrativos, porém mais resistentes a rivais. Isso acontecia quer fosse a indústria britânica dinâmica

¹²⁹ Furtado chega a dizer que a partir desse ramo de produção os EUA se tornaram vanguarda da revolução industrial. O desenvolvimento da indústria moderna nos EUA é posterior ao da Inglaterra.

¹³⁰ Com a constituição do departamento I, o movimento dos Estados passa a ser o movimento da acumulação e, as reproduções da dívida pública, do crédito, dos preços, dos salários e da moeda estão intimamente e dialeticamente relacionadas ao departamento I.

e pioneira, em escala mundial, quer não o fosse. (HOBSBAWM, 2003, p.135).

Os dados referentes a esse período mostram que em 1820 a exportação da Inglaterra para EUA e Europa era de 60,4% do total de peças de algodão, e na década de 1860, anterior a crise de 1870, era de apenas 19%, já o mundo subdesenvolvido absorvia em 1820 apenas 31,8% diante dos 73,3% em 1860 (HOBSBAWM, 2003).

A constituição da indústria moderna que marca a época de *subsunção real* do trabalho ao capital é caracterizada na década de 1820, onde Ricardo escreve o capítulo da maquinaria em 1822 e o publica em 1823, Marx com a crise comercial inglesa em 1825. O século XIX no mundo é produto desse processo e, nessa década a produção industrial é a maior do século na Inglaterra com 47,2% (HOBSBAWM, 2003). Com a formação da grande indústria moderna se formava o proletariado moderno

De todas las clases que hoy se enfrentan con la burguesía, sólo el proletariado es una clase verdaderamente revolucionaria. Las demás clases van degenerando y desaparecen con el desarrollo de la gran industria; el proletariado, en cambio, es su producto más peculiar. (MARX, 2009, p. 38).

A profundidade de uma revolução burguesa, não está nos gritos de libertação que antecedem a transformação política, tampouco nos valores decorrentes de toda a transformação, nem nos aspectos emotivos em que unem o povo ao sentido mais profundo de patriotismo, nem na caracterização de Napoleão como o espírito do mundo a cavalo, sua profundidade está no desenvolvimento do departamento I, produtor de capital fixo, que é produto característico da estruturação agrária necessária à produção de alimentos, para reprodução da classe trabalhadora, e matérias-primas para a indústria, a poesia da burguesia é estabelecida pelo aumento da produtividade do trabalho. Enquanto o desenvolvimento do capital estabelece o capital fixo como base de sua expansão, que se conclui com o desenvolvimento da indústria moderna, que necessariamente engendra o desenvolvimento do proletariado moderno. A burguesia como classe dominante como poder político, tem sua existência material ao consolidar-se como produtora de capital fixo, por isso sua poesia é antes de tudo dialética, a burguesia Inglesa se apresentava na história como classe revolucionária; A teoria econômica que logrou avançar perante o mundo como uma forma de racionalização do real e, ao mesmo

tempo como uma forma de gestão da economia mundial, atravessa o atlântico pelos produtos da indústria moderna, sem a transformação intelectual que a caracteriza.

Ao comparar a América Latina com a dominação Britânica na Índia, João Manuel desconsidera o papel do império Inglês na incorporação da nascente economia brasileira a partir do capital financeiro e de seus desdobramentos posteriores em termos de fração de classe, principalmente em relação à estrutura da terra na constituição do capital industrial “na América Latina a situação é distinta: o capitalismo industrial inglês nem tem o mesmo poder, nem maior interesse na reorganização das economias nacionais” (MELLO, 1991, p.48). A peculiaridade do Brasil em relação à Índia é não ter desenvolvido a produção industrial antes da incorporação pelo capital financeiro, fato peculiar relacionado com a política colonial portuguesa. A constituição do capital industrial no Brasil possui uma peculiaridade pelo vínculo político através do capital financeiro que politicamente mantém a estrutura concentrada de terras.

Os elementos fundamentais e característicos da organização econômica da colônia. Elas são em todos os setores, como acabamos de ver, a *grande unidade produtora*, seja agrícola, mineradora, ou extrativa [...] grande naquilo que reúne [...] um número relativamente avultado de trabalhadores subordinados sob as ordens e interesse do empresário¹³¹ [...] é neste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema da riqueza. (PRADO, 1994, p. 122).

Essa peculiaridade está na estruturação da terra e nos vínculos com o império inglês, isso é fundamental porque o desdobramento real se transmuta dele e não da origem do capital industrial. Essa desconsideração permitiu localizar a industrialização historicamente a partir do Estado e não como fruto do desenvolvimento da burguesia.

A transição do período manufatureiro para a época da indústria moderna é registrada na história como a era do ferro, que é essencial para transmitir e resistir à transformação de energia térmica em energia mecânica: o motor da produção industrial. O império inglês era reconhecido pelas ferrovias, locomotivas, pelo poderio militar e as mercadorias da indústria moderna na era do Ferro. Andrew Ure, escritor de *Filosofia das manufaturas* em nenhum momento descreve o aço em seu prefácio, o que caracteriza o poderio da era do Ferro.

A burguesa inglesa realizou a estruturação e o Departamento I com a produção de capital fixo, a centralidade nas ferrovias e a dificuldade de da história se

verificam com a crise de 1870 e, particularmente sobre o período até 1895. A estrutura agrária da Inglaterra em função das disponibilidades (áreas agricultáveis) era abrangida pela estrutura geopolítica, por isso a primeira guerra é extremamente lúcida sobre esse aspecto e, Ricardo se preocupa tanto com a renda da terra. Ricardo é o expoente intelectual desse processo preocupado com a estagnação e a importação de trigo.

A característica da acumulação e da geopolítica do império se expressa pela: (i) exportação de capital; (ii) exportação de capital fixo; (iii) construção de ferrovias “pelo mundo”; (iv) importação de alimentos e matérias-primas para reprodução do capital produtivo, e da classe trabalhadora, era de 90% das importações; (v) exportação de mercadorias industrializadas diante do protecionismo americano. (HOBBSAWM, 2003), a exportação de capitais tinha um significado profundo para uma produção industrial superior as capacidades do território: “esperaríamos encontrar – e encontramos realmente – depois de 1860 um déficit cada vez maior das importações sobre as exportações. No entanto, [...] em nenhum momento no séc. XIX a Grã-Bretanha apresentou um superavite” (HOBBSAWM, 2003, p. 133).

A história da constituição do estado inglês se funde com a história da constituição da indústria moderna, enquanto a indústria moderna em seus ciclos periódicos organiza a base produtiva desse império, o estado organiza sua reprodução a partir de uma estrutura geopolítica de acumulação global. Os movimentos se cruzam e estabelecem as situações engendradas em cada época, diante disso a burguesia inglesa reproduz os ciclos periódicos, o que pensa ser possível enquanto sua consciência não se apresenta a si como classe histórica. A Inglaterra entrará no século XX com a consciência mais profunda dessa fusão entre estado e ciclos periódicos da indústria moderna, a burguesia do Ferro e do Carvão agora encontrava diante de si a burguesia do aço e do petróleo. Reconstruir a história pelo *contradizer-a-si* da produção material e do processo político é compreender como se desenvolve o poder material de uma burguesia e, possibilidade real de esclarecer as especificidades dos estados imperialistas e sua estrutura geopolítica de acumulação.

¹³¹ Ver primeira citação desse capítulo.

6.1.1 A crise de 1870

A consolidação da Inglaterra como império mundial se defrontava com a industrialização americana e como a industrialização Alemã, a França se situava atrás desses países em termos econômicos. A Inglaterra apesar de sua estrutura geopolítica teve enormes dificuldades políticas de se reestruturar diante da necessidade de importação de matérias-primas e alimentos e exportação de mercadorias, construção de ferrovias, enquanto que EUA e Alemanha desenvolviam o departamento I da economia:

Após 1873 a situação do mundo “avançado” foi de rivalidade entre os países desenvolvidos [...] nem os Estados Unidos, nem a Alemanha, nem a França dependiam em grau substancial de volumosas importações de alimentos e matérias-primas. Na verdade, com exceção da Alemanha, eram eles importantes exportadores de alimentos. Tampouco dependiam, como a Grã-Bretanha, do comércio de exportação para colocarem seus produtos; na verdade os Estados Unidos produziam quase exclusivamente para o mercado interno e o mesmo acontecia em grande parte com a Alemanha [...] Os Estados Unidos foram a única grande potência econômica que permaneceu sistematicamente protecionista, porém mesmo eles passaram por um período de redução de suas taxas alfandegárias, em 1832-60 e também depois da Guerra Civil (1861-65) e até 1875. (HOBBSAWM, 2003, p. 129).

Parece-nos que o processo deflacionário da “Grande Depressão” da década de 1870 está estritamente relacionado com a expansão da oferta de alimentos e matérias-primas e difere na forma de absorção por cada economia dependendo das suas características cíclicas e de sua estrutura geopolítica. A economia norte-americana teve 65 meses de queda da produtividade entre outubro de 1873 e março de 1879. Os EUA voltam ao padrão ouro¹³² nessa década

Depois do *Gold Corner* de Jay Gould em 1872, o papel-moeda se estabilizara em uma faixa de US\$ 125 a US\$ 130 por US\$ 100 em ouro. Com a elevação do valor do dólar americano, o preço dos bens em papel-moeda deveria cair, e na verdade caiu, em cerca de 25% ao longo da década. (MORRIS, 2010, p. 137).

Na Inglaterra, a absorção da queda dos preços pelo volume de importação de alimentos e matérias-primas parece indicar o canal de transmissão dos preços, até porque a libra estava indexada ao ouro. O processo deflacionário ficou registrado no período aliado a volta das moedas, ao padrão ouro indexado na libra, a característica da época está nas transformações dos ciclos periódicos. Conectando

¹³² Furtado tem um registro muito valioso sobre esse aspecto na economia brasileira. A incapacidade de adoção aqui do padrão-ouro em função dos fluxos de capitais indexados no desequilíbrio externo surgia como patologia social nos economistas distanciados da especificidade da nossa realidade.

os dados de expansão da produção industrial do fim do século XIX e relacionando-os a produção de aço no início do século XX podemos concluir que esse período inicia a transição do império inglês ao império americano. No período 1876-1893 a produção industrial média na Inglaterra registrou 1,2%, de 1874-1893 se registrou nos EUA 4,9% e na Alemanha no período 1875-1892 se registrou 2,5% (MANDEL, 1985, p. 98). Hobsbawm registra, no capítulo VII, a produção de energia, a produção de aço, a estrutura geopolítica, a capacidade de produção de alimentos, o mercado interno, o comércio exterior e a exportação de capitais como elementos da transição. A expansão financeira, tendo a libra esterlina ser reserva de valor, expressa a transformação desses elementos e caracterizasse como excedente de capital do império, apesar da autonomização do capital-dinheiro como capital financeiro.

O desenvolvimento do motor a combustão (MANDEL, 1985, p. 84) e dos materiais de elaboração para construção das máquinas como o aço, expressam a superação da era do ferro como ficava gravada nos produtos imperialistas da indústria inglesa, o aço, o motor a combustão, a eletricidade e as máquinas operatrizes consolidam o desenvolvimento porque passa a indústria moderna na segunda metade do século XIX, e que na entrada do século XX marca a expansão sem precedentes na história, uma verdadeira civilização industrial. O motor a combustão, o petróleo e o aço são à base da industrialização do século XX¹³³.

Na década de 1880 se constitui o capital industrial no Brasil com a imigração e fim formal da escravidão (MELLO, 1991), a produção de café que iniciará em 1827 é a forma que se desenvolve o capital industrial na economia brasileira e da qual decorre as contradições do processo de acumulação. A burguesia brasileira se constitui a partir da produção de café e, o café se apresenta como o ativo que permitiu articular a república brasileira e manter a unidade política-institucional do estado.

Inserindo-se na produção de mais-valia global com a constituição do capital industrial pela produção cafeeira, a economia brasileira reflete o caráter histórico do desenvolvimento do capital fixo com a geopolítica de Portugal e a Geopolítica inglesa. Vinculada ao capital financeiro inglês, a economia brasileira a partir da década de 1820 expressava esse domínio nas formas concretas de produção e do desenvolvimento do departamento I. O alvará de 1785 que proibia às manufaturas

¹³³ Monteiro Lobato escreve sobre o papel do imperialismo na articulação desses fatores no plano internacional descrevendo a sua própria experiência e a do Brasil.

têxteis (exceto as relacionadas à reprodução da escravidão), a produção de ferro, a manutenção da estrutura agrária e seu aprofundamento com a lei de terras de 1850 engendraram uma transformação qualitativa na economia brasileira: o desenvolvimento industrial reproduziria a estrutura geopolítica do império inglês articulada endogenamente na estrutura agrária e na reprodução dessa própria estrutura na produção interna vinculada com o capital financeiro inglês, na manutenção do balanço de pagamentos, na estabilidade da moeda e nos preços do café e, então o capital industrial se constitui na economia brasileira independente de um processo de desenvolvimento do capital fixo, reproduzindo essa transformação qualitativa que iniciará com o complexo canavieiro que já estabelecerá a propriedade dos meios de produção¹³⁴. Politicamente essa transformação encontra na proclamação da república um golpe militar, na época alguém disse *por ora, a cor do governo é puramente militar, e deverá ser assim*.

Estruturalmente esse processo se apresenta em 1898 com *funding loan*, empréstimos em libras para rolar o serviço da dívida e manutenção do balanço de pagamentos. O século XX apresenta esse processo pela importação de capital fixo e pelo advento das indústrias subsidiárias. Materialmente o império inglês e a estrutura agrária brasileira são unidade, assim como a transição do império faz-se nessa unidade real. A industrialização retardatária, a industrialização restringida, a industrialização pesada e a substituição de importações devem ser entendidas nessa transformação qualitativa, indexada a libra, que se reproduzindo: (i) se depara com o modelo de crescimento para dentro, com o investimento endógeno articulado com essa transformação qualitativa e (ii) com a determinação apriorística da tese de surgimento da grande indústria pelas condições engendradas pelo capital cafeeiro.

A burguesia cafeeira se dividiria em duas frações¹³⁵: a fração financeira e a fração produtiva. A fração financeira se estabelece a partir do *funding loan* de 1898 (AURELIANO, 1999, p. 109).

A especulação comercial começa a intervir nos negócios do café depois de 1896. E a partir daí, seus manejos condizionarão em grande parte a evolução da economia cafeeira [...] Os fazendeiros, obrigados a ceder desde logo seu produto para atenderem aos encargos da produção, perdiam a diferença para os intermediários que em última instância não

¹³⁴ Isso responde a indagação de João Manuel no início do capítulo II de *O capitalismo tardio*. Forças produtivas é um conceito? Interessante como João Manuel apresenta o caráter endógeno da acumulação ao mesmo tempo em que apresenta os limites da base técnica e financeira caracterizando como restringida independente da moeda mundial.

¹³⁵ Por isso a leis de proteção ao trigo existiram numa Inglaterra industrializada e Ricardo criticava profundamente; por existir frações de classe que dominam o Estado.

eram senão grandes casas financeiras e bancos internacionais que operavam na sombra [...] Os intermediários do comércio serão compradores na primeira fase, vendedores na segunda. Acabaram assim, em detrimento dos produtores, a maior parte dos lucros do negócio. (PRADO, 1976, p. 230).

São essas as condições engendradas globalmente a partir das condições concretas da economia brasileira que absorve o capital fixo, através de divisas em libra esterlina, produzidos pelo capital cafeeiro.

6.2 Século XX: Qual século XXI?

No início do século XX, em 1901¹³⁶, a produção de aço nos Estados Unidos da América¹³⁷ chegava a impressionantes 13 milhões de toneladas em comparação com apenas 4 milhões e 900 mil do então império inglês¹³⁸, e com a produção de 6 milhões e 394 mil toneladas da Alemanha. As expansões cíclicas se situavam em movimentos próximos, na economia norte-americana foram três expansões na primeira década do século XX de 24, 21 e 33 meses, na economia inglesa a produção de aço teve duas quedas, o que sugere dois ciclos periódicos nessa década, em função do caráter cíclico da produção de aço. No período 1894-1913 a produção industrial média foi de 5,9% nos EUA, 4,3% na Alemanha (1893-1913) e 2,2% na Inglaterra (1894-1913) (MANDEL, 1985, p.98). Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha expandem a produção de ferro gusa, sendo que nos Estados Unidos em 1901 o índice era de 170, na Inglaterra era de 99 e na Alemanha era de 134; em 1910 os índices passaram para 292, 126, 252 (MITCHELL, 1984, p. 41). A primeira guerra era consequência da cisão burguesa e necessidade de controle geopolítico das matérias-primas em âmbito mundial. A crise de 1870 que marca a desestruturação da estrutura geopolítica de acumulação da Inglaterra só se concluiu após a primeira guerra mundial quando o dólar passa a ser moeda mundial

¹³⁶ Hobsbawm situa na década anterior o momento em que EUA e Alemanha ultrapassam a produção Inglesa.

¹³⁷ Não existe Departamento I e IV desenvolvido sem o controle político da produção de aço.

¹³⁸ Esses dados são referentes à Hobson em *A evolução do capitalismo moderno*. Nos dados da comissão monetária nacional dos estados unidos sobre a produção de aço na Inglaterra consta a quantidade produzida de 4.897.044 o que registra uma pequena diferença em relação aos dados apresentados por Hobson, que não elimina essa impressionante produção americana e sua supremacia diante do império do ferro na era do aço.

juntamente com a libra esterlina e a Inglaterra deixa de ser credora dos Estados Unidos da América.

Aqui, se pode apresentar pela forma acabada a conexão entre o desenvolvimento do departamento I e do capital financeiro com seu ciclo autônomo, em relação ao capital industrial produtor de mais-valia, em termos geopolíticos.

Dois destes quatro países – a Inglaterra e a França – são os mais antigos países capitalistas e, tal como o veremos, os mais ricos em colônias; os outros dois – os Estados Unidos e a Alemanha – são os mais evoluídos pelo rápido desenvolvimento e pelo grau de extensão dos monopólios capitalistas na produção. No seu conjunto, estes quatro países possuem 479 bilhões de francos, ou seja, cerca de 80% do capital financeiro mundial. Quase todo o resto do mundo é, de uma forma ou de outra, devedor e contribuinte destes países, que são os quatro pilares do capital financeiro mundial, verdadeiramente banqueiros internacionais. (LÊNIN, 1974, p. 79).

A exportação de capital do império inglês para a Europa e EUA declinava desde 1860 até a primeira guerra mundial. Em 1912 o dólar estava na política externa dos Estados Unidos “pero hay outra forma más taimada y más eficaz de imperialismo, el del dólar [...] el presidente Taft [...] parece tener una predilección especial por la ‘diplomacia del dólar’” (DUROSELLE, 1965, p. 22). Longe das teorias políticas e, na consciência do próprio estado em ação se desenvolve os elementos de debate em torno da existência do imperialismo:

La definición estricta de la “diplomacia del dólar”, la que se aplica más precisamente a la política de Taft, puede formularse así: una acción del gobierno norteamericano ante países extranjeros para abrir esos países a los capitales norteamericanos o para facilitar la ampliación del monto de capital norteamericano ya invertido. (DUROSELLE 1965, P. 25).

A primeira guerra mundial expressa a cisão imperialista e a profunda disputa pelo controle das matérias-primas e dos mercados globais. Ao fim da primeira guerra mundial, a *Standard Oil*, juntamente com o estado americano constituíam o poder necessário de um lado para formar a maior indústria de petróleo do mundo e de outro indexar o dólar ao petróleo¹³⁹.

A Standard Oil de Rockefeller, querendo possuir tudo, fundou, na própria Holanda, uma sociedade filial, açambarcando as fontes petrolíferas das índias Neerlandesas e procurando, assim, atingir o seu inimigo principal – o truste anglo-holandês da Shell. Por seu turno o Deutsche Bank e os outros bancos berlinense procuraram, contra Rockefeller, guardar a Roménia e associá-la a Rússia [...] A luta tinha de terminar e terminou efetivamente, em 1907, pela derrota total do Deutsche Bank que se viu colocado perante a alternativa: ou liquidar os seus interesses petrolíferos perdendo milhões, ou submeter-se. Foi esta última solução que adoptou; um contrato bastante

¹³⁹ O ouro depois de constituído a forma dinheiro saía da terra já como dinheiro, como se fosse seu destino ser dinheiro, o petróleo se tornou lastro da moeda e antes mesmo de ser extraído já aparece no sistema bancário como uma imensa massa de crédito a ser disponibilizados à acumulação.

desvantajoso para o Deutsche Bank foi concluído com a Standard Oil pelo qual aquele se obrigava a nada empreender que pudesse prejudicar os interesses americanos; contudo, uma cláusula previa a anulação do contrato no caso de a Alemanha adoptar, por via legislativa, o monopólio de Estado sobre o petróleo [...] o Governo, teve medo, ante a ideia de travar luta contra Rockfeller, pois era bastante duvidoso que a Alemanha pudesse chegar a obter petróleo independentemente deste último [...] A Standard Oil de Rockfeller saía, momentaneamente, vitoriosa da luta. (LÊNIN, 1974, p. 94).

A primeira guerra caracterizava-se após a expansão das forças produtivas nos Estados Unidos por desestruturar a estrutura geopolítica de acumulação da Inglaterra caracterizada principalmente pelo comércio exterior de matérias-primas e exportação de mercadorias industrializadas, as consequências desse fato histórico na moeda mundial se registrariam na década de 1920. As características do império inglês são contestadas na primeira guerra mundial e derrotadas na prática

Em termos de comércio visível, a derrocada sobreveio subitamente após a I Guerra Mundial. O colapso deveu-se tanto à crise geral da economia mundial [...] como à retardada, porém inevitável revelação de que a indústria britânica havia-se tornado obsoleta e ineficiente. (HOBBSAWM, 2003, p. 139).

Paradoxalmente, o mesmo processo que debilitava a produção britânica – o surgimento de novas potências industriais, a diminuição do poder de competição britânico – fortalecia o triunfo das finanças e do comércio do país [...] Os fios da trama do comércio e das liquidações financeiras mundiais corriam por Londres, e cada vez mais, pois somente Londres podia tapar os buracos que se abriam nela. A I Guerra Mundial despedaçou essa trama [...] A Grã-Bretanha deixou de ser a maior nação credora do mundo, sobretudo por ter sido obrigada a liquidar grande parte de seus investimentos nos Estados Unidos [...] maior nação credora do mundo. A depressão de 1929 destruiu a ilusão de um retorno à *belle époque* anterior a 1913, e a II Guerra Mundial sepultou-a. (HOBBSAWM, 2003, p. 140).

Como então manter uma expansão industrial sem a estrutura geopolítica que se articulava a reprodução da classe trabalhadora? Como credor, os Estados Unidos teriam tarefa de manutenção e reorganização do sistema monetário internacional, agora indexado ao dólar:

Mas na etapa atual do desenvolvimento, esta alcança um conjunto de objetivos imperialistas por vias “pacíficas”, quase “filantrópicas”. Tomemos a questão da estabilização da moeda, que é o traço mais claro da assim chamada estabilização do capitalismo. O país mais rico de Europa, a Grã-Bretanha, estabilizou atualmente sua libra esterlina. Como estabilizou? Por meio de um empréstimo de 300 milhões de dólares de Nova York, de maneira que, se a libra esterlina cai em seu valor, o capital americano a deveria salvar. A consequência disso é que agora a libra esterlina tornou-se brinquedo nas mãos da Bolsa de Valores americana, a qual em qualquer momento poderia desvalorizá-la. O que se usou oficialmente nas relações com a Alemanha, o que amadureceu as relações com a França – o sistema Dawes – é, agora, ao menos parcialmente, contemplado em relação à Grã-Bretanha. Na verdade, isso não significa, de jeito nenhum, que a América

possa levar adiante com êxito, até o fim essa política e estabilizar uma Europa “davesizada”. (TROTSKY, 2008, p. 65).

Em maio de 1922 a Alemanha produzia uma superprodução de capitais, a taxa de câmbio era de 69 Marcos para 1 Dólar, a hiperinflação se produziu justamente no período de incapacidade de expansão da produtividade do trabalho, alcançando em novembro de 1923 o nível mais baixo do ciclo e uma taxa de câmbio de 530.000.000.000 marcos por dólar. A pressão sobre a estabilização do sistema monetário internacional com o dólar como credor influenciava o processo de hiperinflação no ano de 1923, com o dólar em dezembro desse ano valendo 1.000.000.000.000 (SCHMIDT, 1934, p.11). A Inglaterra que deixara sua posição de credora volta a paridade ouro e sofre forte valorização sofrendo a pressão americana para estabilizar sua moeda. As moedas se indexavam ao dólar como padrão para manter sua estabilidade.

A estabilização da libra esterlina com o ouro é indubitavelmente um “elemento de regulação”, mas, ao mesmo tempo, a estabilização da moeda só revela, de forma mais clara e precisa, a decadência da Inglaterra e sua colossal dependência para com a América. (TROTSKY, 2008, p. 69).

Essa década antes de ser registrada na história pelo *crash* da bolsa em 1929 precisa ser registrada pela consolidação do dólar frente à libra esterlina pela posição financeira dos Estados Unidos. O elemento significativo de uma estrutura geopolítica, o poder militar, só poderia ser decidido com outra guerra e então o dólar que se torna moeda mundial se concretiza a partir de quatro lastros: a produção (produtividade e taxa de acumulação), o endividamento público, a exportação de capital (fixo e financeiro), o petróleo e o poder militar. Numa entrevista em 1931 ao *Manchester Guardian*:

As bases materiais dos EUA não têm precedentes. Sua preponderância potencial no mercado mundial é superior à preponderância real da Inglaterra no período de apogeu de sua hegemonia mundial... Esta energia potencial se transformará inevitavelmente em energia cinética, e algum dia o mundo será testemunha de uma grande explosão da agressividade ianque em todos os cantos do planeta. (TROTSKY, 2008, p. 8).

Vejo nesse processo que embora em termos de produção industrial os EUA estivessem à frente da Inglaterra, o império norte americano só se estabelece após a segunda guerra quando constitui o maior poder militar do mundo e organiza o sistema monetário a partir do dólar. Isso nos permite dizer que no período entre

guerras a burguesia americana não tinha consolidado seu poder material perante a burguesia Inglesa, é dizer, nesse período existiam dois impérios e a URSS¹⁴⁰, por isso a segunda guerra caracteriza-se pela luta interimperialista para consolidar seu poder material global.

A crise periódica da economia norte americana de agosto de 1929 a março de 1933, produziu o *crash* da bolsa de Nova York em 1929, enquanto se realiza no Brasil a desestruturação do padrão de acumulação do capital industrial estruturado no capital cafeeiro, pelo tenentismo que finda na revolução de 1930, registrada ainda pela importação de capital fixo, considerado pelo esquema Cepalino como período de crescimento para dentro tendo no investimento a variável endógena dinâmica e por João Manuel como processo que se engendra a indústria moderna. A subordinação ao capital financeiro do império inglês para manutenção das contas públicas desde a década de 1820 limita qualquer possibilidade de desenvolvimento do departamento I, sem uma transformação política, o próprio pagamento desse capital com os *funding loans* a partir de 1898 fundamentavam-se na exportação que regulava a estabilidade da moeda e da capacidade fiscal e financeira do estado.

Não é assim difícil de compreender a debilidade orgânica em que se debaterá a indústria brasileira. E sua grande vulnerabilidade. A sua sorte estará indissolúvelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país; bem como o estado das finanças públicas e o ritmo das emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado. Qualquer conjuntura favorável das finanças externas brasileiras repercutirá duramente na indústria. Isto se observa em particular no período que se segue à I Grande Guerra. A prosperidade de que gozara no decurso do conflito prolongar-se-á no após-guerra, graças sobretudo à desvalorização da moeda e a emissões de vulto. Mas em 1924 inverte-se a situação: cessa a política de emissões, a moeda se revaloriza e depois de algumas oscilações, estabiliza-se a partir de 1927 [...] depois de um largo período de penúria total do ouro, o encaixe metálico do país subirá [...] esta situação atingirá profundamente a indústria que não poderá mais fazer frente à concorrência estrangeira favorecida pela grande folga nas finanças externas do país. (PRADO, 1976 , p. 266).

Com os empréstimos ingleses do século XIX, a dominação política do estado brasileiro e a pressão para o fim da escravidão durante esse século em função da estrutura geopolítica (HOBSBAWM, 2003), exerce influência na dinâmica econômica ao estabelecer espaços de acumulação para seus capitais e grupos econômicos.

¹⁴⁰ Citaremos alguns fatos relacionados a URSS, e não poderemos aprofundar o debate desde a revolução Russa até o fim da URSS. Atentaremos-nos aos fatos geopolíticos que de certa forma considerem a existência da URSS.

Mais sólido é um setor particular da indústria brasileira que se veio desenvolvendo sobretudo a partir da I Grande Guerra: refiro-me as indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras [...] As primeiras indústrias subsidiárias já datam no Brasil de antes da I Grande Guerra [...] de material ferroviário [...] carnes congeladas [...] mas é depois da I Grande Guerra que as indústrias subsidiárias se multiplicam no Brasil [...] veículos motores, produtos farmacêuticos e químicos, aparelhamento elétrico, alimentação (farinhas, conservas, etc). (PRADO, 1976 , p. 266).

Àquele desenvolvimento do departamento I realizado pela Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha dificilmente aconteceria diante de um estado dominado politicamente e economicamente, a base de desenvolvimento do departamento I situa o caráter geopolítico do imperialismo:

As empresas estrangeiras, sobretudo mais tarde, mas embora modestamente já no período de que ora nos ocupamos, trarão contribuição decisiva para o desenvolvimento da indústria brasileira. E será contribuição particularmente importante, porque serão os principais responsáveis pelo estabelecimento no país de uma indústria de base capaz de iniciar aqui mesmo a elaboração da matéria prima e a produção do material semi-elaborado, e mesmo a maquinaria destinados às diferentes indústrias que trabalham diretamente para o consumo final. (PRADO, 1976 , p. 268).

Até à I Grande Guerra, os interesses financeiros internacionais estimulam o desenvolvimento da lavoura cafeeira no Brasil; uma nova direção dos principais interesses neste setor favorece a concorrência de outras regiões produtoras, antes mais ou menos estagnadas ou mesmo em decadência, como a Colômbia, a América Central, as colônias, depois países africanos nominalmente soberanos; eles crescem em importância, e o Brasil perde terreno. Estimulados pelas concorrências, os grandes trustes resolvem descentralizar sua produção, disseminando suas unidades pelo mundo e localizando-as nos pontos estratégicos dos mercados e das fontes de matérias-primas; o Brasil recebe uma quota desta distribuição e se industrializa; mas qualquer nova conjuntura mundial, econômica ou política, pode tornar outro ponto mais interessante [...] É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. (PRADO, 1976 , p. 279).

Realizava-se no território o desenvolvimento do capital fixo, mas não como projeto histórico da burguesia brasileira como forma de consolidar seu poder material diante da classe trabalhadora não bastará isso, o capital financeiro inglês que vinculava a economia brasileira com a estrutura de acumulação do império inglês passa para o segundo plano nessa articulação com os Estados Unidos na posição de credor após a primeira guerra. Os empréstimos externos do Brasil após 1925 foram feitos 75%, em dólares. O dólar como capital de empréstimo se tornará dominante.

Até 1900, praticamente todos os empréstimos brasileiros foram lançados em Londres. Em 1914, os empréstimos em libras esterlinas ainda representavam cerca de 85% do total, com o resíduo correspondendo a empréstimos franceses. Wall Street tornou-se, nos anos 1920, o mercado financeiro mais importante para o Brasil e, no fim da década, os empréstimos em dólares representavam cerca de 30% do estoque da dívida. Os empréstimos estaduais e municipais correspondiam, em 1895, a cerca de 8% do total. Em 1930, essa proporção havia aumentado para mais de 40% do endividamento externo total (inclusive os empréstimos destinados à valorização do café nos anos 1920). (ABREU, 2002, p. 516).

Com a posição norte-americana após a primeira guerra mundial, a industrialização brasileira tem seu significado profundo na estrutura geopolítica de acumulação norte-americana, onde a estrutura concentrada de terras para produção de matérias-primas, alimentos e extração de recursos minerais aprofundam essa conexão material como forma de reprodução ampliada. Essa estruturação pressupõe o aprofundamento com as relações com a Europa, a partir do Plano Marshall, elucidar esse processo é parte do entendimento do significado histórico da segunda guerra e da constituição do dólar como moeda mundial.

No século XIX e no início do século XX, as exportações dos países metropolitanos concentravam-se basicamente em bens de consumo, carvão e aço. Após a depressão mundial de 1929, entretanto, e especialmente depois da segunda guerra mundial, o padrão das indústrias exportadoras imperialistas deslocou-se cada vez mais para máquinas, veículos e bens de capital. O peso desse grupo de mercadorias no pacote de exportações de um país tornou-se virtualmente um indicador de seu grau de desenvolvimento industrial. No entanto, a exportação cada vez maior de elementos do capital fixo resulta interesse crescente dos maiores grupos monopolistas por uma industrialização incipiente do Terceiro Mundo: afinal, não é possível vender máquinas aos países semi-coloniais, se eles não tem permissão para utilizá-las. Em última análise, é esse fato a raiz básica de toda a "ideologia do desenvolvimento", que tem sido promovida no Terceiro Mundo pelas classes dominantes dos países metropolitanos. (MANDEL, 1985, p.43).

Essa exportação de capital fixo apresentada por Mandel deve ser investigada a partir das contradições internas da expansão da economia brasileira, a despeito das expressões *semi-colonial*, *países metropolitanos*. Só apreendendo essa especificidade contraditória como manifestação da acumulação global pode-se reconstruir o caráter histórico da industrialização brasileira por isso a importância de compreender as características do ciclo do capital na economia brasileira.

O ciclo é a forma de crescimento da economia no regime em que vivemos, e, embora constitua fenômeno geral que precisa ser explicado com uma teoria única de conjunto, ele se manifesta de maneira diferente nos centros cíclicos e na periferia [...] é claro que para essa discussão não se realize num plano abstrato, seria necessário examinar o caso particular de cada país [...] se conseguirmos realizar a investigação científica e estimular a

formação de economistas capazes de irem captando as novas manifestações da realidade, prevendo seus problemas e colaborando na busca de soluções, teremos prestado um serviço de importância incalculável para o desenvolvimento econômica da América Latina. (PREBISCH, p. 136).

Raúl Prebisch demonstra profunda percepção sobre uma realidade específica e um conhecimento peculiar dos mecanismos econômicos características intrínsecas de quem apresenta de forma inteligente convicções políticas na análise se perder a precisão da análise. João Manuel Cardoso de Mello, proprietário da crítica à tese cepalina de repartição dos frutos do progresso técnico via preço, a partir da tese de acumulação de capital pelo trabalho concreto, esqueceu que todo o processo de análise deve sua existência aos elementos reais que devem fazer parte do processo de investigação. Para compreender o ciclo do capital na economia brasileira faz-se necessário entender o desenvolvimento do departamento I, produtor de capital fixo, o que difere substancialmente de apresentar as contradições internas que engendraram a constituição do capital industrial. A primeira fase da circulação é realizada no exterior com a importação de capital fixo, que se constituirá como lastro da moeda mundial. João Manuel ao desconsiderar os elementos reais apresentados por Prebisch teve a proeza de considerar a teoria marxista da dependência como *mera reprodução radicalizada da problemática cepalina*, evidente que a instrução nº 113 da SUMOC de 1954, não faz diferença alguma numa análise que desconsidera o desenvolvimento do departamento I como projeto histórico da burguesia para consolidar seu poder material, tampouco a compreensão do caráter histórico das teses de Prebisch, principalmente o texto de 1949. O ciclo do capital da economia brasileira independente das modificações de João Manuel se situa nos registros estatísticos do Banco Central do Brasil: a variação das importações de bens de capital em 2012 registrou 1,37%, em agosto registrou 14,06% enquanto a produção em 2012 registrou variação de -12,03% e, em agosto 6,4%. Certamente, Marini como crítico das teses de Raúl Prebisch era um discípulo, ainda que herege.

A década de 1920 no Brasil registra a crise do café como padrão de acumulação e transição de uma hegemonia política que foi construída a partir da organização dessa produção. A Revolução de 1930, constituiu uma transição de hegemonia burguesa na condução do estado brasileiro, tendo na burguesia gaúcha a fração hegemônica; essa fase expressa o fim do capital cafeeiro como padrão dominante de acumulação do capital industrial, mas surge de um intenso embate de

grupos políticos e frações da burguesia brasileira mais que entender o processo de acumulação e seus limites históricos faz-se necessário encontrar sua mediação com as forças políticas e frações de classe que podem realizar na prática os processos materiais. Getúlio dependendo da receita cambial do café deveria controlar a desvalorização cambial gerada pela adoção do padrão-ouro em 1927 e pelos fluxos de capital financeiro em função da quebra da bolsa de 1929. Com a desvalorização foi realizado o controle de importação e a hierarquização do uso de cambiais, centralizada pelo banco do Brasil, que funcionava como executor da política monetária (ABREU, 1990). A política cafeeira do governo provisório (1930-34) foi financiada por créditos do banco do Brasil e por taxação das exportações (ABREU, 1990).

Interessante perceber como os EUA na negociação do endividamento continuavam com a diplomacia do dólar através de uma política conciliatória em relação a dívida externa como forma de manter sua posição comercial, já os ingleses se posicionavam de forma contrária, sendo que o investimento americano aumentou proporcionalmente aos investimentos europeus. A estabilidade da moeda é condição necessária para manutenção da repartição da mais-valia global. A crítica de que a política de geração de déficits para manutenção da atividade econômica, principalmente ligada a produção do café foi na verdade utilizada para o equilíbrio fiscal do governo e não para a manutenção da atividade econômica e que essa política gerou na verdade restrições da produção a retomada da atividade econômica, desconsidera que a estabilidade da moeda, em estados com moeda não conversível, está estritamente vinculada a geração de divisas na moeda mundial. Desconsiderar a relação entre a geração de divisas e a produção de café relacionada a ela é desconsiderar que o ajuste fiscal se realiza com a manutenção do balanço de pagamentos a partir dos fluxos internacionais de capitais. A crítica feita dessa forma desconsidera o mil-réis e suas relações com o fluxo internacional de capitais, se o equilíbrio fiscal era o objetivo primeiro do governo, isso só poderia ser alcançado com uma política que considerasse a exportação do café na geração de divisas cambiais.

O estado novo, como institucionalidade burguesa é registrado como obra política do governo de Getúlio, não há dúvida quanto a isso, mas essa caracterização apresenta alguns dos elementos desse processo, mas não o principal. Após o levante comunista de 1935, aconteceu uma reunião entre os

principais generais do exército brasileiro, no dia 3 de Dezembro de 1935, para traçar a estratégia de manutenção do *status quo*.

O ponto mais importante da reunião, sem dúvida, foi a intervenção do General Góis Monteiro ao propor um golpe de estado e a abolição da constituição de 1934 e, em seguida após a “normalização da situação” promulgar uma nova constituição, inclusive Góis diz: “reconheço que a solução é perigosa” (SILVA, 1970, p.95). Esses dois elementos ressurgiram realmente em 1937 com a concretização do estado novo, nesse momento nos importa perceber o significado geopolítico desse processo em função de ele surgir primeiramente no exército brasileiro. A URSS se caracterizava, entre outras, pela expansão por anexação territorial o que certamente causava receio nas forças militares, mas que isso, esse fato político permitiu um atrelamento profundo entre as forças militares do Brasil e dos EUA. Essa constatação é suficiente para desconstruir o entendimento de que o estado novo refletia apenas uma reorganização e aliança de classe das frações da burguesia brasileira, é dizer, da fração agrário-exportadora e da industrial em consolidação. Outro elemento importante do estado novo diz respeito a tentativa de criação de uma petroleira por Monteiro Lobato, que resultou em sua prisão política e no livro *O escândalo do Petróleo – Ferro*, os dois elementos de base para a constituição do departamento I. As pressões em torno de Lobato tinham origem na então *Standard Oil* primeira interessada na manutenção do cartel de petróleo mundial. A figura de Góis Monteiro é emblemática e, sintetiza um processo importantíssimo da história brasileira e da história mundial: esse chefiou a revolução de 1930, participou da elaboração da constituição federal de 1934, idealizou o estado novo, participou da prisão política de Monteiro Lobato em função da questão do petróleo, negociou no início da década de 1940, a CSN em território americano, participou da deposição - junto com o General Dutra - de Getúlio em 1945 e ainda de seu segundo governo. Os elementos geopolíticos necessários a constituição do dólar como moeda mundial aparecem na história de Góis: o petróleo, o militarismo e o departamento I. Essa linha histórica expressa o caráter geopolítico do estado novo em relação a estrutura geopolítica de acumulação americana que se expandia na exportação de capital fixo como forma de consolidar politicamente seu departamento I, como unidade entre mais-valia relativa e absoluta, mas que uma coalização das frações da burguesia

brasileira¹⁴¹. O proletariado era organizado na década de 1940, pela política do estado novo, era organizado formalmente por uma política de estado através do salário mínimo de 1940 e a consolidação das leis do trabalho (CLT) em 1943.

A segunda guerra mundial concretiza a alteração do império mundial e pela consolidação do dólar como moeda mundial e dos Estados Unidos como maior potência militar. Localizada principalmente na Europa, a segunda guerra fez com que as transformações geopolíticas posteriores a guerra fossem mais profunda em função da base industrial dos Estados Unidos não ser brutalmente afetada como na Europa, o Plano Marshall caracteriza e ilustra esse processo.

Interessante perceber como a segunda guerra influenciou a expansão industrial norte-americana e, analisar essa pelos seus efeitos nos departamentos da economia. O departamento I se expandiu de um índice de 83 em 1935, para 109 em 1939 chegando no nível mais alto no ano de 1943 com índice de 360 (base 1935-1939=100) (BUSINESS STATISTICS, 1951), sendo que os gastos militares no mesmo ano foram os mais altos registrados durante a segunda guerra e também na história dos Estados Unidos até aquele momento num total de 42,8% do PNB (MANDEL, 1985, p. 194). Registrando uma relação íntima entre o departamento I e departamento IV¹⁴². O poder naval do império inglês assume agora sob o império norte-americano o poder de fazer guerras e intervenções explícitas e implícitas.

No primeiro ano antes da segunda guerra, 1938, o volume de emprego era de 44.220 milhões e 340 mil nas forças militares de uma força de trabalho total de 54.950 milhões. Em 1941 a força de trabalho aumento para 57.380 milhões, o volume de emprego para 50.350 milhões e nas forças militares para 1.470 milhões. No famoso ano de 1943, o ano de maior expansão militar e do capital fixo o volume de emprego alcançava 54.470 milhões e nas forças armadas 8.870 milhões para uma força de trabalho de 64.410 milhões, com 1.070 milhão de desempregados. “Exceto durante a guerra, duvido que haja algum exemplo recente de uma expansão

¹⁴¹ Esse processo geopolítico é de tamanha importância, para análise da concretização do departamento I no Brasil e, pra acumulação desigual e combinada a partir da segunda guerra. Interessante e curioso como Marini, Francisco de Oliveira e João Manuel se distanciam desse processo e, ainda como em nenhuma dessas análises a moeda mundial se apresenta como nexos da acumulação desigual e combinada. As dificuldades de apreender a história da economia brasileira após esse distanciamento é verificado nas análises do II PND, sempre inconclusivas.

¹⁴² Em função da concretização do departamento I, o ciclo periódico de superprodução de capitais ocorre necessariamente apenas nos estados imperialistas que desenvolvem esse departamento e, ainda o departamento IV com uma hierarquia marcada. Os ciclos que a economia brasileira enfrenta não são de superprodução clássica, mas superprodução relativa ao império e as economias imperialistas indexadas ao dólar.

bastante forte que tenha levado ao pleno emprego” (KEYNES, 1985, p. 222). E então foram preparadas medidas para conter os efeitos do fim da guerra como o *employment act 1946*.

De acuerdo con un convenio observado com assombrosa exactitud, los portavoces de negocios norteamericanos no expresan a menudo en público los temores que les inspira la depresión. Antes de que terminara la guerra se tenía por descontado que habría un colapso en la posguerra con un desempleo que alcanzaría los siete, ocho o diez millones. La llamada planificación de pós-guerra consistió casi exclusivamente en planes preventivos para semejante desastre. Las garantías de posguerra para los precios de productos agrícolas, los grandes programas de obras públicas que se proyectaron y la Employment Act de 1946, todas esas medidas suponían tacitamente semejante colapso. (GALBRAITH, 1955, p. 10).

Esse processo caracteriza a relação íntima entre os departamentos I e IV na expansão em meses do ciclo periódico, registrando uma expansão de 80 meses desde junho de 1938 até fevereiro de 1945, e no volume de emprego e também as dificuldades posteriores de manutenção do volume de emprego no após a segunda guerra mundial. Ocorreram modificações institucionais para o novo padrão global de império

Em 1944, quando se aproximava o fim da Segunda Guerra Mundial, os países vitoriosos reuniram-se em uma conferência em Bretton Woods, EUA. O tema da conferência era a reconstrução da economia internacional após a guerra. Era preciso definir regras e procedimentos para organizar as relações econômicas internacionais e deviam ser criadas instituições para aplica-los. A decisão de criar o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi um dos resultados dessa conferência. (CARDIM, 2004, p.179).

Em vez de uma união internacional de compensação, a proposta de Keynes, foi criado o FMI, o qual Keynes criticara pela incapacidade de ser super banco central (CARDIM, 2004). O período posterior à segunda guerra foi intenso para os interesses geopolíticos norte-americanos, que buscava se consolidar diante dos países imperialistas como Japão e Alemanha e da URSS, foi o momento que os EUA a partir da OTAN controlavam a produção do departamento IV, só com esse fato se pode concluir que o dólar é a única moeda mundial, do contrário aceitaríamos que a moeda existe apenas monetariamente. Com a destruição da Europa após a guerra foi criado um programa de recuperação denominado de Plano Marshall que foi realizado com um montante “de US\$ 13 bilhões de dólares em quatro anos” (DAVIDSON, 2004, p.355), antes de ser localizado como uma articulação política frente a URSS deve ser entendida pela expansão do poder material da burguesia americana, os dados de exportação total desagregada por

continentes evidenciam o caráter do Plano Marshall. As exportações para a Europa embora decresçam no período após 1947 de uma média mensal de 472.526 milhões de dólares para 355.333 milhões de dólares em 1948, 342.951 em 1949 e 245.474 em 1950, se mantem acima das exportações relacionadas a outras regiões geopoliticamente importantes. A social democracia europeia teve seu mais importante fundamento na função de crédito do dólar.

Do pós-guerra até a década de 1970, a expansão dos ciclos em meses mudava sua característica entre as economias imperialistas, nos EUA a média entre outubro de 1949 até Agosto de 1971 foi de 47 meses do menor nível ao pico e na GBR foi de apenas 25 meses de Julho de 1950 até março de 1972. Essa alteração da expansão em meses do ciclo periódico nos permite realçar o Plano Marshall como um dos elementos geopolíticos de constituição do dólar, na medida que mesmo os Estados imperialistas como Alemanha, Inglaterra e França indexavam suas economias ao dólar e o petróleo era precificado em dólar.

A acumulação global e as ditaduras militares na América Latina coexistem e são momentos que produziram a constituição do dólar como moeda mundial pelo fundamento do departamento I consolidando a estrutura geopolítica de acumulação da economia norteamericana. Porque as ditaduras gravitam o período de inconversibilidade do dólar ao ouro? Essa década marca uma diminuição da quantidade de ouro de 17 bilhões de 1961 para 11 bilhões em 1970, na reserva do banco central e do governo. É importante desagregar o déficit para: (i) verificar os países que se tornam superavitários e (ii) as mercadorias contidas principalmente se estão relacionadas com a reprodução da força de trabalho e/ou matérias-primas. Nos dados de 1968, as maiores quantidades de importação são de US\$ 14,154 bilhões para suplementos industriais e de US\$ 5,331 para bens de consumo, é dizer, o déficit em conta corrente se relacionam com a expansão da produção industrial, essa contradição está contida no debate sobre 1971.

A década de 1970 registra e caracteriza qualitativamente a capacidade analítica das teses sobre a produção global capitalista e, principalmente as mediações que estão envolvidas, tais quais, o estado nacional e o porquê da existência de burguesias nacionais, a transição do poder mundial da Inglaterra para os Estados Unidos e as estruturas geopolíticas de acumulação que se produzem, o

lastro que caracteriza o dólar como moeda mundial e o processo de industrialização na economia mundial a partir da instabilidade do dólar¹⁴³.

A decisão do Presidente Nixon em agosto de 1971 de efetivar a inconvertibilidade do dólar em ouro foi entendida como uma atitude unilateral e um rompimento com o sistema de Bretton Woods¹⁴⁴ e, politicamente o foram. “Não há meios para nos libertarmos da moeda, mesmo abolindo o ouro, a prata e os meios legais de pagamento” (Keynes, 1985, p. 204). A estrutura geopolítica de acumulação americana estruturava essa decisão ao mesmo tempo em que essa decisão permitia a manutenção dessa estrutura e de sua governabilidade, o dólar e a economia americana se desvinculavam da estrutura produtiva do ouro¹⁴⁵ em relação à função de crédito da moeda¹⁴⁶ e constituía um sistema monetário onde os demais estados deveriam ter reserva em dólar para transações internacionais e manutenção do mercado de câmbio, a *onça troy* se precificava em US\$ 35 dólares. A principal alteração se deve a particularidade desse sistema pelo fato de que o império poderia desvalorizar unilateralmente sua moeda usando como um mecanismo de exportação monetária da crise¹⁴⁷. Quando a base de crédito está indexada no ouro uma exportação de capital diminui esse lastro afetando o sistema bancário, a partir de 1971 esse mecanismo deixa de existir e a desvalorização da moeda não contrai o lastro do sistema de crédito, é dizer, a desvalorização da moeda não é indexa a crise do império.

Então, o dólar, como moeda mundial inconvertível ao ouro, expressa a conexão íntima com a valorização do capital determinada pela reprodução ampliada americana, pela exportação de capital fixo e pelo departamento I das economias dominadas, pelo petróleo precificado em dólar, pela dívida americana e pelo departamento IV. Tal conexão existe como unidade da produtividade do trabalho,

¹⁴³ Economistas keynesianos atribuem essa característica ao dólar pela consequência que produz em termo de volatilidade cambial em países sem controle de capitais.

¹⁴⁴ As teses que consideram a desagregação de Bretton Woods e/ou crise do sistema monetário internacional com a inconvertibilidade de 1971 diferem do nosso entendimento e também do estado como expressão das burguesias nacionais.

¹⁴⁵ Essa desvinculação se dá tanto no plano do sistema monetário como das tensões geopolíticas em torno dos principais produtores de ouro do mundo, no caso, a URSS. Nesse caso as tensões políticas são secundárias, pois a inconvertibilidade só pode ser realizada a partir de uma estrutura produtiva como a economia americana.

¹⁴⁶ Keynes criticava o sistema monetário baseado no ouro pelo viés deflacionário que causava no crédito.

¹⁴⁷ Quando a base de crédito está indexada no ouro uma exportação de capital diminui esse lastro afetando o sistema bancário a partir de 1971 esse mecanismo deixa de existir, a desvalorização da moeda não contrai o lastro do sistema de crédito.

dos preços de produção e dos preços macroeconômicos relacionados às funções da moeda de meio de pagamento, reserva de valor, unidade de conta e de crédito que se subordinam a moeda como capital nas funções de capital de empréstimo, capital fictício e a forma política de exportação de capital. À moeda como unidade é superação e manutenção qualitativa da unidade materializada na indústria moderna pela decomposição, a deflação como fenômeno monetário realiza essa transmutação qualitativa das unidades criando uma unidade qualitativamente superior¹⁴⁸, ao estabelecer a conexão entre os ciclos periódicos da indústria moderna como acumulação desigual e combinada e a deflação que expressa os limites históricos da burguesia e do estado na gestão do dólar nas tendências deflacionárias.

O dólar existe materialmente¹⁴⁹ – a reprodução ampliada americana, a exportação de capital fixo e departamento I das economias dominadas, o petróleo precificado em dólar, a dívida americana e o departamento IV são seus lastros - antes de existir monetariamente, o *Banque de France* no estudo *Qu'est-ce que l'étalon-or?* (O que é o padrão ouro?) descreve a conexão com a valorização que pressupõe a existência material do sistema monetário internacional ao entender que: (i) o padrão ouro tem um viés deflacionário em função da oferta de ouro não acompanhar a oferta global, (ii) o valor do ouro é substancialmente inferior, aos depósitos bancários globais, registrando em 2008 o valor de US\$ 1.300 bilhões e os depósitos registravam US\$ 61.000 bilhões (Banque de France, 2010). O primeiro resultado de uma indexação ao ouro seria uma deflação de preços e provavelmente seria acompanhada de uma crise de crédito, embora em termos abstratos a ancoragem dos preços pelo ouro permita uma instabilidade menor na formação das expectativas de preço. Compreendido a acumulação desigual e combinada a conclusão se aprofunda: (i) a produção de ouro se expande a taxas menores que a composição orgânica média de todos os outros ramos o que produz um viés deflacionário em função da oferta de ouro não acompanhar a oferta global, (ii) O

¹⁴⁸ Essa unidade expressa o nexos entre o livro I e o Livro III de *O capital* criticado por Joan Robinson, o importante aqui é elucidar o dólar embora esse processo esclareça a mediação da estrutura do capital e a falta desse nexos com o livro I.

¹⁴⁹ Qual o pressuposto da moeda? Perguntariam alguns economistas. É bem verdade que em relação à moeda o único pressuposto é a reprodução do real pelo pensamento, é dizer, não há pressuposto racional. A constituição da moeda como forma do capital, que se realiza em si mesmo, só pode ser esclarecida pelo processo de valorização do próprio capital, as mistificações cognitivas acerca do capital e de seu processo de valorização encontraram de fato um limite histórico pra sua existência e, nada se pode concluir em relação à moeda sem a apropriação do processo real que a constitui.

valor em ouro existente não expressa a valorização do valor em expansão o que faz com que produz deflações insuperáveis e (iii) se desvincula portanto da realização da função de crédito da moeda. “O ouro perdeu definitivamente sua soberania absoluta” (HILFERDING, 1985, p. 259).

E então as propostas de reforma do sistema monetário internacional que prescindem dessa existência material são em si meramente teóricas, enquanto a taxa de câmbio, o valor da moeda, as funções da moeda, o capital fictício, o capital de empréstimo, a demanda efetiva, os preços de produção e a repartição global da mais-valia se reproduzem a partir do ciclo periódico global, determinado na economia americana. Ser e pensar na teoria econômica não são unidade, as conexões teóricas se distanciam das reproduções das categorias econômicas – expressão da acumulação desigual e combinada – pois essas são arbitrariamente conectadas na cognição e não apreendidas na sua reprodução pelo ciclo periódico, enquanto isso a demanda efetiva se reproduz independentemente do postulado de ser ou não ser keynesiano e/ou kaleckiano.

Davidson (2004) propõe a reforma do sistema monetário internacional a partir da própria conjuntura econômica do dólar, de sua instabilidade global. O pressuposto de qualquer proposta é o esclarecimento do que se quer reformar, quanto a isso Davidson, desconsidera todos os elementos da existência material do dólar como a diferença entre a taxa de mais-valia e taxa de lucro expressa no desenvolvimento do departamento I, a circulação de mercadorias e de capitais e, propõe um mecanismo automático de compensação para transferir o ônus do balanço de pagamentos aos países superavitários, sendo que esses regulariam a ação não promovendo acúmulo de dívidas e forças depressivas realizando através de transferências unilaterais. Recupera a tese do capítulo XXII da *Teoria Geral* ao propor a prevenção de uma queda da demanda efetiva global, relacionando ao mercado de câmbio. O elemento mais interessante e, ao mesmo tempo curioso seria a criação de um ativo reserva como lastro global da moeda denominado de Unidade Monetária Internacional de Compensação (UMIC), por meio dessa que se realizaria as compensações, que poderia estabilizar a variação relativa das taxa de câmbio se indexadas a UMIC, o que reforça nossa tese de que a teoria econômica se distancia da função de crédito da moeda¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Ver a seção *Debate sobre a taxa de juros*.

Ao constituir-se a moeda global inconvertível ao ouro, todas as demais moedas estavam indexadas ao dólar e, sua existência material limita as modificações institucionais. A substância da proposta de Davidson é de que as burguesias depois de fazerem suas revoluções políticas para dominar a estrutura do estado poderiam estabelecer uma institucionalidade global acima do poder político dos estados, da sua geopolítica, da reprodução ampliada e da exploração, como mecanismo de manutenção da demanda efetiva global, assim os lastros do dólar - a reprodução ampliada americana, pela exportação de capital fixo e pelo departamento I das economias dominadas, pelo petróleo precificado em dólar, pela dívida americana e pelo departamento IV – constituídos geopoliticamente e materializados na acumulação global desigual e combinada permitiriam o funcionamento da função de crédito da moeda e, do seu próprio valor independente da acumulação global. Historicamente as abstrações são localizadas conforme sua amplitude e se reproduzem independentemente da história, a demanda efetiva e dólar aparecem apenas monetariamente. Situar a proposta de Keynes após agosto de 1971 é dar um tratamento a-histórico a *Teoria Geral* e desconsiderar a reserva de valor não apenas em relação à conexão estabelecida na *Teoria Geral*, mas principalmente em relação a sua conexão real com os ciclos periódicos da acumulação global determinados pela expansão da produtividade do trabalho na economia norteamericana.

A literatura encontrou uma dificuldade nessa nova estruturação e muitas análises caracterizavam a desvalorização que ocorrera a partir de 1973 como um sinal de crise do dólar e até mesmo de crise do sistema monetário internacional, mas quando passamos para a análise da periodicidade dos ciclos, verificamos que justamente após essa consolidação do dólar como moeda mundial que expressa a consolidação da estrutura geopolítica de acumulação americana¹⁵¹ a expansão cíclica em meses se tornou maior no período subsequente. A década de 1970 aprofundou o poder americano a despeito de ciclos periódicos de curta expansão. A tese de que a inconvertibilidade do dólar criava um sistema de senhoria persistiu até o rebaixamento da classificação da dívida dos Estados Unidos e da não realização do QE3 em 2011 e 2012, as caracterizações da moeda pela sua função de meio de pagamento como forma de elucidar uma estrutura de hierarquia do

¹⁵¹ A Inglaterra não consolidou sua estrutura, pois não subordinou politicamente os demais estados.

sistema monetário internacional encontraram dificuldades insolúveis diante da pretensão do dólar na manutenção de sua função de crédito, estritamente subordinada à reprodução ampliada, localizada no território da burguesia em que desenvolve o departamento I da economia.

Teses sobre a *crise da hegemonia americana*, sobre transição do poder global, etc., se confrontam com esse processo de revolução¹⁵² político-institucional capitalista dos EUA dentro da própria estrutura global capitalista, a década de 1970 que se caracterizou pela concretização desse processo e pelas dificuldades em relação ao petróleo foi o prelúdio para uma expansão sem precedentes nas décadas seguintes. O poder material e político de uma burguesia só podem ser medidos pela expansão dos ciclos periódicos em meses, sendo que de novembro de 1982 até julho de 1990 a economia americana se expandiu em 92 meses, de março de 1991 até março de 2001 se expandiu 120 meses e de novembro de 2001 até dezembro de 2007 se expandiu 73 meses, essas três expansões registram uma média de 95 meses¹⁵³. Enquanto materialmente se produzia uma transformação política de caráter global, cognitivamente as dificuldades de apreensão desse processo se tornaram lei imanente, é interessante como a consolidação do dólar após 1971 confirma a máxima de *Einstein*: “A desintegração do átomo transformou tudo menos nossa maneira de pensar”.

O Brasil logrou avançar econômica e politicamente através do processo de substituição de importações se defrontando com essa nova realidade norte-americana, agora concentrada na taxa de acumulação mundial. O governo Dutra modificava a estratégia em torno do desenvolvimento do departamento I ao estabelecer um câmbio fixo em 1947 que se valorizou em termos reais, resultando em empréstimo do FMI em 1949 para estabilizar a moeda.

A consolidação do dólar em Bretton Woods tinha um significado geopolítico ao manter as economias indexadas ao dólar que era indexado ao ouro, mantendo taxas de câmbio fixa como âncora nominal e mecanismo de equilíbrio do balanço de pagamentos, permitindo uma coexistência política necessária a sustentação de uma geopolítica contrária a URSS. Era necessário consolidar o imperialismo na América

¹⁵² Mandell, na introdução de *O capitalismo Tardio*, parece não se perguntar sobre o significado da época e, os ciclos periódicos a partir da década de 1980 situam as razões da razão. *Só a história poderá julgar. Não temos motivo para temer o seu veredicto.*

latina. No Brasil o setor petrolífero parecia compreender a dinâmica política, econômica e social da sociedade brasileira e, desde o primeiro governo de Getúlio com a Standard Oil as disputas geopolíticas em torno do petróleo eram parte importante da vida política. O governo de Getúlio buscava formar um padrão de acumulação fundado no departamento I da economia, possibilitando historicamente pela crise de 1929, que criou condições reais de mudança da hegemonia política do estado brasileiro. Os estados imperialistas tinham clareza sobre a potencialidade política de fundar o departamento I da economia, o que seria consolidar a reversão histórica do processo de inserção dessas economias na economia mundial de forma dominada. A incapacidade de Getúlio no primeiro governo de consolidar um padrão de acumulação fundado no departamento I e as intervenções parciais, em função da segunda guerra criou uma consciência importante que levaria a tensões insuperáveis no segundo governo Getúlio com as criações de estatais estratégicas e a Sumoc 70 com taxas múltiplas de câmbio.

Diante de todas as extensões políticas do processo a objetividade que caracteriza o imperialismo surgia na manutenção do status quo. Se o processo de substituição de importações com a internalização parcial de um departamento I no primeiro governo Getúlio com a abertura política, da segunda guerra mundial logrou a independência política de um lado, de outro a própria inconsciência da formação da burguesia brasileira o impedia de fazê-lo, a burguesia brasileira como modernização de uma burguesia cafeeira agrária estruturava-se na propriedade das terras mais férteis e só efetivou parcialmente sua transformação em burguesia industrial, pois jamais reestruturou a produção agrária para as determinações da acumulação de capital: seja na diminuição do valor necessário a reprodução da classe trabalhadora¹⁵⁴, seja na manutenção da produção necessária para consolidar um proletariado urbano. Getúlio não criara uma consciência da necessidade que a reforma agrária impunha como forma decisiva de consolidar a vitória sobre o poder paulista o que foi decisivo na consolidação do regime burguês após 1954. Àquela caracterização por Mandel da exportação de capital fixo é apreendida por Marini concretamente na instrução nº 113 da SUMOC de 1954 que estabelecia importação

¹⁵³ Keynes, que obviamente não viveu esse processo, situava os ciclos industriais entre 3 a 5 anos o que não cabe mais em função das transformações do imperialismo na atualidade e da relação íntima entre o departamento I e o IV.

de capital fixo sem cobertura cambial (aprofundando os vínculos com o capital financeiro alemão e norte-americano), que se materializa no ciclo do capital e, que nos permite se distanciar das expressões utilizadas por Mandel ao não investigar a especificidade da economia brasileira¹⁵⁵. O processo de 1954 marca um ponto de inflexão na história da burguesia brasileira e também da intelectualidade. O desenvolvimento do capital fixo atravessado pela unidade de mais-valia relativa e absoluta se concretizava no ciclo do capital¹⁵⁶.

Nos anos cinquenta assiste-se a um desesperado esforço de acumulação na economia nacional. Esforço de acumulação que, conforme a literatura econômica já anotou, não encontrava maior respaldo na economia brasileira, do ponto de vista da existência de uma acumulação prévia; isto é, de uma acumulação que se cristalizasse na máquina, e que expressasse o consumo do trabalho vivo pelo trabalho morto. Embora isso possa parecer paradoxal frente ao fato de que a economia brasileira tem realmente uma enorme vitalidade de expansão, um enorme potencial de acumulação, é contraditório, mas não paradoxal, desde que se entenda que a base de acumulação é a exploração do trabalho. Neste sentido, a economia brasileira tem enorme vitalidade de acumulação, mas, no outro sentido, tinha uma base capitalista propriamente dita razoavelmente pobre em termos de máquinas e equipamentos. (OLIVEIRA, 1989, p. 116).

Àquele debate realizado por Ricardo a partir de 1815 sobre a produção de alimentos na constituição do departamento I se desconsidera aqui e por isso se apreende a consciência da burguesia industrial como contradição de classe. Afirmava-se que a burguesia industrial e o latifúndio lutavam pela escassez de divisas cambiais, essa contradição se apresenta justamente pela estruturação da terra articulada com a estrutura geopolítica de acumulação do império, no âmbito das lutas sociais e políticas e, lógico que essa contradição há de aparecer como inflação, pressão no mercado cambial, mas há de se localizar essa no processo de estruturação das terras no Brasil.

Se Getúlio pensara em construir outro país, a burguesia brasileira jamais permitiria suas pretensões sem uma árdua luta, Getúlio enfrentava a existência

¹⁵⁴ Observamos a existência do pagamento abaixo do valor da força de trabalho pelo volume do exército industrial de reserva, consideração suficiente para caracterizar o ciclo do capital na economia brasileira evitando assim regredir no entendimento da dicotomia entre exploração e miséria.

¹⁵⁵ O debate em torno da dependência remete ao debate sobre o etapismo como estágio de desenvolvimento, o próprio termo *dependência* caracteriza essa impossibilidade em função do caráter de classe no processo de industrialização. É necessário recorrer a isso para entendermos a problemática que a ortodoxia marxista está envolvida quando se distancia das manifestações específicas da acumulação mundial, nem por isso as análises deixam de se revestir de lucidez.

¹⁵⁶ O desenvolvimento do capital industrial difere substancialmente do desenvolvimento do capital fixo, por isso a caracterização do processo de desenvolvimento do capital fixo na economia brasileira, crítica substancialmente a tese de João Manuel, a qual se caracteriza por uma crítica a partir das

geopolítica do capital de empréstimo como função da moeda. O suicídio de Getúlio expressa a tomada de consciência dele sobre o processo de formação da burguesia brasileira e sua articulação internacional. A instrução nº 113 da SUMOC consolidava o caráter da burguesia brasileira que pressionada pela crise do setor externo brasileiro em 1954 com a crise dos preços do café, que produzia uma queda de divisas cambiais¹⁵⁷, organiza para evitar uma crise interna a liberação do mercado cambial onde se efetivava a importação de capital fixo sem cobertura cambial. A consolidação do dólar como moeda mundial apresenta-se no Brasil como unidade entre militarismo, petróleo e exportação de capital fixo. Esse três elementos constituem a base geopolítica dos Estados Unidos na América Latina.

Após o suicídio de Getúlio e a tentativa de evitar a posse de JK resultou no movimento encabeçado pelo general Lott garantiu a posse dos eleitos: JK e Jango como vice. A conjuntura da época com queda dos preços internacionais do café, a pressão no balanço de pagamento, o baixo nível de desenvolvimento da indústria intermediária resultaram numa consciência dos problemas reais da estrutura industrial brasileira e, nessa conjuntura específica se desenvolve o Plano de Metas, em fins de 1956, com o Slogan de 50 anos em 5. Caracterizava-se por quatro grandes blocos de intervenção do estado no processo de produção: (i) no setor de geração de energia e transporte, (ii) no setor de intermediários, (iii) no setor de bens de capital e (iv) na construção de Brasília. (LESSA, 1982). O processo inconcluso de substituição de importações apresentava desequilíbrios profundos na estrutura industrial de forma que o Plano de Metas se estruturava em razão da superação desses desequilíbrios. Sem dúvida um plano de desenvolvimento econômico, o qual se estruturava na realização da construção de uma estrutura industrial a despeito do equilíbrio monetário e da indexação ao dólar. O Plano de metas se baseava no departamento III, principalmente no setor de bens de consumo duráveis estruturado pelo capital americano e alemão, como automóveis: “a criação de uma indústria automobilística foi um dos pontos mais importantes do Plano de Metas” (LESSA, 1982, p. 48).

contradições internas da acumulação de capital pelo trabalho concreto da tese cepalina de propagação dos frutos do progresso técnico pela forma preço.

¹⁵⁷ O *quantum* de divisas cambiais é uma medida importante do poder material de uma burguesia, esse ano marca o limite histórico da estruturação material consolidada e a manutenção do regime burguês tem de necessariamente suplantando suas bases consolidadas.

Enquanto parte da intelectualidade afirmava que era “a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país” (LESSA, 1982, p. 27), baseando-se na constituição “dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura” (LESSA, 1982, p. 27). Lessa não registra que após 1954 se altera os limites¹⁵⁸ do processo de substituição de importações em função do desenvolvimento incompleto do departamento I de forma que o plano de metas “daria continuidade ao processo de substituição de importações” (LESSA, 1982, p. 27). Esse plano viabilizava-se pela instrução nº 113 da SUMOC de 17.01.1955, pela poupança forçada e pela gestão cambial, é dizer estava indexado no dólar, o próprio Lessa percebe essa indexação sob o aspecto da integração vertical e não do desenvolvimento do departamento I:

Compreende-se a tremenda pressão a que seria submetido o esquema tendo-se presente a inversão na tendência do setor externo, já em nítida fase de estancamento, e a inexistência de poupanças voluntárias nos montantes requeridos e canais financeiros que as transferissem fluidamente aos setores a expandir. Com um sistema intermediário-financeiro orientado basicamente para servir a uma economia mercantil, e um setor público desprovido de eficazes instrumentos de captação de recursos, o financiamento do Plano implicaria na intensificação dos desequilíbrios já presentes no panorama econômico. (LESSA, p.28).

Interessante perceber a evolução dos investimentos relacionados à constituição do departamento I, em função da instrução nº 113 da SUMOC. O investimento estrangeiro direto no período 1955-1960 foi de 741 milhões de reais¹⁵⁹. Verifica-se no período um crescimento da produção de máquinas, com baixo conteúdo tecnológico em relação à importação permitindo superar desequilíbrios pontuais da estrutura industrial, diminuindo a pressão sobre o balanço de pagamentos (LESSA, 1982). Como a expansão do departamento III depende da regulação da produtividade do trabalho realizada pela expansão do departamento I, pode se inferir a partir do volume de investimentos dos EUA e Alemanha Ocidental que o volume de capital fixo de alto conteúdo tecnológico se absorvia pela importação devido a maior parte das indústrias automobilísticas serem norte-americanas ou alemãs (LESSA, 1982). A primeira fase do ciclo do capital se realizava no exterior:

¹⁵⁸ O texto de 1949 da CEPAL escrito por Prebisch é anterior a essa mudança e, precisa ser entendido historicamente.

¹⁵⁹ Dados do balanço de pagamentos disponibilizado pelo BCB.

Nessas condições, para salvar as dificuldades antepostas pelas relações de proporcionalidade entre um Departamento I apenas parcialmente esboçado e quantitativamente insuficiente e um Departamento III cujas dimensões sobrepujavam a capacidade de produção interna daquele Departamento I, somente havia uma forma: reestabelecer o tipo de relação centro-periferia, já descrito. Mas esse reestabelecimento encontrava novos obstáculos na relativa inelasticidade de crescimento das exportações primárias nacionais. A solução encontrada [...] foi o recurso ao capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto, de capital de risco. A famosa Instrução 113, da gestão Gudin forneceu o modelo: investimentos sem cobertura cambial, que foi utilizada à exaustão pelo Governo Kubitschek. Assim, entrou praticamente todo o capital destinado à indústria automobilística, construção naval e outros setores contemplados no Plano de Metas, com o que, para um curto período e nestas condições, solucionava-se o problema do financiamento externo da acumulação de capital. (OLIVEIRA, 1989, p. 85).

Más bien la industria manufacturera de los países dependientes se apoya en buena parte en sector de bienes de capital de los países capitalistas avanzados, via mercado mundial. En consecuencia, esa industria manufacturera es dependiente, no sólo materialmente, en lo que se refiere a los equipos y máquinas em tanto que médios medio materiales de producción, sino que tecnológicamente, es decir, en tanto que debe importar también el conocimiento para operar esos médios de producción y, eventualmente, fabricarlos. Esto incide, a su vez, en la relación financeira con el exterior, dando lugar a los pagos factores de transferencia de plusvalia, de descapitalización. (MARINI, 1979 ,p. 6).

A política cambial era um instrumento importantíssimo de política econômica na medida em que protegia a indústria nacional e a subsidiava e, representou papel significativo no segundo governo Getúlio no processo de substituição de importações com o sistema de taxas múltiplas de câmbio – Instrução 70 da sumoc de 09.10.1953 -, separadas em cinco categorias, a partir de um câmbio fixo (US\$ 1,00 = Cr\$ 18,72), restringia a importação de bens de capital essenciais ao desenvolvimento do departamento I.

Este sistema , determinando um reajuste mais flexível da taxa e elevando o preço relativo dos produtos importados, fornecia proteção e reserva de mercado mais eficiente e menos sujeita ao arbítrio pessoal do que a outorgada pelo regime anterior. (LESSA, 1982, p.96).

Em 1957 a reforma cambial reduziu as taxas múltiplas a duas categorias: a geral e a especial. A restrição em relação ao departamento I realizada por Getúlio deixou de existir com a sumoc 113, impossibilitando o desenvolvimento do departamento I que caracteriza o poder material de uma burguesia e, então a burguesia brasileira como classe dominante passou a ser classe dominada na estrutura geopolítica de acumulação norteamericana.

O plano de metas que articulava uma política de desenvolvimento específico baseado nos quatros grandes grupos de intervenção estatal, embora tenha nesse a

prioridade efetivou uma política de racionalidade monetária, isso permite avaliarmos a suposta proposta de equilíbrio monetário recessivo. Sem um banco central:

A política econômica, em especial a de moeda e crédito, era gerenciada pela Sumoc, pelo Banco do Brasil e pelo Tesouro. A Sumoc era o órgão controlador do sistema. Criada em 1945, muitas das suas atribuições de estabelecer políticas eram as de um Banco Central típico. Era responsável pela política cambial, fixava o juro de redesconto, fixava o percentual de depósitos compulsórios dos bancos, fiscalizava o registro de capitais estrangeiros, podia operar no mercado aberto e fiscalizava os bancos comerciais. O Banco do Brasil nas suas funções de Banco Central operava a Carteira de Redescontos e a Caixa de Mobilização Bancária: a primeira para crédito seletivo e de liquidez, a segunda como prestador de última instância. Como órgão executor da política traçada pela Sumoc operava a carteira de Câmbio e a Carteira de Comércio Exterior (CACEX). (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1990, p.185).

Com a pressão inflacionária dos anos 1958 e 1959 registrando 39,4%, a política cambial iria sendo obstaculizada na medida em que o câmbio real se valoriza e se pressionava o balanço de pagamentos somado a queda cíclica da produtividade do trabalho na economia americana em agosto de 1957 com menor nível em abril de 1958, a partir de 1959 as taxa reais de crescimento da formação bruta de capital fixo do setor privado iniciam a retração em função da superprodução relativa. A combinação de banco comercial com autoridade monetária e expansão inflacionária dos meios de pagamentos obstaculizava a política cambial. Acumulação de saldos comerciais negativos a partir de 1958 (SERRA, 1983).

A partir de 1959 a formação bruta de capital fixo apresentava seu caráter cíclico, em termos totais foi de 12,9% em 1959, de 4,1% em 1960 e de 5,1% em 1961, sendo a maior queda do setor privado de 13,8% em 1959, para - 4,6% em 1960 e de 6,1% em 1961 enquanto que as empresas federais registraram expansões de 41,5%, de 25,8% e de 34% no mesmo período (SERRA, 1983) apresentando alta capacidade anticíclica, o que nos permite concluir junto com as metas alcançadas que se aprofundou a articulação industrial, embora essa capacidade anticíclica esteja articulada com o departamento III e o departamento II comandado pelo estado, em comparação com a evolução da formação bruta de capital fixo do setor privado.

Há de se esclarecer que embora o Plano de Metas tenha concluído inúmeras metas como a automobilística, numa época que se denominou de industrialização pesada, o departamento I não se desenvolveu plenamente, chamamos a atenção para o fato de que a própria estrutura agrária brasileira se estruturava em torno da

geopolítica americana e não como nos casos clássicos de revolução burguesa em que a própria burguesia organiza a questão agrária e agrícola para estabelecer a reprodução da classe trabalhadora e consolidar o departamento I, esse processo em que a produção de alimentos se torna essencial e permite aumentar o salário real estabelece uma relação direta com a expansão do departamento III da economia em relação aos bens de luxo, que influencia a expansão do departamento II. Na economia brasileira a expansão do departamento III, no Plano de Metas se articulava com o departamento I do exterior e com níveis de salários indexados ao câmbio.

Do suicídio de Getúlio a articulação política do governo JK que culminaria na eleição de Jango como vice e articulado no PTB-PSD, e por isso a resistência a Jango quando da renúncia de Quadros. Nesse caso o nacionalismo se enraizava na estrutura social, de forma profunda e diversa de qualquer ideologia da burguesia nacional. O governo de Jânio Quadros tem um significado para a década de 1960 na medida em que com a instrução nº 204 da Sumoc se unificou as taxas de câmbio com impacto imediato nos preços e no volume de emprego, em função da desvalorização que representa em relação às reformas de 1953 e de 1957. A partir de 1962 se verifica uma baixa formação bruta de capital fixo enquanto que se inicia um ciclo de expansão na economia norteamericana em fevereiro de 1961 com duração de 106 meses a maior registrada até aquele momento e a segunda da história, a economia brasileira estruturada no departamento III encontraria obstáculos para expansão continuada.

Quando Jânio renúncia surge um movimento no Sul do país liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com profunda consciência sobre o processo engendrado pelo ciclo do capital na economia brasileira ao caracterizar a *espoliação*. Libertemos-nos da caracterização factual e nos aprofundemos em relação ao sentido histórico da campanha da legalidade a partir da afirmação dos Estados Unidos como novo império mundial. Com a segunda guerra e a concentração do poder militar mundial na OTAN, o segundo governo Getúlio já era assediado e a morte do Getúlio impedia naquele momento da concretização da geopolítica imperialista, as investidas da UDN que de certa forma fez surgir Jânio Quadros e a forma característica de fazer política fizeram com que a campanha da legalidade alimentasse a cisão das forças armadas e a garantia da ordem constitucional. A única maneira de romper com a estrutura geopolítica de

acumulação americana se apresentavam nesses anos, mas a leitura dura da realidade histórica fazia com que parte da intelectualidade e da própria coalização presidencial recuasse nesse processo.

Em 1963, após 24 meses de expansão da economia norteamericana a resposta ao processo inflacionário aprofundaria a retração da expansão do departamento III, em função da dificuldade de equalizar políticas anticíclicas, exatamente num período crítico.

A afirmação dos EUA era afirmação do dólar, o contrário é válido, com a atitude de Jango a abertura histórica realizada por Brizola se fechava e as dificuldades econômicas e políticas se acumulavam. Em primeiro de abril, desencadeia o golpe militar e o Estado antes envolto pelas tentativas de desenvolvimento do departamento I até 1954, assume de um golpe sua característica peculiar: um Estado burguês de uma burguesia dominada. Toda a institucionalidade se apresentava profundamente articulada com a estrutura geopolítica de acumulação norteamericana/projeto de dominação do estado brasileiro, de tal maneira, que poucos intelectuais, movimentos, etc. foram poupados desses esforços. Era preciso organizar os preços relativos, o financiamento de longo prazo do estado, o mercado de câmbio, a repartição da mais-valia global como lastro do dólar e a consciência histórica dos que pensavam o Brasil. Esse processo se organiza materialmente no âmbito dos ciclos periódicos e a estabilidade da moeda se articula profundamente com a manutenção do regime burguês no Brasil.

O regime militar implantado em Abril de 1964 inaugura um novo estilo na política externa do Brasil, cujo principal objetivo parece ser obter uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos. (MARINI, 2012, p. 109).

Foi então realizado um programa para realizar a legitimação da institucionalidade, o programa de ação econômica do governo, caracterizado pelo diagnóstico da inflação e da necessidade de reformas estruturais, fiscais, financeiras e da política salarial para manutenção do desenvolvimento econômico, do equilíbrio de preços e do balanço de pagamentos. Interessante perceber como os fatores subjetivos do plano estabelecem as conexões reais da economia brasileira com os estados imperialistas.

Embora se preocupasse basicamente em estabelecer níveis inflacionários combatíveis com o crescimento econômico, com a estabilidade do balanço de

pagamentos (em função do nível de câmbio real) e com a remuneração da força de trabalho era produto orgânico do golpe militar de 1964. Buscava-se combater a inflação de forma gradualista¹⁶⁰, mas esse mecanismo impediria o desenvolvimento de uma estrutura de financiamento de longo prazo, que se apresentou como entrave estrutural no período anterior o que resultava em emissões monetárias. O diagnóstico da inflação enfatizava a pressão salarial e o déficit governamental que torna endógeno a alimentação da inflação pela emissão monetária (HERMANN, 2005). Para realizar a reforma monetária e combinar com a estratégia gradualista de combate a inflação criou-se a correção monetária, que permite estruturar o financiamento de longo prazo do estado enquanto a inflação é combatida gradualmente, conciliando expansão econômica e inflação (HERMANN, 2005), no período militar a ortodoxia revela flexibilidade na política econômica, mas é na política econômica que a criatividade se apresenta com substância autoritária.

Diante do regime militar, o salário nominal se apresentava de fato como preço macroeconômico, como *categoria, conceito*, etc., na medida que a determinação era vinculada com a manutenção do *status quo*, não havia determinação teórica como se percebe no conflito entre diagnóstico e prática, nem havia, a dicotomia estado interventor e mercado; a análise de André Lara Resende é satisfatória na descrição desse processo, ele caracteriza a política salarial como heterodoxa na medida em que reconhece o conflito distributivo e reconhece a queda do salário real industrial entre 10% e 15% (a depender do deflator) no período 1965-1967 de queda da inflação. A forma, como o salário nominal se tornou preço macroeconômico, deve ser explicada nos exilados, nos perseguidos, nos presos políticos, nos desaparecidos e na luta política pelo estado brasileiro. O PAEG na medida em que entendia que o conflito distributivo entre preço do salário e aumento da produtividade era a causa do processo inflacionário e era realimentado pela expansão monetária gerada pelo déficit governamental, e pela expansão do crédito, estabeleceu uma política salarial corretiva em 1965. O salário seria reajustado pela média real dos dois últimos anos ao mês de reajuste, somado a taxa de produtividade e metade da inflação com reajustes anuais; reduzindo de um índice de 126 em 1964 para um índice de 83 em 1967 (RESENDE, 1990).

¹⁶⁰ Inclusive a ortodoxia convencional não tinha espaço diante da ditadura militar.

As reformas fiscais estruturavam a institucionalidade estatal no período, racionalizando a estruturação no departamento III e o processo político das últimas três décadas. As mudanças principais foram feitas na forma de arrecadação com a criação do ISS (imposto sobre serviço), do ICM (imposto sobre a circulação de mercadorias), isenções ao capital privado em relação ao investimento em capital fixo e criação do Fundo de participação dos estados e municípios (FPEM) centralizado pela união na arrecadação e no repasse, isso permitiria aprofundar a gestão fiscal e as relações com o nível de preços e o equilíbrio do balanço de pagamentos. Verificou-se um aumento da carga tributária em relação ao PIB, estruturada de forma regressiva.

Uma reforma fiscal audaciosa adequou as receitas do Estado à nova quantidade e qualidade da estrutura de produção, com preeminência dos setores e ramos do departamento III, ao mesmo tempo em que uma política de incentivos e de créditos fiscais fazia retornar parte do excedente captado pelo Estado como capital gratuito para as empresas que, conseguindo a façanha de pagar os novos impostos ampliados, os recebiam de volta sem juros e sem obrigações de retorno. (OLIVEIRA, p. 93).

A resistência ao regime que finda com o AI-5, estabelece um caráter profundo na manutenção da estrutura política em função da possibilidade de um processo revolucionário atrelado geopoliticamente com a China, Cuba e URSS, ao expandir os meios de pagamentos com empréstimo externo, mesmo com essa expansão pressionando o balanço de pagamentos através da valorização real do câmbio, a burguesia brasileira entendia perfeitamente seu papel na história brasileira: estabilizar o mercado cambial de qualquer forma.

. A reforma financeira era uma preocupação central tendo em vista a dificuldade de manutenção do ciclo econômico através do investimento e da capacidade de importar em função da necessidade de utilização da emissão monetária como forma de financiamento e dos seus impactos no balanço de pagamentos. Desde a instrução 204 da Sumoc o mercado cambial não cumpria a função anterior de política industrial e arrecadação fiscal, com o PAEG se estrutura o financiamento de longo prazo e de endividamento do Estado, o que permite desvincular a política cambial das características de política industrial e vincular a expansão do departamento III com importação do capital fixo. O Estado organizava o capital financeiro e inibia o mecanismo da emissão monetária, de forma que foi criado um Banco Central e um Conselho Monetário Nacional.

Essa forma extremamente nova de capital financeiro geral da administrado pelo Estado é característica da fase monopolista do capitalismo no Brasil. Ao mesmo tempo, e funcionando exatamente na qualidade de capital financeiro geral que se converte em pressuposto e garantidor do capital financeiro privado, o Estado entra no mercado de capitais através das Letras e das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, ampliando de forma radical o que já se havia enunciado na gestão Carvalho Pinto, da Presidência Goulart. Ao invés da formação de uma acumulação financeira, no estilo da teorização de Hilferding, e que entre nós foi sustentada por Maria da Conceição Tavares, que partisse dos ativos reais do setor privado e como fração específica da mais-valia, ativasse a circulação do capital-dinheiro, a prática segue as pistas das sugestões de Ignácio Rangel; o próprio Rangel havia sido, quando assessor da gestão Carvalho Pinto, o inspirados do lançamento das primeiras Letras do Tesouro Nacional. Ao invés de uma acumulação financeira privada, o Tesouro Nacional funcionava como o capital financeiro geral, como o pressuposto do lucro privado. Essa inovação não pode sequer ser menosprezada, se se quer entender profundamente o caráter real da economia brasileira de hoje, as imbricações Estado-empresas numa etapa monopolista. (OLIVEIRA, p. 94).

Era autorizada ainda emissão de dívida privada com correção monetária, ainda assim as bases financeiras de um processo profundo de industrialização não foram formadas ainda que fosse suficiente para amenizar o mecanismo cambial, o PAEG reproduzia a indexação ao dólar. Interessante perceber teses que consideram a estrutura produtiva distante do processo político e, apesar disso apresentam o processo com extrema lucidez:

Por um lado, era impossível manter a economia crescendo às taxas da segunda metade dos anos 50 sem conseguir gerar novo influxo de capitais, seja na forma de investimento direto, seja na forma de empréstimos. As importações já eram àquela altura relativamente incomprimíveis, e a dinamização das exportações não poderia ser feita a curto prazo. Por outro lado, não se poderia gerar esse influxo de capitais sem conseguir a confiança das agências financeiras internacionais. A confiança das agências financeiras e dos grandes investidores só poderia ser conquistada através de demonstrações inequívocas da opção pela ortodoxia. (RESENDE, 1990, p. 230).

O PAEG era um resultado profundo do ciclo periódico de 106 meses na economia norteamericana e do processo político brasileiro que inviabilizou o desenvolvimento do departamento I, a inserção do capital de empréstimo na forma de lei é fato¹⁶¹. A partir do momento em que o estado brasileiro estabelece uma função de superação as lacunas de uma estrutura industrial integrada e produz efetivamente capital na forma de mercadoria, estabelece um nexos profundo entre sua estrutura financeira e fiscal com a produtiva (OLIVEIRA, 1989). O PAEG

¹⁶¹ Os livros *Economia Brasileira contemporânea: 1945-2004* e *A ordem do Progresso* se distanciam da existência material do dólar como moeda mundial e do estado norte-americano, a seguir serão elucidadas as consequências desse distanciamento pelo *contradizer-a-si* dos departamentos da produção.

institucionalizou justamente esse nexos para permitir o financiamento de longo prazo do estado, a partir da indexação. A ORTN funcionava com a indexação. Esse aspecto descritivo subordina-se a acumulação estruturada no departamento III na medida em que a expansão da produtividade do trabalho decorre de a primeira fase da circulação se realizar no exterior com a importação de capital fixo, de forma que a estabilidade da moeda é o pressuposto essencial, embora não determine a expansão da acumulação e, então a institucionalização fiscal e financeira é parte da manutenção do mercado de câmbio e da moeda. O *status quo* se estruturava na política econômica e reproduzia a expansão do departamento III com a manutenção da estabilidade da moeda até a primeira crise do petróleo aprofundar a indexação com o dólar inconvertível ao ouro. Há quem enfatize a correlação entre autoritarismo e reforma econômica, quanto a isso podemos concordar na medida em que a moeda é uma hipótese desconsiderada, e ao mesmo tempo enaltecer e lembrar como e por que essas hipóteses se reproduzem nos períodos em que há uma verdade. A economia brasileira estruturava pelo estado autoritário a inserção na acumulação global, baseada no departamento III e com o regime militar se distanciava dos projetos de industrialização pelo desenvolvimento do departamento I. O período 1962-1967 marca uma recessão profunda na economia brasileira frente a expansão de 106 meses da economia norteamericana, a formação bruta de capital fixo atinge um índice de 68,6 em 1964 ante 67,5 em 1967, enquanto o PIB nominal registrava queda sendo 6,7% em 1966 e 4,2% em 1967; enquanto isso os investimentos estrangeiros são de 70,7 em 1964 com pico de 120,2 em 1965 e em 1967 atingiu 71,3 (SERRA, 1983; HERMANN, 2005). A produção e importação de bens de capital se mantem em níveis estáveis¹⁶². Os preços (IGP) registraram níveis superiores as metas estabelecidas pelo PAEG, sendo necessário no período posterior um controle estatal dos preços, a ortodoxia do período se desfazia das determinações apriorísticas e criava mecanismos conflituosos¹⁶³, o IGP que deveria alcançar o nível de 10% em 1966, alcançou 39%. O aumento da arrecadação e a dívida externa permitiram a manutenção do balanço de pagamentos, através da queda da inflação e das importações o que permite ao capital de empréstimo realizar seu caráter

¹⁶² A transição entre PAEG, “milagre” e II PND apresentará de uma forma mais clara a tendência do período.

¹⁶³ André Lara Resende expõe na seção 7, a dimensão desse conflito contestando a tese de que o PAEG era um programa plenamente ortodoxo, inclusive o molde institucional das reformas aparece como elemento para debater o PAEG para além do receituário ortodoxo.

global, pela conversão no mercado de câmbio ao dólar como forma de repartição da mais-valia global.

Como resultado da confiança que agora inspirava o regime ao capital estrangeiro, de que a derrogação da Lei de Remessa de Lucros de 1962 é o sinal mais conspícuo, os empréstimos externos, cujas negociações se arrastavam desde 1962, são imediatamente abertos, para saldar as dívidas de importações e renegociar a dívida externa – então não mais que três bilhões de dólares -, isto é, tratou-se logo de implementar um padrão de dívida externa cujo significado mais amplo e mais profundo é o de criar meios de pagamentos internacionais para realizar a remessa de lucros, dividendos, *royalties* e direito de assistência técnica, cujos incrementos tornaram-se incompatíveis com as disponibilidades de divisas do País. A incompreensibilidade destas, por sua vez, tem sua raiz no fato de que a industrialização é voltada para o mercado interno, ainda mais que se baseia no Departamento III, e não cria automaticamente meios de pagamentos externos. (OLIVEIRA, 1989, p.96).

Manter a estabilidade do mercado de câmbio requer institucionalizar uma estrutura fiscal e financeira na medida em que seus mecanismos interagem na manutenção do financiamento e da estabilidade da moeda, e ao reproduzir as contradições se envolvem com seus limites e com as respostas necessárias da política econômica para manutenção do próprio regime. Dificilmente se percebe que as alterações da política econômica são estabelecidas pelo nexo entre essas contradições e a forma como a estrutura material da economia brasileira pode estabelecer sua manutenção monetária como manutenção do *status quo* e, então surgem análises distantes da existência material e global do dólar. A expansão posterior estruturava-se necessariamente no departamento III.

A partir de 1967 se reestrutura a concepção sobre a política econômica em função do ajustamento, o balanço de pagamentos, o nível de preços, a dívida externa, reformas, etc., o pressuposto da expansão estava concretizado, o elemento da dívida externa e da manutenção do mercado de câmbio permitiriam a expansão da acumulação baseada no departamento III

A política salarial e o AI-5 eram expressões da concretização do próprio processo de dominação do estado brasileiro, por isso a perseguição implacável a todos que de alguma maneira contestavam a transformação do estado brasileiro nesse estado em plena constituição, o que significou um corte cultural e da consciência de si do povo brasileiro, por isso a perseguição é desde os trabalhadores, passando pelos artistas e pelos intelectuais, mais do que cristalizar determinado ciclo do capital se interrompeu um processo de formação da consciência de um povo, da sua invenção histórica.

Como vimos, toda a estratégia de industrialização pesada no Plano de Metas se indexava ao dólar, a burguesia brasileira que consolidou seu poder no Estado sem o desenvolvimento do departamento I, registrado pela instrução 113 da sumoc, encontrava dificuldades políticas de manutenção do *status quo* diante da articulação da esquerda, que se envolvia com o Getulismo e de um processo profundo encabeçado por Leonel Brizola com a campanha da Legalidade, o golpe militar de 1º de abril de 1964 foi a saída necessária para institucionalizar o regime burguês e, institucionalizar a reprodução material subordinada, após o PAEG realizar o ajuste, foi elaborado o “*milagre econômico*” que já contém todas as características que antes germinavam na estrutura econômica, social e política. Do “milagre” se reproduz até o atual ciclo periódico ampliadamente esses elementos, com as transformações reais necessárias a reprodução de uma economia indexada ao dólar¹⁶⁴. Duas grandes questões se apresentam: como financiar a acumulação de capital? E como estabilizar o mercado de câmbio e a moeda para manter a repartição da mais-valia global? (OLIVEIRA, 1989, p.92).

Assim, Chico de Oliveira resolve uma das problemáticas que se mantinham na análise da industrialização brasileira como processo histórico, real, específico, de classes e envolvido numa estrutura geopolítica, ao estabelecer de uma vez o nexo entre a moeda mundial, o dólar, o desenvolvimento desigual e combinado caracterizado por uma estrutura geopolítica de acumulação comandada por um estado imperialista, os Estados Unidos. Ao mesmo tempo dificulta a manutenção das teses que desconsideram o dólar e a origem da valorização capitalista enquanto essas se reproduzem como *certeza pensante* se distanciando dos projetos de libertação cultural, tecnológica, sociológica do povo brasileiro e do proletariado, a universidade brasileira teria de reproduzir esse processo ressurgindo nela elementos de um estado autoritário. Essas teses por contradição demonstram como a possibilidade de *libertação real* que engendra a transformação intelectual da espécie humana, por isso que a ciência como conhecimento objetivo do *real* constitui a possibilidade de reprodução do real pelo pensamento a despeito do *saber especializado* que pressupõe a espécie humana na abstração como racionalização e então a teoria econômica ou a acumulação pelo trabalho concreto se encontram limitadas historicamente pelo dólar inconvertível ao ouro.

¹⁶⁴ Economia dominada deve ser entendida neste sentido de indexação ao dólar tendo o departamento I como base material realizada pela importação.

Em termos econômicos o Milagre se realizou por um profundo controle político do proletariado através da disponibilidade de capital financeiro que se transformava em endividamento, mas que o ciclo do capital nesse processo caracterizava a existência do imperialismo como processo de expansão material, muito mais profundo que qualquer ingerência política. Era preciso extinguir o legado da revolução Cubana e da sua lembrança à Revolução Haitiana e de maio de 1968.

Envolta desse processo político com profundas consequências para o povo brasileiro se criou uma simbologia tão enraizada que permitiu registrar esse período pelo crescimento econômico baseado na expansão não sustentada do departamento III e pelo aprofundamento do endividamento externo e da repartição da mais-valia global. O que significa o milagre econômico em termos estruturais e da inserção da economia brasileira na acumulação global? É justamente no período do “*milagre*” que a estabilização da economia mundial expressa seu caráter imperialista e as características da economia brasileira expressam a acumulação desigual e combinada de forma mais profunda:

A desproporcionalidade a que dá lugar esse tipo de expansão nas relações entre o Departamento III e o Departamento I pode ameaçar a própria continuidade da expansão à escala global da economia. A questão, entretanto, não reside na estagnação dessa produção: ao contrário, o produto real do setor de bens de capital praticamente triplicou entre 1968 e 1975. Mas, se se verificar que a expansão das importações de bens de capital cresceu muito mais que a produção interna, pode-se concluir pela inadequação a longo prazo – que em prazos mais curtos tende a dramatizar-se, como agora – de um padrão de acumulação que tenha o Departamento III na vanguarda da expansão. (OLIVEIRA, p. 102).

Os dados que Chico de Oliveira apresenta são: 19,83%, de participação das importações na oferta de bens de capital em 1965, 29,24% em 1968, 35,22% em 1971 e 37,47% em 1975.

De fato o PAEG e o “milagre” apresentaram para a intelectualidade, o desenvolvimento histórico da burguesia brasileira: não existe desenvolvimento sem revolução burguesa, a expansão da produtividade social do trabalho é única maneira de estabilizar a sociedade de classes, no caso através da importação de capital fixo. O estado autoritário buscava completar a industrialização brasileira com a internalização completa do departamento I, frente à constituição do dólar inconvertível ao ouro e frente ao latifúndio enquanto se cantava *pelos campos há fome em grandes plantações*. Frente à crise do petróleo de 1973 e, também a inconvertibilidade do dólar em ouro, modificando o sistema monetário internacional e

a âncora nominal de preços, com flutuação das moedas e diferente forma de estabilizar a moeda e manter o equilíbrio do balanço de pagamento. As teses de crise do sistema monetário-financeiro com o fim de Bretton Woods conflitam com a função de crédito do dólar a partir dos eurodólares e petrodólares.

Como resposta ao fim da expansão do “milagre” e da crise 1ª crise do petróleo, o governo Geisel, tendo Golbery do Couto e Silva na casa civil e, comprometido com a “abertura política lenta gradual e segura”¹⁶⁵ lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) no ano de 1975, caracterizado por um programa estrutural de internalização do departamento I e dos desequilíbrios externos, da planta energética, pela retomada do crescimento econômico, pelo ajuste de preços e articulado a linha política da abertura. Foi empossado na fazenda Mario Henrique Simonsen. A crise do petróleo e a pressão no balanço de pagamentos necessitaria uma política específica além da necessidade energética para completar uma estrutural industrial.

Enquanto a economia norte-americana se expandiu em 58 meses entre março de 1975 a janeiro de 1980, dava-se uma suposta continuidade ao processo de substituição de importações ao apresentar a expansão do departamento III. Os dados em 1975, de participação de capital fixo na oferta total alcança o nível mais alto com 37,47% (OLIVEIRA, 1989), em termos de preço diminui de 14.832 em 1975 para 11.113 em 1976 (SERRA, 1983), a média de expansão do departamento I no período 1974-1977 é de 8,4% sendo que no período 1970-1973 (caracterizado pela expansão do departamento III), a expansão do departamento I foi de 22,5%. No período 1975-1976 os limites do II PND se apresentam quando a produção do departamento I apresenta queda de -14,1%:

Mantendo-se elevada a expansão da capacidade produtiva no período 1974-77, cria-se uma tendência à sobreacumulação que gera um *gap* dinâmico entre a capacidade produtiva e a demanda efetiva da indústria. Já em 1974, isto se torna manifesto quando, mantido o ritmo de acumulação de capital, a produção industrial desacelera e começa a produzir-se uma tendência recessiva, com problemas de realização dinâmica crescentes (BELLUZZO; TAVARES, 1978, p. 130).

Belluzzo e Tavares desconsideram o desenvolvimento desigual e combinado na acumulação global e estabelecem a superacumulação ligada a desproporção setorial para apresentar o problema de realização dinâmica que se intensifica a partir

¹⁶⁵ Carneiro (2002) se refere a esse processo como: manutenção do crescimento acelerado a qualquer preço.

de 1974. A taxa de expansão do departamento I apresenta variação negativa de -14% no período 75/76 conforme o ciclo industrial do império norte americano que inicia em março de 1975 com expansão de 36 meses até janeiro de 1980. A produção industrial na economia americana em relação ao ano anterior se expande 9.1% em janeiro de 1976, tendo o nível mais alto em março com 14.7% e em julho 10.4%, o departamento I se expandiu de um índice (1967=100) 115.8 em janeiro de 1976 para 124.4 em novembro do mesmo ano (ECONOMIC COMMITTEE, 1976). O PIB decresce a partir de 1976 e o IGP se mantém em patamares altos, a inflação controlada pela liquidez real no ano de 1975 gerou um impacto negativo no produto em função da queda do estoque real de meios de pagamento (CARNEIRO, 1990). Desde a emissão das ORTN em julho de 1964 o processo inflacionário se manteve em níveis elevados que irão se expandir com as desvalorizações cambiais a partir da 2ª crise do petróleo.

Porque a única variação negativa da década de 1970 se apresenta justamente na recuperação cíclica do departamento I da economia norteamericana? Os limites do II PND se articulam com a função de capital de empréstimo do dólar considerando sua existência material. O II PND que é formulado pelas restrições a indexação ao dólar, dado a primeira crise do petróleo, com 2ª crise do petróleo apresenta como a indexação ao dólar impede o desenvolvimento do departamento I a partir de uma política industrial. Essa interpretação de Belluzzo e Tavares implica consequências profundas sobre a análise da possibilidade real de desenvolvimento do departamento I, após a inconvertibilidade do dólar de 1971, que se verifica na década de 1980 e 1990 quando se consolida o atrelamento da unidade de conta da moeda brasileira a moeda mundial, o dólar com o Plano Real.

A estratégia do II PND e sua expansão limitada (podemos entender a diferença do Delfim do milagre para o Delfim da segunda crise do petróleo) pelo fato que a expansão da acumulação de capital criava uma superprodução relativa sustentada pelo endividamento apresentava seus limites com a segunda crise do petróleo e a retração do fluxo do capital financeiro.

Países como o Brasil, que viabilizavam sua expansão econômica fundada nessa simbiose entre o seu processo particular de reprodução de capital e as condições internacionais, de repente se encontraram num beco sem saída. A crise econômica de hoje no Brasil, uma crise de conjuntura, sem dúvida nenhuma, é, em boa medida, resultado dessa assincronia entre as condições internacionais e as condições específicas de reprodução interna de capital. A própria fronteira tecnológica finita dada nos países centrais

torna os aumentos de produtividade do trabalho no Brasil marginais. (OLIVEIRA, 1989, p.130).

É preciso caracterizar como a constituição da moeda mundial em 1971, o dólar, marcava os limites de um projeto de integração e verticalização da estrutura produtiva e, como esse projeto se articulava com um estado caracterizado por uma ditadura militar. Após a inconvertibilidade, as reservas cambiais dos países tinham no dólar o componente mais importante, o próprio sistema financeiro internacional baseava-se no dólar, por isso o balanço de pagamentos se financiava em dólares. Ao determinar o fluxo de dólares na economia mundial, o ciclo periódico americano determinava os limites do II PND em termos da estabilidade da moeda brasileira e o departamento I necessitava de crédito. Os propósitos de estímulo de demanda efetiva nesse caso são insuficientes já que as condições históricas de desenvolvimento do departamento I se limitam pelo dólar que pressupõe seus lastros para se consolidar monetariamente. O preço do petróleo em dólares determina: (i) a taxa de lucro e (ii) o fluxo de capitais, sem a análise do capital-mercadoria, da taxa de mais-valia, o diagnóstico é dificultado.

A linha geral que se desenvolve desde a revolução de 1930 no Brasil, com o estado novo, com o segundo governo de Getúlio, com o Plano de metas, com o Plano Trienal, com o PAEG, com o “milagre” e com o II PND só pode ser elucidada pelas determinações políticas e geopolíticas do desenvolvimento do departamento I como produto necessário do poder material de uma burguesia, as relações sociais que se materializam embora na essência sejam as mesmas são moldadas nesse processo criando realidades específicas, disputas políticas específicas, estado específico, ciclo do capital, taxa de juros, taxa de câmbio, taxa de mais-valia, taxa de lucro, moeda e necessariamente momentos da acumulação global e da universalidade humana. As descrições expositivas de política econômica se distanciaram do fundamento desse processo na medida em que consideram apenas a quantificação e quando consideram o caráter estrutural, não observam o estado modificado pelo desenvolvimento da luta de classes e do dólar, como no diagnóstico e na crítica ao II PND.

As exposições e estruturas das obras de Keynes, Kalecki e Schumpeter permitem absorver elementos desse processo, mas são atravessadas pela medida da riqueza como taxa, ao desconsiderarem a mais-valia como exploração e também e principalmente a quantificação na análise dos ciclos, se distanciam da conexão

entre o dólar e a maior produção industrial do mundo. A absorção de elementos como o caráter endógeno do investimento e da moeda como reserva de valor e unidade de conta não nos permite aprofundar as determinações reais da materialização das relações sociais determinadamente históricas, a instrução nº 113 da Sumoc e a reprodução posterior dos departamentos da produção é lúcida nesse aspecto ao se deparar continuamente com a indexação ao dólar na função de capital de empréstimo e de meio de pagamento internacional. O ajuste do PAEG só é apreendido quando se separa do caráter endógeno e *ex-ante* da demanda efetiva e do ajuste departamental pelo trabalho concreto, na medida em que a estabilidade da moeda era pressuposto para reproduzir a acumulação baseada no departamento III, a indexação ao dólar pressupõe esse departamento I exterior e a tautologia aparente é esclarecida, pelo segundo governo de Getúlio, e os desdobramentos posteriores, como descrito anteriormente. A *teoria econômica* como *saber especializado* se depara com a transformação do intelecto humano que desenvolve a capacidade de apreender o real e reproduzir pelo pensamento, essa dicotomia necessariamente se apresenta nos desdobramentos do próprio real, enquanto materialização da indústria moderna, embora tenha sido elucidado por sua forma estranhada de capital fixo; ao considerar a indústria moderna como capital fixo e, sua quantificação, podemos decompor e reduzir todo movimento histórico aos ciclos periódicos o suficiente para elucidar o rompimento entre ser e pensar na *teoria econômica* com a constituição do dólar inconvertível em ouro.

A indexação criava uma tese sobre a inflação inercial e os intelectuais que produziram o plano de estabilização em 1994, na verdade o segundo choque do petróleo, os limites do II PND apresentavam a artificialidade do mecanismo de indexação como mecanismo de ajuste de preços que afetava a funcionalidade da unidade de conta da moeda e de sua reserva de valor, por isso os preços eram indexados na ORTN, OTN, BTN, criando um vetor de financeirização dos preços ao indexá-los a taxas de curtíssimo prazo. (CARNEIRO, 2002). Na década de 1980 o quadro dos países imperialista em termos de exportação de capital fixo estava concentrado nos Estados Unidos, Alemanha e Japão, concentrando mais de 50% das exportações mundiais (RESENDE; ANDERSON, 1999).

A expansão cíclica de 92 meses entre novembro de 1982 e julho de 1990, estabelece uma estruturação da acumulação global desigual e combinada, marcado

pelas políticas neoliberais em âmbito global. Importam caracterizar o aprofundamento da exportação de indústrias inteiras situando nas economias dominadas unidades montadoras, que no Brasil assumiram as formas de privatização e aquisição, na década de 1990.

No Brasil a abertura que ganha força com o governo Collor (1990-1992) modifica o vetor de preços. Tem no Plano Real uma caracterização profunda desse processo. Os fracassos dos planos Heterodoxos condicionaram a formulação do Plano Real na medida em que se buscava evitar utilizar os mesmos mecanismos, é verdade que a tese de Pêrsio Arida e André Lara Resende foi importante na formulação do Plano, mas existem diferenças profundas que a própria mudança inflacionária com a abertura econômica caracterizava, ao modificar a absorção dos preços em reais das mercadorias comercializáveis. Fundamentalmente, a diferença é marcada por existir uma separação entre a unidade de conta das demais funções da moeda, no Plano Real, com a criação da URV, o que significa que os mecanismos de correção cambial com duas moedas em circulação eram limitados, pois a inércia possuía uma determinação endógena através da relação entre dívida pública e unidade de conta. Ao perceber isso os formuladores do Plano Real estabeleceram a unidade de conta sem estar na circulação o que impedia o retorno do elemento endógeno via expectativas.

Para estabelecer a âncora cambial foi necessário criar condições de estabilidade do balanço de pagamentos e do mercado de câmbio antes da conversão dos preços em URV e, que foi realizado por aumentos da taxa de juros de curto prazo para atrair o capital financeiro (moedas conversíveis), além de estruturação das finanças do estado. A preocupação central residia na manutenção dos fluxos de capitais que seriam pressionados pelo aumento do endividamento interno e pelo déficit em conta corrente, pressionando a taxa de juros a patamares elevados.

Em função disso em maio de 1995 a taxa de juros nominal ao ano registrou o nível de 64,80, o que levou a uma crise bancária; os formuladores se depararam com um difícil *trade-off* em função da crise mexicana no início de 1995: (i) permitir uma fuga de capitais em função da retração gerada pela crise mexicana, ou (ii) evitar essa com o aumento da taxa de juros pressionando o ativo dos bancos.

A URV (unidade real de valor) permitiu a quebra da inércia inflacionária, apesar de a inflação dos anos de 1991, e 1992 serem influenciadas pelo

componente das mercadorias comercializáveis, é dizer, a inflação imediatamente anterior ao Plano Real se caracteriza de forma diversa da teorizada por LARIDA. O mecanismo da URV caracterizava-se por estabelecer uma indexação com o cruzeiro real ao mesmo tempo em que câmbio, etc era convertido em URV, de forma que a inflação real sofria o impacto dessa indexação em URV e convergia para níveis inferiores embora se mantivesse a estabilidade entre URV e cruzeiro real. Com a conversão do câmbio em URV, a unidade de conta do cruzeiro real era estabelecida por essa âncora cambial e a unidade de conta da moeda se separava das outras funções temporariamente.

Esse conjunto de referências na nova unidade de conta – câmbio, salários, tributos e insumos básicos – deu ao setor privado os parâmetros necessários para o estabelecimento de preços na nova moeda. . (CARNEIRO¹⁶⁶, 2002, p. 366).

Enquanto a taxa de câmbio, a função de unidade de conta do Real e o valor do Real eram apresentados sem a separação necessária, o plano Real era apresentado sem sua característica determinadamente histórica. A teoria marxista da dependência ao desenvolver a apreensão do ciclo do capital a partir da integração imperialista dos sistemas de produção, é dizer, a partir da consolidação das burguesias centrais pelo desenvolvimento do departamento I, permite elucidar essa separação: Theotonio dos Santos foi demasiado preciso na caracterização da unidade entre história e existência monetária quando lançou uma carta direcionada a Cardoso nas eleições presidenciais de 2010.

O primeiro mito é de que seu governo foi um êxito econômico a partir do fortalecimento do real e que o governo Lula estaria apoiado neste êxito alcançando assim resultados positivos que não quer compartilhar com você... Em primeiro lugar vamos desmitificar a afirmação de que foi o plano real que acabou com a inflação. Os dados mostram que até 1993 a economia mundial vivia uma hiperinflação na qual todas as economias apresentavam inflações superiores a 10%. A partir de 1994, TODAS AS ECONOMIAS DO MUNDO APRESENTARAM UMA QUEDA DA INFLAÇÃO PARA MENOS DE 10%. Claro que em cada país apareceram os "gênios" locais que se apresentaram como os autores desta queda. Mas isto é falso: tratava-se de um movimento planetário. No caso brasileiro, a nossa inflação girou, durante todo seu governo, próxima dos 10% mais altos. TIVEMOS NO SEU GOVERNO UMA DAS MAIS ALTAS INFLAÇÕES DO MUNDO. E aqui chegamos no outro mito incrível. Segundo você e seus seguidores (e até setores de oposição ao seu governo que acreditam neste mito) sua política econômica assegurou a transformação do real numa moeda forte. Ora Fernando, sejamos cordatos: chamar uma moeda que começou em 1994 valendo 0,85 centavos por dólar e mantendo um valor falso até 1998, quando o próprio FMI exigia uma desvalorização de pelo menos uns 40% e o seu ministro da economia recusou-se a realizá-la "pelo menos até as

¹⁶⁶ Recupera a determinação *ex-ante* desenvolvida por Keynes na *Teoria Geral* vinculando a decisão no âmbito microeconômico do capitalista com os preços macroeconômicos.

eleições", indicando assim a época em que esta desvalorização viria e quando os capitais estrangeiros deveriam sair do país antes de sua desvalorização, O fato é que quando você flexibilizou o cambio o real se desvalorizou chegando até a 4,00 reais por dólar. E não venha por a culpa da "ameaça petista" pois esta desvalorização ocorreu muito antes da "ameaça Lula". ORA, UMA MOEDA QUE SE DESVALORIZA 4 VEZES EM 8 ANOS PODE SER CONSIDERADA UMA MOEDA FORTE? Em que manual de economia? Que economista respeitável sustenta esta tese? Conclusões: O plano Real não derrubou a inflação e sim uma deflação mundial que fez cair as inflações no mundo inteiro. A inflação brasileira continuou sendo uma das maiores do mundo durante o seu governo. O real foi uma moeda drasticamente debilitada. Isto é evidente: quando nossa inflação esteve acima da inflação mundial por vários anos, nossa moeda tinha que ser altamente desvalorizada. De maneira suicida ela foi mantida artificialmente com um alto valor que levou à crise brutal de 1999. (THEOTONIO, 2012).

Theotonio apresenta a diferença entre taxa de câmbio e valor da moeda de onde se pode depreender a unidade das funções de unidade de conta do Real e do dólar.

Por possuir o real, como moeda não conversível, a economia brasileira atrela a unidade de conta¹⁶⁷ da sua moeda ao dólar como forma de estabilizar os preços agregados, nesse caso a função de unidade de conta do real existe nesse atrelamento, já que uma desvalorização pressionaria os preços, o custo unitário do trabalho e o passivo em dólar tanto do governo como dos capitais privados ou associados. Como a estabilidade de preços se relaciona com a unidade de conta do dólar e, é calibrada pela taxa de juros de curto prazo, a função de crédito do Real (moeda não conversível) se dinamiza a partir dessa unidade entre as funções de unidade de conta, do Real e, do Dólar.

A rigor, utiliza-se o câmbio como indexador exatamente porque a moeda externa constitui a referência central da economia. Como seu valor varia, todos os demais preços também variam, ou seja, a taxa de câmbio ou o valor externo da moeda torna-se uma referência para o valor interno da moeda¹⁶⁸ na medida em que mesmo os bens não comercializáveis têm sua variação determinada pela evolução do câmbio nominal. (CARNEIRO, 2002, p. 359).

A estabilidade que se apresentava pela recuperação das funções da moeda com o advento do Real, em julho de 1994, se apresenta na função de crédito da

¹⁶⁷ O Professor Carneiro apresenta, a taxa de câmbio como indexador em função da reserva de valor do dólar. Entendemos que o indexador é a taxa de câmbio em função da unidade de conta, o que pode ser verificado a partir da comparação com os indexadores da década de 1980 tendo em vista a falta de funcionalidade da unidade de conta. Com o advento do Real e a funcionalidade da unidade de conta a busca por reserva de valor em dólar acontece apenas ciclicamente, embora a escolha da moeda na âncora cambial derive de sua função de reserva de valor.

¹⁶⁸ Carneiro trata valor da moeda como taxa de câmbio, em frente apresentaremos a diferença substancial que existe.

moeda como fruto da subordinação ao dólar, como forma do capital, da economia americana e, a estabilidade da economia brasileira embora, tendo seu próprio ciclo econômico, se apresenta como unidade do desenvolvimento desigual e combinado da acumulação mundial.

À reforma monetária e cambial se seguiu, em função da âncora cambial, uma alteração dos preços relativos em reais das mercadorias *comercializáveis* no comércio internacional, por absorverem o componente cambial mais rapidamente que as *não comercializáveis*, só a partir de 1997 que a inflação converge para um dígito. Antes da convergência apresentada pelo IPCA, os preços do atacado convergiam mais rapidamente que os preços de varejo, principalmente pela importação de mercadorias para a indústria: a indústria de bens duráveis se expande de um índice (2002=100) de 71,37 em dezembro de 1993 para 104,28 em janeiro 1997, a despeito da produção de capital fixo que no mesmo período registra evolução de 86,21 para 77,19 (IBGE). Os efeitos da âncora cambial no balanço de pagamentos intensificam a utilização da taxa de juros nominal, em função disso em maio de 1995 a taxa de juros nominal ao ano registrou o nível de 64,80, o que levou a uma crise bancária; os formuladores se depararam com um difícil *trade-off* em função da crise mexicana no início de 1995: (i) permitir uma fuga de capitais em função da retração gerada pela crise mexicana, ou (ii) evitar essa com o aumento da taxa de juros pressionando o ativo dos bancos.

A gestão do capital financeiro é incompatível com a pressão sobre o valor da moeda e, toda a política econômica realizada desde 1993, estabeleceu após a crise da Rússia dificuldades intransponíveis, caracterizando os equívocos conjunturais dos formuladores e, afirmando a forma de inserção da economia brasileira na acumulação mundial. É relevante assinalar que a ortodoxia escolheu pelo aspecto recessivo do combate à inflação – como se pode perceber no índice de evolução da produção de capital fixo -, de onde se infere que os equívocos dos formuladores produziram efeitos substanciais nos preços macroeconômicos, na estrutura financeira e fiscal do estado brasileiro e, ainda na estrutura industrial - baseada no padrão de acumulação do departamento III, afetando o nível de demanda efetiva. Importante perceber que a funcionalidade da unidade de conta do Real, permite a funcionalidade da função de reserva de valor relacionada à estabilidade política através da rigidez dos salários nominais. As frações de classe que estruturam o estado brasileiro são a razão mais profunda desse plano e, embora os diagnósticos

e consequências se situam dentro da intelectualidade, as reformas tem seus limites impreterivelmente nas frações de classe que estruturam esse estado.

A partir de 1999 com o regime de metas de inflação, o mecanismo acima caracterizado se modifica, os preços agregados se relacionam com o câmbio flutuante que expressa o ciclo da acumulação desigual e combinada. Antes a âncora cambial com níveis altos da taxa de juros e absorção de capitais externos estabilizavam os preços afetando o valor da moeda, a partir de 1999, o valor da moeda é afetado pela própria produtividade do trabalho, pois determina o preço macroeconômico substancial na formação da taxa de câmbio real: o custo unitário do trabalho. A produtividade determinada pela primeira fase do ciclo do capital, de transformação do capital-dinheiro em capital produtivo com a importação de capital fixo, estabelece a reprodução ampliada sem uma determinação endógena impedindo a expansão da produtividade do trabalho autonomamente. Os preços agregados em termos de política monetária variariam conforme uma banda de 2% em torno do centro da meta de inflação de 4,5% prevalecendo um nível de taxa de câmbio real em relação aos preços agregados independente do custo unitário do trabalho.

Dessa forma o que antes pressionava o valor da moeda, agora permite criar uma estabilidade do mercado de câmbio, que pode ser aprofundada com o aumento do nível de reservas em relação ao nível de déficit da conta corrente, permitindo a repartição da mais-valia global e importação de capital fixo. Há uma mudança substancial em função da necessidade de manutenção do mercado de câmbio que manifesta as variações do valor da moeda, que podem ser medidas em termos de reservas internacionais como unidade da acumulação desigual e combinada.

A estabilização é sugerida como prelúdio do desenvolvimento, o que significa um entendimento superficial do debate desenvolvido por Schumpeter, Kalecki, Cepal e Teoria marxista da dependência. A leitura do balanço de pagamentos mostra uma lucidez profunda sobre a estabilização como manutenção da inserção da economia brasileira na acumulação desigual e combinada.

7 O ATUAL CICLO PERIÓDICO

O atual ciclo periódico se inicia em julho de 2009 com reversão da queda da produtividade em junho de 2009, tendo em dezembro de 2007 o maior nível do ciclo periódico anterior de 73 meses, o que caracteriza um período de 18 meses de queda de produtividade regulada pelo departamento I. A burguesia americana por concretizar a reprodução ampliada em seu território e consolidar-se como maior poder material medido em meses de expansão cíclica, por possuir o dólar como moeda mundial e expandir a acumulação global com a fusão dos departamentos I e IV, caracteriza a acumulação global capitalista, nos ciclos periódicos da economia americana¹⁶⁹. Após a quebra de parte do sistema bancário em 15 de setembro de 2008, como parte do processo de reversão do ciclo periódico iniciado no quarto trimestre, mais precisamente em dezembro de 2007, os bancos centrais iniciaram o processo de consolidação de políticas anticíclicas

O banco central do Brasil mantém a taxa de juros de curto prazo desde 10/09/2008 até 21/01/2009 quando fixa a taxa em 12, com uma leitura mistificada sobre o caráter da inflação. A queda da produção de capital fixo faz surgir medidas do estado para a manutenção do investimento agregado da economia brasileira, principalmente a redução do impostos sobre produto industrializado para linha branca e para bens de capital, de forma que o ano de 2010 o PIB brasileiro foi de 7,5%. Enquanto a reversão cíclica iniciada em dezembro de 2007 tem seu fim em junho de 2009 a economia brasileira alcança um PIB desse *quantum*, a descrição sobre esse fato é empírica restando indagar o que está por trás desse processo em que os países imperialistas produziram no mesmo momento níveis de produção interna inferiores? O departamento I internacionalizado caracteriza uma economia dominada, que em épocas de reversão da expansão cíclica tende a manter o crescimento econômico em função da queda da expansão da produtividade dos países imperialistas. A crise financeira que se seguiu a reversão da expansão fez com que a exportação de capital - como mecanismo de compensar a queda da taxa geral de lucro – diminuísse em 2008 registrou US\$329.080 bilhões e 2009 registrou US\$ 303.605 bilhões em função da crise de crédito. O estado brasileiro utilizou essas medidas que se concretizaram no ano de 2010, mas é o ano de 2012 em agosto que se pode fazer uma leitura profunda desse processo. É possível reverter o

¹⁶⁹ Ver esclarecimento na nota do escrito “trabalho abstrato”.

desenvolvimento do departamento I com política industrial e de inovação? É possível desenvolver o departamento I sem uma transformação política como fora feita por EUA, Inglaterra, Alemanha? Existe possibilidade de nacional-desenvolvimentismo após a consolidação do dólar como moeda mundial? Essas questões nos remetem as teses de Marini, da Cepal e de Joao Manuel em termos estritos de reprodução da realidade é Marini quem mais se aproxima da caracterização da economia brasileira como produto da burguesia brasileira, mas essas teses carecem do elemento dólar. O ciclo do capital é registrado pela estatística do BCB: a variação das importações de bens de capital em 2012 registrou 1,37%, em agosto registrou 14,06% enquanto a produção em 2012 registrou variação de -12,03% e, em agosto 6,4%.

A burguesia Alemã revestida pelo Euro, desde o início do ano 2012 quando a volatilidade extrema do Euro afetava diretamente o fluxo internacional de capitais, todos atentavam para uma possível ruptura do Euro como moeda europeia, ou a saída de alguns países membros como a Grécia. Essa volatilidade foi controlada por dois mecanismos conjuntos pelo BCE: (i) capitalização dos bancos e (ii) compra de título públicos dos países com *Yelds soberanos* em alta.

Essa intervenção permitiu a manutenção do euro e de períodos com menor volatilidade em função desse lastro peculiar do euro: as dívidas nacionais de todos os países que possuem Euro exceto a Alemanha. No início de Agosto a EU decidiu contornar essa situação com a criação de uma união bancária, tendo como mecanismo básico a capitalização dos bancos dos países membros evitando o aumento do passivo do BCE ao comprar títulos no mercado de divisas desses países. Agora, no início de setembro se encaminha a proposta com previsão de entrar em vigor no início de 2014, o que permitiria manter a estrutura do Euro com a indexação cambial das moedas ao marco alemão e, manter seu lastro peculiar como citado a cima. Essa resolução tem um aspecto peculiar porque seu fundamento é a manutenção da função de crédito da moeda, mas porque então a Alemanha não realizou essa manutenção do Euro, pelo dito *eurobônus*?

Embora a manutenção da função de crédito da moeda seja o alvo da institucionalidade nesse momento, essa função está lastreada na função de meio de pagamento da moeda, a base elementar do sistema bancário, que realiza o fluxo de lucro futuro a partir da realização da produção, antes de essa ser vendida efetivamente no mercado e, deixar a esfera da circulação para a esfera do consumo. Assim, aquele mecanismo tradicional do ciclo econômico de que para a produção

industrial ter continuidade é preciso realizar a venda das mercadorias no mercado se modifica substancialmente, pois essa realização se efetiva pelo sistema bancário e, nesse caso, o BCE deve atuar justamente pelo novo mecanismo, é dizer a realização da produção sobre a base da função de meio de pagamento da moeda.

Em janeiro desse ano 2012 com a diminuição da volatilidade do Euro o Ibovespa registrou valorização de 11%, o que caracteriza como a análise pode antecipar alguns elementos do processo econômico porque pressupõe e conhece as relações elementares dos ciclos econômicos. A institucionalidade Alemã constrói agora uma estrutura bancária que permita agir rapidamente sobre a volatilidade do Euro em função das dívidas nacionais, de forma que se estruture o Euro numa condição diferente do período anterior ao de 2008, mas que mantenha sua estrutura principal com o Marco alemão como a *moeda referência*. Essa pretensão política aprofunda a desigualdade entre os Estados da zona do Euro, mas revela o real processo que foi construído e que se mostra distante das promessas de moeda comum e estabilidade política. A institucionalidade alemã busca manter uma moeda estruturada para além do seu território de acumulação endógena, como se fosse um dólar em escala menor acontece que o marco alemão não é a reserva de valor global.

Em setembro de 2012 se registra 39 meses de expansão continuada, ou seja, maior que a metade do ciclo anterior e já se registra convergência dos preços de produção no departamento I. Esse ciclo que inicia com restrição de crédito público caracteriza-se no momento pelas taxa de juros zero com previsão até 2015 conforme o FOMC. Com a realização da produção se situa no ciclo do capital fictício essas taxas zero serão um grande empecilho para aquela fase crítica entre o pico do ciclo anterior e o início do próximo ciclo onde o papel de estabilização do estado é característico. A estabilidade monetária da economia brasileira e a passagem pela crise sem uma fuga de capital, sem uma crise da dívida, sem uma queda brusca do nível de atividade econômica estão subordinadas a esse processo de estabilização da economia global através do ciclo periódico localizado na economia americana.

Primeiro, a valorização real do câmbio no Brasil em 2012, mesmo com a taxa nominal de câmbio variando entre R\$ 2,00 e R\$ 2,05 está estritamente relacionada com a pressão no mercado de trabalho, com o custo unitário da força de trabalho em função do desenvolvimento desigual e combinado, já que a economia brasileira não produz uma expansão do departamento I como, p. ex., a dos EUA, o que pressiona

os níveis de investimento em relação ao PIB. Por isso, o nível de importações de bens de capital foi de 14% no mês de Agosto contra uma produção de apenas 6,40% sem considerar aqui o nível tecnológico. Nesse caso o governo Brasileiro utiliza o capital financeiro para manter esse mecanismo à compra de títulos em relação com a estabilidade do mercado de câmbio. Segundo, a remessa de lucro, royalties, etc., não dita a expansão da acumulação do capital nos

Por fim a Europa assistiu a uma greve geral no dia 14 de novembro. Quem poderia esperar que as dificuldades de gestão do euro da forma que está indexado nas dívidas nacionais dos países membro permitiria uma lucidez tão profunda sobre a existência do proletariado. O ciclo periódico que se expande desde julho de 2009 acumula 42 meses até novembro de 2011, dado que o ciclo anterior foi de 73 meses podemos estar após a metade do ciclo, com altas taxas de desemprego em termos globais aliadas a taxa de juros zero.

A estabilização global da economia capitalista está subordinada ao desenvolvimento desigual e combinado dos ciclos periódicos da indústria moderna por isso a manutenção do nível de atividade econômica, p.ex., na economia brasileira é expressão íntima desse processo imperialista e de subordinação do departamento I. A estabilidade monetária e dos preços macroeconômicos atuais tem de ser entendida a luz da história como desenvolvimento das forças produtivas expressos na indústria moderna e não por conjunturas e estruturas específicas, a consciência que apreende esse processo dessa maneira encobre o fundamento global da acumulação e os processos políticos que decorrem da dinâmica geopolítica, a estabilização da economia mundial se realiza sob esse fundamento histórico que produz periodicamente erupções que se transformam em consciência real e, que realiza pela práxis a história como história da espécie humana, a estabilização *ex-post* não elimina o desenvolvimento da mediação efetivada pela ciência e criação do tempo livre como fundamento real.

Se a estabilização se apresenta como fenômeno monetário só pode ser esclarecido com a consciência real sobre o que é o dólar, pois a moeda expressa à realidade monetária da acumulação de capital, sem o nexos entre dólar e acumulação a estabilização carece de sentido como carece as propostas políticas e de reformas que se seguem. Apreender esse nexos é situar a acumulação global na história e entender essa como histórica, persistir nas *figuras da consciência* como forma de racionalizar o real e modificá-lo em termos de reformas é estabelecer qualquer

possibilidade de ser e pensar no plano teórico é confirmar que as conexões dos elementos da realidade não podem ser produzidas arbitrariamente pela cognição.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de estabilização da economia mundial se apresenta subordinado aos ciclos periódicos materializados na acumulação global desigual e combinada, que no seu desenvolvimento no século XX, a partir da constituição do império norte-americano, constituiu o dólar como moeda mundial inconvertível ao ouro. A instabilidade do dólar, que se expressa nas taxas de câmbio, é entendida como uma característica da própria dinâmica do investimento numa economia capitalista, de forma que a teoria econômica não desenvolveu uma compreensão do dólar como forma do capital lastreado na reprodução ampliada americana, na exportação de capital fixo e departamento I das economias dominadas, no petróleo precificado em dólar, na dívida americana e no departamento IV. O desenvolvimento do princípio da demanda efetiva tanto pelo desenvolvimento da forma preço como pelo desenvolvimento dos departamentos de produção esclarece o porquê da teoria econômica não realizar, com a inconvertibilidade do dólar em ouro, a unidade entre ser e pensar. A falta dessa unidade foi verificada na própria consciência de Keynes e Kalecki ao desconsiderarem a produtividade do trabalho, como taxa de mais-valia, dado que essa taxa é calculada estatisticamente, é dizer, está objetivada independente de qualquer pensamento apriorístico.

A acumulação global desigual e combinada, caracterizada a partir do império, das economias imperialistas indexadas ao dólar e das economias dominadas, necessariamente deve ser considerada na análise, pois a história do século XIX e XX se caracterizou, pela luta das burguesias para desenvolver o departamento I da economia, como forma de constituir seu poder material no seu território, tanto em função do proletariado como em função das demais burguesias.

A análise da industrialização brasileira permitiu esclarecer essa questão, a partir da tese de Ruy Mauro Marini e Francisco de Oliveira ao considerarem o desenvolvimento do capital fixo como necessariamente produto da burguesia e, no caso brasileiro especificamente como a importação de capital fixo caracteriza a acumulação de capital, a partir da instrução nº 113 da Sumoc. Esse processo materializa o ciclo do capital com a primeira fase da circulação realizada no exterior, de forma que a estatística do Banco Central do Brasil registra esse fenômeno. Essa constatação difere profundamente das teses debatidas nesse trabalho que influenciadas pelas obras de Keynes e Kalecki reproduziram suas limitações na

análise da realidade brasileira, p. ex., João Manuel Cardoso de Mello ao analisar o caráter endógeno da acumulação de capital através da tese de acumulação de capital pelo trabalho concreto não desenvolve a percepção sobre o ciclo do capital e suas relações geopolíticas. Entendemos que todas essas teses possuem uma insuficiência em relação ao dólar como moeda mundial e, portanto, impedem de certa forma um estudo mais profundo e amplo da acumulação global hoje, se forem consideradas em seus estados atuais.

Ao desenvolver a tese do dólar como produto da acumulação global e combinada, como existência material que se expressa monetariamente criticamos o estado atual do princípio da demanda efetiva, recorrendo a Mario Possas que percebera que tal princípio poderia ser analisado independente das roupagens teóricas. Aprofundamos a constatação de Possas, na medida, em que era necessário situar a demanda efetiva nessa realidade do dólar, e apresentar a conexão dessa com a produtividade do trabalho, a despeito das determinações apriorísticas que podem ser criadas em torno da demanda efetiva.

Por fim, apresentamos uma síntese entre materialização, objetivação, autonomização, reificação, alienação e estranhamento, a deflação como quantificação de um processo qualitativo expressa na indústria moderna, como materialização do ser social, o que expressa a transformação do intelecto humano operada a partir do desenvolvimento da ciência materializada na tecnologia e, que engendra como possibilidade real, a reprodução do real pelo pensamento a despeito das determinações apriorísticas, por isso podemos criticar a teoria econômico no seu fundamento elucidando o seu desenvolvimento como o princípio da demanda efetiva, e suas relações com a reserva de valor da moeda, e com o processo de incerteza que caracteriza o investimento, de forma que a determinação *ex-ante* é a expressão materialista de que a realidade aparece no pensamento e, embora a espécie humana realize pensamento isso difere profundamente de abstrações arbitrárias.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ABREU, M. P. *Os funding loans brasileiros – 1898-1931*. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, vol.32, nº3, dezembro de 2002.

AUED, Idaleto Malvezzi. *Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx: ou de como libertar o trabalhador do trabalho*. 2004. 79 p. Tese – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP, Araraquara, 2004.

_____. *Alienação, maquinaria e grande indústria moderna em Karl Marx: ou de como o homem se liberta do trabalhador*. 2005a. 59 p. Tese – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP, Araraquara, 2005a.

_____. *Transcendência (Aufhebung), alienação, manufatura e maquinaria em Karl Marx: ou de como o homem supera sua desumanização e faz-se homem plenamente desenvolvido*. 2005b. 55 p. Tese – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP, Araraquara, 2005b.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril cultura, 1973.

Banco Central do Brasil. *Balanço de pagamentos*. 1947-2011.

BANQUE DE FRANCE. *Qu'est-ce que l'étalon-or?*. Focus nº 5, 22 Novembro de 2010

BERNANKE, Ben. *Deflation: Making Sure "It" Doesn't Happen Here*. Disponível em:<

<http://www.federalreserve.gov/boarddocs/speeches/2002/20021121/default.htm>>.

Acesso em 03.12.12

BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. São Paulo: Record, 2000.

BUREAU OF LABOR STATISTICS. *Productivity and costs*. Second quarter, 2011.

BUSINESS STATISTICS. *Statistical supplement to the Survey of current business*. U.S. Department of Commerce, 1951.

CARDIM, F. J. Cardim de. *Mudanças no papel e nas estratégias do FMI e perspectivas para os países emergentes*. In: Ferrari Filho, F.; Paula, L. F. (Org.). *Globalização financeira; ensaios de macroeconomia aberta*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 179-203.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo: Unesp, 2002.

CARNEIRO, D. *Crise e Esperança: 1974-1980*. In: ABREU, M. P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

DAVIDSON, P. *Especulação cambial e moeda internacional: Tobin versus Keynes*. In: Ferrari Filho, F.; Paula, L. F. (Org.) *Globalização financeira; ensaios de macroeconomia aberta*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 335-368.

DONGHI, H. *História da América Latina*. São Paulo: círculo do Livro.

DUROSELLE, J.B. *Política exterior de los Estados Unidos: 1913-1945*. 1.ed. México: Fondo de Cultura económica. 515 páginas.

ECONOMIC COMMITTEE BY THE COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS. Economic Indicators. Dezembro de 1973.

ECONOMIC COMMITTEE BY THE COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS. Economic Indicators. Dezembro de 1974.

ECONOMIC COMMITTEE BY THE COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS. Economic Indicators. Dezembro de 1975.

ECONOMIC COMMITTEE BY THE COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS. Economic Indicators. Dezembro de 1976.

EINSTEIN, A.; INFELD, L. *A evolução da Física*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FEDERAL RESERVE. *Relatório G-17*. 2009/2010.

FEUERBACH, L. *Teses provisórias de reforma de filosofia*. Lusosofia press, 1988.

FOMC. Minutes. April 27-28, 2010.

FURTADO, C. Michael Kalecki. In: MIGLIOLI, J; POMERANZ, L; LIMA, G, T (orgs.). *Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo: Homenagem a M. Kalecki*. São Paulo: edusp, 2001.

_____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: editora nacional, 1986.

HEGEL, G. W. F. *A fenomenologia do espírito*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HERMANN, J. *Reformas, Endividamento Externo e o "milagre econômico" (1964-1973)*. GIAMBIAGI, Fabio et al. (Org.). In: *Economia Brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HICKS, J. *Valor e capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

JEVONS, W; MENGER, C. *A teoria da economia política. Princípios de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os economistas).

JOHN, GALBRAITH. *Capitalismo americano*. Buenos Aires: Ágora, 1955.

HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: nova cultural, 1985.

HOBSBAWM, E. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2003.

IPEA. *Clássicos de literatura econômica*. Brasília: ipea, 2010.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. *Terceira Revolução: cientistas defendem a convergência científica*. Disponível em: <
<http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=terceira-revolucao-convergencia-cientifica>>. Acesso em: 03.12.2012.

KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: nova cultural, 1985.

_____. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: HUCITEC, 1977

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: nova cultural, 1985.

_____. A teoria ex ante da taxa de juros. In: SZMRECSANYI, Támas (org.) *Coleção Grandes Cientistas*. São Paulo: Ática, 1984.

KLEIN, O; RICHTA, R. *As opções da nova sociedade*. São Paulo: Documentos, 1969.

KOSIK, K. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÊNIN, V. *O imperialismo: estágio superior do capitalismo*. Coimbra: Centelha, 1974.

LOBATO, M. *O escândalo do petróleo – ferro*. São Paulo: Brasiliense.

LUXEMBURGO, R. *Reforma o Revolución*. Madrid: Fundación Federico Engels, 2008.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: nova cultural, 1985.

MARTINS, J. *Os limites do Irracional*. São Paulo: editora fio do tempo, 1999.

MARSHALL, A. *Princípios de economia política*. São Paulo: nova cultural, 1985.

MARX, K. *Miséria da Filosofia*. Editora leitura S.A.1982

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, **2008**.

_____. *Para a crítica da economia política ; Salário, preço e lucro ; O Rendimento e suas fontes: a Economia Vulgar*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 1.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 2.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 4.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 5.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 2.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 4.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MELLO CARDOSO, J. M. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MIGLIOLI, J. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

MIT. *The third revolution: The convergence of the Life Sciences Physical Sciences, and Engineering*. 2011. Disponível em <http://web.mit.edu/dc/Policy/MIT%20White%20Paper%20on%20Convergence.pdf>. Acesso em 30.11.2011.

MITCHELL, W. *Os ciclos econômicos e suas causas*. São Paulo: nova cultural, 1984.

OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1989.

ORENSTEIN, L; SOCHACZEWSKI, A. C. *Democracia com desenvolvimento: 1956-1961*. In: *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PLATÃO. *Diálogos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PLATÃO; XENOFONTE; ARISTÓFANES. *Defesa de Sócrates. Ditos e feitos memoráveis de Sócrates. Apologia de Sócrates. As nuvens*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os pensadores).

POSSAS, M. *Dinâmica e ciclo econômico em Oligopólio*. Doutorado. Campinas, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.

MORRIS, C. *Os magnatas*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

RESENDE, A. L. *Estabilização e Reforma: 1964-1967*. In: *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

RESENDE, M. e ANDERSON, P. (1999). *Mudanças Estruturais na Indústria Brasileira de Bens de Capital*. Texto para Discussão 658, IPEA, Brasília.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: abril cultural, 1982.

SADER, E. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Theotonio. *Carta aberta a Fernando Henrique Cardoso*. Disponível em: <
<http://theotoniiodossantos.blogspot.com.br/2010/10/carta-aberta-fernando-henrique-cardoso.html>>. Acesso em: 03.12.2012.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra In: BELLUZZO, L, Gonzaga; COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento capitalista no brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: brasiliense, 1983.

SILVA, H. *Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1970.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: abril cultural, 1983.

TROTSKY, L. *O imperialismo e a crise da economia mundial*. São Paulo: Sundermann, 2008.

_____. *Historia de la Revolución Rusa*. Madrid: Fundación Federico Engels, 2007.